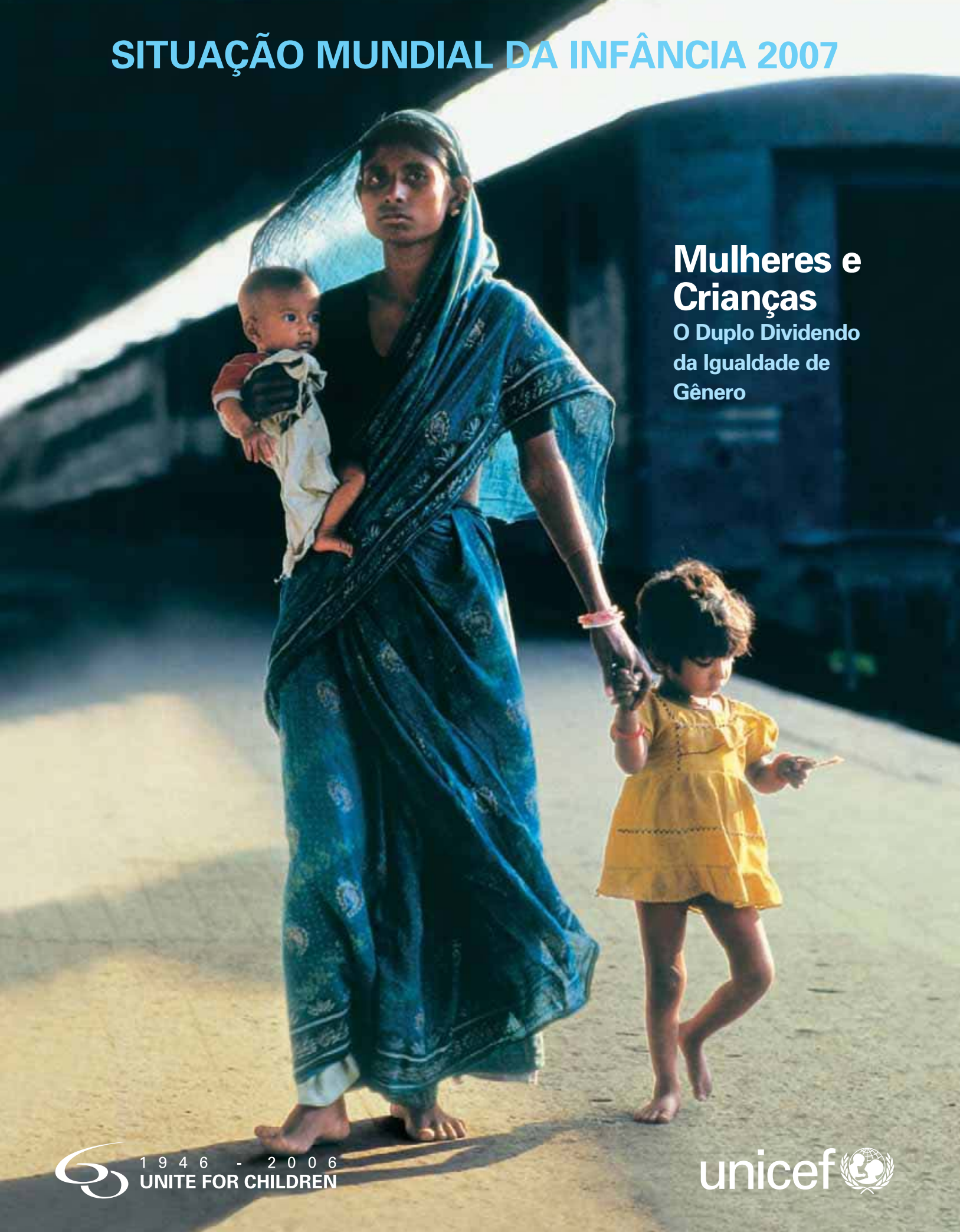
SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2007



Mulheres e Crianças

O Duplo Dividendo da Igualdade de Gênero

1946 - 2006
UNITE FOR CHILDREN

unicef

SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA 2007

© Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), 2006

A reprodução de qualquer parte desta publicação somente poderá ser feita mediante autorização. Entre em contato com a Seção Editorial, de Projetos e de Publicações, Divisão de Comunicação, UNICEF NY (3 UN Plaza, NY, NY 10017) USA, Tel: 212-326-7434 ou 7286, Fax: 212-303-7985,
E-mail: nyhqdoc.permit@unicef.org.
A autorização será gratuita para organizações educacionais ou sem fins lucrativos. A outras organizações será solicitado o pagamento de uma pequena taxa.

Comentários representam as opiniões pessoais dos autores e não refletem necessariamente a posição do UNICEF.

ISBN-13: 978-92-806-3998-8
ISBN-10: 92-806-3998-6

UNICEF, UNICEF House, 3 UN Plaza,
New York, NY 10017, USA

E-mail: pubdoc@unicef.org
Site: www.unicef.org

Versão em português sob responsabilidade do Escritório da Representante do UNICEF no Brasil.
SEPN 510 – Bloco A – 2º Andar
Brasília, DF – 70750-521

Tradução e Edição: B&C Revisão de Textos, SP

Foto da capa: UNICEF/HQ95-0980/Shehzad Noorani

Agradecimentos

A produção deste relatório não teria sido possível sem a orientação e a contribuição de muitas pessoas, ligadas ou não ao UNICEF. Foram recebidas contribuições significativas dos seguintes escritórios locais do UNICEF: Bangladesh, Bolívia, Brasil, China, Gâmbia, Índia, Irã, Jamaica, Jordânia, Madagascar, Montenegro, Moçambique, Nepal, Nicarágua, Papua Nova Guiné, Sérvia, Sri Lanka, Tadjiquistão, Uganda, Uzbequistão e Zimbábue. Informações também foram disponibilizadas pela Divisão de Programas, pela Divisão de Políticas e Planejamento, Escritório das Nações Unidas para Assuntos e Relações Exteriores e pela Divisão de Comunicações, pela sede em Nova Iorque, por escritórios regionais do UNICEF e pelo Centro de Pesquisas Innocenti.

Agradecimentos sinceros a Casimira Rodríguez Romero, Ministra da Justiça da Bolívia, por sua contribuição especial.

EDITORIAL

Patricia Moccia, *Editora Chefe*; David Anthony, Editor; Allyson Alert; Chris Brazier,Christine Dinsmore; Hirut Gebre-Egziabher; Emily Goodman; Paulina Gruszczynski; Tamar Hahn; Pamela Knight; Amy Lai; Catherine Langevin-Falcon; Jodi Liss; Najwa Mekky; Lorna O'Hanlon; Catherine Rutgers.

TABELAS ESTATÍSTICAS

Tessa Wardlaw, *Chefe*, Seção de Informações Estatísticas, Divisão de Políticas e Planejamento; Priscilla Akwara; Claudia Cappa; Friedrich Huebler; Rouslan Karimov; Edilberto Loaiza; Nyein Nyein Lwin; Mary Mahy, Maryanne Neill; Ngagne Diakhate; Khin Wityee Oo; Emily White Johansson.

PROJETO E PRÉ-PRODUÇÃO

Prographics, Inc.

COMITÊ DIRETOR

Rima Salah, *Presidente*; Gordon Alexander; Maie Ayoub von Kohl; Liza Barrie; Wivina Belmonte; Samuel Bickel; Susan Bissell; Mark Hereward; Eva Jespersen; Afshan Khan; Gabriele Koehler; Erma Manoncourt; Peter Mason; Sidya Ould El-Hadj; David Parker; Mahesh Patel; Marie-Pierre Poirier; Dorothy Rozga; Fabio Sabatini; Christian Schneider; Susana Sottoli; Yves Willemot; Alexandre Zouev.

PESQUISA E DIRETRIZES DE POLÍTICAS

Elizabeth Gibbons, *Chefe*, Seção de Políticas Globais, Divisão de Políticas e Planejamento; David Stewart, *Consultor Sênior de Políticas*, Seção de Políticas Globais; Raluca Eddon; Ticiana Maloney; Annalisa Orlandi; Kate Rogers.

PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Jaclyn Tierney, *Editora de Produção*; Edward Ying, Jr.; Germain Ake; Eki Kairupan; Farid Rashid; Elias Salem.

TRADUÇÃO

Edição francesa: Marc Chalamet
Edição espanhola: Carlos Perellón.

PESQUISAS FOTOGRÁFICAS

Allison Scott; Susan Markisz.

IMPRESSÃO

Gist e Herlin Press.

PAINEL DE CONSULTORES EXTERNOS

Anne Marie Goetz; Edmund Fitzgerald; Geeta Rao Gupta; Kareen Jabre; Sir Richard Jolly; Azza M. Karam; Elizabeth M. King; Laura Laski; Joyce Malombe; Carolyn Miller; Agnes Quisumbing; Gustav Ranis.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Lori Beaman, Esther Duflo, Rohini Pande e Petia Topalova; Elizabeth Powley; Sylvia Chant; Leslie A. Schwindt-Bayer.

ÍNDICE

Kofi A. Annan
Secretário-Geral da
Organização das Nações Unidas vi

Ann M. Veneman
Diretora Executiva, UNICEF.....vii

Capítulo 1 1

Capítulo 2 17

Capítulo 3 37

Capítulo 4 51

Capítulo 5 69

Referências.....88

Tabelas Estatísticas 98
Nota geral sobre os dados 99
Classificação por mortalidade de menores de 5 anos 101
Tabela 1: Indicadores Básicos 102
Tabela 2: Nutrição.....106
Tabela 3: Saúde 110
Tabela 4: HIV/aids 114
Tabela 5: Educação.....118
Tabela 6: Indicadores demográficos 122
Tabela 7: Indicadores econômicos 126
Tabela 8: Mulheres 130
Tabela 9: Proteção à criança 134
Resumo de indicadores 136
Medindo o desenvolvimento humano 137
Tabela 10: Taxas de progresso 138

Índice remissivo 142

Glossário.....146

Escritórios do UNICEF 148

1 Um clamor por igualdade

Resumo viii

Destaques

Discriminação de gênero através do ciclo da vida.....4

Discriminação e desigualdades de gênero através das regiões 8

Figuras

1.1 Em muitas regiões em desenvolvimento, meninas têm maior probabilidade de não freqüentar a educação secundária do que meninos 3

1.2 Atitudes discriminatórias dos homens em relação às mulheres variam entre as regiões, mas são significativas em todos os lugares.....6

1.3 Na África ao sul do Saara, mulheres jovens são mais vulneráveis à infecção por HIV, mas têm menos conhecimento sobre o HIV do que homens jovens 11

1.4 A proporção de partos de bebês de mães adolescentes (15-19 anos de idade) nos países menos desenvolvidos chega a mais de 1 em cada 4.....13

1.5 Altas taxas de mortalidade materna estão associadas a acesso limitado a serviços de cuidados de saúde para gestantes.....14

2 Igualdade na família

Resumo.....16

Destaques

Violência doméstica contra crianças 24

Avós e HIV/aids 30

Centros de mães na Europa Central e Oriental e na Gâmbia 34

Figuras

2.1 Muitos maridos tomam sozinhos as decisões sobre a saúde de suas mulheres 18

2.2 Muitos maridos tomam sozinhos as decisões sobre gastos familiares diários 19

2.3 Muitos maridos tomam sozinhos as decisões sobre visitas a amigos e parentes 20

2.4 Prevalência de baixo peso entre crianças menores de 5 anos de idade em regiões em desenvolvimento 23

2.5 Apesar de melhorias recentes, geralmente as taxas de alfabetização de mulheres são mais baixas do que as dos homens 27

Mulheres e Crianças

O Duplo Dividendo da Igualdade de Gênero

3 Igualdade no emprego

Resumo 36

Destaques

As meninas correm risco de não freqüentar a escola quando as mulheres trabalham? 41

O impacto de locais de trabalho "amigos da família" nos países industrializados 46

Trabalho infantil: as meninas são mais prejudicadas do que os meninos? 48

Figuras

3.1 No mundo em desenvolvimento, as mulheres trabalham durante um número maior de horas do que os homens 38

3.2 Os salários nominais das mulheres são significativamente mais baixos do que os dos homens 40

3.3 Os ganhos estimados* das mulheres são substancialmente mais baixos do que os dos homens 41

3.4 Diferenças significativas entre homens e mulheres em relação à propriedade da terra na América Latina 42

3.5 No mundo em desenvolvimento, muitas mulheres trabalham no setor informal 44

4 Igualdade na política e no governo

Resumo 50

Destaques

As mulheres e a política: realidades e mitos 54

Grupos de mulheres: uma força para mudanças políticas 59

Mulheres e o Acordo de Paz de Darfur 62

Mulheres como mediadoras e mantenedoras da paz 63

A esperança de justiças para mulheres e crianças na Bolívia, por Casimira Rodríguez Romero 66

Figuras

4.1 Proposição de leis na Argentina e na Nova Zelândia 53

4.2 Na maioria dos países pesquisados, grande parte do público concorda ou concorda veementemente que os homens tornam-se melhores líderes políticos do que as mulheres .. 55

4.3 Participação de mulheres em parlamentos nacionais através das regiões 56

4.4 Mulheres na governança 58

5 Colhendo o duplo dividendo da igualdade de gênero

Resumo 68

Destaques

Parcerias para a educação de meninas 70

Acompanhando os compromissos dos governos com relação ao aumento de poder da mulher por meio de orçamentos sensíveis a gênero 74

Parceiras para promover os direitos da criança e a igualdade de gênero nas agendas políticas 76

Cotas: 'tamanho único' não atende a todos 79

Participação de mulheres em iniciativas baseadas na comunidade nos países em desenvolvimento 82

O Programa H: desafiando estereótipos de gênero e modificando atitudes no Brasil e em outros países 84

Parceiras para o fornecimento de estimativas de melhor qualidade sobre mortalidade materna 86

Figuras

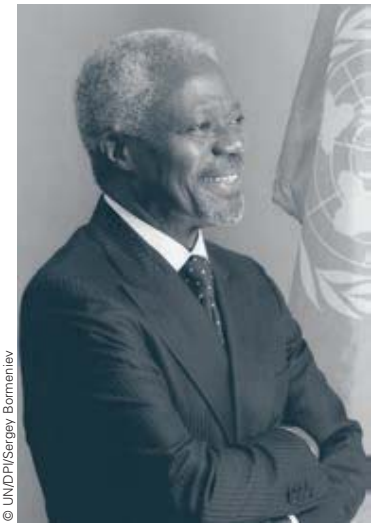
5.1 A maior parte dos países que têm maior número de mulheres no parlamento utiliza cotas políticas 78

5.2 Os países que têm maior número de mulheres no parlamento também têm maior probabilidade de utilizar cotas 80

5.3 Em muitos países, dados desagregados por sexo não estão disponíveis para indicadores básicos 85

Mensagem do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas

Eliminar a discriminação de gênero e aumentar o poder da mulher são dois dos principais desafios com que o mundo se depara nos dias atuais. Quando as mulheres são saudáveis, instruídas e livres para aproveitar as oportunidades que a vida lhes oferece, a infância floresce e o país prospera, gerando um duplo dividendo para a mulher e para a criança.



© UNDPI/Sergey Bormeniev

Nos 27 anos que se passaram desde a adoção da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, muitas ações foram empreendidas em favor dos progressos da mulher. Mas ainda falta muito para alcançarmos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Sem igualdade de gênero, não pode haver desenvolvimento sustentável. A conquista dos nossos objetivos torna-se impossível enquanto houver discriminação contra metade da raça humana.

Estudos consecutivos nos ensinaram que nenhuma ferramenta é mais eficaz para o desenvolvimento do que o aumento do poder da mulher. Nenhuma outra política tem tanta probabilidade de aumentar a produtividade ou de reduzir a mortalidade infantil e materna. Nenhuma outra política oferece tanta garantia de melhorar a nutrição e promover a saúde, inclusive a prevenção de HIV/aids. Nenhuma outra política tem tanto poder para aumentar as chances de educação da próxima geração. É por essa razão que a discriminação contra mulheres de todas as idades priva crianças de todas as partes do mundo – todas elas, não apenas as meninas – da chance de alcançar seu potencial. Trata-se de um assunto que toca a essência na missão do UNICEF: proteger os direitos de todas as crianças.

Ao longo de meus dez anos como Secretário-Geral, tive o orgulho de juntar minha voz ao clamor do UNICEF para que o mundo dê mais atenção à vida, às necessidades e aos direitos das crianças. Entre as muitas questões tratadas pelo UNICEF durante a última década, nenhuma ocupa posição mais central em seu mandato do que os direitos da mulher.

Kofi A. Annan
Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas

Prólogo

O relatório *Situação Mundial da Infância 2007* aborda as condições de vida de mulheres em todo o mundo por uma razão simples: a igualdade de gênero e o bem-estar da criança são indissociáveis. Quando a mulher tem maior poder para viver de maneira plena e produtiva, as crianças prosperam. A experiência do UNICEF mostra também o que ocorre na situação inversa: quando a mulher é privada de oportunidades igualitárias dentro da sociedade, as crianças sofrem.

© UNICEF/HQ05-2284/Christine Johnston

O trabalho desenvolvido dentro de cada país em direção ao terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – promover igualdade de gênero e aumentar o poder da mulher – gerará o duplo dividendo de melhorar a vida da mulher e da criança. Esse trabalho também contribuirá para que todos os outros objetivos sejam atingidos – desde reduzir a pobreza e a fome até salvar a vida de crianças, melhorar a saúde materna, garantir educação universal, combater o HIV/aids, a malária e outras doenças, garantir sustentabilidade ambiental, e desenvolver parcerias novas e inovadoras em favor do desenvolvimento.

Apesar do compromisso da comunidade internacional com relação à igualdade de gênero, mulheres e meninas em todo o mundo vivem em meio ao flagelo da discriminação, da falta de poder e da pobreza. Este relatório ilustra os diversos desafios remanescentes. Mulheres e meninas são afetadas de maneira desproporcional pela pandemia de aids; o casamento infantil é imposto a muitas meninas, por vezes antes de completarem 15 anos de idade; as taxas de mortalidade materna permanecem injustificavelmente altas em muitos países; na maior parte do mundo, as mulheres ganham menos do que os homens pelas mesmas tarefas; em todo o mundo, milhões de mulheres e meninas sofrem violência física e sexual, com poucas alternativas de recurso por meio dos sistemas de justiça e de proteção.

Declarações, convenções e objetivos não bastam. É imprescindível que passemos definitivamente da esfera das palavras para a esfera das ações concretas. As páginas a seguir deixarão claro que, quando mulheres e meninas tiverem oportunidades igualitárias de receber educação, participar no governo, alcançar auto-suficiência econômica e estar a salvo de violência e da discriminação relacionadas a gênero, a promessa da igualdade de gênero terá sido cumprida. Nesse dia, a missão do UNICEF de alcançar um mundo para a criança poderá ser realizada.

Ann M. Veneman
Diretora Executiva
Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

A igualdade de gênero é uma questão fundamental para a realização da Agenda do Milênio, que corre o risco de fracassar caso não haja participação plena de todos os membros da sociedade. Na essência da Declaração do Milênio e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e no cerne da própria ONU, existe o reconhecimento de que as pessoas vulneráveis – principalmente as crianças – precisam de cuidados e atenção especiais. A igualdade de gênero não tirará da pobreza apenas as mulheres, mas também suas crianças, suas famílias, suas comunidades e seus países. Sob esse ponto de vista, a igualdade de gênero não é apenas uma atitude moralmente correta – é crucial para o progresso humano e para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a igualdade de gênero rende um duplo dividendo: beneficia a mulher e a criança. Mulheres saudáveis, instruídas e fortalecidas têm filhas e filhos saudáveis, educados e confiantes. Comprovadamente, a influência que a mulher exerce sobre as decisões familiares tem impacto positivo sobre a nutrição, os cuidados de saúde e a educação de seus filhos. Mas os benefícios da igualdade de gênero vão além do impacto direto sobre as crianças: sem ela, será impossível criar um mundo de eqüidade, tolerância e responsabilidades compartilhadas – um mundo para a criança.

Mesmo assim, apesar dos ganhos substanciais no aumento do poder da mulher desde que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada em 1979 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, a discriminação de gênero ainda está infiltrada em todas as regiões do mundo. Manifesta-se na preferência por filhos do sexo masculino, nas oportunidades de educação e trabalho, que são limitadas para meninas e mulheres, e na violência escancarada que denuncia a discriminação de gênero na forma de agressões físicas e abusos sexuais.

Embora menos óbvias, outras formas de violência podem ser igualmente destrutivas. A discriminação institucional é mais difícil de identificar e corrigir. Tradições culturais podem perpetuar a exclusão e a discriminação sociais de uma geração para outra, devido a estereótipos de gênero que se mantêm amplamente aceitos e permanecem inalterados.

A eliminação da discriminação de gênero e o aumento do poder da mulher demandam maior influência das mulheres em decisões fundamentais que moldam sua vida e a vida de seus filhos em três arenas distintas: a família, o local de trabalho e a esfera política. Mudanças em qualquer dessas áreas têm influência sobre a igualdade da mulher nas demais, e geram impactos profundos e positivos na vida das crianças em todas as partes do mundo. Este relatório apresenta caminhos para acelerar os progressos em direção à igualdade de gênero, por meio de educação, financiamento, legislação, envolvimento de homens e meninos, a mulher aumentando o poder de mulheres e pesquisas e dados de melhor qualidade.

1

Um clamor por igualdade

© UNICEF/SWZK00161/Giacomo Pirozzi

A igualdade entre homens e mulheres tem sido um dos objetivos das Nações Unidas desde sua criação. O Preâmbulo da Carta das Nações Unidas, de 1945, destaca seu objetivo de "reafirmar a crença nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, nos direitos iguais de homens e mulheres, e de nações, grandes ou pequenas."

Essas palavras associam igualdade a desenvolvimento humano, reconhecendo que tanto mulheres quanto homens são essenciais para o progresso social e econômico das nações. Mais de 60 anos atrás, líderes globais imaginaram um mundo em que todas as pessoas compartilhariam os mesmos direitos, recursos e oportunidades; onde a abundância predominaria; e no qual homens, mulheres e crianças estariam livres da desesperança e das desigualdades.

O clamor por direitos iguais avançou no sentido de uma busca por igualdade de gênero no momento em que se fez distinção entre gênero e sexo. Sexo é biológico: a mulher tem dois cromossomos X, o homem tem um cromossomo X e um Y. Gênero, por outro lado, é um constructo social que descreve o que é feminino e o que é masculino. Ao reconhecer que os papéis de gênero não são inatos, mas sim aprendidos, os proponentes da igualdade de gênero desafiaram os estereótipos e a discriminação infiltrada que mantinham mulheres e meninas em situação de desvantagem, tanto socialmente quanto economicamente.

Apesar do clamor por igualdade de gênero incluído em documentos como a Declaração Universal de Direitos Humanos, adotada em 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, e em outros documentos relacionados, a causa dos direitos da mulher somente assumiu a devida posição na agenda internacional em 1974. Nessa ocasião, a Comissão das Nações Unidas sobre o *Status* da Mulher – que havia sido criada em 1946 e já tinha conseguido adotar diversos instrumentos legais – foi encarregada de elaborar um instrumento vinculante em nível internacional, para proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais da mulher. O resultado desse trabalho – a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) – foi adotado em 1979 pela Assembléia Geral das Nações Unidas.[1] A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que trata dos direitos inalienáveis das crianças, foi adotada uma década depois.

Os líderes mundiais sabem que o ritmo do desenvolvimento humano é comprometido por práticas arraigadas de discriminação e injustiça. Mesmo assim, embora 27 anos já tenham decorrido desde a adoção da Cedaw – e embora a Convenção tenha recebido 184 ratificações, adesões e sucessões por parte dos países membros –, milhões de mulheres e meninas em todas as partes do mundo ainda são privadas de poder, de voz e de direitos. As conseqüências negativas da desigualdade que atinge as mulheres refletem-se por toda a sociedade.

O relatório *Situação Mundial da Infância 2007* analisa a discriminação e a falta de poder que a mulher enfrenta ao longo de sua vida e discute o que pode ser feito para eliminar a discriminação de gênero e para aumentar o poder das mulheres e das meninas. Começa pela análise do *status* atual da mulher e discute em seguida de que maneira a igualdade de gênero permitirá avanços em direção ao cumprimento de todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs); e como os investimentos nos direitos da mulher renderão, ao final, um duplo dividendo: aprimoramento dos direitos da mulher e da criança

Os direitos da mulher e da criança reforçam-se mutuamente

O tópico deste relatório levanta uma questão lógica: "Por que motivo o UNICEF, uma organização que defende os direitos da criança, faz o acompanhamento dos direitos da mulher?" A resposta tem duas partes.

© UNICEF/HQ04-1287/Giacomo Pirozzi

Em primeiro lugar, como este relatório demonstra, a igualdade de gênero favorece a defesa da sobrevivência e do desenvolvimento da criança. Uma vez que as mulheres são as principais cuidadoras das crianças, seu bem-estar contribui para o bem-estar de seus filhos. Mulheres saudáveis, instruídas e fortalecidas têm maior probabilidade de ter filhas e filhos saudáveis, educados e seguros. A autonomia da mulher, definida como a capacidade de controlar sua própria vida e de participar nas decisões que a afetam e que afetam sua família, está associada a melhores condições de nutrição infantil (*ver Capítulo 2, página 24*). Outros aspectos da igualdade de gênero, como níveis de educação entre as mulheres, também têm ligação com melhores resultados para a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.[2]

Apoiando os direitos da mulher, as sociedades também protegem as meninas a as dolescentes. A igualdade de gênero significa que meninas e meninos têm igual acesso a alimentação, cuidados de saúde, educação e oportunidades. As evidências mostraram que mulheres que têm seus direitos garantidos têm maior probabilidade de assegurar às suas filhas o acesso a condições adequadas de nutrição, cuidados de saúde, educação e proteção contra injustiças.

Em segundo lugar, a igualdade de gênero é essencial para criar o mundo imaginado pela Declaração do Milênio – um mundo de paz, eqüidade, tolerância, segurança, liberdade, respeito pelo meio ambiente e responsabilidades compartilhadas –, no qual as pessoas mais vulneráveis, especialmente as crianças, recebem cuidados e atenção especiais. É esse o mundo pelo qual a comunidade internacional comprometeu-se a lutar – um mundo para as mulheres e as crianças.

A realização dos progressos humanos necessários para o cumprimento da Agenda do Milênio demandará nada menos do que a participação plena de todos os membros da sociedade. No Encontro de Cúpula do Milênio, realizado na sede da ONU em 2000, os líderes mundiais entenderam essa condição. Reconheceram que a igualdade de gênero dará poder às mulheres para que vençam a pobreza, com múltiplos benefícios para suas famílias, suas comunidades e seus países.

A Agenda do Milênio reflete esse reconhecimento da importância fundamental da igualdade de gênero para o desenvolvimento humano. Especificamente, a Declaração do Milênio exige a implementação plena da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e da Convenção sobre os Direitos da Criança – identificadas como padrões fundamentais de direitos humanos para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Esses objetivos – diretrizes da comunidade internacional para o desenvolvimento sustentável – estabeleceram marcos com prazo determinado para a promoção da igualdade de gênero e o aumento do poder da mulher. No entanto, de acordo com a Agenda do Milênio, a igualdade de gênero não é simplesmente um método para acelerar o desenvolvimento humano: é também um direito moral.

Complementaridades e tensões entre as duas convenções

Tendo em vista que o *status* da mulher e o bem-estar da criança estão profundamente interligados, os defensores da criança seriam negligentes se deixassem de defender a causa da igualdade de gênero. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) e a Convenção sobre os Direitos da

Criança (CDC) são tratados irmãos – inexoravelmente associados na mobilização das comunidades em direção ao pleno cumprimento dos direitos humanos. Cada um deles especifica direitos que não podem ser anulados em função de idade, gênero, classe econômica ou nacionalidade. Os dois tratados são complementares, sobrepondo-se em sua exigência de definição de direitos e responsabilidade e preenchendo falhas cruciais que poderiam existir se cada um deles fosse aplicado isoladamente.

Diversos artigos da Cedaw tratam de direitos pertinentes à criança, entre os quais igualdade (artigos 2 e 15), proteção à maternidade (artigo 4), cuidados de saúde adequados (artigo 12) e responsabilidade materno-paterna compartilhada (artigo 16). A CDC exige igualdade de acesso à educação e a cuidados de saúde para meninas e meninos. As duas convenções pedem o fim da violência e dos abusos e baseiam-se em princípios de não-discriminação, participação e responsabilização.

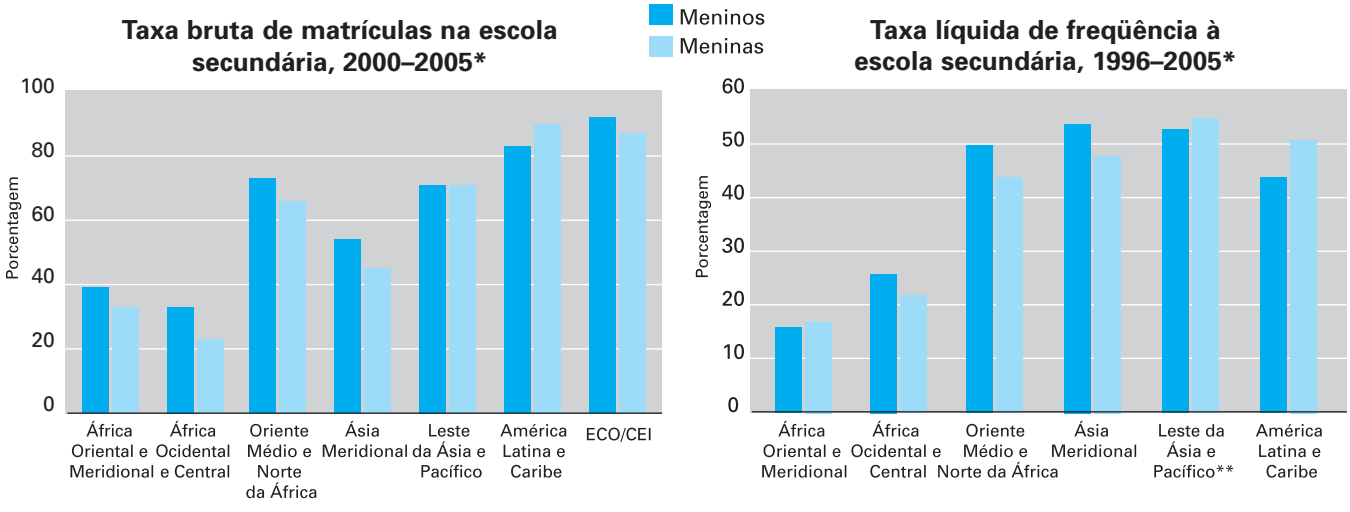
Os tratados não são perfeitamente sintonizados: há áreas de tensão. Por exemplo, alguns defensores da igualdade de gênero avaliam que a CDC reforça o estereótipo da mulher como mãe, limitando suas opções de vida. Alguns defensores dos direitos da criança acreditam que a Cedaw está demasiadamente centrada no direito da mulher à sua realização pessoal, podendo eventualmente subverter a importância da maternidade. Apesar dessas diferenças, as duas convenções têm mais aspectos em comum do que divergências: estabelecem os padrões para um mundo eqüitativo, no qual os direitos de todos os seres humanos – mulheres e homens, velhos e jovens – são respeitados.

Os direitos da mulher não são tão amplamente aceitos quanto os da criança

Embora os dois tratados tenham sido amplamente endossados, a Cedaw enfrentou maiores dificuldades para ser aceita e ratificada. Algumas nações que aceitam prontamente o conceito de que as crianças têm direitos estão menos dispostas a admitir que as mulheres também têm direitos. E ainda que 184 países façam parte da Cedaw, muitas das adesões foram feitas com reservas com relação a artigos específicos. Na verdade, entre todos os tratados das Nações Unidas, a Cedaw é aquele que contém o maior número de reservas, destacando a ampla resistência aos direitos da mulher.[3]

A Cedaw e a CDC receberam vigoroso apoio retórico. Na prática, porém, nenhuma das duas

Figura 1.1 Em muitas regiões em desenvolvimento, meninas têm maior probabilidade de não freqüentar a educação secundária do que meninos



Notas: A taxa bruta de matrículas na educação secundária refere-se ao número de crianças matriculadas na escola secundária, independentemente de idade, expresso como porcentagem do número total de crianças na idade oficial para a educação secundária. A taxa líquida de freqüência à escola secundária refere-se ao número de crianças que freqüentam a escola secundária, com a idade oficial para a educação secundária, expresso como porcentagem do número total de crianças nessa idade. Esses dados são extraídos de levantamentos domiciliares nacionais.
* Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado.
** Exclui China.

Fontes: *Taxa bruta de matrículas na educação secundária*: Instituto da Unesco para Estatísticas. Ver dados subjacentes nas Tabelas Estatísticas deste relatório, página 98. *Taxa líquida de freqüência à escola secundária*: Pesquisas de Demografia e Saúde e Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos. Ver dados subjacentes nas Tabelas Estatísticas deste relatório, página 98.

Discriminação de gênero através do ciclo da vida

Feticídio e infanticídio

A discriminação de gênero começa cedo. Modernos instrumentos de diagnóstico para a gestação tornaram possível determinar o sexo do bebê logo no início. Nos locais em que há uma evidente preferência econômica ou cultural por filhos homens, o mau uso dessas técnicas pode facilitar o feticídio feminino. Embora não haja evidências conclusivas para confirmar esse mau uso ilegal, histórias sobre nascimentos e dados de recenseamentos na Ásia – principalmente na China e na Índia – revelam uma proporção excepcionalmente alta de nascimentos de meninos, assim como de meninos com menos de 5 anos de idade. Essa constatação sugere a ocorrência de feticídio e infanticídio seletivos por sexo nos dois países mais populosos do mundo – apesar das iniciativas para erradicar essas práticas nos dois países.

Os anos intermediários

Um foco importante dos anos intermediários da infância e da adolescência é garantir acesso à escola primária e secundária de qualidade, assim como a conclusão desses níveis de educação. Com poucas exceções, as meninas são normalmente mais prejudicadas no que diz respeito à educação.

Educação primária

Para cada 100 meninos fora da escola, há 115 meninas na mesma situação. Embora a diferença de gênero tenha diminuído consistentemente nas últimas décadas, cerca de uma em cada cinco meninas matriculadas na escola primária nos países em desenvolvimento não conclui a educação primária. A falta da educação primária priva a menina da oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial. Pesquisas mostraram que mulheres educadas têm menor probabilidade de morrer por problemas de parto, e têm maior probabilidade de colocar seus filhos na escola. As evidências indicam uma redução de 50% nas taxas de mortalidade de menores de 5 anos cujas mães freqüentaram a escola primária.

Educação secundária

Estimativas recentes do UNICEF indicam que no mundo em desenvolvimento, em média, apenas 43% das meninas na idade adequada freqüentam a escola secundária. São múltiplos os motivos: talvez simplesmente não haja escolas secundárias disponíveis – muitos países em desenvolvimento e doadores têm tradicionalmente focalizado a oferta de educação primária universal, negligenciando a dotação de recursos para aumentar o número de matrículas e a freqüência na educação secundária; os pais de uma menina podem chegar à conclusão de que não podem arcar com os custos da educação secundária, ou podem ter a opinião tradicional de que o casamento limitaria suas ambições.
A educação secundária traz inúmeros benefícios para mulheres e crianças. É particularmente eficaz para postergar a idade em que uma jovem tem seu primeiro parto, e pode melhorar a liberdade de movimentos e a saúde das mães. Também fortalece o poder de negociação da mulher dentro da família (*ver Capítulo 2*), e é um fator fundamental para dar à mulher oportunidades de participação econômica e política (*ver Capítulos 3 e 4*).

Adolescência

Entre as maiores ameaças ao desenvolvimento de adolescentes estão abusos, exploração e violência, e a falta de conhecimentos vitais sobre saúde sexual e reprodutiva, inclusive sobre HIV/aids.

Mutilação/corte genital feminino

A mutilação/corte genital feminino (M/CGF) envolve a remoção parcial ou total da genitália feminina e outras lesões, por razões culturais não-médicas. A prática de M/CGF ocorre principalmente nos países da África ao sul do Saara, no Oriente Médio e Norte da África e em algumas regiões do Sudeste da Ásia. Estima-se que mais de 130 milhões de mulheres e meninas que ainda estão vivas tenham sido submetidas a M/CGF. Essa prática pode acarretar conseqüências graves de saúde – inclusive cicatrização inadequada, maior suscetibilidade a infecções por HIV, complicações durante o parto, doenças inflamatórias e incontinência urinária. Sangramentos graves e infecções podem levar à morte.

Casamento infantil e maternidade prematura

O casamento infantil ou precoce refere-se a casamentos e uniões em que um ou os dois parceiros têm menos de 18 anos de idade. Em termos globais, 36% das mulheres entre 20 e 24 anos de idade estavam casadas ou viviam maritalmente antes de completar 18 anos, uma prática mais comum na Ásia Meridional e na África ao sul do Saara. O casamento infantil é uma tradição antiga nas áreas em que é praticado, o que por vezes torna os protestos praticamente impossíveis. Os pais podem consentir no casamento infantil devido a necessidades econômicas, ou por acreditar que o casamento protegerá suas filhas contra assédio sexual e gestações fora do casamento, ampliará os anos férteis das meninas, ou garantirá obediência às famílias de seus maridos.

Gestação e maternidade prematuras são conseqüências inevitáveis do casamento infantil. Estima-se que 14 milhões de adolescentes entre 15 e 19 anos de idade dêem à luz a cada ano. Meninas menores de 15 anos de idade têm probabilidade cinco vezes maior de morrer durante a gestação e o parto do que mulheres a partir de 20 anos de idade. Quando a mãe tem menos de 18 anos, a chance de seu bebê morrer no primeiro ano de vida é 60% maior do que o bebê de uma mãe com mais de 19 anos. Mesmo quando a criança sobrevive, tem maior probabilidade de sofrer de baixo peso ao nascer, de desnutrição e de desenvolvimento físico e cognitivo tardio.

Abuso sexual, exploração e tráfico

Quanto mais novas as meninas, maior a probabilidade de que sua primeira relação sexual tenha sido imposta. De acordo com um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde, 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos menores de 18 anos de idade sofreram relações sexuais forçadas ou outras formas de violência física e sexual em 2002. Em alguns países, a ausência de idade mínima para o consentimento sexual e para o casamento expõe as crianças à violência de seus parceiros.

Estima-se em 1,8 milhão por ano o número de crianças que estão envolvidas em sexo comercial. Muitas são forçadas a fazê-lo, ou quando são vendidas à escravidão sexual por famílias pobres desesperadas, ou por rapto e tráfico para bordéis ou outros ambientes de exploração. Crianças exploradas pela indústria do sexo comercial estão sujeitas a negligência, violência sexual e abusos físicos e psicológicos.

Saúde sexual e reprodutiva

Uma vez que o sexo sem proteção traz o risco de gravidez e de infecção por doenças sexualmente transmitidas, inclusive HIV, o conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva é essencial para a segurança dos jovens. Apenas informações não garantem proteção, mas certamente são um primeiro passo. No entanto, adolescentes em todas as partes do mundo ainda têm conhecimentos limitados sobre questões de saúde reprodutiva e sobre os riscos que estão correndo.

HIV/aids

Até 2005, cerca de 50% dos 39 milhões de pessoas que vivem com HIV eram mulheres. Em regiões da África e do Caribe, moças (entre 15 e 24 anos de idade) têm uma probabilidade seis vezes maior de contrair a infecção do que os rapazes com a mesma idade. As mulheres correm maior risco de contrair HIV do que os homens.

Uma explicação importante é o fator fisiológico – as mulheres têm probabilidade no mínimo duas vezes maior do que os homens de contrair HIV durante uma relação sexual. O outro fator crucial, e amplamente reversível, é social – a discriminação de gênero nega à mulher o poder de negociação de que necessita para reduzir seus riscos de infecção. Altas taxas de analfabetismo entre mulheres impedem que tenham conhecimento sobre os riscos da infecção de HIV e as estratégias de proteção possíveis. Um levantamento realizado em 24 países africanos ao sul do Saara revela que no mínimo dois terços das mulheres jovens não possuem conhecimentos abrangentes sobre a transmissão do HIV.

O aumento dramático nas taxas de infecção entre mulheres aumenta o risco de infecção entre crianças. Os bebês são infectados por suas mães durante a gestação, o parto ou a amamentação. Em 2005, mais de dois milhões de crianças até 14 anos de idade viviam com HIV.

Maternidade e terceira idade

A maternidade e a terceira idade são dois períodos críticos na vida de muitas mulheres, nos quais os efeitos perniciosos da pobreza e da desigualdade podem estar associados.

Mortalidade materna

Estima-se que, a cada ano, mais de meio milhão de mulheres morram durante complicações de gestação e de parto – aproximadamente uma a cada minuto. Cerca de 99% de todas as mortes maternas ocorrem nos países em desenvolvimento, sendo mais de 90% na África e na Ásia. Em 2000, dois terços das mortes maternas ocorreram em 13 dos países mais pobres do mundo. No mesmo ano, somente a Índia foi responsável por 25% de todas as mortes maternas. Na África ao sul do Saara, uma em cada 16 mulheres morrerá ao longo de seus anos férteis em conseqüência de gestação ou parto, em comparação com apenas uma em cada quatro mil nos países industrializados. Além disso, a probabilidade de morte de recém-nascidos órfãos de mãe é de três a dez vezes maior do que a de recém-nascidos de mães que sobrevivem ao parto.

A vida de muitas dessas mulheres poderia ser salva caso tivessem acesso a serviços de cuidados básicos de saúde, inclusive atendentes habilitados em todos os partos e cuidados obstétricos emergenciais para aquelas que apresentam complicações.

Mulheres na terceira idade

Mulheres idosas podem enfrentar dupla discriminação: de gênero e de idade. As mulheres tendem a viver mais do que os homens, às vezes não têm controle sobre os recursos da família, e podem ser discriminadas nas leis de herança e propriedade. Muitas mulheres idosas são arrastadas para a pobreza em um momento de sua vida em que se encontram muito vulneráveis. Apenas alguns países em desenvolvimento têm redes de segurança para pessoas idosas, na forma de pensão não contributiva ou mediante avaliação de renda.

As avós, em particular, possuem grande cabedal de conhecimentos e experiências relacionados a todos os aspectos de saúde e cuidados maternos e infantis. Em muitas famílias, constituem o principal apoio de cuidados infantis para pais e mães que trabalham fora de casa. A experiência demonstra que os direitos da criança são mais protegidos quando os programas destinados a gerar benefícios para crianças e famílias também incluem mulheres idosas.

Ver Referências, página 88.

convenções foi plenamente implementada. Embora simulando convicção quanto ao direito à igualdade, os governos freqüentemente deixam de investir na mulher e na criança os sempre escassos recursos públicos, ou deixam de enfrentar hábitos, atitudes e crenças discriminatórias.

Com muita freqüência, observadores legais, organizações da sociedade civil e meios de comunicação também são omissos em suas responsabilidades quando deixam de acompanhar, avaliar publicamente ou cobrar responsabilidade de funcionários aos quais compete o cumprimento de promessas não atendidas.

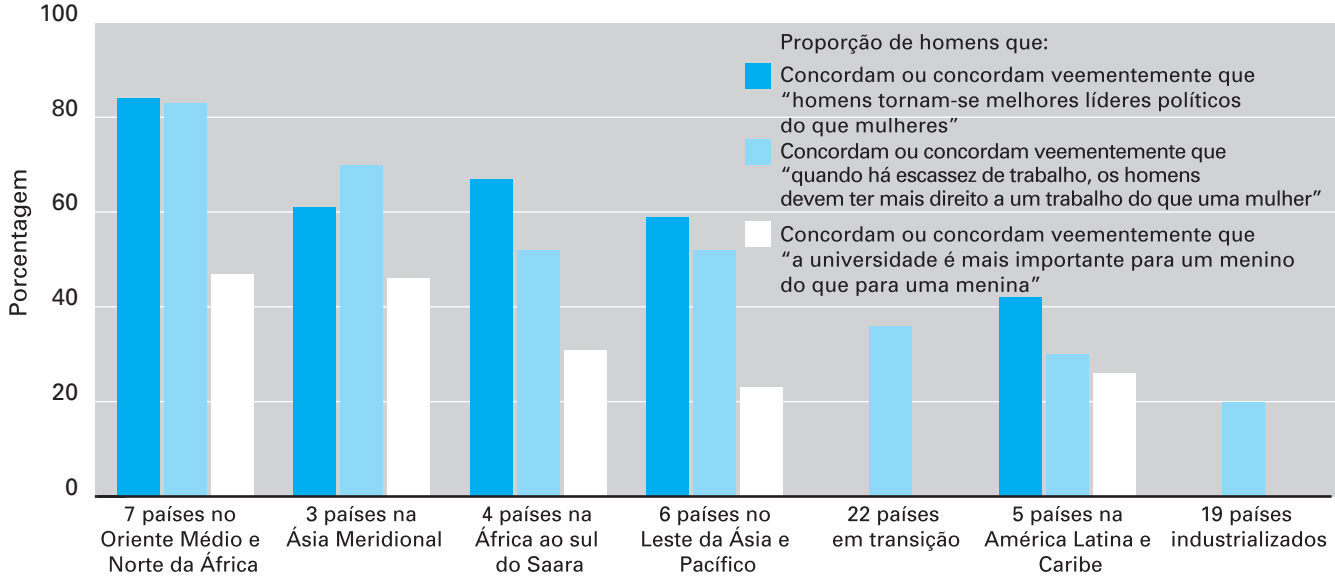
De maneira geral, a aplicação de convenções internacionais e de legislações nacionais relativas à mulher e à criança compete aos governos, e, em última instância, são eles que devem ser responsabilizados pela lentidão no ritmo dos progressos. No entanto, a resistência dos indivíduos, das famílias e das comunidades também criou empecilhos à igualdade de gênero e aos direitos da criança. Privilégios reservados aos homens ou a crença de que meninas e mulheres devem ser submissas podem deixá-las no último lugar na fila da alimentação, dos cuidados de saúde, da educação e das oportunidades econômicas.

Qualquer que seja a origem, todos os obstáculos à igualdade de gênero devem ser desmantelados, de modo que o desenvolvimento possa avançar. Embora mulheres e meninas sejam as mais diretamente prejudicadas pela desigualdade de gênero, seus efeitos perniciosos refletem-se através das sociedades. O fracasso no esforço pela garantia de igualdade para todos traz conseqüências deletérias para a estrutura moral, legal e econômica de todas as nações.

A natureza perniciosa da desigualdade de gênero

A discriminação de gênero é uma atitude disseminada. Embora a desigualdade possa variar quanto ao grau e ao nível, mulheres e meninas em todas as regiões do mundo são discriminadas no acesso a recursos, oportunidades e poder político.

Figura 1.2 **Atitudes discriminatórias dos homens em relação às mulheres variam entre as regiões, mas são significativas em todos os lugares**



Os cálculos do UNICEF baseiam-se em dados da Pesquisa Mundial sobre Valores, Etapa 4 (1999-2004). Os dados para cada país e território nos agregados regionais referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado. Os seguintes países e territórios estão incluídos nos agregados regionais citados: **Oriente Médio e Norte da África**: Arábia Saudita, Argélia, Egito, Irã, Iraque, Jordânia, Marrocos. **América Latina e Caribe**: Argentina, Chile, México, Peru, Venezuela. **Ásia Meridional**: Bangladesh, Índia, Paquistão. **Leste da Ásia e Pacífico**: China, Cingapura, Coréia do Sul, Filipinas, Indonésia, Vietnã. **África ao sul do Saara**: África do Sul, Nigéria, Tanzânia, Uganda. **Países em transição**: Albânia, Bielo-Rússia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Federação Russa, Hungria, Letônia, Lituânia, Macedônia, Moldova, Montenegro, Polônia, Quirguistão, República Checa, Romênia, Sérvia, Turquia, Ucrânia. **Países industrializados**: Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Malta, Portugal, Reino Unido, Suécia. Ver notas sobre metodologia em Referências, página 88.

Fonte: World Values Survey, www.worldvaluessurvey.org, acessado em junho de 2006.

A opressão de meninas e mulheres pode incluir preferência por filhos homens, limitação de opções pessoais e profissionais, privação de direitos humanos e violência claramente baseada em gênero.

A desigualdade é sempre trágica e, às vezes, fatal. A seleção de sexo durante a gestação e o infanticídio, prevalentes em partes da Ásia Meridional e Oriental, mostram o baixo valor atribuído à vida de meninas e mulheres, e resultaram em desequilíbrios populacionais, com o número de homens superando o de mulheres.[4]

Apesar do crescimento geral no número de matrículas escolares, mais de 115 milhões de crianças em idade escolar não recebem educação básica. Nos países em desenvolvimento, com poucas exceções, as meninas estão mais propensas a ficar fora da escola do que os meninos. Aquelas que estão matriculadas na escola freqüentemente abandonam os estudos quando chegam à puberdade, por diversas razões: necessidade de assumir responsabilidades domésticas, falta de instalações sanitárias nas escolas, insuficiência de modelos de papéis femininos, casamento infantil ou assédio e violência sexual, entre outras.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas são vítimas freqüentes de violência física e sexual, dentro e fora de casa. Embora essas agressões sejam sub-relatadas, devido ao estigma do crime, um estudo recente desenvolvido em diversos países pela Organização Mundial da Saúde revelou que entre 15% e 71% das mulheres sofreram agressões físicas e sexuais perpetradas por um parceiro íntimo.[5] A violência doméstica é a forma mais comum de agressão contra a mulher.[6]

Durante conflitos armados, estupros e agressões sexuais são freqüentemente utilizados como armas de guerra. Quando emergências complexas obrigam as pessoas a deixar suas casas, mulheres e meninas ficam expostas a maiores riscos de violência, exploração e abuso – às vezes por parte das próprias equipes de segurança ou de outras pessoas encarregadas de garantir sua proteção e sua segurança.

© UNICEF/HQ06-0510/Indrias Getachew

Discriminação e desigualdades de gênero através das regiões

Freqüentemente, atitudes, crenças e práticas que excluem a mulher estão profundamente enraizadas, e, em muitos casos, estreitamente associadas a normas culturais, sociais e religiosas. Entretanto, levantamentos, pesquisas de opinião e estudos de caso fornecem uma boa indicação da prevalência de discriminação de gênero em muitos países.

Uma pesquisa do Gallup realizada em cinco países da América Latina – Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador e México – constatou que 50% dos entrevistados acreditavam que a sociedade favorece os homens em detrimento das mulheres. No Brasil, apenas 20% dos entrevistados, homens e mulheres, acreditam que a sociedade trata igualmente ambos os sexos, e mais de 50% dos entrevistados nesse país e na vizinha Argentina consideram que mulheres e homens não gozam de igualdade em relação a oportunidades de trabalho. Embora esses resultados sejam extraídos de uma amostra pequena, podem ser indicativos de um reconhecimento mais amplo da discriminação de gênero na sociedade.

Examinando atitudes sociais sobre questões específicas, como acesso à educação e oportunidades de geração de renda para mulheres, o estudo revela de forma ainda mais evidente a extensão da discriminação de gênero e sua comparação através dos países. A Pesquisa Mundial sobre Valores identifica um número alarmantemente alto de homens que acreditam que níveis mais altos de educação são mais importantes para um menino do que para uma menina. E como mostra este relatório, são eles que freqüentemente detêm o poder na alocação de recursos da família para serviços vitais como educação e cuidados de saúde (*Ver Figura 1.2, p.6).*

Em Bangladesh, cerca de dois terços dos homens entrevistados declararam que a educação universitária de meninos deve ter prioridade sobre a de meninas – uma opinião que encontra eco em cerca de um terço dos homens entrevistados no Irã, no México e em Uganda, por exemplo. Em alguns países, as opiniões dos homens sobre essa questão particular foram menos discriminatórias, sendo que apenas um em cada dez homens entrevistados na China e menos de um em cada 13 nos Estados Unidos tinham a mesma opinião.

Essas opiniões sobre educação estão amplamente refletidas nas atitudes em relação ao trabalho da mulher e à sua participação na política. Em sete países pesquisados no Oriente Médio e no Norte da África, mais de 80% dos homens acreditam que, em casos de escassez de oferta, os homens têm mais direito ao trabalho do que as mulheres, e que são melhores líderes políticos do que as mulheres. Em outras regiões, a proporção de homens com essas opiniões é menor, mas ainda significativa.

O levantamento revelou que as opiniões das mulheres também podem ser tão ou mais discriminatórias do que as dos homens com relação a seu próprio gênero. Um número surpreendentemente grande de mulheres entrevistadas concordou ou concordou veementemente com a afirmação de que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres – inclusive mais de 50% de entrevistadas em Bangladesh, China, Irã e Uganda, mais de um terço na Albânia e no México, e uma em cada cinco nos Estados Unidos. Essas porcentagens destacam o fato de que atitudes discriminatórias contra mulheres e meninas não são simplesmente características de homens, mas também refletem normas e percepções que podem ser compartilhadas pela sociedade como um todo. Pesquisas mostraram que, quando as mulheres colocam essas normas de lado e quando a pressão para cumpri-las é diminuída, suas opções e seus valores são muito diferentes.

Embora essas pesquisas de opinião e esses levantamentos ofereçam uma perspectiva de opiniões de sociedades, não chegam a refletir a verdadeira extensão da discriminação de gênero. São necessários indicadores quantificáveis para compor um quadro mais claro das desigualdades e parcialidades produzidas pela discriminação contra mulheres e meninas. No entanto, uma vez que muitos levantamentos e recenseamentos nacionais e internacionais freqüentemente não são desagregados por sexo, esses indicadores são relativamente raros. Mesmo assim, os dados disponíveis indicam uma conclusão evidente: as desigualdades de gênero permanecem teimosamente entrincheiradas em todas as regiões do mundo.

Uma tentativa para captar a discriminação de gênero em um único indicador é a Medida de Fortalecimento de Gênero do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (MFG), que avalia a igualdade de gênero em tomadas de decisão em áreas básicas de participação econômica e política. A medida inclui renda estimada (um determinante crucial da influência de um membro da família sobre as decisões familiares), a porcentagem de mulheres que trabalham em posições de nível sênior e a porcentagem de mulheres parlamentares. Embora haja amplas variações através das regiões, o fortalecimento de gênero medido pelo MFG é mais baixo em países das regiões do Oriente Médio e Norte da África e da Ásia Meridional, e mais alto nos países industrializados.

Ainda que os países mais pobres tendam a ter níveis mais baixos de fortalecimento de gênero, não há evidências claras de que as desigualdades de gênero diminuam automaticamente em níveis de renda mais elevados. Do mesmo modo, baixa renda não deve constituir uma barreira para níveis mais altos de fortalecimento de gênero.

Ver Referências, página 88.

© UNICEF/HQ05-1568/Giacomo Pirozzi

Formas insidiosas de desigualdade de gênero

Tão abjeta quanto a negligência deliberada ou a violência brutal, a desigualdade de gênero também pode ser igualmente destrutiva.

A discriminação institucional é mais difícil de identificar e de corrigir. Quando estereótipos de gênero continuam sendo aceitos e não são desafiados, tradições culturais podem perpetuar a desigualdade e a discriminação através de gerações.

A divisão desigual do trabalho doméstico, que obriga meninas e mulheres a caminhar muitos quilômetros para buscar água e recolher lenha, ou a distribuição desigual dos recursos da família – como dar às meninas menos alimentos ou cuidados médicos – são exemplos de formas sutis de desigualdade. Com freqüência, essas formas arraigadas de discriminação mantêm na pobreza indivíduos, famílias e sociedades, e comprometem o desenvolvimento econômico, político e social.

Para que a pobreza seja superada, é preciso antes eliminar a desigualdade de gênero. São necessárias iniciativas importantes e determinação inabalável para pôr fim à discriminação de gênero individual e institucional. Atitudes, costumes e valores prejudiciais às mulheres e às meninas devem ser enfrentados. Não há história, legado, religião ou tradição cultural que possa justificar a desigualdade e a falta de poder.

O duplo dividendo da igualdade de gênero

Apesar da desigualdade de gênero arraigada, o *status* da mulher melhorou nas três últimas décadas. O aumento da conscientização com relação a práticas e conseqüências da discriminação – inclusive de violência física e sexual, mutilação/corte genital feminino (M/CGF), número desproporcional de mulheres afetadas pelo HIV/aids e analfabetismo de mulheres, entre outras – favoreceu maior demanda por mudanças. Por meio da promoção de reformas sociais e de legislação, os proponentes da igualdade de gênero

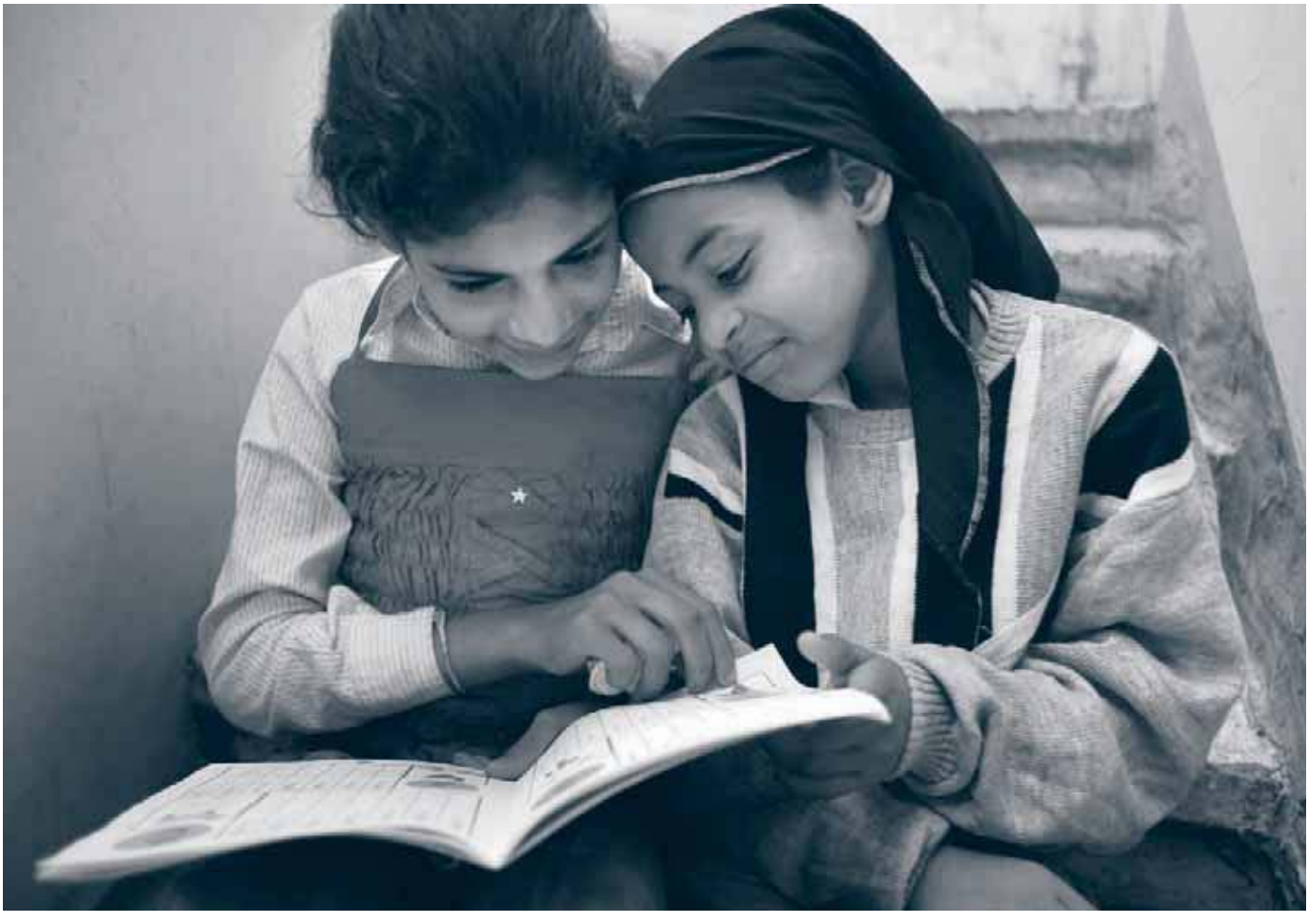
começaram a dar nova forma ao cenário social e político. E embora o gênero ainda influencie as opções e os desafios das pessoas, em muitas partes do mundo uma menina nascida em 2007 provavelmente terá um futuro melhor do que uma menina nascida em 1979, quando a Cedaw foi adotada.

Atualmente, mulheres e meninas têm acesso a oportunidades anteriormente restritas. As taxas de matrícula de meninas na escola primária tiveram um salto, e a diferença de gênero na educação está diminuindo; é grande o número de mulheres que ingressam na força de trabalho; e a representação de mulheres na política vem crescendo em muitas partes do mundo.

Em 2006, por exemplo, Chile e Jamaica elegeram mulheres como chefes de governo pela primeira vez (a presidente do Chile, Michelle Bacheler, é também chefe de Estado). Além disso, na Coréia do Sul, em abril de 2006, pela primeira vez uma mulher assumiu o cargo de primeira-ministra, elevando para 14 o número total de mulheres chefes de Estado e de governo em todo o mundo.[7] Embora esse número seja muito pequeno, uma vez que são 192 os Estados Membros na ONU, há menos de 50 anos não havia nenhuma mulher na posição de líder de governo.[8]

Apesar dos ganhos com relação à igualdade de gênero, é muito grande o número de mulheres e meninas que foram deixadas para trás e que continuam privadas de poder e do direito de se manifestar. A pobreza, a desigualdade e a violência afetam as mulheres de maneira desproporcional. Segundo estimativas abrangentes, elas constituem a maior parte dos pobres do mundo,[9] representam cerca de dois terços das pessoas analfabetas,[10] e, juntamente com as crianças, somam 80% das mortes de civis durante conflitos armados.[11]

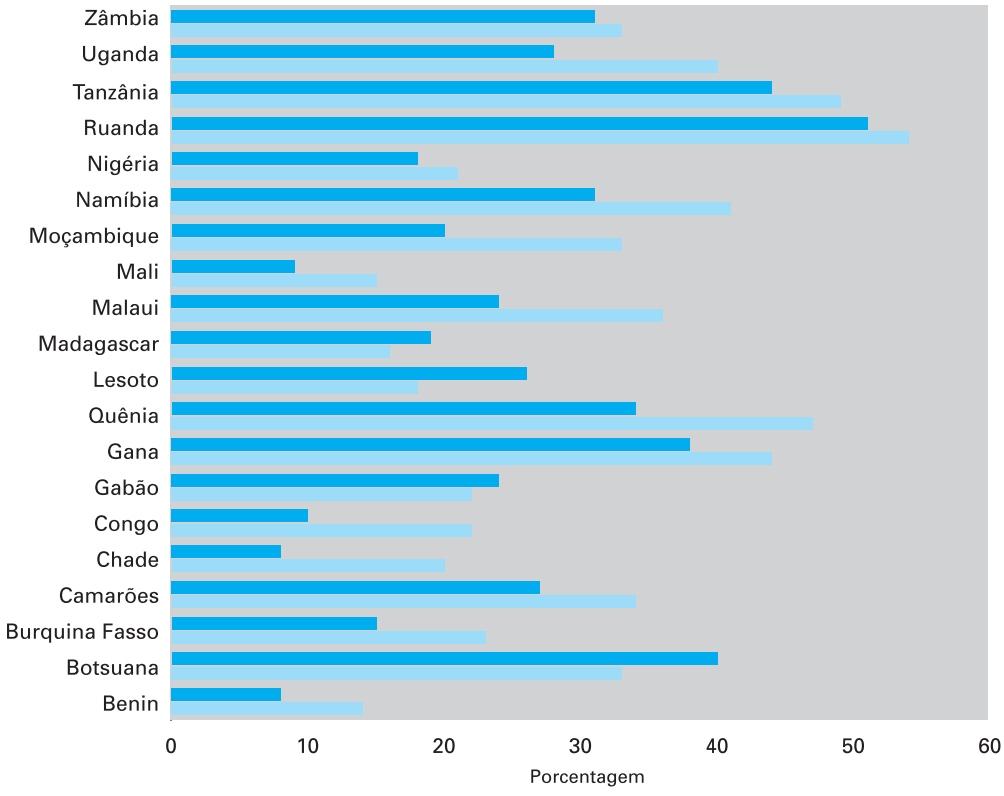
Por ocasião da Sessão Especial sobre as Crianças, na Assembléia Geral realizada em maio de 2002, todos os Estados Membros da Organização das Nações Unidas, independentemente de sua composição política, religiosa ou étnica, foram unânimes em apoiar o empenho da ONU para



© UNICEF/HQ05-1597/Giacomo Pirozzi

Figura 1.3 Na África ao sul do Saara, mulheres jovens são mais vulneráveis à infecção por HIV, mas têm menos conhecimento sobre o HIV do que homens jovens

Jovens (15-24 anos de idade) que têm amplo conhecimento sobre o HIV em países selecionados na África ao sul do Saara, 1999-2005

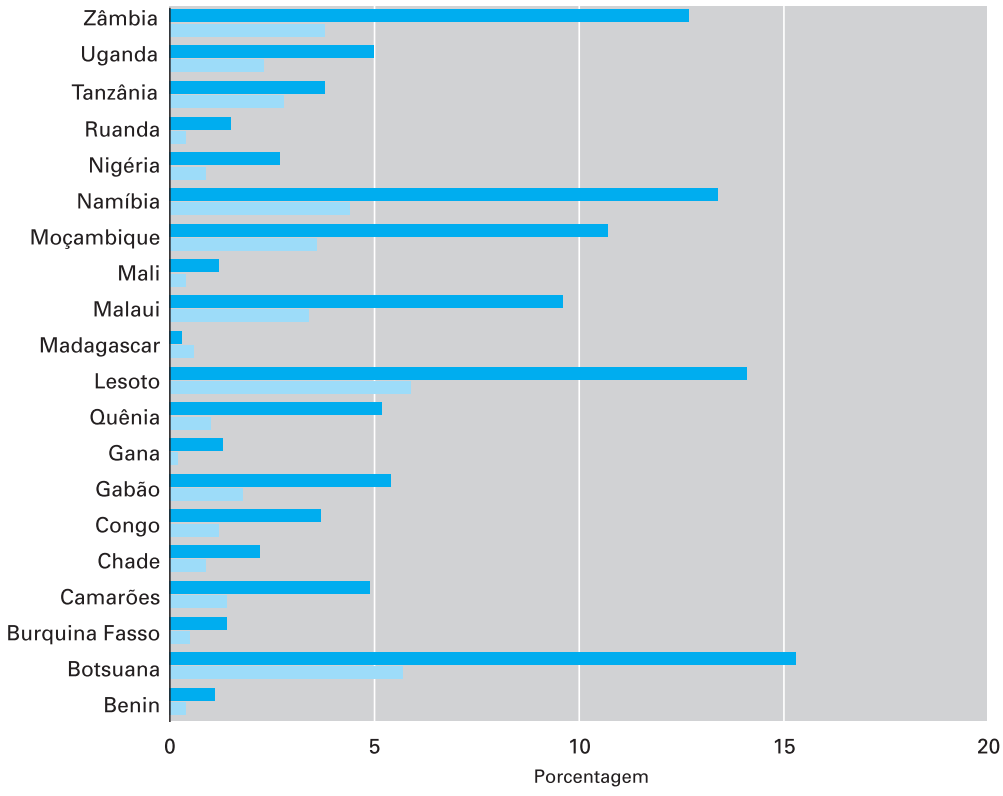


Nota: Países selecionados com base em disponibilidade de dados sobre prevalência de HIV e amplo conhecimento sobre o HIV entre jovens de ambos os sexos.

* Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado.

Fontes: Pesquisas de Demografia e Saúde, Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos, Pesquisas de Vigilância Comportamental, Pesquisas sobre Saúde Reprodutiva e Banco de Dados de Indicadores de Pesquisas sobre HIV/aids. Ver dados subjacentes nas Tabelas Estatísticas deste relatório, página 98.

Prevalência de HIV entre jovens (15-24 anos de idade) em países selecionados na África ao sul do Saara, 2005



Nota: Países selecionados com base em disponibilidade de dados sobre prevalência de HIV e amplo conhecimento sobre o HIV entre jovens de ambos os sexos.

Fonte: Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids, *2006 Report on the Global AIDS epidemic*, UNAIDS, Genebra, 2006. Ver dados subjacentes nas Tabelas Estatísticas deste relatório, página 98.

tornar o mundo um lugar para a criança. Mas essa arregimentação em torno da causa da criança sem que seja feita uma defesa vigorosa da igualdade de gênero é o mesmo que contratar jogadores para uma equipe sem ensinar a eles como jogar.

Os dividendos da igualdade de gênero entre as gerações

As mulheres são as principais cuidadoras das crianças e, portanto, são elas que acabam por determinar como será a vida dessas crianças. Essa constatação aplica-se de maneira especial às sociedades mais tradicionais e patriarcais, nas quais papéis e responsabilidades são estritamente determinados segundo padrões de gênero. O bem-estar da mulher é inseparável do bem-estar da criança. Com muito poucas exceções, o que é bom para a mulher é bom para a criança.

Quando as mulheres não têm poder e são privadas de seus direitos humanos, as nações suportam as conseqüências. O ciclo de pobreza e desespero avança de geração em geração. Inversamente, os países colhem um duplo dividendo quando a igualdade de gênero é promovida e alcançada. As mulheres passam a ter saúde e instrução, tornam-se produtivas e capazes de ajudar seus filhos a sobreviver e a se desenvolver. Esses benefícios são legados às gerações atuais e futuras.

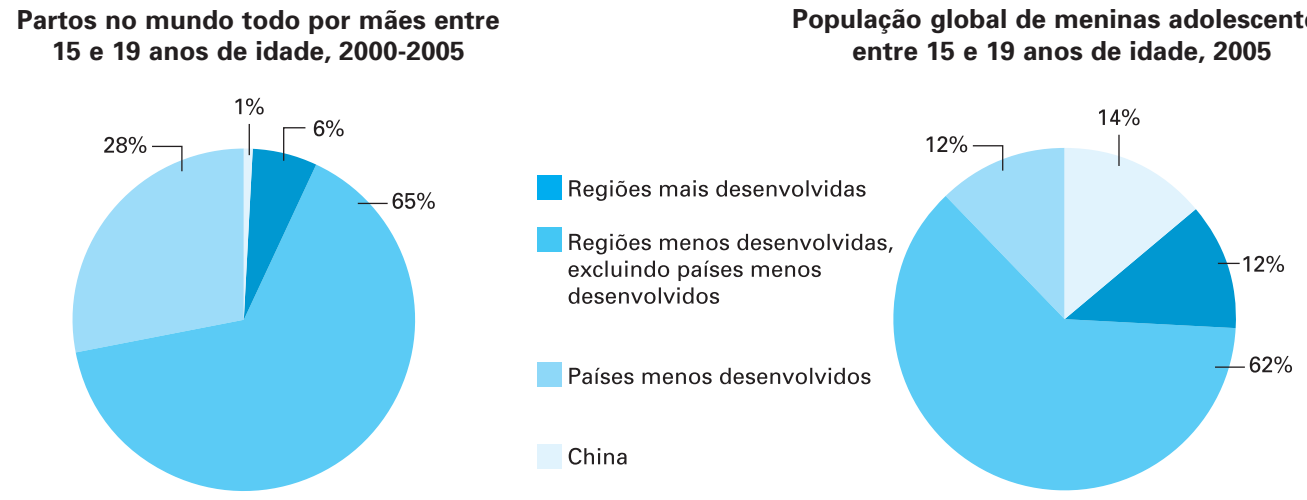
Para que o impacto da igualdade de gênero sobre a redução da pobreza, a educação e o desenvolvimento sustentável seja otimizado, as mulheres devem ter influência na tomada de decisões em três áreas distintas: na família, no local de trabalho e na esfera política. Avanços positivos em qualquer um desses campos terão reflexos sobre a igualdade da mulher nos demais. No entanto, medidas parciais em direção a direitos humanos são inadmissíveis. O mínimo que se pode aceitar é o apoio indiscriminado à igualdade de gênero nessas três áreas. Qualquer outra atitude impedirá os progressos em direção ao cumprimento dos ODMs.

Igualdade na família (Capítulo 2)

É o acesso das mulheres ao poder no nível do lar que produz o impacto mais direto sobre a família e as crianças. É no lar que são tomadas as decisões

© Arege Douglas Mogeni/2006

Figura 1.4 A proporção de partos de bebês de mães adolescentes (15-19 anos de idade) nos países menos desenvolvidos chega a mais de um em cada quatro



Nota: Ver composição dos países para cada grupo regional em Referências, página 88.

Fonte: Divisão de População das Nações Unidas, 'World Population Prospects: The 2004 Revision Database', www.esa.un.org/unpp/, acessado em setembro de 2006.

sobre a alocação de recursos para alimentação, cuidados de saúde, escolarização e outras necessidades da família.

Quando as mulheres são excluídas das decisões que dizem respeito a renda familiar e outros recursos, elas e seus filhos têm maior probabilidade de receber menor volume de alimentos e de ser privados de serviços de saúde essenciais e de educação. Tarefas domésticas, tais como buscar água, recolher lenha ou cuidar das crianças pequenas ou dos doentes, são delegadas a mães e filhas, e as mantêm fora da força de trabalho remunerado ou da escola. Quando as mulheres compartilham as decisões domésticas em condição de igualdade, tendem a atender às necessidades de suas crianças de maneira mais adequada e justa.

Igualdade no local de trabalho (Capítulo 3)

No trabalho, as mulheres são freqüentemente vítimas de discriminação. Podem ser excluídas de ocupações com níveis de remuneração mais altos e muitas vezes recebem menos do que os homens pelas mesmas tarefas. Mulheres e meninas são freqüentemente recrutadas para o trabalho doméstico fora de suas próprias casas e podem ser forçadas a viver longe de suas famílias, às vezes em condições opressivas e perigosas. Mulheres e meninas sem recursos podem encontrar no sexo comercial sua única opção de emprego quando todas as outras portas da economia se fecham para elas.

Eliminar a diferença salarial, abrir áreas com melhor remuneração para mulheres e garantir às trabalhadoras maior poder de decisão são ações que trarão enormes benefícios para as crianças. À medida que a mulher passa a ser economicamente produtiva, ampliam-se suas esferas de influência; torna-se mais capaz de fazer escolhas, não só para si mesma, mas também para seus filhos. Quando traz renda ou bens para a família, a mulher tem maior probabilidade de ser incluída nas decisões sobre a distribuição dos recursos. Historicamente, quando as mulheres têm poder de decisão, elas cuidam para que seus filhos sejam bem alimentados, recebam cuidados médicos adequados, concluam a escola e tenham tempo para se distrair e brincar. Mulheres que têm acesso a trabalhos significativos que geram renda têm maior probabilidade de melhorar os padrões de moradia de sua família, tirando seus filhos da pobreza.

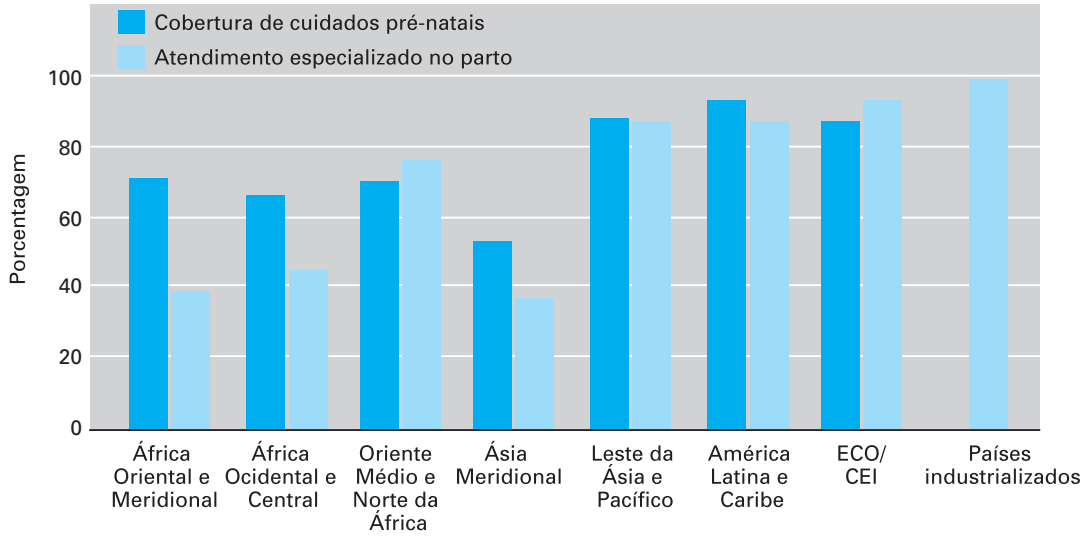
Igualdade no governo e na política (Capítulo 4)

Aumentar a participação das mulheres na política constitui um objetivo específico entre os ODMs (ODM3, Meta 4, Indicador 12). Aumentar o poder das mulheres na arena política pode contribuir para mudar sociedades.

Seu envolvimento em organismos governamentais, sejam eles locais ou nacionais, leva à elaboração de políticas e legislações focalizadas na mulher, na

Figura 1.5 Altas taxas de mortalidade materna estão associadas a acesso limitado a serviços de cuidados de saúde para gestantes

Serviços de cuidados de saúde para gestantes, 1997-2005*

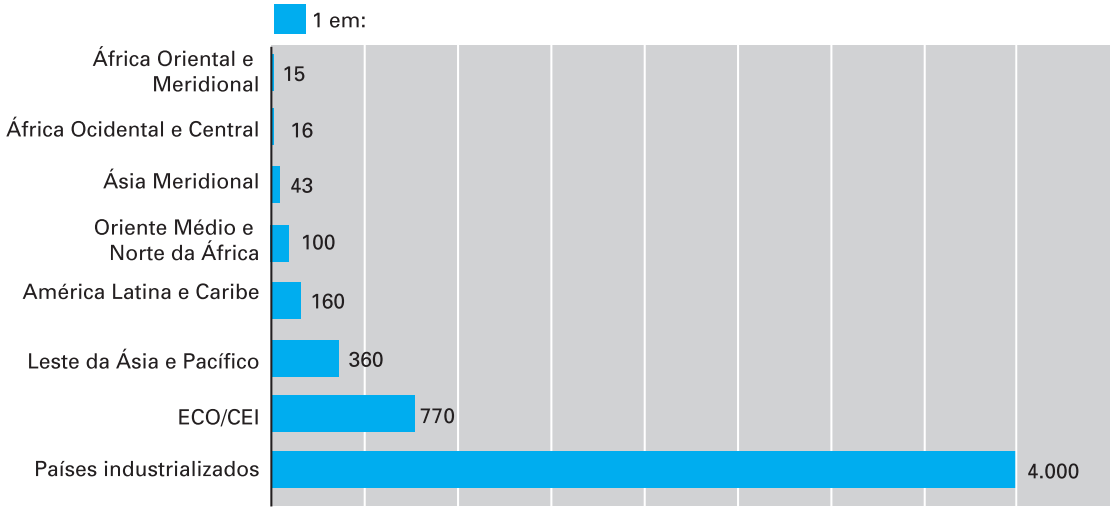


Nota: 'Cobertura de cuidados pré-natais' refere-se à porcentagem de mulheres entre 15 e 24 anos que foram atendidas no mínimo uma vez durante a gestação por atendente especializado (médico, enfermeira ou parteira). Não há dados disponíveis sobre cuidados pré-natais para os países industrializados. 'Atendimento especializado no parto' refere-se à porcentagem de partos assistidos por pessoal de saúde treinado (médicos, enfermeiras ou parteiras).

* Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado.

Fontes: Pesquisas de Demografia e Saúde, Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos, Organização Mundial de Saúde e UNICEF. Ver dados subjacentes nas Tabelas Estatísticas deste relatório, página 98.

Risco de morte materna ao longo da vida, 2000



Nota: Risco de morte materna ao longo da vida considera a probabilidade de uma mulher engravidar e a probabilidade de morrer como conseqüência dessa gestação, acumuladas ao longo de seus anos.

Fonte: Organização Mundial da Saúde e UNICEF. Ver dados subjacentes nas Tabelas Estatísticas deste relatório, página 98.

criança e na família. Em uma pesquisa envolvendo 187 mulheres que ocupam cargos públicos em 65 países, a União Inter-Parlamentar constatou que cerca de nove em cada dez dessas mulheres acreditam ter a responsabilidade de representar os interesses das mulheres e de defender outros membros da sociedade.[12]

As mulheres podem desempenhar papéis fundamentais em processos de paz. A representação feminina em negociações de paz e na reconstrução pós-conflito é vital para garantir a segurança e a proteção das crianças e de outras populações vulneráveis. A influência direta das mulheres sobre a política e sobre políticas públicas é um bom presságio para a paz, a segurança e a prosperidade.

Aumentando o poder de mulheres e meninas

O *status* das mulheres constitui um elemento crucial para aferir com precisão a situação mundial da infância e para avaliar o que o futuro reserva às crianças. Dados desagregados sobre expectativa de vida, mortalidade de bebês e de menores de 5 anos, matrícula e conclusão escolar, assim como outras estatísticas quantificáveis são necessários para avaliar os progressos em direção aos ODMs. No entanto, é difícil quantificar atitudes, crenças culturais e intolerância arraigada. Como conseqüência, evidências qualitativas e relatos das mulheres sobre suas experiências também são necessários para promover igualdade de gênero, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável.

Os capítulos a seguir analisarão indicadores quantitativos e evidências qualitativas sobre o *status* da mulher e sua relação com a sobrevivência e o desenvolvimento das crianças. O capítulo final do relatório visa a apresentar um caminho para otimizar a igualdade de gênero por meio de sete instrumentos fundamentais: educação, financiamento, legislação, cotas legislativas, envolvimento de homens e meninos, aumento do poder da mulher e pesquisas e dados de melhor qualidade – porque as mulheres somente terão poder quando a igualdade for atingida, e só então elas e suas crianças poderão prosperar.

Passaram-se aproximadamente 30 anos desde que a Cedaw foi adotada pela Organização das Nações Unidas. É possível imaginar como teria sido a vida das meninas nascidas em 1979 se essa convenção tivesse sido plenamente apoiada e implementada. Uma geração de mulheres fortalecidas teria feito toda a diferença.

Existe um adágio chinês que diz: “As mulheres sustentam metade do céu”. A próxima geração não pode esperar por seus direitos durante outras três décadas. Mulheres e meninas precisam ter os meios e o apoio para utilizar plenamente seu potencial e para desfrutar plenamente de seus direitos.

Um mundo para a mulher é um mundo para a criança

Dois anos após o Encontro de Cúpula do Milênio, a Sessão Especial sobre as Crianças na Assembléia Geral das Organização das Nações Unidas, realizada em maio de 2002, vinculou o desenvolvimento econômico à criação de um mundo para a criança. Um mundo para a criança é também um mundo para a mulher. Elas são inseparáveis e indivisíveis – uma não pode existir sem a outra.

Ambições grandiosas, boas intenções e *slogans* atraentes não produzirão progressos humanos. A estrada para o desenvolvimento sustentável não pode ser pavimentada com meias medidas. São necessários investimentos seguros e um compromisso determinado com a justiça, a igualdade de gênero e as crianças.

Se todos os cidadãos tiverem oportunidade de atingir plenamente seu potencial, as nações hão de prosperar. Nenhum argumento contra a igualdade de gênero – seja ele baseado em tradições, costumes ou absoluta intolerância – pode negar que os direitos da mulher são bons para a criança – e, em última análise, são bons para o mundo.

RESUMO

Para as crianças, os atores mais importantes do mundo não são os líderes políticos e os diretores das agências de desenvolvimento, mas sim os pais e cuidadores que tomam decisões domésticas cruciais diariamente. As evidências sugerem que freqüentemente homens e mulheres têm papéis e prioridades muito diferentes no que diz respeito à tomada de decisões na família. De maneira geral, as mulheres valorizam mais do que os homens as metas relacionadas com bem-estar e são mais propensas a usar sua influência e os recursos sob seu controle para promover o atendimento das necessidades da família, e particularmente das crianças.

- Um conjunto crescente de evidências indica que as decisões domésticas muitas vezes são tomadas em um processo de barganha que tende a favorecer mais os homens do que as mulheres. Os fatores subjacentes à influência das mulheres nos processos de tomada de decisão incluem controle de renda e de patrimônio, idade por ocasião do casamento e nível de educação.
- De acordo com dados das Pesquisas de Demografia e Saúde, a participação nas decisões familiares – incluindo aquelas referentes aos principais gastos domésticos, aos cuidados com sua própria saúde e a visitas a amigos ou parentes fora de casa – está aberta a 50% das mulheres, ou mais, em apenas dez dos 30 países em desenvolvimento pesquisados.
- As conseqüências da exclusão das mulheres das decisões familiares podem ser tão terríveis para as crianças quanto para as próprias mulheres. De acordo com um estudo conduzido pelo International Food Policy Research Institute (Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas de Alimentação), se homens e mulheres tivessem a mesma influência na tomada de decisões, a incidência de crianças com menos de 3 anos de idade abaixo do peso no sul da Ásia poderia cair em até 13 pontos percentuais, reduzindo em 13,4 milhões o número de crianças desnutridas na região. Na África ao sul do Saara, o número de crianças adequadamente nutridas aumentaria em 1,7 milhão.
- O aumento de poder da mulher dentro do lar aumenta a probabilidade de que seus filhos, e especialmente as meninas, freqüentem a escola. Uma pesquisa do UNICEF em alguns países selecionados no mundo em desenvolvimento verificou que, em média, filhos de mães sem escolarização têm uma probabilidade pelo menos duas vezes maior de ficar fora da escola do que os filhos de mães que freqüentaram a escola primária.
- Os homens desempenham um papel vital na promoção de igualdade na tomada de decisões. Por meio de estratégias simples e diretas – como compartilhar a responsabilidade por tarefas domésticas e pelo cuidado das crianças –, os homens podem ajudar a combater a discriminação de gênero nas famílias e nas comunidades.
- São as próprias mulheres os principais catalisadores de mudança. Desafiando e resistindo a atitudes discriminatórias em suas comunidades, grupos de mulheres podem contribuir para o avanço nos direitos de meninas e de mulheres por muitas gerações futuras.

2

Igualdade na família

© UNICEF/HQ98-0609/Alejandro Balaguer

Todas as pessoas interessadas no desenvolvimento e no progresso das crianças aguardam as "grandes" decisões: as conclusões do G8 sobre ajuda e dívidas; o desfecho das negociações de comércio da Rodada de Doha; as declarações das organizações internacionais e dos líderes mundiais sobre as iniciativas e as posições mais importantes. Não há dúvidas quanto à importância dessas negociações como determinantes para os desenvolvimentos futuros. Mas há outras decisões, mais próximas de casa, que podem ter impacto maior e mais direto sobre a vida da criança: como será dividida entre pais e filhos a comida já escassa? Que crianças irão à escola e quais trabalharão no campo? Quantos graus a febre deve atingir para justificar uma longa e custosa viagem ao consultório médico?

Para a criança, os atores mais importantes do mundo não são os líderes políticos e os diretores das agências de desenvolvimento, mas sim os pais e cuidadores que tomam essas decisões familiares cruciais diariamente. A forma como os membros da família usam os recursos familiares determina os níveis de nutrição, cuidados de saúde, educação e proteção que cada membro da família recebe.

Decisões domésticas: mais barganhas do que cooperação

Cada família é única, e não há uma receita simples para explicar a dinâmica do processo de tomada de decisão. Estudos que examinam essa dinâmica freqüentemente focalizam o domicílio. Embora esse foco não abranja necessariamente todas as interações entre os membros da família, certamente oferece uma forma prática de compreender e analisar a dinâmica familiar cotidiana.

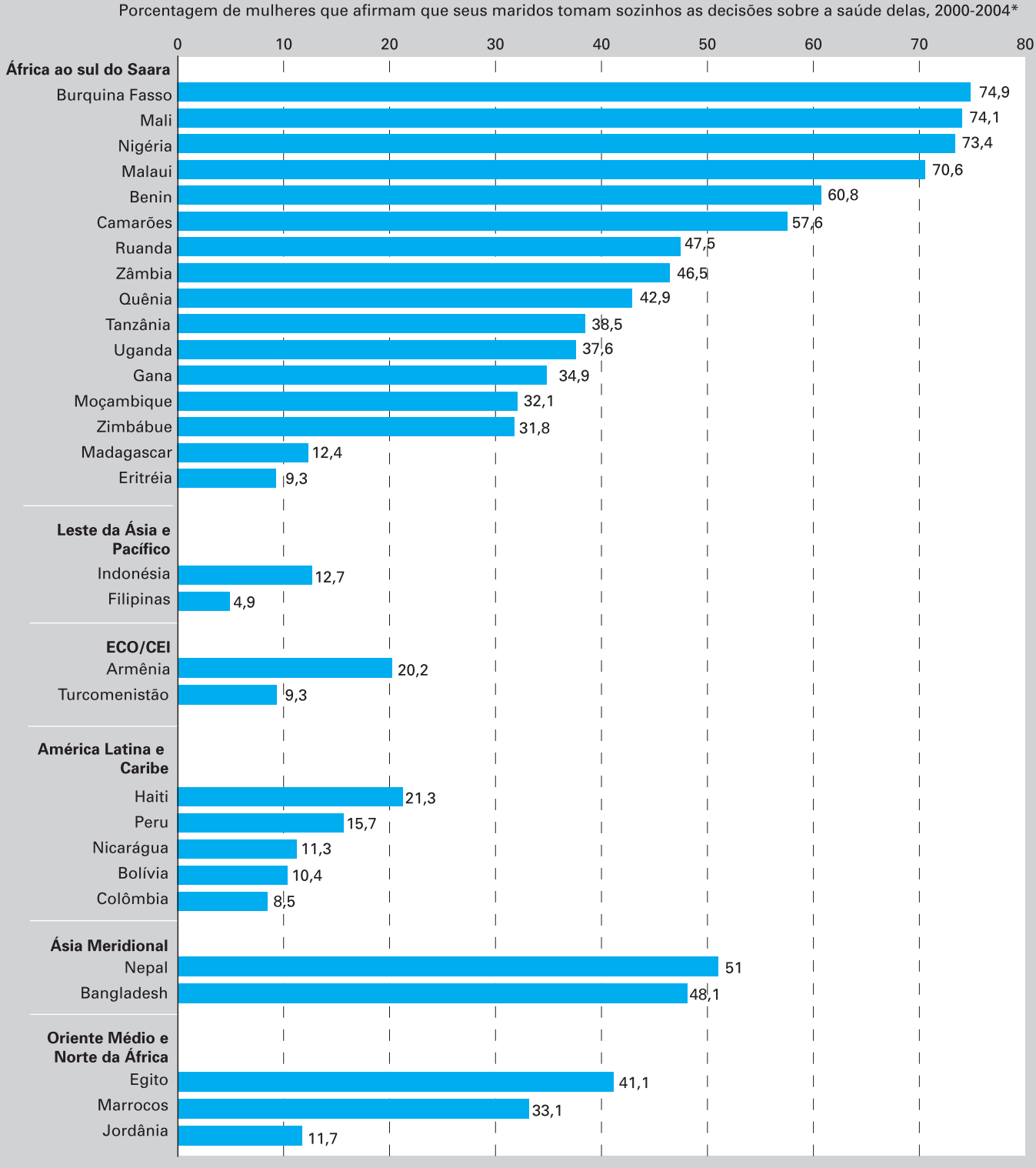
Grande parte dos estudos da dinâmica familiar baseia-se na suposição de que os lares funcionam como unidades nas quais os membros da família contribuem com tempo e recursos para atingir certo número de objetivos comuns (modelo unitário). Mas embora muitos lares se caracterizem por essa cooperação e atuem como unidades distributivas e justas, nem sempre seus membros, individualmente, compartilham as mesmas prioridades ou preferências. Evidências sugerem que, freqüentemente, homens e mulheres têm papéis e prioridades muito diferentes no que diz respeito à tomada de decisões na família. Decisões freqüentemente são tomadas por meio de um processo de barganha no qual cada membro da família procura usar os recursos controlados por eles para atender suas próprias prioridades.

Desigualdades nas tomadas de decisão domésticas

Os fatores que determinam qual membro da família terá maior influência nas decisões domésticas variam entre os grupos familiares e entre as culturas. Uma das fontes de informação mais diretas sobre a dinâmica dos processos de tomada de decisões domésticas são as Pesquisas de Demografia e Saúde. As questões das pesquisas que pediam às mulheres de países em desenvolvimento que especificassem seu nível de influência nas decisões domésticas foram agregadas pelos pesquisadores para examinar padrões regionais de influência de gênero no processo de tomada de decisões domésticas. De maneira geral, os dados exibem um quadro de extrema desigualdade de gênero. A participação nas decisões familiares – incluindo aquelas referentes aos principais gastos domésticos, aos cuidados com sua própria saúde e a visitas a amigos ou parentes fora de casa – está aberta a 50% das mulheres, ou mais, em apenas dez dos 30 países em desenvolvimento pesquisados.[1]

- **Falta de controle sobre necessidades de cuidados com a saúde:** decisões sobre os cuidados de

Figura 2.1 Muitos maridos tomam sozinhos as decisões sobre a saúde de suas mulheres

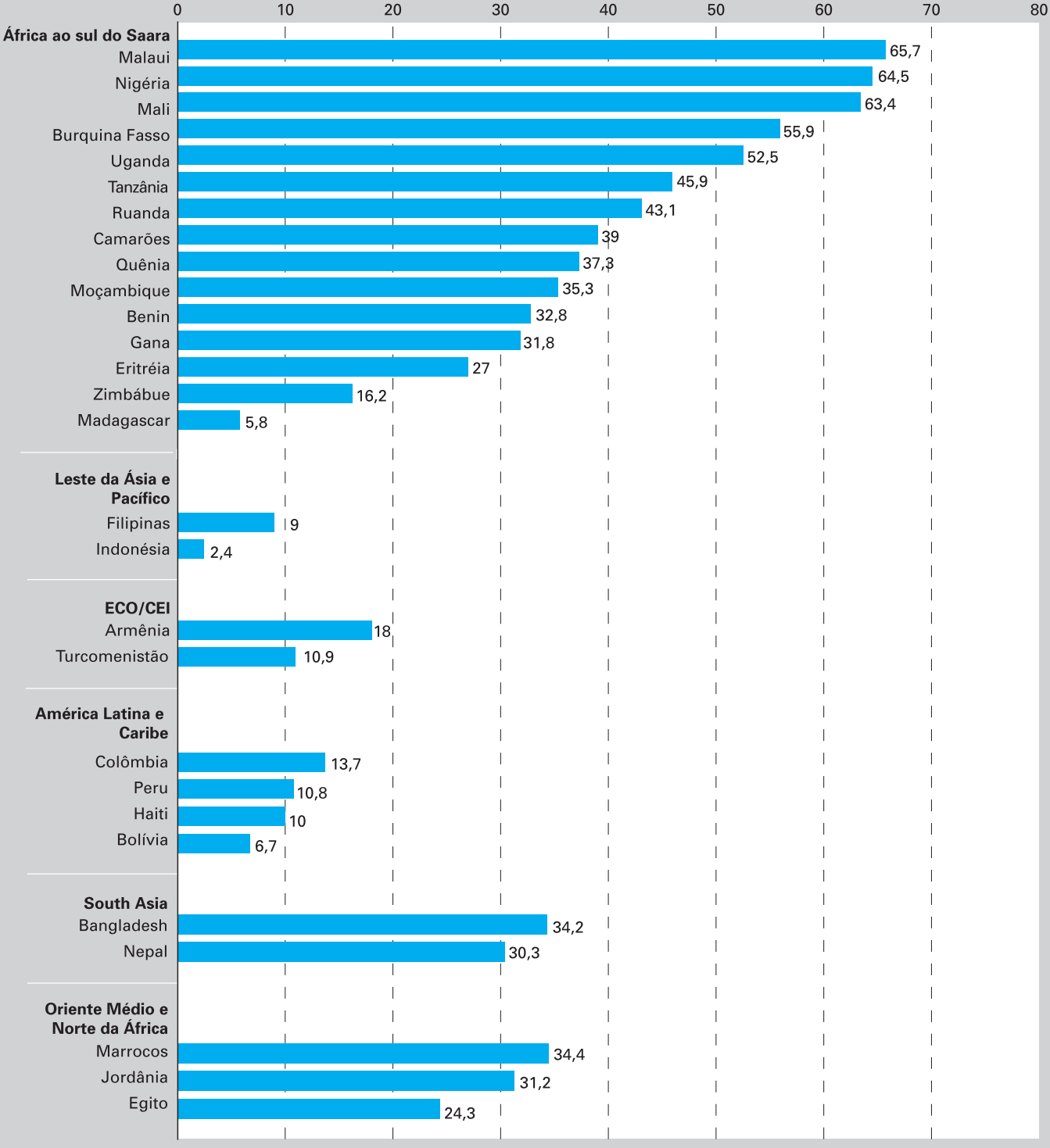


*Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado. Todos os países com dados disponíveis são apresentados no gráfico.

Fonte: Os cálculos do UNICEF baseiam-se em dados extraídos de Pesquisas de Demografia e Saúde. Os dados foram acessados no DHS Statcompiler, em junho de 2006. Ver notas sobre a metodologia utilizada em Referências, página 88.

Figura 2.2 Muitos maridos tomam sozinhos as decisões sobre gastos familiares diários

Porcentagem de mulheres que afirmam que seus maridos tomam sozinhos as decisões sobre gastos familiares diários, 2000-2004*

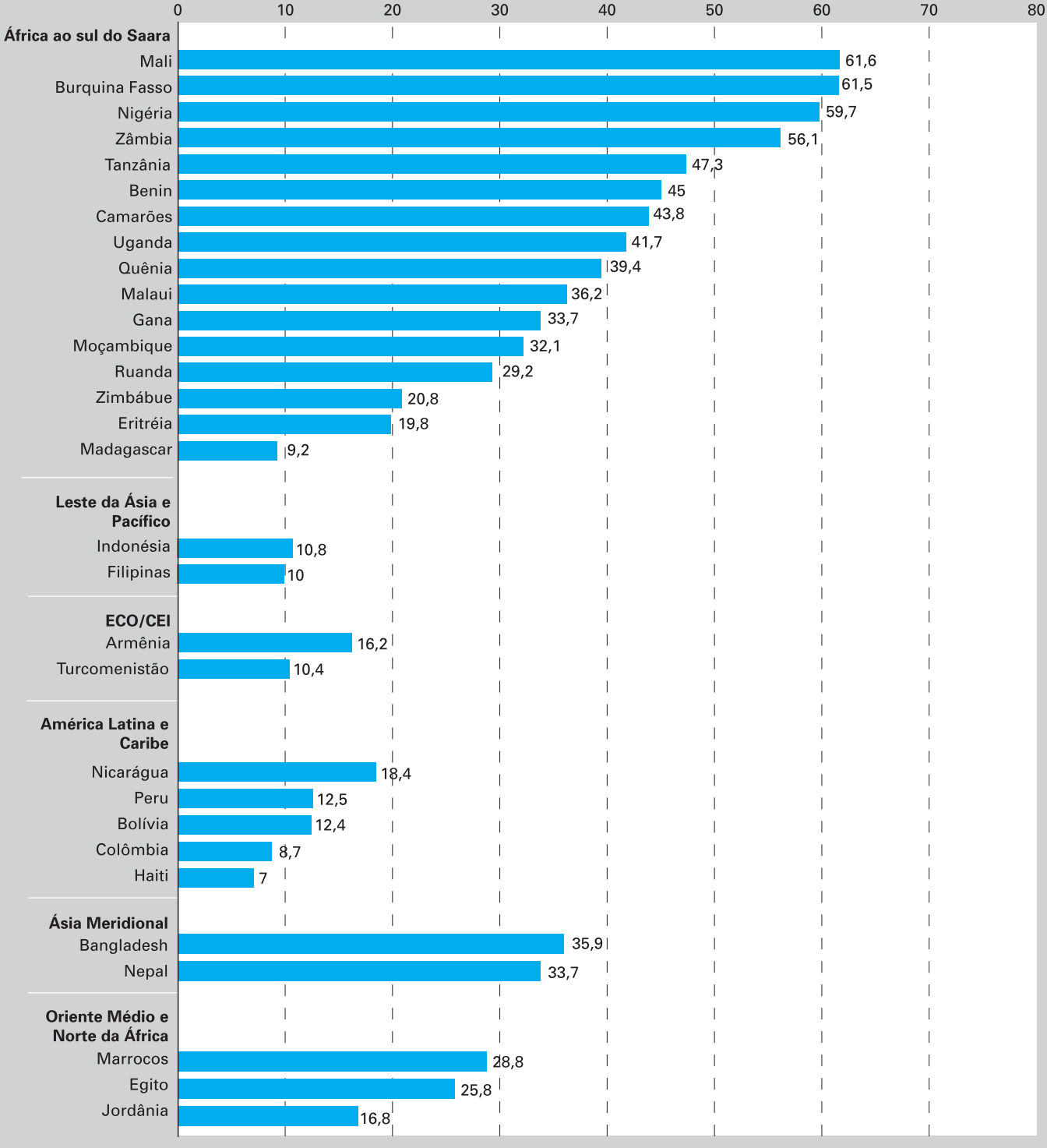


*Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado. Todos os países com dados disponíveis são apresentados no gráfico.

Fonte: Os cálculos do UNICEF baseiam-se em dados extraídos de Pesquisas de Demografia e Saúde. Os dados foram acessados no DHS Statcompiler, em junho de 2006. Ver notas sobre a metodologia utilizada em Referências, página 88.

Figura 2.3 Muitos maridos tomam sozinhos as decisões sobre visitas a amigos e parentes

Porcentagem de mulheres que afirmam que seus maridos tomam sozinhos as decisões sobre visitas a amigos e parentes, 2000-2004*



*Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado. Todos os países com dados disponíveis são apresentados no gráfico.

Fonte: Os cálculos do UNICEF baseiam-se em dados extraídos de Pesquisas de Demografia e Saúde. Os dados foram acessados no DHS Statcompiler, em junho de 2006. Ver notas sobre a metodologia utilizada em Referências, página 88.

saúde das mulheres são vitais para a saúde e o bem-estar tanto das mulheres como das crianças. Em muitas famílias, notadamente nos países analisados na Ásia Meridional e na África ao sul do Saara, as mulheres têm pouca influência sobre as decisões relativas à saúde. Em Burquina Fasso, em Mali e na Nigéria, por exemplo, quase 75% das mulheres declararam que as decisões sobre os cuidados de saúde das mulheres eram tomadas apenas pelo marido; nos dois países pesquisados na Ásia Meridional – Bangladesh e Nepal –, a proporção ficou em torno de 50%. Essa exclusão compromete a saúde e o bem-estar de todos os membros da família, particularmente das crianças.

- **Administração limitada dos gastos domésticos cotidianos:** as decisões familiares sobre gastos diários têm impacto decisivo sobre o bem-estar, a educação e principalmente a saúde das crianças. A decisão quanto à utilização dos recursos financeiros para o atendimento das necessidades das crianças ou das preferências pessoais dos adultos depende freqüentemente de quais são os membros da família envolvidos no processo de tomada de decisões. Em muitas famílias nos países em desenvolvimento, são homens que, com mão firme, decidem sobre os gastos domésticos. Em 7 dos 15 países pesquisados na África ao sul do Saara, mais de 40% das mulheres indicam que seus maridos mantêm controle exclusivo sobre os gastos domésticos cotidianos. Nos países analisados no Oriente Médio, no Norte da África e na Ásia Meridional, aproximadamente 30% das mulheres sentiam-se excluídas das decisões quanto às compras domésticas, enquanto, nos países da ECO/CEI, Leste da Ásia e Pacífico, e América Latina e Caribe, mulheres relataram ter maior grau de controle sobre este tipo de decisão.

- **Exclusão das decisões sobre as compras domésticas mais importantes:** as decisões familiares sobre gastos de vulto, como terras, carros e gado, podem ser cruciais para as famílias. O dinheiro gasto em grandes compras pode ser considerado um investimento prudente de longo prazo. Entretanto, o custo a curto prazo da aquisição desse patrimônio pode consumir uma grande fatia da renda familiar, que poderia ser utilizada para o atendimento de necessidades domésticas mais imediatas, como medicamentos, material escolar e alimentação. Dados das Pesquisas de Demografia e Saúde sugerem que geralmente são os homens que decidem quanto do orçamento doméstico será alocado nesses gastos vultosos. Na Nigéria, por exemplo, 78% das mulheres indicaram que seus maridos mantêm controle exclusivo sobre grandes compras. Aproximadamente 60% das mulheres no Egito e mais de um terço das mulheres em Bangladesh e no Nepal sentiam-se excluídas de tais decisões. Essa situação contrasta com as atitudes nos dois países pesquisados no Leste da Ásia e Pacífico – Indonésia e Filipinas –, onde menos de 18% das mulheres sentiam não ter voz em tais assuntos.

- **Mobilidade e liberdade restringidas:** decisões domésticas acerca da mobilidade das mulheres afetam diretamente sua capacidade de atender suas próprias necessidades, assim como as necessidades de seus filhos. Dados de pesquisas sugerem haver alto grau de controle masculino sobre a mobilidade da mulher em cada uma das regiões pesquisadas. Em Burquina Fasso e em Mali, aproximadamente 60% das mulheres relataram que apenas os maridos podiam decidir quando suas esposas poderiam visitar amigos ou parentes. Um terço dos maridos em Bangladesh controla a mobilidade de suas esposas fora de casa. Na América Latina e no Caribe, dados da Nicarágua mostram que 18% das mulheres pedem permissão aos maridos antes de sair de casa para visitar amigos e parentes; na ECO/CEI, 16% das mulheres armênias precisam obter a permissão do marido.[2]

Fatores subjacentes aos processos familiares de tomada de decisão

Levantamentos domiciliares como as Pesquisas de Demografia e Saúde podem oferecer uma boa indicação sobre quais membros da família têm possibilidade de participar das decisões domésticas, mas não podem explicar por que motivo certos indivíduos em cada família são capazes de dominar o processo de tomada de decisão. Para compreender a dinâmica que influencia esse processo, é útil considerar os fatores que determinam a estrutura da unidade familiar, assim como o papel de cada membro da família na vida doméstica.

A discriminação de gênero na tomada de decisões dentro da família está freqüentemente enraizada em atitudes patriarcais que avaliam o *status* social dos homens como superior ao das mulheres. Mas o grau de conformidade com as idéias (tradicionais) sobre os papéis dos homens e das mulheres varia entre as famílias. A capacidade dos membros da família de impor suas próprias preferências nas decisões domésticas (poder de barganha) é influenciada por atitudes sociais e por outros fatores mais tangíveis.[3]

© UNICEF/HQ94-1532/Rasheedun Nabi

De acordo com um estudo baseado em pesquisas recentes sobre decisões domésticas e gênero, entre os principais determinantes da influência nas tomadas de decisões domésticas estão incluídos o controle da renda e do patrimônio, a idade, o acesso à educação e o nível de educação. A análise desses fatores em uma ampla variedade de países oferece uma compreensão clara quanto à distribuição de poder de barganha em cada família.[4]

Controle de renda e patrimônio: o membro da família que controla a maior parte da renda doméstica e do patrimônio freqüentemente tem maior influência na decisão de como esses recursos serão utilizados para cobrir as necessidades domésticas.[5] Como será ilustrado no próximo capítulo, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento, as mulheres continuam menos favorecidas do que os homens em termos de oportunidades de geração de renda, assim como de propriedade e administração de patrimônio.

Diferenças de idade: a distribuição do poder de barganha doméstico também é influenciada pela idade da mulher ao casar e pela diferença entre a idade da mulher e a de seu marido. Evidências colhidas em todas as partes do mundo mostram que a diferença de idade entre maridos e esposas pode variar enormemente entre as famílias. Na Europa Ocidental, a média de idade do primeiro casamento é estimada em 27 anos para a mulher e em 30 para o homem. Nos países em desenvolvimento, as diferenças de idade são bem maiores. Na Ásia Meridional, por exemplo, os maridos são aproximadamente cinco anos mais velhos do que suas esposas; a diferença sobe para seis anos nos países da África ao Sul do Saara (exceto África Meridional).[6] Nos casos de casamento infantil (definidos como uma união por costumes ou estatutária, quando um ou ambos os nubentes têm menos de 18 anos), em que a diferença de idade entre marido e esposa é a mais extrema, a carga do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças restringe severamente as opções de vida disponíveis para meninas casadas e meninas mães.[7] Essa situação, por sua vez, afeta o poder que a mulher tem sobre as decisões domésticas.

Níveis de educação: além de níveis crescentes de conhecimento, auto-confiança e assertividade, a educação confere *status* social e aumenta o potencial de geração de renda. Assim como as diferenças de idade variam entre maridos e esposas, o nível de educação das esposas também varia entre as famílias. As constatações de um estudo realizado em 40 países em desenvolvimento indicam que, em média, os homens tendem a investir mais tempo em educação do que as mulheres.

A diferença de educação é maior na Ásia Meridional, onde os homens investem em estudos, em média, 2,5 anos a mais do que as mulheres, baixando para 1,3 ano na África ao sul do Saara, e para um ano na América Latina e no Caribe.[8]

A disparidade no nível educacional entre mulheres e homens pode reforçar desigualdades de gênero na família, mantendo a desvantagem das mulheres.

Violência doméstica

Nível educacional, rendimentos, propriedade de patrimônio e diferenças de idade são fundamentais para determinar o poder de barganha na família entre homens e mulheres. Argumenta-se que as ameaças de violência doméstica são igualmente importantes. Embora a violência física e sexual e outras formas de abuso ocorram em diferentes ambientes domésticos e sob diferentes formas, há evidências substanciais para sugerir que tais atos são perpetrados contra mulheres e meninas principalmente por homens adultos.[9] A violência doméstica ameaça a saúde física e o bem-estar emocional de suas vítimas, e freqüentemente as obriga a suportar posições subalternas e insegurança econômica em suas famílias.[10]

Desigualdades de gênero na família favorecem um contexto permissivo para relacionamentos abusivos. Um estudo do UNICEF indica que mulheres que se casam com pouca idade têm maior probabilidade de acreditar que algumas vezes seja aceitável que um marido bata em sua esposa e são mais vulneráveis a sofrer violência doméstica do que as mulheres que se casam com mais idade. No Quênia, por exemplo, 36% das mulheres que se casaram com menos de 18 anos de idade acreditam que às vezes pode ser justificável um homem bater em sua mulher, em contraste com apenas 20% das mulheres que se casaram já adultas.[11]

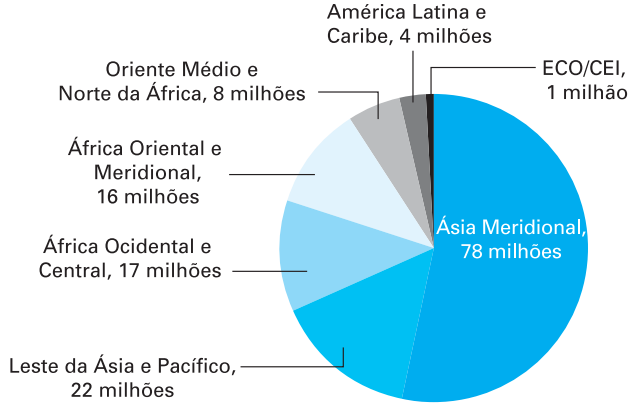
A violência contra mulheres e meninas atravessa fronteiras de raça, cultura, riqueza e religião. Todos os anos, em muitos países, milhares de mulheres são mutiladas ou mortas por pretendentes rejeitados.[12] Um estudo multinacional da Organização Mundial da Saúde sobre saúde e violência doméstica contra as mulheres, que se tornou uma referência, revela que, entre as entrevistadas, 37% das mulheres em um estado brasileiro, 56% das mulheres em uma província da Tanzânia e 62% das mulheres em uma província de Bangladesh relataram ter sofrido violência física ou sexual por parte de um companheiro íntimo.[13]

O padrão é bastante semelhante nos países industrializados. De acordo com outro documento importante da mesma organização – *World report on violence and health* (Relatório mundial sobre violência e saúde) –, documentos demonstram que entre 40% e 70% das mulheres vítimas de assassinato na África do Sul, na Austrália, no Canadá, nos Estados Unidos e em Israel foram mortas por seus maridos ou namorados – freqüentemente no contexto de um relacionamento abusivo.[14] No Reino Unido, 40% das mulheres vítimas de homicídio foram mortas por parceiros íntimos.[15]

A livre manifestação das mulheres beneficia as crianças

As conseqüências da exclusão das mulheres das decisões familiares podem ser tão terríveis para as crianças quanto para as próprias mulheres. Nas famílias em que as mulheres são as principais tomadoras de decisões, a proporção dos recursos destinados às crianças é muito maior do que nas famílias em que as mulheres têm um papel menos decisivo. Isso ocorre porque as mulheres geralmente valorizam mais do que os homens as metas relacionadas com o bem-estar e são mais propensas a usar sua influência e os recursos sob seu controle para promover o atendimento de necessidades da família, e particularmente das crianças.[16] Estudos de caso conduzidos no mundo em desenvolvimento indicam que mulheres que têm maior influência nas decisões domésticas podem melhorar significativamente o *status* nutricional de seus filhos. A educação das mulheres também resulta em múltiplos benefícios para as crianças, melhorando suas taxas de sobrevivência, seu *status* nutricional e a freqüência escolar.[17]

Figura 2.4 Prevalência de baixo peso entre crianças menores de 5 anos de idade em regiões em desenvolvimento*



*A análise do UNICEF baseia-se em estimativas de prevalência de baixo peso em países em desenvolvimento (1996-2005).

Fonte: Fundo das Nações Unidas para Infância, *Progress for Children: A report card on nutrition, Number 4*, UNICEF, Nova Iorque, maio de 2006, p. 2.

Mulheres dão prioridade à nutrição

Em todo o mundo em desenvolvimento, uma em cada quatro crianças menores de 5 anos de idade – aproximadamente 146 milhões de crianças – está abaixo do peso.[18] Entre as regiões em desenvolvimento, a subnutrição infantil é mais grave na Ásia Meridional e, em menor medida, na África ao sul do Saara.[19] Para crianças em estado nutricional deficiente, doenças infantis comuns, como diarréia e infecções respiratórias, podem ser fatais. Crianças subnutridas que sobrevivem aos primeiros anos da infância freqüentemente têm baixos níveis de iodo, ferro, proteínas e energia, o que pode contribuir para doenças crônicas, retardo do crescimento ou redução da altura para a idade, além de comprometer o desenvolvimento social e cognitivo.[20]

De acordo com um estudo em três regiões – América Latina e Caribe, Ásia Meridional e África ao sul do Saara – conduzido pelo International Food Police Research Institute (Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas de Alimentação), uma organização líder na pesquisa global sobre fome e nutrição, há uma clara relação entre as diferenças regionais de *status* nutricional das crianças e o poder de tomada de decisões das mulheres. Nos locais em que as mulheres têm baixo *status* e são excluídas das decisões familiares, é mais provável que elas próprias sejam subnutridas, e é menos provável que consigam acesso a recursos que possam direcionar para a nutrição das crianças.[21] Em 2005, na Ásia Meridional, onde entre 40% e 60% das mulheres estão abaixo do peso,[22]

Violência doméstica contra crianças

Todos os anos, cerca de 275 milhões de crianças em todos os lugares do mundo são vítimas do fogo cruzado de violência doméstica e sofrem todas as conseqüências de uma vida familiar turbulenta. A violência contra crianças envolve abusos e lesões físicas e psicológicas, negligência ou tratamento negligente, exploração e abuso sexual. Entre os perpetradores encontram-se pais e outros familiares próximos.

Crianças que sobrevivem a abusos freqüentemente sofrem danos físicos e psicológicos de longo prazo, que prejudicam sua capacidade de aprender e de socializar-se, dificultando seu bom desempenho escolar e o desenvolvimento de amizades próximas e positivas. Em comparação com crianças que têm uma vida familiar pacífica, as crianças que crescem em um lar violento tornam-se mais propensas a sofrer abusos. Estudos realizados em alguns dos maiores países em desenvolvimento – incluindo África do Sul, China, Colômbia, Egito, Filipinas, Índia e México – indicam uma forte correlação entre violência contra a mulher e violência contra a criança.

As conseqüências comportamentais e psicológicas de crescer em um lar violento podem ser devastadoras também para crianças que não são vítimas de abusos. Crianças expostas à violência muitas vezes apresentam sintomas de distúrbios de estresse pós-traumático, como urinar na cama e ter pesadelos, e, em comparação com outras crianças, correm maiores riscos de ter alergias, asma, problemas gastrointestinais, depressão e ansiedade. Crianças em idade escolar que são expostas à violência doméstica podem apresentar mais problemas com trabalhos escolares e deficiência de atenção e concentração. Também são mais propensas a tentar suicídio e a abusar de drogas e álcool.

A incidência de violência sexual no ambiente doméstico é bem conhecida. Estudos recentes indicam altos níveis de violência sexual na infância – até 21%, de acordo com um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde em diversos países –, sendo que as meninas têm maior probabilidade de sofrer abusos do que os meninos. A violência sexual e baseada no gênero é prevalente em escolas e faculdades, e primordialmente dirigida às meninas.

Trabalhar na casa de outras pessoas também pode expor a criança ao risco de violência. Empregados domésticos infantis – geralmente meninas menores de 16 anos – indicaram sofrer graves abusos nas mãos de seus empregadores, inclusive punição física, assédio sexual e humilhações.

Diferentemente de outras formas de violência doméstica, grande parte da humilhação e da punição física é cometida por mulheres, embora as meninas, em particular, também sejam vulneráveis à violência sexual por parte dos homens da família.

As conseqüências da violência doméstica podem transpor gerações. Os efeitos de comportamentos violentos tendem a permanecer com as crianças por um longo período depois que saem da casa onde passaram a infância. Em comparação com os filhos de pais não-violentos, os meninos expostos à violência doméstica cometida por seus pais têm uma probabilidade duas vezes maior de se tornarem homens que praticam abusos. Além disso, meninas que testemunham suas mães sofrendo abusos têm maior probabilidade de aceitar a violência em um casamento do que meninas provenientes de lares não-violentos.

Embora freqüentemente não tenham como proteger-se, mulheres que sofrem abusos muitas vezes protegem as crianças expostas à violência doméstica. Entretanto, sem recursos legais ou econômicos para processar maridos que praticam abusos, é incontável o número de mulheres e crianças que permanecem presas a situações prejudiciais. Esforços por parte do governo para criar políticas de

aproximadamente 45% das crianças nasceram com baixo peso – em todo o mundo, a maior incidência de crianças com baixo peso ao nascer.[23]

O mesmo estudo concluiu que, se homens e mulheres tivessem a mesma influência em tomadas de decisão,[24] a incidência de crianças menores de 3 anos com baixo peso na Ásia Meridional poderia cair em até 13 pontos percentuais, resultando em uma redução de 13,4 milhões no número de crianças subnutridas.[25] Na África ao sul do Saara, onde uma em cada seis mulheres e cerca de um terço das crianças com menos de 5 anos de idade são subnutridas,[26] um aumento na igualdade de gênero traria benefícios menores, mas ainda assim significativos para o *status* nutricional das crianças: reduziria de 30% para 27,2% a incidência de crianças menores de 3 anos de idade com baixo peso, e asseguraria um aumento de 1,7 milhão no número de crianças adequadamente nutridas.[27]

Um conjunto crescente de evidências, principalmente da África Ocidental e Central, sugere que, quando recursos são escassos, as mulheres geralmente dão prioridade à nutrição dos membros da família sobre outras questões pessoais e domésticas. Resultados de pesquisa em Camarões demonstram que mulheres que têm seus próprios ganhos gastam tipicamente 74% de seus recursos para suplementar a alimentação da família, enquanto homens gastam apenas cerca de

proteção às vítimas de violência doméstica exigem um esforço paralelo para modificar as atitudes sociais que levam a tal violência.

Quebrar o silêncio que envolve a violência doméstica é fundamental para eliminar o comportamento violento em casa. O relatório do especialista independente para o Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças representa um passo crucial para desmascarar a questão da violência contra as crianças, inclusive abusos cometidos em seus lares. As seis diretrizes do relatório, citadas à direita, são claras, especialmente a primeira: **Nenhuma violência contra a criança é justificável**. Suas recomendações são abrangentes, com preceitos amplos complementados por medidas específicas para combater a violência contra a criança cometida em casa e na família, nas escolas e em outros ambientes educacionais, em sistemas de cuidados e judiciários, nos locais de trabalho e na comunidade. Essas medidas também incluem recomendações aos governos para criar um cargo de *ombudsman* ou uma comissão para os direitos da criança, de acordo com os 'Princípios de Paris'. O relatório defende a indicação de um Representante Especial na Secretaria Geral sobre Violência contra Crianças, para advogar no nível internacional, em conjunto com o UNICEF, a Organização Mundial da Saúde e o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos; e a criação de um grupo inter-agências da ONU sobre violência contra crianças, com representantes de ONGs e das próprias crianças.

Ver Referências, página 88.

Diretrizes do Relatório do Especialista Independente para o Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças

- Nenhuma violência contra a criança é justificável. As crianças nunca devem receber menos proteção do que os adultos.
- Toda violência contra a criança é evitável. Os Estados devem investir em políticas e programas baseados em evidências, para tratar os fatores que geram violência contra a criança.
- Os Estados têm a obrigação primária de garantir os direitos das crianças à proteção e ao acesso a serviços, e de apoiar a capacidade das famílias para prover cuidados a seus filhos em um ambiente seguro.
- Os Estados têm obrigação de garantir a responsabilização em todos os casos de violência.
- A vulnerabilidade de crianças frente à violência está vinculada à sua idade e à sua capacidade de evoluir. Em função de gênero, raça, origem étnica, deficiência ou *status* social, algumas crianças são particularmente vulneráveis.
- As crianças têm direito de expressar seus pontos de vista e de ter esses pontos de vista levados em consideração na implementação de políticas e programas.

22% de suas recursos com alimentos.[28] Pesquisas na Costa do Marfim e em Gana demonstram que, na eventualidade de um desastre natural, como inundações ou secas, os ganhos originados de culturas agrícolas tendem a ser gastos de forma diferente por homens e mulheres. Enquanto um aumento nos ganhos das mulheres resultou em gastos domésticos adicionais em alimentação, um aumento nos ganhos dos homens não teve impacto significativo.[29]

Em grande parte do mundo em desenvolvimento, as mulheres desempenham um papel importante na plantação e na colheita, mas raramente são proprietárias das terras onde trabalham, e não têm controle sobre a distribuição dos alimentos e dos lucros *(ver Capítulo 3, p. 41-42)*. Mesmo em roças de subsistência, onde as mulheres geralmente conservam uma parte do que produzem, a discriminação de gênero reduz a quantidade de alimentos disponíveis para as crianças. Como conseqüência do acesso desigual à educação, ao trabalho e a fertilizantes, as mulheres camponesas conseguem resultados de colheita inferiores aos homens camponeses. Em Burquina Fasso, por exemplo, onde os membros da família cultivam simultaneamente o mesmo produto em diferentes roças de tamanhos semelhantes, as evidências demonstram que, em média, as colheitas são cerca de 18% menores nas roças das mulheres em comparação com as roças dos homens. Nas colheitas de verduras e legumes, nas quais as mulheres tendem a se especializar, a diferença na produção é de cerca de 20%.[30]

Portanto, maior acesso das mulheres aos meios de produção agrícola – como terras cultiváveis ou fertilizantes, mão-de-obra, crédito e educação para a agricultura – é um fator crucial para garantir segurança alimentar e melhorar o *status* nutricional das crianças. Evidências da África ao sul do Saara indicam que o fortalecimento do controle da mulher sobre esses recursos pode aumentar a produção agrícola a uma taxa média de 10%.

Mulheres dão prioridade aos cuidados com a saúde da família

Sendo as principais cuidadoras das crianças, as mulheres tendem a ser as primeiras a reconhecer as doenças de seus filhos e buscar tratamento. Ainda assim, como foi confirmado pelas Pesquisas de Demografia e Saúde mencionadas anteriormente, muitas mulheres em todo o mundo não têm voz ativa nem mesmo quanto às decisões mais básicas sobre saúde familiar – tais como levar a criança ao médico, quanto dinheiro será gasto em medicamentos e o tipo de cuidados que elas mesmas devem receber durante a gravidez.

Em famílias em que as mulheres se vêem rotineiramente privadas destes direitos, o marido – ou sua mãe, em alguns casos – determina quando e como procurar cuidados de saúde para os membros da família. Um estudo em Gujarat, na Índia, por exemplo, relata que aproximadamente 50% das mulheres entrevistadas sentiam-se incapazes de levar uma criança doente ao médico sem a aprovação de seus maridos ou de seu sogro ou sogra.[32]

Mulheres que têm mais influência no processo de tomada de decisões podem promover práticas de cuidados de saúde mais adequadas para a família. Como demonstram as evidências recolhidas no Nepal e na Índia, mesmo considerando-se as diferenças educacionais e financeiras entre as famílias pesquisadas, a participação das mulheres nas decisões domésticas diminui a incidência de nanismo entre as crianças e reduz a mortalidade infantil.[33]

Pesquisas feitas em Gana indicam que preconceitos de gênero na tomada de decisões domésticas podem influenciar a qualidade do tratamento médico que as crianças doentes recebem. Um estudo realizado na região de Volta constatou que os homens, tradicionalmente responsáveis pela tomada de decisões domésticas nas vilas rurais, tendem a tratar as crianças com malária com remédios feitos com ervas locais e geralmente consideram o tratamento médico formal como um último recurso. As mulheres, ao contrário, preferem tratar as crianças imediatamente com as drogas anti-malária fornecidas pelas clínicas médicas formais, que freqüentemente só são encontradas em cidades vizinhas, o que acarreta despesas de viagem, além dos custos do próprio tratamento. Quando não contam com o auxílio econômico de seus parentes, ou discordam de seus maridos e das pessoas mais velhas da família sobre como as crianças devem ser tratadas, as mulheres enfrentam dificuldades para conseguir tratamento adequado para seus filhos doentes. Em conseqüência disso, os medicamentos locais preferidos pelos homens tendem a prevalecer sobre o tratamento médico formal, muitas vezes em detrimento da saúde das crianças.[34]

Mesmo quando conseguem influenciar as decisões familiares sobre cuidados médicos, as mulheres ainda podem precisar do auxilio de familiares – particularmente dos maridos ou das sogras – para concretizar suas decisões. Em Bangladesh, no Egito e na Índia, por exemplo, normas sociais freqüentemente desencorajam ou restringem a

mobilidade das mulheres fora de casa. Restrições à mobilidade da mulher podem comprometer o acesso das crianças aos serviços médicos de emergência, por impedir que as mulheres vão sozinhas a lojas, farmácias ou hospitais, e por limitar o contato direto das mulheres com homens fora da família, inclusive com médicos.[35]

Mulheres dão prioridade à educação

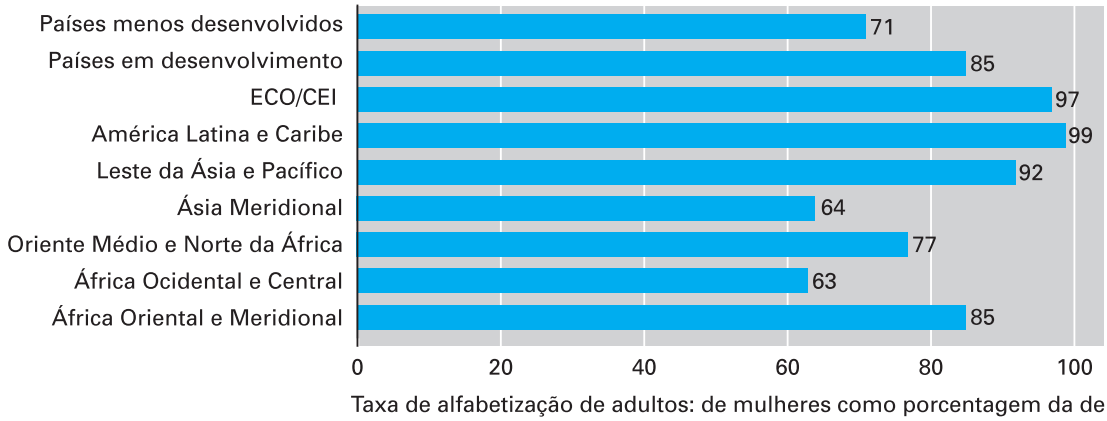
A pesquisa empírica sobre as relações entre o poder de decisão das mulheres em assuntos domésticos e a educação das crianças está apenas começando. Ainda assim, as evidências disponíveis indicam que o aumento de poder da mulher dentro da família aumenta a probabilidade de freqüência escolar das crianças, particularmente das meninas. Estudos recentes verificaram que, quando a formação das crianças é influenciada por um dos gêneros, essa influência tende a ser relacionada com o gênero do progenitor que controla a distribuição de recursos. Um estudo sobre famílias brasileiras pobres revela que meninas que vivem com mães instruídas e que tomam decisões têm maior probabilidade de ser matriculadas em escolas e mantidas fora do mercado de trabalho informal.[36]

Aumentar o poder da mulher para dar prioridade à educação de meninas gera resultados positivos que atravessam gerações. Uma pesquisa do UNICEF em países selecionados na América Latina e no Caribe, na Ásia Meridional e na África ao sul do Saara – incluindo Camarões, Costa do Marfim, Eritréia, Guiné-Bissau, Guiana, Índia e Suriname – constata que, em média, crianças cujas mães não são instruídas têm uma probabilidade pelo menos duas vezes maior de ficar fora da escola primária do que os filhos de mães que freqüentaram a escola primária.[37] A importância da educação das mães é reafirmada por outro estudo de crianças entre 7 e 14 anos de idade realizado em 18 países da África ao sul do Saara; o estudo verificou que 73% das crianças cujas mães eram escolarizadas freqüentavam a escola, em contraste com apenas 51% das crianças cujas mães não tinham instrução formal.[38] Além disso, quando os responsáveis freqüentaram a educação primária formal, as crianças sob seus cuidados têm menor probabilidade de repetir de ano ou de abandonar a escola precocemente.[39]

Mulheres chefes de família: provando que mulheres com poder beneficiam as crianças

O impacto que as decisões da mulher exercem sobre o desenvolvimento das crianças é claramente evidente em famílias chefiadas por mulheres. Em estimativas de 1998, aproximadamente 20% das famílias em todo mundo eram chefiadas por mulheres.[40] Com base nessa estimativa, famílias chefiadas por mulheres representam 24% das famílias na América Latina, 22% na África ao sul do Saara, 16% na Ásia, e 13% no Oriente Médio e Norte da África.[41]

Figura 2.5 Apesar de melhorias recentes, geralmente as taxas de alfabetização de mulheres são mais baixas do que as dos homens



Notas: 'Taxa de alfabetização de adultos' refere-se à porcentagem de pessoas a partir de 15 anos de idade que sabem ler e escrever.

* Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado.

Fonte: Instituto da Unesco para Estatísticas. Ver dados subjacentes nas Tabelas Estatísticas destes relatório, página 98.

© UNICEF/HQ05-1159/Roger LeMoyne

Supõe-se freqüentemente que as famílias chefiadas por mulheres vivem nos piores níveis de pobreza. Essa crença baseia-se no fato de que, em muitos países e sociedades, os homens desfrutam de *status* social superior e de maior poder de geração de renda.[41] As evidências, no entanto, são muito menos conclusivas. Pesquisas na América Latina demonstraram que famílias chefiadas por mulheres podem até mesmo gerar maiores ganhos ou ter mais geradores de renda do que seus equivalentes masculinos, por utilizarem a mão-de-obra doméstica de maneira mais eficaz.[42]

As famílias chefiadas por mulheres não se ajustam claramente a nenhuma categoria social ou a parâmetros de rendimento. Os fatores que motivam ou forçam as mulheres a chefiar as famílias independentemente podem determinar o *status* econômico da família.[43] Uma mulher pode ter decidido simplesmente não se casar, ou pode ter resolvido abandonar seu parceiro; pode chefiar a família devido a circunstâncias pessoais ou econômicas alheias a seu controle, como no caso de muitas viúvas, esposas abandonadas ou mulheres casadas que se tornam chefes de família porque seus maridos são trabalhadores migrantes. Mesmo no caso chefes de família que não escolheram conscientemente viver sem um parceiro, é preciso evitar que essas mulheres e as crianças de suas famílias sejam rotuladas como "as mais pobres entre os pobres". Por exemplo, um estudo de 2005 na área rural de Bangladesh mostra que a proporção de famílias chefiadas por mulheres, comparada com a proporção de famílias chefiadas por homens, era maior no quintil mais pobre (5,2%) e no quintil mais rico (7,4%), ao passo que nos quintis intermediários encontravam-se proporções menores, variando de 3,3% a 4,5%.[44]

Na prática, os membros da família ampliada e sistemas de apoio comunitário podem reduzir as desvantagens de famílias chefiadas por mulheres que, em princípio, poderiam ocorrer. Nos bairros pobres do México urbano, por exemplo, mais de 50% das famílias chefiadas por mulheres caracterizam-se como famílias ampliadas, em comparação com apenas 25% de famílias chefiadas por homens.[45]

Um estudo baseado em dados de 17 países em desenvolvimento, nos quais pelo menos 15% das crianças viviam em lares chefiados por mulheres, revela que, apesar dos inúmeros desafios que enfrentam, mães sozinhas conseguem criar seus filhos com resultados semelhantes aos de famílias biparentais.[46] Além disso, os níveis de trabalho

infantil não são significativamente maiores nos lares chefiados por mulheres. Tanto nas famílias chefiadas por homens como nas chefiadas por mulheres, aproximadamente 5% das crianças relataram ajudar nos trabalhos domésticos, 14% trabalhavam na roça ou nos negócios familiares, e cerca de 8% trabalhavam fora de casa.[47]

As crianças podem beneficiar-se do fato de a mulher chefe de família controlar totalmente a alocação da renda no orçamento doméstico.[48] Evidências obtidas nas áreas rurais de Bangladesh indicam que a ocorrência de desnutrição de crianças menores de 5 anos de idade em famílias chefiadas por mulheres, em comparação com aquelas chefiadas por homens, é significativamente menor em todos os quintis de renda. Embora as mulheres chefes de família enfrentem restrições no acesso a oportunidades de emprego, posse de terra e serviços sociais, em todos os quintis de renda, elas gastam relativamente mais em alimentos e serviços de saúde, sugerindo diferentes prioridades na administração doméstica que ajudam a atingir melhores resultados nutricionais. Crianças de famílias chefiadas por mulheres consomem uma dieta mais diversificada do que naquelas chefiadas por homens, em especial quanto a alimentos ricos em proteína e micronutrientes necessários para o crescimento e o desenvolvimento mental das crianças pequenas.[49] Além disso, a proporção de mães com pelo menos um ano de educação secundária em famílias chefiadas por mulheres é maior em todos os quintis de renda, em comparação com aquelas chefiadas por homens – o que pode contribuir para o melhor *status* nutricional observado nas crianças do grupo anterior.[50]

O homem deve desempenhar um papel crucial na vida da criança

Os interesses das crianças são mais bem-atendidos quando a dinâmica entre o homem e a mulher no lar é baseada em respeito mútuo e responsabilidades compartilhadas, e quando ambos estão envolvidos nos cuidados, na alimentação e no apoio a seus filhos.[51]

Os homens desempenham um papel central na promoção de igualdade nas tomadas de decisão. Desde as decisões que tomam quanto à alocação de recursos até o cuidado e o apoio que oferecem à mulher e às crianças, podem ajudar a combater a discriminação de gênero em suas famílias e comunidades. A ausência dos pais na vida dos filhos pode afetar seu desenvolvimento emocional, físico e intelectual.[52] Pesquisadores estimam que uma em cada três crianças nos Estados Unidos – aproximadamente 24 milhões – vive em lares sem seus pais biológicos.[53] Evidências demonstram que as crianças podem sofrer emocional e psicologicamente quando sentem que não fazem

© UNICEF/HQ04-0489/Louise Gubb

parte de uma família que se ajusta ao que é considerado "normal" em sua comunidade.[54]

Um estudo recente que examinou a questão da vida familiar sob a perspectiva masculina revelou que, em sua maioria, os homens desejam ser bons pais e cuidar de seus filhos.[56] Mas os próprios pais freqüentemente recebem mensagens confusas sobre seus direitos e responsabilidades paternas.[56] Normas sociais e culturais em voga podem ter forte influência sobre os níveis de envolvimento com seus filhos. A mensagem que alguns homens internalizam é de que não é papel do pai envolver-se demais na vida das crianças pequenas.[57]

As noções convencionais sobre os papéis de homens e mulheres nas famílias estão mudando, ainda que lentamente. Um dos motivos é a alta taxa de divórcio em muitas regiões. Dados de 2002 mostram que a taxa de divórcios na Europa

Avós e HIV/aids

Uma das histórias raramente contadas sobre a África ao sul do Saara é a dos avós que cuidam de crianças órfãs devido à aids. Pesquisas realizadas em sete países – Burquina Fasso, Camarões, Gana, Moçambique, Nigéria, Quênia e Tanzânia – para os quais há dados recentes revelam a imensa carga que a orfandade vem impondo à família ampliada em geral, e aos avós – geralmente a avó – em particular. Até o final de 2005, 12 milhões de crianças em toda a África ao sul do Saara ficaram órfãs devido à aids.

Crianças que perderam seus pais (órfãs de pai) geralmente ficam com suas mães, o que ocorreu com mais de 50% das crianças em cada um dos sete países avaliados. Entretanto, a proporção das crianças que perderam suas mães (órfãs de mãe) e que continuaram a viver com seus pais não chega a 50%. Portanto, as mulheres têm maior probabilidade de cuidar de crianças órfãs, independentemente de terem perdido suas mães, seus pais ou ambos.

O esforço para cuidar de órfãos está consumindo mulheres chefes de família, entre as quais se registram as mais altas taxas de dependência. Muitas dessas famílias são chefiadas por mulheres idosas – freqüentemente, avós –, que assumem a criação de órfãos e de crianças vulneráveis quando seus próprios filhos ficam doentes e morrem. Os avós – e principalmente as avós – cuidam de cerca de 40% de todos os órfãos na Tanzânia, 45% em Uganda, mais de 50% no Quênia, e cerca de 60% na Namíbia e no Zimbábue.

Em muitos países pobres, mulheres idosas estão entre os membros mais vulneráveis e marginalizados da sociedade. Oportunidades desiguais de emprego e leis discriminatórias de herança e propriedade forçam muitas mulheres a continuar trabalhando até idade muito avançada. Após a morte de seus maridos, muitas mulheres idosas subsistem com salários baixos, conseguidos no setor informal, em trabalhos fisicamente extenuantes. Em Uganda, por exemplo, um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação constatou que viúvas estavam trabalhando de duas a quatro horas a mais por dia para complementar a renda reduzida após a morte de seus maridos.

O HIV/aids está sobrecarregando pessoas idosas que já lutam para equilibrar seus orçamentos. As evidências mostram que as taxas de pobreza entre famílias com pessoas idosas chegam a ser 29% mais altas do que entre famílias sem idosos. Mulheres idosas que assumem a responsabilidade por membros da família afetados pelo HIV/aids são freqüentemente forçadas a trabalhar por um número maior de horas e a vender patrimônio pessoal e bens familiares para conseguir pagar medicamentos, cuidados de saúde e custos de funeral. Estudos domiciliares realizados na Costa do Marfim constataram que famílias em que um membro vivia com HIV/aids gastavam aproximadamente o dobro com saúde, mas tinham uma renda de apenas 50% da renda de famílias no grupo de controle em que nenhum membro vivia com HIV/aids. Os funerais podem absorver grande proporção da renda: em quatro províncias da África do Sul, um estudo mostrou que famílias em que houve uma morte relacionada à aids no ano anterior à pesquisa gastaram, em média, um terço de sua renda anual com funerais.

A carga financeira de cuidar de órfãos pode ameaçar a segurança alimentar da família. Um estudo realizado em Dar es Salaam, na Tanzânia, constatou que órfãos têm maior probabilidade de ir para a cama com fome do que não-órfãos. Em Malaui, fome moderada ou grave também é um fator prevalente entre famílias com mais de um órfão. Esse último estudo sugeriu que, embora os membros da família ampliada possam ser capazes de cuidar de um órfão, as demandas pelos cuidados de órfãos adicionais prejudicam sua segurança alimentar e, em conseqüência, o bem-estar nutricional de todas as crianças da família.

Contra todas as dificuldades, os avós e as mães que criam seus filhos sozinhas fazem esforços enormes para enviar as crianças para a escola. Pesquisas realizadas em dez países africanos ao sul do Saara constataram uma forte correlação positiva entre matrícula escolar e laços biológicos entre a criança e o chefe da família. No entanto, o esforço financeiro pode ser demasiadamente grande quando a família precisa acomodar mais de um órfão. Embora não haja nenhuma evidência conclusiva para sugerir que a própria orfandade aumenta os riscos de uma criança ficar fora da escola, pesquisas realizadas em Uganda sugerem que órfãos duplos – crianças

Ocidental alcança aproximadamente 30%, enquanto nos países escandinavos, nos Estados Unidos e no Reino Unido chega perto de 50%.[58] Na América Latina e no Caribe, as taxas de divórcio entre mulheres dos 40 aos 49 anos de idade que foram casadas ao menos uma vez vão de 25% a quase 50%, tendo a média quase dobrado entre meados da década de 1980 e o final da década de 1990.[59]

Em muitas partes do mundo, o aumento do custo de vida e o número crescente de famílias onde ambos os pais são geradores de renda também estão transformando a dinâmica familiar. Evidências do Reino Unido mostram que em 36% das famílias onde duas pessoas contribuem com a renda familiar, mais do que qualquer outra pessoa, é o pai que cuida das crianças quando a mãe está no trabalho.[60] No Oriente Médio e Norte da África, estudos indicam uma mudança significativa na

que perderam ambos os pais – são mais propensas a ficar fora do sistema educacional.

Uma crise que se aprofunda para órfãos e seus responsáveis

O UNICEF prevê que o número de crianças que perderam um ou ambos os pais devido à aids chegará a 15,7 milhões até 2010, quando cerca de 12% de todas as crianças nos países africanos ao sul do Saara estarão órfãs devido a todas as causas; desse total, 25% das crianças ficarão órfãs devido à aids. Dados desagregados fornecem um panorama ainda mais desanimador: aproximadamente uma em cada cinco crianças entre 12 e 17 anos de idade e uma em cada seis crianças entre 6 e 11 anos de idade ficaram órfãs em 2005. Ao mesmo tempo, o número de viúvas está crescendo. A HelpAge International estima que a taxa de crescimento mais alta entre todos os grupos etários será do grupo de 80 anos ou mais, no qual as mulheres constituem a maioria.

Programas elaborados para fornecer dinheiro e outras formas de assistência a chefes de família idosos podem ajudar a aliviar a carga de cuidar de órfãos jovens. Na Zâmbia, um esquema-piloto de transferência de dinheiro para idosos que cuidam de órfãos resultou em melhores taxas de freqüência escolar entre crianças. Na África do Sul, constatou-se que meninas vivendo em famílias com mulheres idosas, que recebem pensão, crescem cerca de 3 cm a 4 cm a mais do que meninas em famílias com mulheres idosas que não recebem pensão. Entretanto, apesar desses bons resultados, esses programas representam, na melhor das hipóteses, uma solução de curto prazo.

Para solucionar a crise que os órfãos e as mulheres idosas enfrentam na África ao sul do Saara e em outros lugares, é preciso uma estratégia de longo prazo visando a reverter atitudes e costumes sociais discriminatórios, que mantêm mulheres e crianças atoladas na pobreza. Muitos países na África ao sul do Saara e de outras regiões estão desenvolvendo planos nacionais para enfrentar esses desafios, baseando-se em cinco princípios fundamentais incluídos no documento *The Framework for the Protection, Care and Support of Orphans and Vulnerable Children Living in a World with HIV and AIDS* (Estrutura para Proteção, Cuidado e Apoio a Órfãos e Crianças Vulneráveis que vivem em um Mundo com HIV e aids). Essa estrutura – endossada em 2004 por parceiros de agências internacionais e organizações não-governamentais – está baseada em cinco princípios fundamentais:

- Fortalecer a capacidade das famílias para proteger e cuidar de órfãos e de crianças vulneráveis, por meio de ações que prolonguem a vida de seus pais e forneçam apoio econômico, psicossocial ou de outro tipo.
- Mobilizar e apoiar respostas baseadas na comunidade.
- Garantir o acesso de órfãos e crianças vulneráveis a serviços essenciais, inclusive cuidados de saúde e registro de nascimento.
- Garantir que os governos protejam as crianças mais vulneráveis por meio de políticas e legislação aprimoradas, e pela canalização de recursos para famílias e comunidades.
- Elevar a conscientização em todos os níveis, por meio de advocacia e mobilização social para criar um ambiente de apoio a crianças e famílias afetadas pelo HIV e pela aids.

Através da África ao sul do Saara, iniciativas estão transformando esses cinco princípios em ações, que incluem: eliminação de taxas escolares, no Quênia e em Uganda; intervenções no nível da comunidade para apoiar famílias, em Malaui, Ruanda, Suazilândia e Tanzânia; e coletas de dados de melhor qualidade, por meio de amplas pesquisas baseadas na população. O UNICEF fornece apoio e defesa por meio da campanha global sobre crianças e aids – *Unidos com as crianças e os adolescentes – Unidos vamos vencer a aids!*. Entretanto, apesar desses esforços, a cobertura continua limitada em todas as áreas. Pesquisas revelam cargas desproporcionais sobre mulheres chefes de família, e há necessidade urgente de dar-lhes assistência, como parte de ações mais amplas para apoiar órfãos e crianças vulneráveis, assim como suas famílias.

Ver Referências, página 88.

© UNICEF/2005/Warpinski

dinâmica de poder nas famílias. Em comparação com a década de 1980, quando os homens sauditas de nível universitário recuavam diante da perspectiva de casar com mulheres de nível universitário, pesquisas recentes mostram uma mudança de atitude: homens sauditas relatam valorizar esposas que podem ajudar nos altos custos da vida urbana. Além disso, as esposas sauditas que dividem a responsabilidade pelas despesas domésticas têm maior poder nas decisões familiares.[61] Essas tendências não ocorrem apenas na Arábia Saudita. Na região de El Mashrek, no Marrocos, mulheres apresentam-se ao mercado de trabalho por preferência pessoal, não por necessidade financeira,[62] e estão menos inclinadas a desistir de seu trabalho depois de ter filhos.[63]

A participação da mulher na comunidade

Atitudes sociais com relação a gênero podem mudar – e efetivamente mudam. O catalisador mais importante para a mudança são as próprias mulheres. Por meio de grupos e redes sociais, tanto formais como informais, as mulheres interagem entre si, reúnem suas reservas econômicas e humanas e decidem coletivamente de que maneira essas reservas serão utilizadas ou investidas. Mulheres que se juntam para desafiar e resistir a atitudes de discriminação exercem um impacto dramático em suas comunidades.[64] Denunciando discriminações publicamente e motivando outras mulheres a reclamar seus direitos sociais, econômicos e políticos, grupos de mulheres podem colocar em andamento um processo de ampla mudança social, que promove os direitos de meninas e mulheres por muitas gerações.

Redes sociais aumentam a influência da mulher no nível da comunidade

Grupos e redes sociais estimulam e apóiam a participação das mulheres na tomada de decisões no nível da comunidade. Evidências das Pesquisas de Demografia e Saúde sugerem que, em alguns países em desenvolvimento, grande parte do impacto do poder de tomada de decisões das mulheres está concentrado no nível das comunidades.[65] Nos locais em que o acesso das mulheres aos recursos comunitários é gravemente restringido por impedimentos físicos ou discriminação de gênero, as mulheres ajudam a prover – umas às outras e às crianças – alimentos, água, cuidados infantis, medicamentos e mão-de-obra agrícola, freqüentemente fora do alcance dos homens que controlam o processo formal de tomada de decisões.[66]

Redes sociais baseadas na comunidade também podem fornecer às mulheres uma fonte importante de apoio moral. Por exemplo, se uma mulher que é privada do direito de opinar em assuntos domésticos estiver ligada a uma forte rede social que promova o poder das mulheres, o apoio das companheiras pode convencê-la a tomar decisões independentes em questões como cuidados de saúde para as crianças.[67] Mas o impacto das redes de mulheres vai além de meramente ajudar seus membros: desafiando o *status quo,* essas redes e organizações estão provando também que são poderosos agentes de mudança social.[68]

A Ásia Meridional oferece inúmeros exemplos desses esforços. Uma dessas iniciativas é a Brac, uma organização não-governamental em Bangladesh que oferece crédito e oportunidades de emprego para mulheres. A Brac fortaleceu o poder de barganha das mulheres em suas famílias e comunidades. Por exemplo, por meio de ações coletivas, elas conseguiram persuadir os mais velhos a não mais criticar e ridicularizar mulheres que trabalham fora de casa.[69] Essa aprovação social do trabalho da mulher fortalece aquelas que desejam procurar oportunidades de emprego e aumenta os incentivos econômicos para a educação das meninas.

Grupos de mulheres através da África ao sul do Saara também estão desafiando o predomínio masculino nas tomadas de decisões na comunidade. Em Moçambique, organizações de mulheres estão

lutando contra a discriminação, contestando a Lei da Terra de 1997, que lhes nega o direito de possuir e vender terras independentemente.[70] Outro exemplo pode ser visto em Angola, onde a Associação Angolana de Advogadas conduziu uma campanha nacional por reformas legais para proteger os direitos da mulher.[71]

Enquanto alguns grupos de mulheres ajudam a pressionar formuladores de políticas por meio de canais políticos formais, outros grupos têm conseguido mobilizar apoio em nível de representação para mulheres legisladoras. Esses esforços contribuem para eliminar a discriminação de gênero no processo político formal (*ver Capítulo 4*).

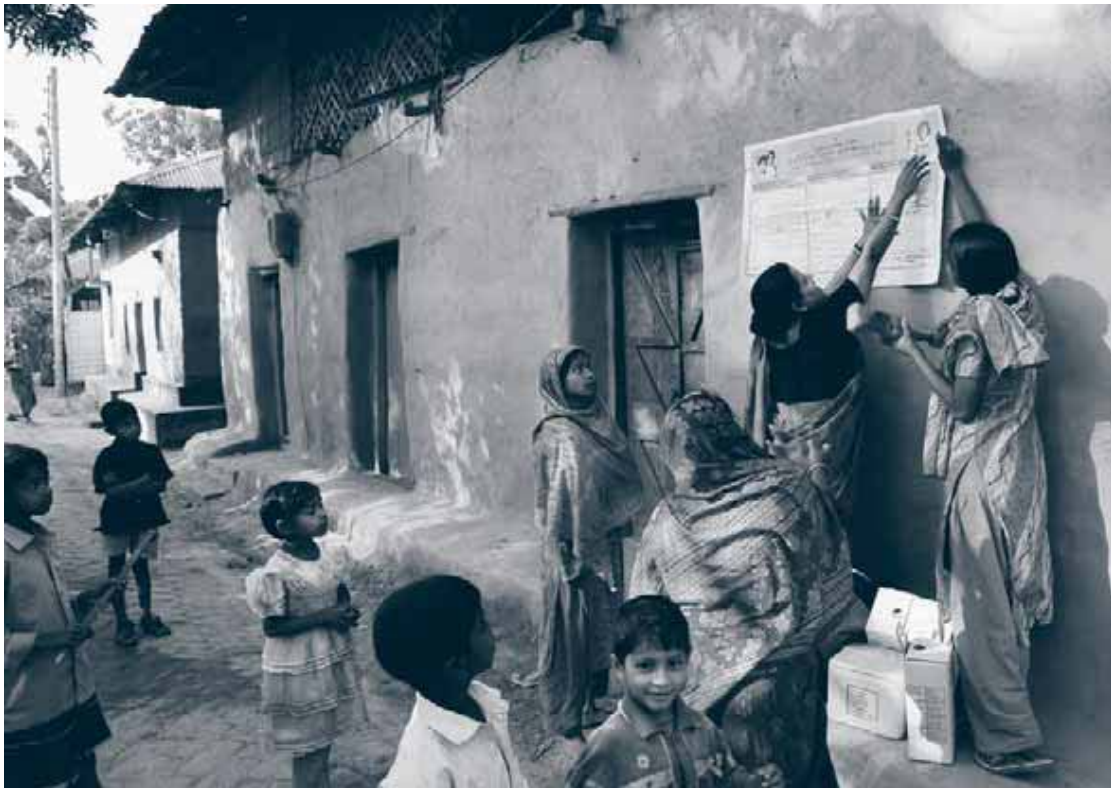
A inclusão da mulher nos processos de tomada de decisão

Para que os direitos da mulher e da criança sejam plenamente cumpridos, é indispensável assegurar que as mulheres tenham voz mais ativa nas decisões familiares e da comunidade. Embora agências internacionais, governos, organizações da sociedade civil e as próprias mulheres tenham realizado progressos significativos para promover uma dinâmica mais igualitária, há muito ainda a ser feito. Algumas ações fundamentais que requerem atenção urgente são:

- **Aumentar as oportunidades de emprego e de geração de renda para mulheres:** a propriedade ou o controle do patrimônio e da renda é um determinante importante do poder de barganha na família. Assegurar que as mulheres tenham oportunidades de gerar renda, adquirir terras, uma casa e outras propriedades pode ajudar a fortalecer seu poder de barganha e sua influência em decisões familiares. O Capítulo 3 discute mais detalhadamente iniciativas que podem aumentar as oportunidades de emprego e de geração de renda para mulheres.

- **Envolver os homens:** persuadir indivíduos a mudar suas atitudes e seus comportamentos é um processo complexo e demorado. Por meio de estratégias simples, diretas e eficazes, como persuadir outros homens a colaborar nas tarefas domésticas, os homens vêm-se tornando parceiros das mulheres no combate à discriminação de gênero na famílias e na comunidade. Criando papéis específicos para os homens em programas de defesa de direitos, os governos e as agências de desenvolvimento também podem promover seu envolvimento em iniciativas de apoio à infância no parlamento, nas escolas e nos locais de trabalho (*ver Capítulo 5).*

- **Apoiar organizações de mulheres:** um dos caminhos mais importantes e eficazes para



© UNICEF/HQ06-0088/Shehzad Noorani

Centros de Mães na Europa Central e Oriental e na Gâmbia

Na Europa Central e Oriental, mães lideram o fortalecimento das mulheres em suas comunidades.

Os Centros de Mães dão às mulheres os meios para construir redes sociais e para organizar atividades comunitárias que as apóiem em seus papéis de mães e provedoras de cuidados. Criado na Alemanha na década de 1980, o movimento Centro de Mães ampliou-se para Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Federação Russa, Geórgia e República Checa.

Os Centros de Mães surgiram em resposta à falta de apoio para mães que se verificava em suas comunidades. Em muitos países da Europa Central e Oriental, a tradição de redes comunitárias foi destruída pelas regras socialistas. A partir da transição, no início da década de 1990, altas taxas de desemprego, pobreza, instabilidade política e uma diminuição no serviço público de cuidados infantis contribuíram para o sentimento de isolamento social vivido por muitas mães e crianças. Os Centros de Mães oferecem às mulheres e às suas famílias uma oportunidade de acesso a recursos práticos e apoio social. Os centros ajudam a atender as necessidades financeiras das famílias, por meio de serviços como lojas de objetos usados, refeições, brinquedotecas, aulas de costura e de idiomas e programas de recapacitação para o trabalho.

Centros de Mães localizados nos bairros alcançam entre 50 e 500 famílias e têm ajudado a transformar a vida de milhares de mulheres na região. Entrevistas com as pessoas envolvidas mostram o impacto positivo que os centros exercem sobre as mulheres e as famílias: 58% das mulheres disseram que aprenderam a participar e a falar, e 55% sentiram que sua confiança aumentou desde que começaram a freqüentar os centros. Um levantamento realizado entre homens que participaram em alguns dos eventos revelou que 67% tinham opinião positiva em relação às responsabilidades familiares.

Ao dar à mulher o poder de melhorar sua qualidade de vida, os Centros de Mães estão ajudando a revitalizar bairros e a criar um novo sentimento de esperança entre as mulheres e suas famílias. Em 46% dos casos, os Centros de Mães ajudam nos conselhos municipais. O sucesso do movimento inspirou outras mulheres a replicar o modelo, e existem atualmente 750 centros no mundo todo. Esse crescimento drástico ilustra o impacto poderoso que as mulheres podem exercer quando se mobilizam. Demonstra a imensa capacidade da mulher para liderar seu próprio fortalecimento, assim como o fortalecimento das pessoas ao seu redor.

Gâmbia

Uma iniciativa semelhante está em andamento na Gâmbia, onde as mulheres vêm-se reunindo para promover a educação de meninas no nível da comunidade.

Na Gâmbia, os Clubes de Mães fornecem uma plataforma singular para que as mulheres levantem recursos financeiros e morais para apoiar a educação de meninas. Por meio de campanhas de *advocacy* e de captação de recursos, as mulheres estão ampliando as oportunidades educacionais disponíveis para meninas e defendendo o direito de ser ouvidas em suas comunidades.

Os Clubes de Mães funcionam em algumas das regiões mais pobres da Gâmbia, onde a maioria das famílias vive com o pouco que conseguem de uma agricultura de subsistência, e poucas podem arcar com os custos de educar todas as suas crianças. Embora a educação primária seja gratuita na Gâmbia, outras despesas ocultas, como uniformes, materiais didáticos e alimentação escolar, podem tornar proibitivos os custos da educação. Devido a diversos fatores econômicos, sociais e culturais, a maioria dos pais dá prioridade à educação de meninos; em algumas comunidades pobres, as meninas representam apenas 19% dos estudantes na escola primária.

As mulheres são as mais fervorosas defensoras da paridade de gênero nas escolas. Campanhas de *advocacy* organizadas por mulheres promovem o acesso de meninas à educação, e centralizam a atenção na retenção e no desempenho de meninas na escola. O UNICEF e o Fórum das Educadoras Africanas apóiam as mulheres em seu papel de defensoras da comunidade. O UNICEF forneceu aos Clubes de Mães capital inicial para implementar atividades geradoras de renda, inclusive jardinagem, artesanato em *batik*, tingimento artesanal de tecidos, sabonetes e cremes perfumados,

aumentar o poder da mulher é a dinâmica de cooperação entre mulheres. Os coletivos informais das mulheres que se organizam em torno de questões como nutrição, distribuição de alimentos, educação e abrigo ajudam a melhorar o padrão de vida das mulheres, de suas famílias e de suas comunidades. Organizações de mulheres também podem ser catalisadoras de mudanças na arena política (*ver Capítulo 4*).

criação de aves e cultivo de lavoura, e forneceu moendas, dando às famílias um recurso adicional de alimentação e de renda, e liberando mulheres e meninas da carga diária da moagem. A renda gerada por meio dessas iniciativas empreendedoras é utilizada para pagar taxas escolares, uniformes e calçados para as meninas da comunidade. Os Clubes de Mães também investiram seus lucros em empréstimos sem juros para outras mulheres pobres, para que pudessem iniciar suas próprias atividades geradoras de renda.

Desde o início do programa, as mulheres criaram 65 Clubes de Mães em três regiões da Gâmbia. O movimento vem exercendo impacto visível sobre a educação de meninas. Em média, as taxas de matrículas de meninas registraram aumento de 34%, e a incidência de meninas que deixam a escola devido a casamento prematuro diminuiu acentuadamente.

Além de beneficiar as meninas, os Clubes de Mães estão criando novas oportunidades para mulheres. Ao lhes dar as habilidades e os recursos necessários para gerar suas próprias fontes de renda, os Clubes de Mães ajudam a aumentar o poder das mulheres em suas comunidades. Além disso, ao argumentar com firmeza em favor da educação de meninas, as mulheres desafiam a discriminação de gênero e ressaltando a importância de seu envolvimento nos processos de tomada de decisão da comunidade, uma conquista que beneficiará gerações de mulheres e de meninas – atuais e futuras.

Ver Referências, página 88.

RESUMO

Embora nas últimas décadas tenha havido grandes progressos na participação das mulheres na força de trabalho, foram muito menores os avanços na melhoria das condições em que elas trabalham, no reconhecimento do trabalho feminino não-remunerado, na eliminação de práticas e leis discriminatórias relacionadas aos direitos de propriedade e herança, e na oferta de apoio para cuidados infantis. A garantia de que mulheres e homens tenham oportunidades iguais para gerar e administrar renda constitui um passo importante em direção ao cumprimento dos direitos da mulher. Além disso, os direitos da criança têm maior probabilidade de ser cumpridos quando as mulheres gozam plenamente de seus direitos sociais e econômicos.

- Para muitas mulheres, o trabalho não-remunerado realizado em casa e para a família ocupa a maior parte de suas horas de trabalho, restando tempo significativamente menor para o emprego remunerado. Mesmo quando participam do mercado de trabalho em empregos remunerados, as mulheres assumem a maior parte do trabalho doméstico.

- Quando as mulheres trabalham fora de casa, ganham, em média, muito menos do que os homens. Elas também têm maior probabilidade de trabalhar em formas precárias de emprego, com baixa remuneração, pouca segurança financeira, e recebendo pouco ou nenhum benefício social.

- As mulheres não somente ganham menos do que os homens como também tendem a possuir menos bens. Salários mais baixos e menor controle sobre a renda familiar restringem sua capacidade de acumular capital. Preconceitos de gênero em leis de propriedade e herança e em outros canais de aquisição de bens também colocam mulheres e crianças em maior risco de pobreza.

- O emprego remunerado para mulheres não leva automaticamente a melhores resultados para as crianças. Fatores como a quantidade de tempo que as mulheres passam trabalhando fora do lar, as condições em que são empregadas e quem controla a renda que geram determinam a maneira como o trabalho realizado pelas mulheres no mercado de trabalho afeta seu próprio bem-estar e o bem-estar das crianças.

- Em muitos países, creches de qualidade continuam sendo proibitivamente caras para famílias de baixa renda que não contam com o provimento desse serviço ou com subsídios do Estado. Os pais muitas vezes dependem de membros da família ou de outras crianças – na maioria dos casos, meninas – para cuidar dos filhos enquanto eles trabalham, freqüentemente à custa da educação dos filhos.

- Desafiar as atitudes com relação ao trabalho da mulher exige uma abordagem multifacetada. Os governos devem tomar medidas legislativas, financeiras e administrativas para criar um ambiente sólido que favoreça o empreendedorismo feminino e a participação da mulher no mercado de trabalho. É preciso promover políticas sociais para enfrentar a discriminação no local de trabalho e para permitir que homens e mulheres conciliem trabalho e responsabilidades familiares. Para as crianças, o acesso igualitário à educação constitui a estratégia mais importante para assegurar que meninas e meninos tenham, oportunidades iguais de renda quando chegarem à vida adulta.

© UNICEF/HQ05-2192/Giacomo Pirozzi

3

Igualdade no emprego

A história do fortalecimento econômico da mulher narra situações de grande potencial freqüentemente não utilizado. Não é que as mulheres não trabalhem – elas muitas vezes trabalham mais horas do que os homens –, porém quase invariavelmente ganham menos por seu trabalho, e têm menos propriedades. Embora nas últimas décadas tenha havido progressos na participação das mulheres na força de trabalho, não houve muitos avanços na melhoria das condições em que elas trabalham, no reconhecimento do trabalho feminino não-remunerado, na eliminação de práticas e leis discriminatórias relacionadas aos direitos de propriedade e herança, e na oferta de apoio para cuidados infantis.

A garantia de que mulheres e homens tenham oportunidades iguais para gerar e administrar renda constitui um passo importante em direção ao cumprimento dos direitos da mulher no âmbito da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), e ao aumento de seu desenvolvimento, de sua auto-estima e de sua influência, tanto na família como na sociedade. Além disso, os direitos da criança têm mais probabilidade de ser cumpridos quando as mulheres gozam plenamente de seus direitos sociais e econômicos.

Os formuladores de políticas começam a atentar para esta realidade: as mulheres têm um papel econômico importante no tratamento da questão da pobreza que afeta as crianças. É cada vez maior o número de países que direcionam diretamente às mães os recursos para atender os direitos das crianças – por exemplo, a transferência de dinheiro condicionada à freqüência das crianças à escola. Em todo o mundo, o sustento das famílias já é freqüentemente garantido e reforçado por mulheres que trabalham fora – desde aquelas que mantêm plantações de subsistência, ou trabalham em grandes fazendas onde supervisionam a produção e a comercialização, até aquelas que trabalham em fábricas e escritórios. No Caribe e na África ao sul do Saara, por exemplo, as mulheres produzem cerca de 80% dos alimentos consumidos pela família.[1]

As mulheres trabalham mais do que os homens, mas ganham menos

Quer vivam em países industrializados ou em países em desenvolvimento, em ambientes rurais ou urbanos, de maneira geral, as mulheres trabalham mais horas do que os homens. Embora os dados sobre a maneira como homens e mulheres usam seu tempo sejam escassos, as pesquisas realizadas nos últimos anos confirmam a validade dessa afirmação para os países em desenvolvimento. Oxfam estima que as mulheres trabalham cerca de 60 a 90 horas por semana,[2] e pesquisas sobre o uso do tempo revelam que, para um conjunto de países em desenvolvimento na Ásia, na América Latina e na África ao sul do Saara, a quantidade de horas de trabalho das mulheres excede a dos homens, muitas vezes de forma significativa[3] (*ver Figura 3.1, página 38*).

Para muitas mulheres, o trabalho não-remunerado realizado em casa e para a família ocupa a maior parte de suas horas de trabalho, restando tempo significativamente menor para o emprego remunerado. Dados relativos a áreas urbanas em 15 países latino-americanos revelam que o trabalho doméstico não-remunerado é a principal atividade de uma em cada quatro mulheres; a razão correspondente para homens é de um em cada 200.[4]

Mesmo quando participam do mercado de trabalho em empregos remunerados, as mulheres assumem a maior parte do trabalho doméstico. Mais uma vez, essa constatação é fundamentada em pesquisas realizadas em países de regiões em desenvolvimento. No México, por exemplo, as mulheres em emprego remunerado também executam tarefas domésticas que absorvem 33 horas semanais de seu tempo; a contribuição masculina no serviço doméstico, por outro lado, soma apenas seis horas semanais.[5] Pesquisas sobre o uso do

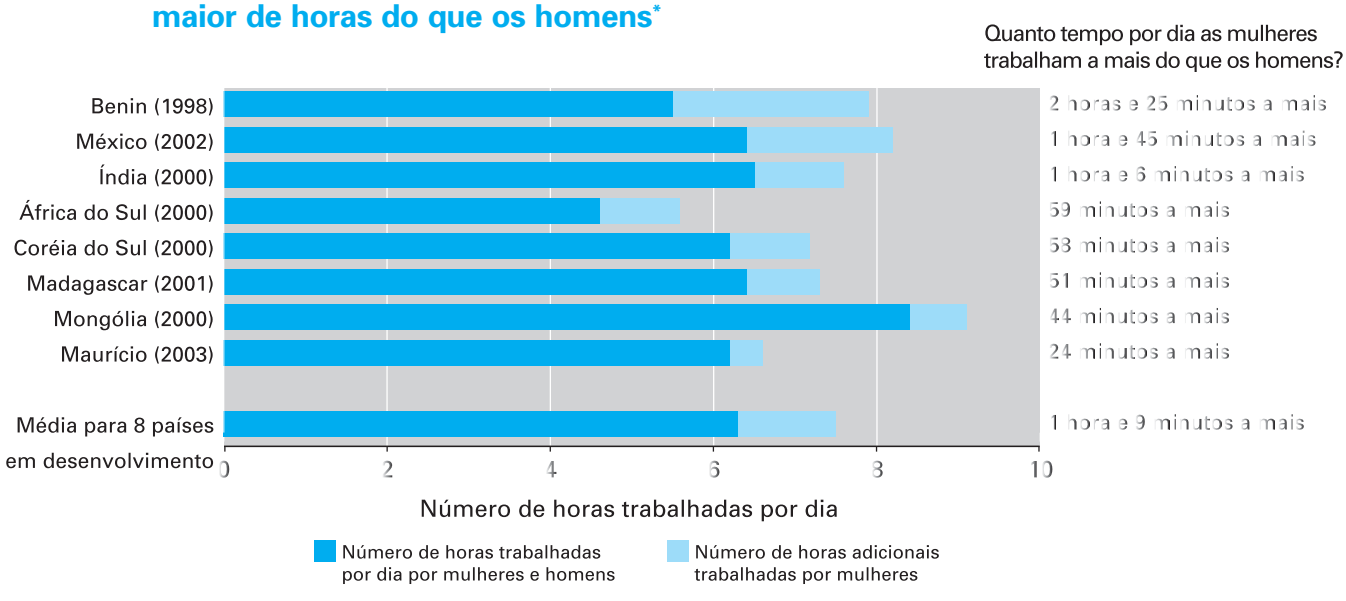
© UNICEF/HQ05-1679/Josh Estey

tempo em seis estados da Índia revelam que, tipicamente, as mulheres passam 35 horas semanais realizando tarefas domésticas e cuidando de crianças, enfermos e idosos, contra quatro horas semanais para os homens.[6]

A divisão do trabalho doméstico não é diferente nos países industrializados. Embora as disparidades de gênero na carga de trabalho total sejam menos acentuadas do que nos países em desenvolvimento, as mulheres das nações mais ricas ainda passam uma proporção bem maior de horas de trabalho do que os homens realizando atividades não-remuneradas.[7]

Apesar do tempo limitado que muitas mulheres passam em emprego remunerado, e apesar de sua

Figura 3.1 **No mundo em desenvolvimento, as mulheres trabalham durante um número maior de horas do que os homens***



*É importante notar que os dados representam médias nacionais que, para cada país, refletem altos níveis de subemprego. Em alguns contextos, as mulheres trabalham mais de 12 horas por dia.

Fonte: Os cálculos do UNICEF baseiam-se em dados extraídos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Human Development Report 2006, Beyond Scarcity: Power, Poverty and the global water crisis, Oxford University Press para Pnud, Nova Iorque, 2006, p. 379.

contribuição essencial para o funcionamento do lar, há uma visão muito difundida de que, assim como os homens, as mulheres devem contribuir para a renda doméstica. Constatações da Pesquisa Mundial sobre Valores revelam que, quando interrogados sobre se maridos e mulheres deveriam contribuir para a renda doméstica, uma nítida maioria dos entrevistados concordou – cerca de 90%, em média, nos países pesquisados no Leste da Ásia e no Pacífico, na América Latina, na África ao sul do Saara e em economias de transição; e mais de dois terços no Oriente Médio e na Ásia Meridional.[8]

Essas atitudes talvez tenham contribuído para o aumento constante do número de mulheres que ingressaram na força de trabalho nas duas últimas décadas. Até 2005, as mulheres respondiam por cerca de 40% da população mundial economicamente ativa.[9] No entanto, as tendências das taxas de participação variam amplamente entre as regiões, com taxas muito maiores de atividade econômica feminina nas regiões do Leste da Ásia e Pacífico (68,9%), da África ao sul do Saara (62,3%) e da ECO/CEI (57,5%) do que em outros lugares. Apenas pouco mais de um terço das mulheres nos Estados Árabes e menos de 50% na América Latina e na Ásia Meridional são economicamente ativas.[10]

Uma estatística mais esclarecedora da variação regional na atividade econômica feminina relativa fora do lar é a taxa de atividade por paridade de gênero (definida aqui como a taxa de atividade econômica feminina como porcentagem da taxa masculina). O índice de paridade supera 70% nos seguintes países e regiões: países menos desenvolvidos, ECO/CEI, Leste da Ásia e Pacífico, África ao sul do Saara e estados membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE). Entretanto, cai para 52% na América Latina e na Ásia Meridional, e para menos de 50% nos Estados Árabes.[11]

A diferença entre salários e ganhos

Não é só o tempo gasto por mulheres em trabalhos remunerados que é significativamente menor do que os homens: quando trabalham fora de casa, sua renda média também é muito mais baixa. Embora os dados desagregados sobre salários nominais sejam escassos, as evidências disponíveis mostram que, em todas as regiões, as remunerações nominais das mulheres são cerca de 20% mais baixas do que as dos homens. Ainda que os dados mostrem que existem diferenças salariais por gênero através dos países, essas diferenças podem variar significativamente, e podem até mesmo ser invertidas. No Brasil, por exemplo, mulheres com menos de 25 anos de idade recebem um salário médio por hora superior ao dos homens nessa faixa etária.[12]

Uma vez que a maior parte do trabalho realizado pelas mulheres é sub-remunerado, e também porque elas freqüentemente ocupam postos de baixo *status* e ganham menos do que os homens, a renda média

© UNICEF/HQ05-1269/Roger LeMoyne

per capita das mulheres – medida aplicando-se ao produto interno bruto a proporção dos salários não-agrícolas das mulheres – é significativamente inferior à dos homens (*ver Figura 3.3, página 41*). Estimativas baseadas em diferenciais salariais e em participação na força de trabalho sugerem que a renda estimada das mulheres representa em torno de 30% da dos homens nos países pesquisados no Oriente Médio e no Norte da África; em torno de 40% na América Latina e na Ásia Meridional; 50% na África ao sul do Saara; e cerca de 60% na ECO/CEI, no Leste da Ásia e nos países industrializados.[13] Como mostra o Capítulo 2, a renda em mãos de mulheres pode beneficiar as crianças. Assim sendo, as disparidades de gênero referentes a ganhos podem reduzir ou limitar os recursos disponíveis para cumprir os direitos das crianças, tais como cuidados de saúde, nutrição adequada e educação.

Quando ambos os pais trabalham fora, e na ausência de sistemas de apoio social adequados, os direitos das crianças a educação, descanso e lazer, cuidados e proteção também correm risco. Um exemplo dessa conseqüência negativa é o efeito da substituição da mãe pela filha nas responsabilidades domésticas. À medida que as mães assumem trabalho remunerado fora de casa, as crianças, especialmente as meninas, passam a assumir responsabilidades domésticas, cuidando da casa e dos irmãos – muitas vezes à custa de sua educação.[14] Isso ressalta a importância do papel desempenhado por ambos os pais nos cuidados com os filhos, quer trabalhem ou não fora de casa (*ver Destaque, página 41*).

A diferença de bens

As mulheres não somente ganham menos do que os homens como também tendem a possuir menos bens. Salários mais baixos e menor controle sobre a renda familiar restringem sua capacidade de acumular capital. Mas não são essas as únicas razões. Preconceitos de gênero em leis de propriedade e herança e em outros canais de aquisição de bens – até mesmo em programas de distribuição de terras públicas – também expõem mulheres e crianças a maior risco de pobreza.[15]

As conseqüências da exclusão de posse de propriedade ou bens também podem ser mais diretas, particularmente quando o casamento se desfaz ou o marido morre. Viúvas que, após a morte do marido, perdem o direito de propriedade da casa ou das terras da família, ou mulheres divorciadas que são retiradas da casa do marido são facilmente levadas à marginalização social, exacerbando ainda mais a luta para alcançar saúde e bem-estar para si mesmas e para seus filhos.[16]

Embora haja ainda menos estatísticas sobre diferenças de gênero relativas a bens do que sobre disparidades salariais, as evidências disponíveis sugerem que o padrão de discriminação é bastante

Figura 3.2 Os salários nominais das mulheres são significativamente mais baixos do que os dos homens*

* Os cálculos do UNICEF para **Países em desenvolvimento** incluem países e territórios nos agregados regionais a seguir: *Oriente Médio e Norte da África:* Barein, Egito, Jordânia, Territórios Palestinos; *Leste da Ásia e Pacífico:* Cingapura, Coréia do Sul, Filipinas, Malásia, Mianma, Tailândia; *Países em transição:* Bulgária, Cazaquistão, Croácia, Geórgia, Letônia, Lituânia, República Checa, Romênia, Turquia, Ucrânia; *América Latina e Caribe:* Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Peru; *África ao sul do Saara:* Botsuana, Eritréia, Quênia, Suazilândia.

Países industrializados: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Japão, Luxemburgo, Malta, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça.

Fonte: Organização Internacional do Trabalho, banco de dados de LABORSTA, http://laborsta.ilo.org, acessado em março de 2006.

As meninas correm risco de não freqüentar a escola quando as mulheres trabalham?

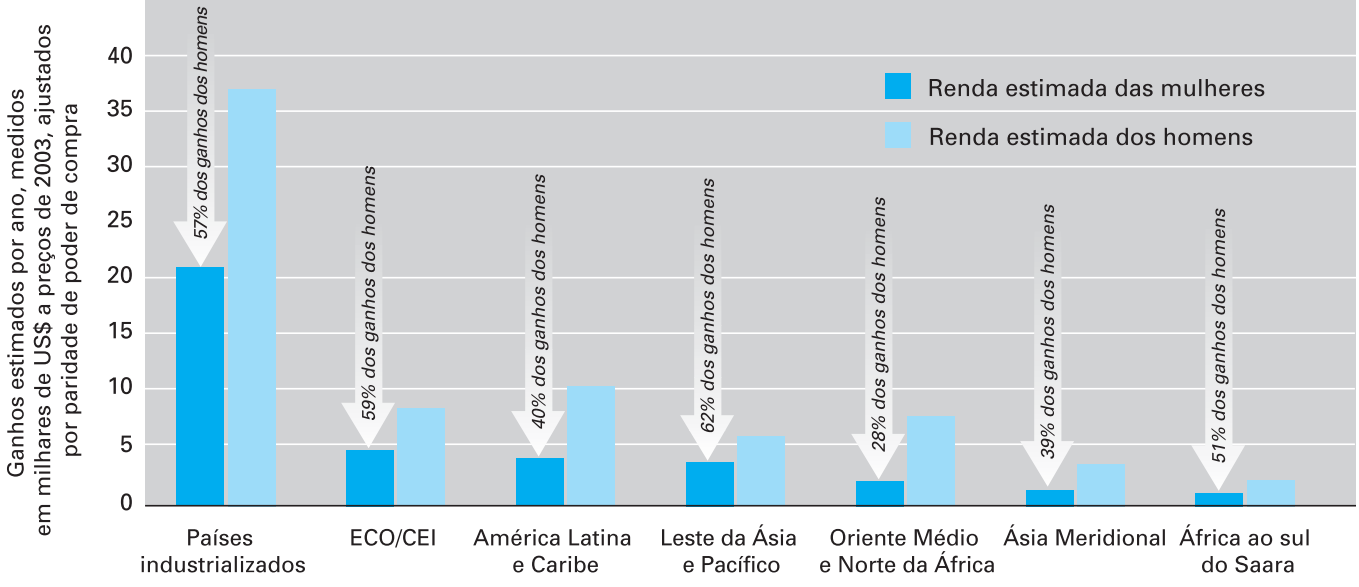
Apesar do número crescente de mulheres que ingressam na força de trabalho, essa maior participação nem sempre é acompanhada por melhorias no bem-estar das crianças. Devido à necessidade de pessoas que substituam as mães trabalhadoras na tarefa de cuidar de seus filhos, muitas crianças – em sua maioria, meninas – correm o risco de não freqüentar a escola ou de abandonar os estudos para cuidar de seus irmãos mais novos, ou para realizar trabalhos domésticos, ou ambos. Universalmente reconhecidos, os direitos da criança de brincar, receber educação e ser cuidada por seus pais estão em risco, com implicações negativas para seu bem-estar e seu futuro *status* econômico. Essas tendências são claramente evidentes em muitos países em desenvolvimento. Um levantamento realizado recentemente no Nepal mostra que as filhas mais velhas correm maior risco de ser tiradas da escola para ajudar suas mães trabalhadoras a cuidar dos irmãos mais novos, e para assumir as responsabilidades domésticas. Na Tanzânia, as evidências indicam que a falta de creches força os pais a levar seus filhos para o trabalho, ou a transferir para os irmãos mais velhos a responsabilidade de cuidar das crianças. No Peru, como resultado do aumento do emprego de mulheres, as crianças – principalmente as meninas – passam mais tempo realizando atividades domésticas. Do mesmo modo, nos países do sudeste da Ásia, à medida que aumenta o número de mães que trabalham fora de casa, a maior necessidade de cuidados infantis é atendida por crianças mais velhas, tias e avós, que se tornam freqüentemente as principais responsáveis pelos cuidados de crianças pequenas nas áreas rurais.

Ver Referências, página 88.

similar nos países em desenvolvimento. Um estudo que cobre cinco países da América Latina indica que, em comparação com os homens, as mulheres possuem apenas uma fração da terra (*ver Figura 3.4, página 42*).[17] Em outras regiões para as quais existem dados disponíveis, as mulheres enfrentam desigualdades similares. Por exemplo, em Camarões, embora as mulheres realizem mais de 75% do trabalho agrícola, elas possuem menos de 10% da terra. Disparidades comparáveis foram identificadas no Quênia, na Nigéria, na Tanzânia e em outros países da África ao sul do Saara.[18] No Paquistão, na amostragem de vilarejos, as pesquisas revelaram que as mulheres possuíam menos de 3% dos terrenos, embora na maioria dos casos tivessem direito a herdar terras.[19]

Nos locais onde as mulheres possuem bens, elas têm maior controle sobre a tomada de decisões relativas à família. Por exemplo, em lares da

Figura 3.3 Os ganhos estimados* das mulheres são substancialmente mais baixos do que os dos homens



*Ganhos estimados são definidos como o produto interno bruto *per capita* (medido em dólares norte-americanos a preços de 2003, ajustados por paridade de poder de compra), ajustado para disparidades de salários entre homens e mulheres.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Human Development Report 2005: International cooperation at a cross roads: Aid, trade and security in na unequal world,* Oxford University Press para Pnud, Nova Iorque, 2005, Tabela 25, p. 299-302.

zona rural de Bangladesh, quando as parcelas de bens pré-nupciais das mulheres são maiores do que as dos maridos, sua influência nas decisões familiares é maior, e os níveis de enfermidades entre suas filhas são mais baixos.[20]

Os benefícios da propriedade também podem extrapolar a dinâmica de negociação doméstica, com implicações positivas para a produtividade e o crescimento, particularmente na agricultura. Dar às mulheres maior controle sobre o planejamento e a gestão fundiária pode aumentar a produtividade agrícola. Em Burquina Fasso, um estudo realizado pelo Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar sugere que a produtividade agrícola pode subir 20% se as desigualdades de gênero forem reduzidas, e se homens e mulheres fazendeiros tiverem igual acesso a implementos agrícolas de qualidade e a educação.[21] Um estudo anterior sobre mulheres fazendeiras, realizado no Quênia, revelou que as colheitas poderiam aumentar em 24% se todas as mulheres fazendeiras recebessem educação primária.[22] Outro estudo em Bangladesh levou a conclusões semelhantes, mostrando que dar às mulheres recursos específicos – como sementes de verduras e legumes de alto rendimento, e tecnologia de policultura pesqueira em tanques arrendados a grupos de mulheres de baixa renda – leva a maior impacto sobre a redução da pobreza do que a disseminação não-direcionada de tecnologia, que tem maior probabilidade de beneficiar homens e famílias mais ricas.[23]

Dar maior poder às mulheres por meio de outros tipos de investimento também pode ter efeitos positivos sobre o crescimento econômico e a redução da pobreza. As pesquisas indicam que fornecer às mulheres capacitação e acesso a novas tecnologias lhes dá maior mobilidade e aumenta seu controle sobre os recursos, fortalece sua consciência política, e reduz os casos de violência doméstica.[24]

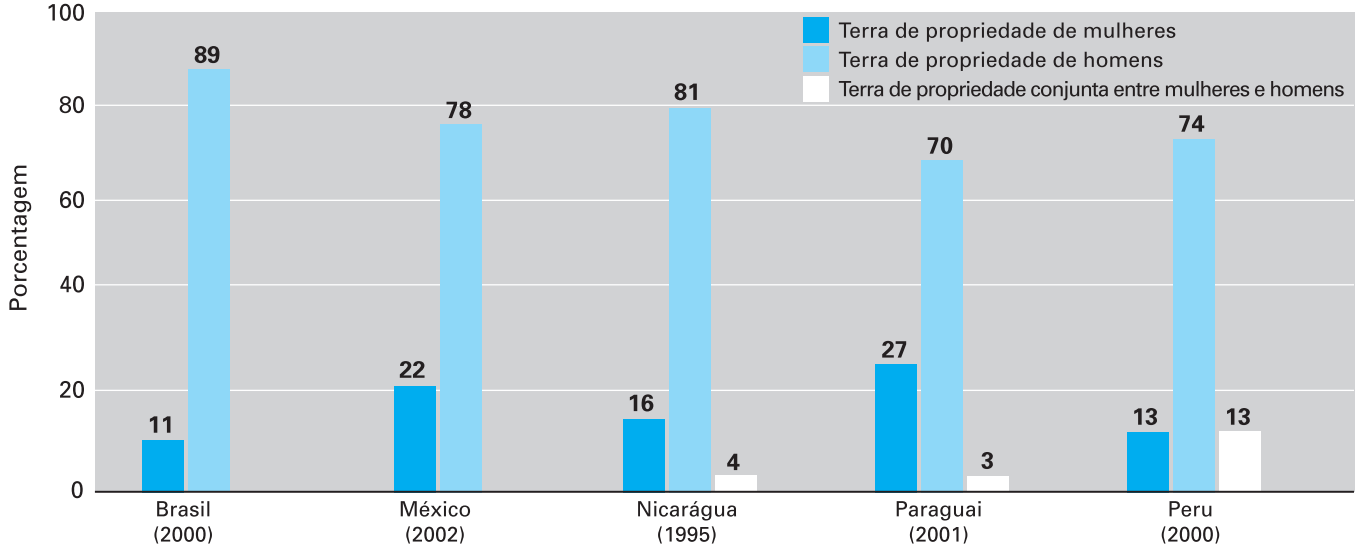
Onde as mulheres trabalham faz diferença para as crianças

A participação feminina na força de trabalho pode beneficiar as crianças, porque freqüentemente permite às mulheres maior acesso a recursos econômicos e controle sobre os mesmos. Entretanto, o emprego remunerado para mulheres não leva automaticamente a melhores resultados para as crianças. Fatores como a quantidade de tempo que as mulheres passam trabalhando fora do lar, as condições em que são empregadas e quem controla a renda que geram determinam a maneira como seu emprego afeta seu próprio bem-estar e o bem-estar de suas crianças.

O emprego informal das mulheres e seu impacto sobre as crianças

A participação crescente das mulheres na força de trabalho nem sempre vem acompanhada de uma melhoria equivalente em suas condições de trabalho ou de segurança. As mulheres têm

Figura 3.4 Diferenças significativas entre homens e mulheres em relação à propriedade da terra na América Latina



Nota: Não havia dados disponíveis para Brasil e México sobre terras de propriedade conjunta entre mulheres e homens. Os totais podem não somar 100% devido a arredondamentos.

Fonte: Grown, Caren, Geeta Rao Gupta e Aslihan Kes, *Taking Action: Achieving gender equality and empowering women,* Força-tarefa do Projeto das Nações Unidas para o Milênio sobre Educação e Igualdade de Gênero, Earthscan, Londres/Virginia, 2005, p. 78.

© UNICEF/HQ05-1213/Roger LeMoyne

menos probabilidade do que os homens de gozar de segurança no trabalho, trabalhando em posições com baixa remuneração, pouca segurança financeira e menos benefícios sociais, ou até mesmo nenhum. À medida que aumenta o número de mulheres na força de trabalho, tem havido um aumento paralelo de formas de emprego não-padronizadas e informais. Em países em desenvolvimento, a maioria das mulheres que trabalham na agricultura concentra-se no setor informal. Elas têm maior probabilidade do que os homens de trabalhar como autônomas, em serviços domésticos, na indústria ou realizando atividades não-remuneradas em empresas familiares.[25]

Por sua própria natureza, o trabalho informal é menos visível nas estatísticas nacionais, devido à falta de relatos sistemáticos. Continua sendo difícil coletar informações precisas e abrangentes sobre o setor informal, devido à natureza diversificada das atividades, das estruturas organizacionais informais e dos diferentes modos de operação envolvidos.[26]

Em quase todas as regiões em desenvolvimento, pelo menos 60% das mulheres envolvidas em atividades profissionais não-agrícolas trabalham em empregos informais. A exceção é o Norte da África, onde a participação feminina no setor informal é de 43%. Das regiões em desenvolvimento, a África ao sul do Saara tem a mais alta taxa de mulheres empregadas informalmente (84%).[27] Individualmente, os países em desenvolvimento registram grande variação entre as regiões (*ver Figura 3.5, página 44*).

As mulheres que trabalham no setor informal muitas vezes enfrentam condições de trabalho difíceis, jornadas longas e horas extras não previstas. A falta de segurança no trabalho e a ausência de benefícios – como licença de saúde remunerada e creche – podem expor as mulheres e seus filhos a maior risco de pobreza.[28] A saúde e o crescimento das crianças correm um risco significativamente maior quando as mães são pobres e estão envolvidas com trabalho informal que ocupa muito tempo, não é remunerado e é inflexível; quando têm pouco controle sobre seus salários; e quando não contam com serviços disponíveis para cuidar de seus filhos.[29]

Tais condições predominam em muitas áreas de emprego informal e no trabalho de baixa remuneração no setor formal. Uma área específica que recebeu atenção crescente nos últimos anos é o serviço doméstico. As mulheres constituem a maioria entre os trabalhadores domésticos, e a maior parte delas trabalha em empregos informais. Quando as mães que trabalham em serviços domésticos assumem a responsabilidade de cuidar de crianças da família empregadora, cria-se freqüentemente um dilema: a segurança cotidiana dos filhos do empregador depende de um empregado que deixa seus próprios filhos para ir trabalhar.[30]

Cuidados infantis em crise no setor formal

A participação crescente das mulheres na força de trabalho está desafiando o modelo tradicional de trabalho remunerado do homem como provedor e chefe de família, assim como o trabalho não-

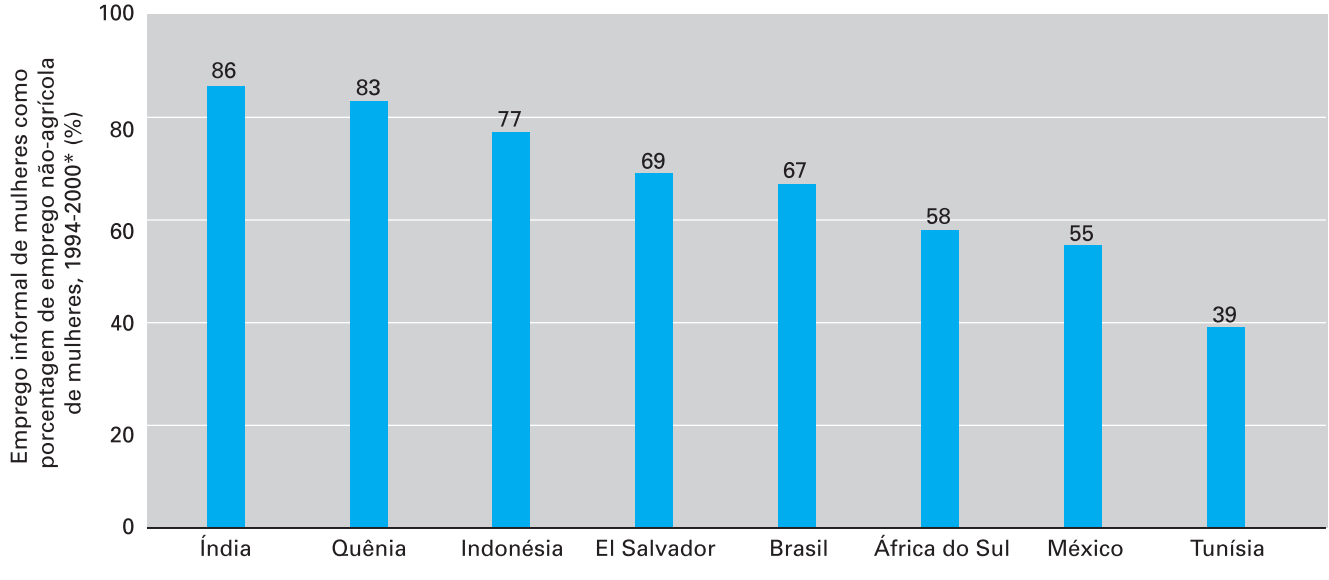
remunerado da mulher. Em seu lugar, surge um novo modelo em muitos países, como os dos países de alta renda membros da OCDE, as economias em transição e as nações do Leste da Ásia que crescem rapidamente, onde homens e mulheres assumem empregos remunerados.[31] No Reino Unido e nos Estados Unidos, por exemplo, duas em cada três famílias são atualmente famílias de dupla renda.[32] Na Federação Russa, em 52% das famílias em que existem crianças pequenas, todos os adultos entre 25 e 55 anos estão trabalhando. O número correspondente para o Vietnã é 88%.[33] No entanto, a despeito do estabelecimento estável desse novo modelo de geração de renda familiar, ainda existe, de maneira geral, uma expectativa de que as mulheres assumam a maior parte do trabalho doméstico e dos cuidados infantis. Como resultado, e na ausência de maior participação masculina tanto nas tarefas domésticas como nos cuidados infantis, torna-se cada vez mais difícil para as mães que trabalham conciliar responsabilidades profissionais e familiares.[34]

As mulheres que trabalham no setor formal têm maior probabilidade de ter carreiras mais curtas do que os homens com idade equivalente, porque é possível que, em alguns períodos durante a carreira, elas não possam assumir empregos em tempo integral. Em países de renda alta e média, muitas mulheres tendem a deixar seu trabalho ou a trabalhar em tempo parcial para criar os filhos – tipicamente entre as idades de 25 e 35 anos –, e retornar ao emprego em tempo integral em um momento posterior.[35] Na União Européia, cerca de 50% das mulheres trabalhadoras com um filho com até 6 anos de idade trabalham em tempo parcial.[36] Essas ausências temporárias do emprego em tempo integral podem resultar em salário mais baixo ou em menos promoções. Além disso, posições que exigem longas jornadas de trabalho, viagens ou mesmo transferências podem não ser uma opção para mães em trabalho remunerado, devido a suas obrigações familiares.[37]

Na ausência de políticas de apoio às mães que trabalham, a função de criar os filhos e educá-los pode interromper as carreiras das mulheres, e restringir de forma permanente seu poder de ganho. As pesquisas indicam que mães em empregos remunerados tendem a ter salários mais baixos até mesmo do que outras mulheres. Segundo pesquisas recentes em diversos países industrializados, ter um filho pode levar a uma "perda" de 6% a 7% dos ganhos da mulher; a perda salarial para dois filhos pode chegar a 13%.[38]

Embora as pesquisas mostrem que a qualidade dos cuidados dos pais é um componente essencial do desenvolvimento da criança, e que as experiências iniciais das crianças têm impacto significativo sobre seu bem-estar futuro,[39] as

Figura 3.5 No mundo em desenvolvimento, muitas mulheres trabalham no setor informal



* Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado.

Fonte: Setor de Empregos, Escritório Internacional do Trabalho, *Women and Men in the Informal Economy: A statistical picture,* Organização Internacional do Trabalho, Genebra, 2002, p. 18.

famílias que trabalham estão freqüentemente lutando para equilibrar as demandas do trabalho e o cuidado com as crianças.

Freqüentemente, as demandas do trabalho também deixam aos pais pouco tempo para o convívio com seus filhos. Um estudo do Reino Unido mostra que os pais estão trabalhando mais horas ou estão cada vez mais focados nas atividades profissionais.[40] Trabalhar maior número de horas pode ser problemático para famílias de baixa renda; mesmo assim, muitos empregadores não consideram a opção de horários de trabalho mais flexíveis para os trabalhadores com baixos salários.[41] Em um estudo realizado recentemente nos Estados Unidos, mais de dois terços dos pais de baixa renda entrevistados relataram ter pelo menos um filho com um problema crônico de saúde ou uma necessidade especial de aprendizagem; e esses pais muitas vezes eram incapazes de dedicar tempo de qualidade a seus filhos sem prejudicar sua capacidade de sustentar a família.[42]

Essas dificuldades são exacerbadas pela falta de creches de qualidade e a custo acessível. Crianças que recebem cuidados de alta qualidade, que lhes proporcionam um ambiente seguro, estável e estimulante, e que promovem suas habilidades de aprendizagem, demonstram melhor desempenho em capacidade matemática, habilidades cognitivas e agilidade mental, e apresentam menos problemas de comportamento do que as crianças que recebem cuidados de baixa qualidade.[43]

Em muitos países, creches de qualidade continuam sendo proibitivamente caras para famílias de baixa renda, que não têm a opção do provimento público desse serviço ou de subsídios. Em outros, creches de qualidade são caras até mesmo para famílias de renda média.[44] Os pais freqüentemente dependem de membros da família ampliada para cuidar de seus filhos enquanto trabalham. Por exemplo, estudos realizados na China e em Java Ocidental, na Indonésia, mostram que as avós, em particular, desempenham papel ativo nos cuidados com as crianças quando as mães estão trabalhando fora de casa.[45]

A disponibilidade de cuidados infantis de qualidade e a custos acessíveis fora de casa aumenta a probabilidade de que as mães passem a integrar a força de trabalho. Em áreas pobres do Rio de Janeiro, no Brasil, o acesso a creches públicas permite que as mães trabalhem fora de casa em empregos de tempo parcial ou integral. O mesmo ocorre na Federação Russa, onde creches subsidiadas elevam a renda das mães e das famílias, e favorecem o ingresso das mães no mercado de trabalho. No Quênia, a redução de custos dos cuidados infantis teve uma correlação positiva com maiores salários para as mães trabalhadoras.[46]

Alguns países – especialmente as nações escandinavas com altos índices de igualdade de gênero, conforme medição do GEM (*ver Capítulo 1, página 8*) – conseguiram atingir e manter níveis elevados de cuidados infantis de alta qualidade a custo acessível. Um exemplo é a Suécia, onde as municipalidades oferecem berçários e creches públicas, bem como cuidados infantis subsidiados e regulamentados pelo governo para crianças em lares privados, e creches particulares subsidiadas, cujas mensalidades são baseadas na renda.[47] Na Holanda, pela Lei de Cuidados Infantis, em vigor desde janeiro de 2005, a responsabilidade pelos cuidados infantis é dividida entre pais, empregadores e governo. O governo oferece subsídios diretamente aos pais, que escolhem a creche para seus filhos. Os empregadores devem contribuir com um sexto do custo dos cuidados infantis por empregado, enquanto o governo local verifica a qualidade e regulamenta a prestação do serviço.[48]

Em muitos países industrializados, grandes companhias introduziram iniciativas "amigas da família", que incluem licença para os pais, benefícios de maternidade, intervalos na carreira, horários flexíveis, além de esquemas de cuidados infantis e de trabalho compartilhado (*ver Destaque, página 46*).[49] Tais iniciativas podem gerar benefícios substanciais tanto para empregadores como para empregados. Os pais que trabalham e os empregadores concordam que a flexibilidade de horário de trabalho reduz o conflito entre vida familiar e profissional, dando aos pais a oportunidade de atender às necessidades de saúde e de educação de seus filhos.[50]

O impacto que a migração de mulheres para o trabalho exerce sobre as crianças

Em todo o mundo, existem entre 185 milhões e 192 milhões de migrantes que vivem fora de seu país de nascimento, dos quais cerca de 50% são mulheres.[51] Embora a migração feminina possa ser potencialmente benéfica, também acarreta novas vulnerabilidades para os indivíduos e as famílias.[52] Um desses riscos é a separação, uma vez que a migração às vezes força os pais a deixar seus filhos para trás. Nas Filipinas, por exemplo, estima-se entre três milhões e seis milhões o número de crianças (entre 10% a 20% da população abaixo de 18 anos) deixadas por pais que estão trabalhando no exterior.[53]

O impacto de locais de trabalho "amigos da família" nos países industrializados

Após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e a Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, realizada em Pequim em 1995, a década seguinte testemunhou o lançamento de muitas iniciativas relacionadas à família, focalizando a igualdade de gênero e a conciliação entre trabalho e família. O princípio para esse interesse crescente foi o reconhecimento de que pais e mães que trabalham fora de casa precisam de apoio especial, e de que, sem esse apoio, a igualdade de gênero no local de trabalho não será alcançada. Em diversos países industrializados, o apoio do setor privado e do governo para famílias de trabalhadores – principalmente para a mulher trabalhadora que tem filhos pequenos – envolve ampla variedade de iniciativas, que incluem: flexibilidade no horário de trabalho, uso de telecomunicação ou trabalho realizado em casa, licenças maternidade e paternidade, cuidados médicos para crianças doentes, e provimento de creches. Na falta de creches, o trabalho em período parcial também pode ajudar a conciliar trabalho e vida familiar.

Algumas empresas começaram a implementar iniciativas "amigas da família". Na Austrália, além do horário de trabalho flexível, 35% dos acordos trabalhistas em grandes empresas e 8% em pequenas empresas incluem no mínimo uma política "amiga da família". A BMW – empresa alemã fabricante de automóveis – destina recursos para necessidades relacionadas às famílias de seus empregados, como a compra de carrinhos de bebês, roupas infantis ou aparelhos auditivos para os parentes mais velhos. A empresa também oferece instalações e apoio financeiro para creches.

Iniciativas "amigas da família" podem beneficiar as empresas e os empregados. Pesquisas realizadas no Canadá, na Finlândia, no Reino Unido e na Suécia mostram que empresas que introduziram medidas "amigas da família" obtiveram reduções significativas em reposição de equipes, custos de recrutamento e de capacitação, assim como em absenteísmo, e aumentaram a probabilidade de retorno das mães ao trabalho após a licença-maternidade. Estima-se que, ao adotar políticas "amigas da família", as empresas podem gerar um retorno de cerca de 8%. A AMP – empresa australiana líder em gerenciamento de bens – estima que a adequação do local de trabalho para torná-lo mais "amigo das famílias" resultou em um retorno de 400% sobre o investimento, principalmente em função do aumento no número de funcionárias que voltaram ao trabalho após a licença-maternidade. Entretanto, pesquisas adicionais mostram que políticas "amigas da família" têm maior probabilidade de oferecer subsídios para licença-maternidade e paternidade ou creches – ou ambos – para empregados com salários altos, não para aqueles com os salários mais baixos. Essas políticas são particularmente necessárias para mães trabalhadoras que recebem salários baixos, e que lutam com condições de trabalho precárias, poucas compensações e falta de creches.

Ações "amigas da família" certamente não são uniformes através dos países industrializados. Enquanto em alguns países os pais podem tirar até três anos de licença com algum tipo de compensação financeira, em outros as licenças remuneradas são restritas aos períodos imediatamente anteriores e posteriores ao nascimento. Nos países escandinavos, licenças de emprego protegidas com taxas de compensação relativamente altas fazem parte de um modelo de política "amiga da família". Na Suécia, por exemplo, pais e mães de famílias trabalhadoras têm direito a 12 meses de licença remunerada, a ser dividida entre eles a seu critério, desde que tirem licença um de cada vez. Na Suécia, graças ao direito de reduzir suas horas de trabalho até que os filhos possam ir para a escola, quase 50% das mães de famílias em que ambos os pais trabalham fora trabalham menos de 35 horas semanais. Entretanto, embora alguns países estimulem os pais a tirar uma licença temporária para cuidar de recém-nascidos, a maioria dos países continua a aceitar uma divisão de trabalho tradicional, baseada em gênero, em que a mulher fica em casa, fora da força de trabalho.

A ausência de relatos sistemáticos dificulta a medição da eficácia de políticas "amigas da família" – isto é, em que medida favorecem o equilíbrio entre trabalho e vida familiar. Embora aparentemente positivos, dois desafios permanecem, mesmo em locais de trabalho "amigos da família". Em primeiro lugar, mães que trabalham fora de casa continuam a ser as principais provedoras de cuidados às suas crianças, e ainda interrompem suas carreiras e suportam dupla carga de trabalho, dentro e fora de casa, ao longo de toda a vida. Em segundo lugar, o modelo de política "amiga da família" freqüentemente exclui trabalhadores com poucas qualificações e salários baixos – principalmente mães trabalhadoras – e, tipicamente, beneficia trabalhadores com salários mais altos.

Ver Referências, página 88.

Evidências identificadas nas Filipinas, juntamente com pesquisas sobre a Indonésia e a Tailândia, sugerem que, em comparação com os filhos de não-migrantes, as crianças de migrantes não são necessariamente um grupo desfavorecido em termos de renda ou de acesso a serviços básicos, tais como cuidados de saúde e educação. Isso ocorre porque a migração geralmente é um modo eficaz de aliviar a pobreza para as famílias, e porque outros familiares ajudam a preencher a lacuna deixada pelos pais ausentes.[54] Muitas vezes, as remessas feitas por pais que migraram

são uma fonte de renda importante para as famílias que ficaram para trás.[55]

A migração pode melhorar a auto-estima e o *status* das mulheres, uma vez que elas podem assumir um papel importante como provedoras, fazendo remessas financeiras para suas famílias e comunidades.[56] Diversos estudos acadêmicos identificaram aumento na freqüência à escola e melhoria no acesso infantil a serviços de saúde em famílias em que os pais trabalham no exterior.[57]

Embora as remessas enviadas por trabalhadores migrantes possam contribuir para a renda familiar, a migração de um ou de ambos os pais pode ter efeitos negativos sobre as crianças, pondo em risco seu desenvolvimento e seu bem-estar.[58] Pesquisas feitas no Equador, no México e nas Filipinas sugerem que crianças cujos pais migraram podem sofrer efeitos psicológicos negativos.[59] Nas Filipinas, os filhos de mães migrantes relataram que se sentiam zangados, solitários e temerosos.[60] Em outros países, os riscos de abuso e tráfico aumentam quando parentes e amigos obtêm a custódia das crianças deixadas para trás – riscos particularmente enfatizados em estudos realizados na Albânia e em Moldova.[61]

A 'migração involuntária' também acarreta riscos especialmente elevados para crianças. Crianças refugiadas e deslocadas internamente enfrentam ameaças mais sérias.[62] Podem ser separadas de suas famílias, perder suas casas e passar a viver em condições precárias, com graves riscos para sua saúde e sua educação.[63] Mulheres e meninas migrantes são particularmente vulneráveis a abusos e exploração. Com grande probabilidade de ingressar em posições de baixo *status*, como o serviço doméstico, as mulheres migrantes freqüentemente enfrentam violações de direitos humanos.[64] Um estudo da Organização Internacional do Trabalho relata que 50% das trabalhadoras domésticas estrangeiras entrevistadas declararam ser ou ter sido vítimas de abuso verbal, físico ou sexual.[65] Quando as migrantes têm filhos em países estrangeiros, podem também enfrentar discriminação ao passar a seus filhos sua nacionalidade, ou, quando não têm documentos, podem relutar em registrar seus filhos, por medo de deportação.[66]

Alguns países empreenderam esforços positivos para lidar com a migração e seus efeitos sobre as mulheres e suas famílias. Em 2003, o governo jordaniano endossou o Contrato de Trabalho Unificado Especial para trabalhadores domésticos não-jordanianos. Filipinas e Sri-Lanka exigem que os trabalhadores que partem sejam cadastrados no governo. As leis de imigração italianas oferecem diversas proteções para migrantes e suas famílias.[67] Entretanto, embora a migração aumente na agenda de desenvolvimento, as implicações significativas que tem para as crianças ainda são alvo de pouca atenção e investigação.

Desafiando as atitudes em relação às mulheres e ao trabalho

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher garante a igualdade feminina perante a lei, e estabelece medidas específicas para erradicar a discriminação contra as mulheres em todas as áreas de suas vidas, incluindo aquelas relacionadas a educação, saúde, emprego, casamento e família.[68] Embora quase todos os países tenham endossado a Cedaw – se bem que alguns deles o tenham feito com reservas –, muito mais ainda pode ser feito para assegurar que a discriminação não exclua as mulheres de oportunidades de trabalhar produtivamente.

O local de trabalho deve ser transformado para reconhecer o papel que ambos os pais desempenham na educação dos filhos, como determina o artigo 18 da Convenção sobre os Direitos da Criança. Políticas e programas sociais devem ser promovidos para permitir que mulheres e homens conciliem trabalho e responsabilidades familiares, e para incentivar os homens a assumir as tarefas domésticas e os cuidados infantis de forma igualitária.[69] Também é importante implementar políticas destinadas a alterar atitudes estereotipadas com relação à mulher no trabalho, tratando de fatores subjacentes como segregação setorial e ocupacional, e falta de instrução e capacitação.[70] O Capítulo 5 trata de ações e iniciativas concretas necessárias para ajudar a erradicar a discriminação de gênero no emprego. Apresentamos a seguir uma breve sinopse de algumas dessas medidas.

O papel vital da educação: uma das estratégias mais importantes para assegurar que meninas e meninos tenham iguais oportunidades de renda quando chegarem à vida adulta consiste em dar-lhes acesso igual à educação. Diversas estratégias mostraram-se eficazes para o aumento das matrículas das meninas nas escolas primária e secundária, incluindo a eliminação de taxas

escolares. No entanto, a eliminação dessas taxas representa apenas uma das diversas medidas necessárias para assegurar paridade de gênero na educação. Governos, pais e doadores internacionais devem trabalhar em conjunto para assegurar que as escolas sejam "amigas da menina", por meio de diversas medidas, tais como:

- incentivar as autoridades escolares locais e os professores a adotar horários flexíveis;
- permitir que adolescentes casados e pais solteiros freqüentem as aulas;
- tornar as instalações escolares seguras contra a violência baseada em gênero;
- assegurar que as escolas tenham latrinas separadas para meninas;
- construir escolas perto das casas das meninas;
- incentivar os pais e as lideranças comunitárias a envolver-se ativamente na administração escolar.[71]

Além disso, é preciso garantir que o currículo escolar ajude os alunos a entender a importância da igualdade de gênero.

Trabalho infantil: as meninas são mais prejudicadas do que os meninos?

O gênero é um fator crucial no envolvimento de uma criança com o trabalho. Embora o trabalho infantil seja uma violação dos direitos de todas as crianças – meninos e meninas sem distinção –, as meninas freqüentemente começam a trabalhar mais cedo do que os meninos, principalmente nas áreas rurais, onde vive a maior parte das crianças trabalhadoras. As meninas também tendem a realizar mais trabalhos domésticos do que os meninos. Como resultado da adesão aos papéis tradicionais de gênero, muitas meninas são privadas do direito à educação, ou suportam uma carga tripla: trabalho doméstico, trabalho na escola e trabalho fora de casa, remunerado ou não.

Na República Dominicana, por exemplo, as meninas devem cuidar de seus irmãos mais novos e realizar tarefas domésticas. Em conseqüência, o número de meninas que realizam trabalhos domésticos é quase duas vezes maior do que o de meninos. No Egito, espera-se que as meninas realizem a maior parte do trabalho doméstico. Os pais freqüentemente hesitam em colocar suas filhas na escola, pois educar meninas não é considerado um bom investimento, uma vez que logo se casam e saem de casa.

Com muita freqüência, o serviço doméstico remunerado é considerado uma forma de emprego particularmente adequada para meninas. Pesquisas indicam que, em todas as partes do mundo, o serviço doméstico é a principal atividade econômica para meninas menores de 16 anos, havendo mais meninas empregadas nesse setor do que em qualquer outro tipo de trabalho. Entre as crianças envolvidas com trabalhos domésticos – que chegam a mais de 90%, de acordo com estudos realizados na década de 1990 –, as meninas são maioria. É o que ocorre com freqüência na América Latina. Na Guatemala, por exemplo, enquanto o número de meninos envolvidos no trabalho é o dobro do número de meninas, mais de 90% das crianças empregadas em serviços domésticos são meninas. Em alguns países, a situação é oposta: no Nepal, por exemplo, os meninos representam a maioria das crianças que realizam trabalhos domésticos.

Em muitos países do Leste e do Sudeste da Ásia, os pais enviam suas filhas para trabalhar como domésticas por considerar essa atividade uma boa preparação para o casamento. Na Índia, meninas pequenas freqüentemente acompanham suas mães enquanto estas realizam trabalhos domésticos, e são contratadas como domésticas com apenas 8 ou 9 anos de idade. Em Gana, onde tradicionalmente as meninas são consideradas donas de casa, muitas mães estimulam suas filhas a começar a trabalhar como domésticas.

O trabalho doméstico está entre as ocupações menos regulamentadas. Trabalhando na privacidade de cada lar, empregados domésticos, sejam crianças ou adultos, freqüentemente são invisíveis para o mundo exterior e, portanto, particularmente vulneráveis a violência, exploração e abusos. O trabalho doméstico torna-se ainda mais perigoso quando crianças são levadas pelo tráfico infantil para trabalhar em outra cidade ou em outro país, principalmente quando não falam o idioma local. Há uma estreita correlação entre gênero e as razões para o tráfico, sendo que as meninas são levadas pelo tráfico principalmente para o serviço doméstico e para exploração sexual comercial. As experiências diferentes de meninas e meninos salientam a importância de integrar preocupações de gênero a pesquisas, defesa, programas e políticas sobre trabalho infantil. Uma pesquisa que reflita desigualdades de gênero proporcionará uma base mais sólida para ações que visam à redução do trabalho infantil. Programas e políticas sensíveis ao gênero que combatam e evitem o trabalho infantil são essenciais para que os direitos de meninos e meninas sejam cumpridos – inclusive os direitos à educação, a uma infância saudável, à proteção contra violência, abusos e exploração, e ao descanso e à recreação.

Ver Referências, página 88.

Eliminando as disparidades de gênero na legislação: embora sem limitar-se a essas ações, medidas cruciais para eliminar a discriminação relativa aos direitos da mulher à terra e à propriedade devem:

- alinhar a legislação nacional com os padrões internacionais de direitos humanos;
- reformar os direitos à terra e à propriedade para eliminar a discriminação contra as mulheres;
- envolver agencias internacionais e organizações não-governamentais em esforços para rastrear e expor violações dos direitos femininos de propriedade, e para acompanhar a conformidade das ações dos governos com tratados internacionais sobre direitos humanos.[72]

O papel do governo no apoio a famílias trabalhadoras: os governos devem adotar medidas legislativas, administrativas e financeiras para criar um ambiente sólido e favorável ao empreendedorismo feminino e à participação da mulher no mercado de trabalho, incluindo:

- melhores condições de emprego;
- criação de oportunidades de desenvolvimento de carreira;
- eliminação de diferenças salariais baseadas unicamente em gênero;
- oferta de serviços de creche seguros, acessíveis e de alta qualidade.[73]

Outro passo em direção à garantia dos direitos da mulher, a maior transparência pública e a eficiência econômica é o uso crescente de orçamentos sensíveis às questões de gênero (*Ver Capítulo 5, página 74)*. Esse mecanismo analisa o impacto que receitas e gastos governamentais exercem sobre as mulheres e as meninas, em comparação com os homens e os meninos. Esse cuidado não requer orçamentos separados para mulheres, nem visa unicamente aumentar os gastos com programas especificamente para mulheres. Ao contrário: ajuda os governos a decidir como as políticas devem ser ajustadas, e onde os recursos devem ser alocados para tratar adequadamente as questões da pobreza e das desigualdades de gênero.

As iniciativas orçamentárias voltadas para a eliminação de disparidades de gênero focalizam processos nacionais, provinciais e municipais, e podem incluir o orçamento global ou partes dele. Podem ser realizadas no âmbito do governo, conjuntamente, pelo Ministério das Finanças e pelo Ministério de Questões da Mulher, ou por outros setores do governo relacionados ao bem-estar social, ou por organizações não-governamentais e pesquisadores independentes.[74]

A necessidade de dados e análises de melhor qualidade: embora haja dados suficientes para mostrar que as mulheres tendem a trabalhar mais e a ganhar menos do que os homens, a falta de estatísticas de trabalho desagregadas por sexo impede uma análise mais detalhada das disparidades. Dados de melhor qualidade sobre emprego e renda desagregados por sexo podem melhorar significativamente a análise que fundamenta políticas e programas – com benefícios para mulheres, crianças, famílias e economias como um todo.

RESUMO

A participação das mulheres na política constitui um Objetivo do Milênio específico. O fortalecimento da mulher na arena política tem o potencial de transformar sociedades. Seu envolvimento em organismos governamentais nos níveis nacional e local leva à criação de políticas e de leis centradas na mulher, na criança e na família.

- Um conjunto crescente de evidências sugere que as mulheres que atuam na política têm sido particularmente eficazes como advogadas das crianças em níveis nacional e local, propondo leis e promovendo mudanças tangíveis em resultados de políticas que refletem os direitos, as prioridades, as experiências e as contribuições de mulheres, crianças e famílias.
- Embora a representação parlamentar de mulheres tenha aumentado consistentemente ao longo da última década, elas ainda estão sub-representadas em quase todas as legislaturas nacionais – mal chegando a 17% dos parlamen-tares em todo o mundo. Muitos dos efeitos perniciosos da discriminação de gênero – desde níveis mais baixos de educação até atitudes sociais prevalentes que desafiam a competência da mulher como tomadora de decisão, assim como a maior carga de trabalho suportada pela mulher – continuam a dificultar sua participação na política.
- A participação de mulheres na política local pode ter impacto imediato sobre os resultados para a mulher e a criança, particularmente na distribuição de recursos da comunidade e no provimento de cuidados infantis.
- A participação de mulheres nas negociações de paz e na reconstrução pós-conflito é fundamental para garantir a segurança e a proteção das crianças e de outras populações vulneráveis. Mesmo assim, o papel da mulher na maioria dos processos de paz ainda é, na melhor das hipóteses, informal. Embora os governos e outros atores políticos aparentemente estejam satisfeitos com o estímulo ao envolvimento de grupos de mulheres que freqüentemente atravessam as linhas de conflito, elas raramente são envolvidas nas mesas de negociação de paz.
- Apesar da participação limitada na política nacional e local e na reconstrução pós-conflito, as mulheres que atuam na política e no governo ajudam a transformar o ambiente político. Sua influência não é sentida apenas em leis mais vigorosas em favor da criança e da mulher: elas contribuem também para que os organismos decisórios tornem-se mais democráticos e sensíveis às questões de gênero.
- Aumentar a participação de mulheres na política é fundamental para promover igualdade de gênero, fortalecer a mulher e garantir os direitos da criança. As barreiras de ingresso formal que ainda se mantêm devem ser derrubadas, e as mulheres devem ser estimuladas e apoiadas pelos partidos políticos para que permaneçam no cargo. Cotas legislativas também vêm ganhando reconhecimento crescente como veículo potencialmente eficaz para promover a representação de mulheres no governo local – e em alguns países, também em nível nacional. Iniciativas de gênero também demandam envolvimento e apoio dos homens, especialmente dos parlamentares e dos líderes políticos. Dados e pesquisas de melhor qualidade são necessários para avaliar adequadamente o impacto que a atuação de mulheres legisladoras exerce sobre políticas relacionadas à criança.

4

Igualdade na política e no governo

© UN Photo/Paulo Filgueiras

As crianças são profundamente afetadas pelos resultados de políticas, mas têm pouco poder para direcioná-las. Sua capacidade de influenciar a política é limitada, uma vez que não votam e não podem ser diretamente representadas nos organismos governamentais. Aqueles que advogam em nome das crianças – quando existem – podem fazer enorme diferença na realização de seus direitos à sobrevivência, ao desenvolvimento e à proteção.

Um conjunto crescente de evidências sugere que as mulheres que atuam na política têm sido particularmente eficazes como advogadas das crianças nos níveis nacional e local. Também são advogadas igualmente poderosas quando têm representação em processos de paz e de reconstrução pós-conflito. A participação de mulheres na política pode transformar significativamente a governança de um país, tornando-a mais receptiva às preocupações de todos os cidadãos. Como será demonstrado neste capítulo, o envolvimento de mulheres na política também promove mudanças diretas e tangíveis nos resultados de políticas, que refletem as prioridades, as experiências e as contribuições de mulheres, crianças e famílias. Quando as mulheres não têm voz na política, advogadas poderosas em favor da criança não são ouvidas.

No entanto, a participação de mulheres na política continua limitada. Embora a representação parlamentar de mulheres tenha aumentado consistentemente ao longo da última década, ainda estamos muito longe da paridade de gênero em todos os níveis da política. Ao ritmo atual de crescimento da proporção de mulheres em parlamentos nacionais – cerca de 0,5% no mundo todo –, a paridade de gênero nas legislaturas nacionais só será alcançada em 2068.[1]

Advogando em favor de mulheres, crianças e famílias

Avaliar o impacto da participação de mulheres na política de maneira geral, e nos resultados relacionados à criança, em particular, é uma tarefa complexa e desafiadora, por diversas razões. Em primeiro lugar, em muitos países há poucas mulheres na política, e sua participação na vida pública é recente demais para que seu impacto possa ser avaliado de forma significativa. Em segundo lugar, o comportamento dos parlamentares ainda é uma área de investigação nova nas ciências políticas. Em terceiro lugar, coloca-se um desafio relacionado a indicadores: qual seria uma medida adequada para dimensionar o impacto de um legislador? Embora proposição de leis, padrões de votação e de experiência política sejam itens significativos, representam medidas de influência relativas, não absolutas.

Apesar dessas limitações, os casos em que existem um nível significativo de representação política feminina e quantidade suficiente de dados para avaliar seu impacto apontam para uma conclusão inequívoca: mulheres que atuam na política estão fazendo diferença em pelo menos três campos importantes – legislaturas nacionais, governos locais e reconstrução pós-conflito.

- **Política nacional.** Melhor representação de mulheres no parlamento pode tornar as legislaturas mais sensíveis a questões de gênero e da infância, e pode influenciar a legislação e as políticas que focalizam os direitos de ambos os grupos.

- **Política local.** A presença de lideranças femininas na política local freqüentemente contribui para acentuar o foco em questões relacionadas a mulheres e crianças. Evidências identificadas na Índia mostram que a participação de mulheres na política local pode deslocar significativamente a distribuição de recursos da comunidade em favor de mulheres e crianças.[2]

- **Processos de paz e reconstrução pós-conflito.** Há um reconhecimento crescente de que as mulheres contribuem criticamente tanto para o sucesso do processo de paz no longo prazo quanto para a estabilidade pós-conflito.

Mulheres na política nacional

Promovendo os interesses de crianças e de mulheres

A pesquisa sobre as prioridades de mulheres parlamentares provém, em sua maior parte, de países industrializados, onde o comportamento legislativo é mais avaliado do que em países em desenvolvimento.[3] Estudos de caso que investigaram os padrões dos legisladores em termos de proposição de leis e resultados legislativos em diversos países industrializados confirmam o forte compromisso de mulheres legisladoras com questões relacionadas à criança, à mulher e à família. Esse compromisso manifesta-se tanto em proposições de leis nessas áreas quanto em esforços no sentido de garantir que as propostas se tornem leis. Diversos estudos expandiram essa área de investigação para países em desenvolvimento, com resultados semelhantes.[4]

Seria um erro supor, com base nesses resultados, que todas as mulheres legisladoras advogam ativamente em nome de mulheres e crianças; algumas certamente não o fazem. No entanto, o que os estudos descritos a seguir indicam é que muitas questões particularmente relevantes e importantes para mulheres e crianças poderiam não chegar à agenda legislativa sem o forte apoio de mulheres legisladoras.

Um estudo pioneiro sobre mulheres legisladoras na América Latina verificou que, no parlamento argentino de 1993-1994, o número de projetos de lei voltados à criança e à família apresentados por mulheres era 9,5% maior do que os apresentados por seus pares masculinos.[5] Além disso, embora tivessem uma representação parlamentar de apenas 14% dos deputados, as mulheres legisladoras da Argentina introduziram nada menos do que 78% dos projetos de lei relacionados a direitos das mulheres.[6]

Evidências recentes sugerem que esse padrão de comportamento manteve-se ao longo da década seguinte. Em 1999, as legisladoras argentinas desempenharam papel crucial na aprovação de uma lei que modificou o código penal argentino, definindo explicitamente crimes sexuais contra mulheres e crianças, e endurecendo as penalidades contra esses atos hediondos. Vários anos depois, no parlamento de 2004-2005, as mulheres legisladoras ajudaram a aprovar a Lei sobre Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes.[7]

Outros países latino-americanos apresentam tendências semelhantes. Em 1999, deputadas da Costa Rica propuseram a Lei contra a Exploração Sexual de Crianças, e ajudaram a aprová-la, juntamente com reformas do código penal nacional que endureceram as penalidades para os condenados por violência sexual contra crianças e pessoas com deficiências. Na Colômbia, em 2003, mulheres senadoras ajudaram a aprovar uma legislação pioneira de igualdade de oportunidades. As leis envolvem determinações de amplo alcance para promover e garantir os direitos de meninas e mulheres, remover obstáculos ao exercício de seus direitos, e incorporar políticas de igualdade de gênero em todos os níveis do Estado.[8]

Esse padrão de defesa de mulheres e crianças por parte das legisladoras também se verifica em países industrializados. Uma investigação recente sobre os debates parlamentares a respeito de atenção à criança e licença paternidade/maternidade na Nova Zelândia, cobrindo um período de 25 anos (1975-1999), revelou tendências semelhantes por parte das mulheres legisladoras *(ver Figura 4.1, p. 53)*.[9] No Reino Unido, uma análise a ser divulgada em breve sobre mais de três milhões de palavras de textos de debates em plenário na Assembléia Nacional do País de Gales também encontra diferenças importantes entre a disponibilidade de legisladores mulheres e homens para engajamento no debate a respeito da atenção à criança.[10]

A atuação parlamentar em defesa de crianças e famílias pode também fazer a articulação entre linhas partidárias e ideológicas. África do Sul, Egito, Federação Russa, França, Holanda, Ruanda e Suécia são países nos quais alianças inter-partidárias entre mulheres parlamentares foram bem-sucedidas na luta pela causa da mulher e da criança.[11]

No caso da Federação Russa, uma análise sobre o papel de mulheres legisladoras no *Duma* (parlamento) de 1995-1999 mostra que elas conseguiram deixar de lado diferenças partidárias e ideológicas para promover legislação em favor da criança e da família. As medidas propostas favoreceram atenção e apoio à criança; benefícios para cidadãos com crianças; benefícios relacionados à gravidez e licença-maternidade; redução de impostos para famílias numerosas; penalidades para violência doméstica; e direitos iguais para homens e mulheres com família.[12]

Esforços para promover os direitos da mulher freqüentemente são acompanhados por iniciativas para promover os direitos da criança. Um desses casos ocorreu em Ruanda, onde, em 1999, as mulheres parlamentares desempenharam um papel crítico na aprovação de uma lei que fortalecia os direitos da mulher. A nova legislação estabeleceu pela primeira vez o direito da mulher à herança da terra. No rastro do genocídio em Ruanda, que destruiu e separou famílias, a exclusão do direito à propriedade da terra tornou-se uma questão crítica para as mulheres. Além de ser uma violação de seus direitos, essa exclusão tinha impacto negativo em questões como produção de alimentos e segurança, meio ambiente, padrões de assentamento e de subsistência de famílias e crianças que foram abandonadas.

As mulheres legisladoras de Ruanda também defenderam ativamente o aumento de recursos para saúde e educação, e apoio especial para crianças com deficiências. Em 2006, o Fórum de Mulheres Parlamentares – uma assembléia interpartidária criada em 2003 – apoiou e trabalhou em favor de uma lei de combate à violência baseada em gênero. A legislação proposta definirá a violência baseada em gênero e focalizará crimes cometidos durante o genocídio, bem como violações em curso.[13]

Esse ativismo das mulheres legisladoras de Ruanda não é um fenômeno isolado, mas parte de uma tendência que se manifesta em outros países da região há vários anos. Na África do Sul, mulheres parlamentares deram apoio significativo à Lei da Violência Doméstica, de 1998. Essa lei faz referência específica a crianças, define as diversas formas de violência doméstica, e explica como as crianças podem obter proteção contra seus agressores.[14] Na vizinha Namíbia, mulheres legisladoras apoiaram um conjunto de leis pioneiras sobre violência doméstica e sexual – como a Lei de Combate ao Estupro, de 2000, que garante proteção para meninas e meninos contra o estupro, e a Lei da Violência Doméstica, de 2003.[15]

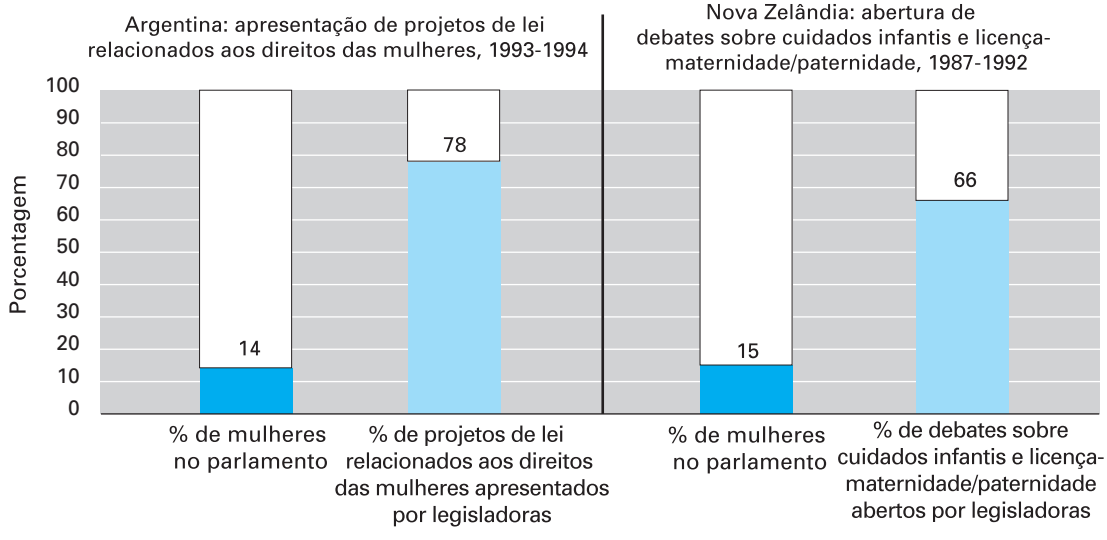
Mudando a face da política

O impacto da atuação das mulheres parlamentares não se limita apenas à legislação. Sua influência extrapola suas ações imediatas, e está estimulando mudanças nas prioridades e nas políticas dos legisladores nacionais, inclusive de seus colegas homens.

A pesquisa sugere que os legisladores homens estão cada vez mais conscientes da importância de questões relacionadas à mulher e à família e, em muitos casos, são parceiros importantes na promoção da igualdade de gênero. Por exemplo, nos três países latino-americanos citados acima – Argentina, Colômbia e Costa Rica –, há um apoio significativo dos legisladores homens a questões relacionadas à mulher (68%), assim como à criança e à família (66%).

Figura 4.1 Proposição de leis na Argentina e na Nova Zelândia

Mulheres no parlamento tinham maior probabilidade de apoiar os direitos de crianças e mulheres



Fonte: Os cálculos do UNICEF sobre representação parlamentar de mulheres e padrões de proposição de leis na Argentina baseiam-se em Jones, Mark P., 'Legislator Gender and Legislator Policy Priorities in the Argentine Chamber of Deputies and the United States House of Representatives', *Policy Studies Journal,* v. 25, n. 4, 1997, p. 613-629. Os cálculos do UNICEF para representação parlamentar de mulheres e padrões de proposição de leis na Nova Zelândia baseiam-se em Grey, Sandra, 'Does Size Matter? Critical mass and New Zeland's women MPs', *Parliamentary Affairs,* v. 55, n. 1, p. 6, janeiro, 2002. Embora o estudo cubra o período de 1975-1999, os dados referem-se ao período de 1987-1992.

As mulheres e a política: realidades e mitos

Seria razoável esperar que, em função do envolvimento de mulheres parlamentares, os resultados produzidos por políticas fossem diferentes? As razões que levam a supor que as mulheres podem atuar sob uma perspectiva diferente da de seus colegas do sexo masculino são mais práticas do que teóricas.

Uma perspectiva alternativa

Em uma ampla pesquisa realizada pela União Inter-Parlamentar (UIP) em 1999, envolvendo 187 mulheres parlamentares em 65 países, as entrevistadas mostraram de forma consistente que as prioridades das mulheres são diferentes das dos homens. Quatro em cada cinco delas acreditam que as mulheres têm idéias conceitualmente diferentes sobre sociedade e política. Mais de 90% concordam que maior participação das mulheres traria mudanças, e quase nove em cada dez consideram que a participação das mulheres nos processos políticos mudou significativamente os resultados políticos.

Três razões pelas quais as mulheres tendem a abordar a política de maneira diferente

De maneira geral, a motivação das mulheres para ingressar na política é diferente da motivação dos homens. Nas pesquisas realizadas pela UIP, 49% das entrevistadas afirmaram que ingressaram na política como resultado de seus interesses no trabalho social, e 34% ingressaram por meio de organizações não-governamentais, diferentemente do caminho mais 'convencional' de política partidária geralmente adotado pelos homens. Essa constatação reflete com precisão uma firme tendência entre as mulheres de engajar-se na sociedade civil como forma de promover projetos que apóiam a sobrevivência da família, e de concentrar suas energias no nível local.

Freqüentemente, em comparação com os homens, os padrões de socialização aos quais as mulheres estão expostas são diferentes, assim como suas experiências de vida. As mulheres tendem a trazer sua experiência e seu conhecimento para apoiar suas decisões políticas. Embora mudanças importantes tenham ocorrido ao longo das últimas décadas, na maioria dos países as mulheres ainda arcam com as principais responsabilidades em relação aos cuidados com a família, incluindo crianças e idosos.

As mulheres tendem a considerar-se representantes de mulheres. Um estudo sobre legisladores realizado nos Estados Unidos, por exemplo, constatou que as mulheres sentem-se especialmente responsáveis por representar outras mulheres, e consideram-se mais capazes para representar seus interesses. Na Irlanda do Norte, quase um terço das mulheres eleitoras acredita que uma mulher representaria melhor seus interesses.

Por que ainda há tão poucas mulheres na política?

Tendo em vista sua contribuição potencial aos processos políticos, surge uma questão óbvia: por que ainda há tão poucas mulheres participando da política? A resposta tem múltiplas facetas e difere entre países, sociedades e comunidades. Entretanto, diversas linhas comuns são resumidas a seguir.

É pouco comum que mulheres concorram a cargos políticos. Embora seja difícil constatar o número exato, há estudos que indicam que é menos provável que mulheres concorram a cargos políticos do que homens. Nos Estados Unidos, por exemplo, a probabilidade de homens buscarem maneiras de candidatar-se ou de discutir essa possibilidade com doadores potenciais, partidos ou líderes comunitários, membros de suas famílias ou amigos é pelo menos 50% maior do que no caso de mulheres.

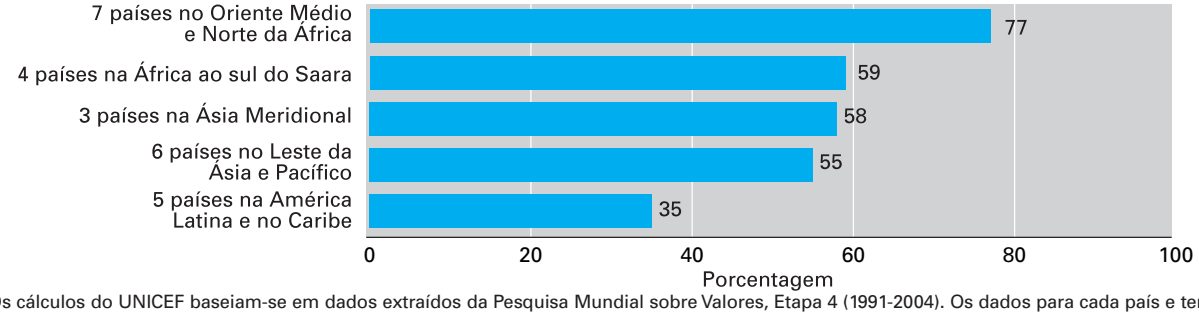
- *Dupla carga de responsabilidades públicas e particulares:* como já foi discutido nos capítulos anteriores, a carga de trabalho das mulheres é geralmente muito mais pesada do que a dos homens, restando pouco tempo e energia para seu envolvimento na vida política. Nos Estados Unidos, as evidências mostram que à medida que diminuem as responsabilidades das mulheres em relação a tarefas e cuidados domésticos aumenta seu interesse em concorrer a cargos políticos.

- *Uma cultura de exclusão:* em muitos países, as redes políticas e financeiras são controladas por homens. Práticas culturais que alimentam e consolidam os vínculos de solidariedade dos homens dentro dessas redes – como beber, fumar ou jogar golfe – são pedras fundamentais no caminho para cargos políticos. Um estudo realizado na Tailândia constatou que, tipicamente, os homens dominam os comitês de recrutamento, e tendem a ignorar as candidatas do sexo feminino por dois motivos: para conservar uma estrutura que lhes é familiar e porque têm maior probabilidade de conhecer pessoalmente os candidatos do sexo masculino.

- *Maior participação na educação:* como tendência, as mulheres que são eleitas, principalmente nos países em desenvolvimento, têm no mínimo nível superior de educação. Das 187 mulheres de 65 países pesquisados pelo UIP em 1999, 73% tinham nível superior e 14% tinham nível de pós-graduação. Portanto, em muitos países, a escassez de mulheres com formação superior pode significar uma barreira para sua participação na política e no governo.

As mulheres enfrentam uma luta cada vez maior para conquistar a opinião pública. Há muito poucas estatísticas sobre o número de mulheres que se candidatam mas não são eleitas. Entretanto, a percepção dos eleitores pode oferecer uma indicação instrutiva. Em média, mais de 50% das pessoas entrevistadas no Leste da Ásia e Pacífico, na Ásia Meridional e na África ao sul do Saara concordam ou concordam veementemente que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres; no Oriente Médio e no Norte da África, três quartos das pessoas compartilham dessa opinião. Entretanto, em outras partes do mundo as evidências são mais

Figura 4.2 **Na maioria dos países pesquisados, grande parte do público concorda ou concorda veementemente que os homens tornam-se melhores líderes políticos do que as mulheres**



Os cálculos do UNICEF baseiam-se em dados extraídos da Pesquisa Mundial sobre Valores, Etapa 4 (1991-2004). Os dados para cada país e território nos agregados regionais referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado. Os seguintes países e territórios estão incluídos nos agregados regionais mencionados: **Oriente Médio e Norte da África**: Arábia Saudita, Argélia, Egito, Iraque, Irã, Jordânia, Marrocos. **América Latina e Caribe**: Argentina, Chile, México, Peru, Venezuela. **Ásia Meridional**: Bangladesh, Índia, Paquistão. **Leste da Ásia e Pacífico**: China, Cingapura, Coréia do Sul, Filipinas, Indonésia, Vietnã. **África ao sul do Saara**: África do Sul, Nigéria, Tanzânia, Uganda. Ver notas sobre a metodologia utilizada em Referências, página 88.

Fonte: World Values Survey, www.worldvaluessurvey.org, acessado em junho de 2006.

positivas. Na América Latina e no Caribe, o número de entrevistados que compartilham dessa opinião é muito menor; e na Tailândia, mais de 80% dos entrevistados acham que uma mulher poderia ser uma boa primeira-ministra.

Mulheres deixam a política. Há poucos dados disponíveis para avaliar se as mulheres deixam os cargos políticos com maior freqüência do que os homens em função de hostilidade dos eleitores, ou por violência direta dirigida algumas vezes àquelas que ocupam cargos políticos (ou que tentam candidatar-se). Por exemplo, em Bengala Ocidental, na Índia, as mulheres *pradhans* (líderes) revelaram que, ainda que conseguissem para seus vilarejos tantos benefícios públicos quanto seus colegas homens – ou até mais –, os habitantes não só manifestavam menor satisfação com sua liderança como também as culpavam pela qualidade inadequada dos serviços fora de sua jurisdição. Talvez não cause surpresa o fato de cerca de 50% das *pradhans* terem afirmado que não se candidatariam novamente. No Afeganistão, mulheres que se candidataram às eleições de 2005 foram vítimas de violência e, em alguns casos, de ameaças de morte.

Mitos sobre mulheres na política

Os mitos que envolvem as mulheres na política são inúmeros, tanto positivos como negativos. Uma vez que esses mitos baseiam-se em suposições irreais sobre mulheres e política, podem facilmente perpetuar estereótipos e discriminação. Dois desses mitos são discutidos a seguir.

Mito 1: O trabalho de cada mulher fará diferença para mulheres e crianças. O fato de ser mulher não significa que uma legisladora vá aprovar automaticamente leis que atendam aos interesses de mulheres e crianças. As mulheres que atuam na política são indivíduos cujas características quanto a personalidade e ideologia podem variar amplamente. Mulheres legisladoras representam eleitores que também variam amplamente quanto a *backgrounds* e interesses, e podem, com freqüência, sentir-se divididas em função de diferenças ideológicas, regionais, de classe ou de outro tipo. Além disso, são membros de partidos políticos, e algumas vezes devem seguir a disciplina do partido à custa de suas próprias preferências políticas. No entanto, as evidências sugerem consistentemente que, de maneira geral, em comparação com seus colegas do sexo masculino, as mulheres parlamentares têm maior probabilidade de utilizar seu poder político para influenciar mudanças em apoio a crianças, mulheres e famílias.

Mito 2: As mulheres não são adequadas para realizar trabalhos 'duros'. Um levantamento realizado pela UIP em 2005 sobre pastas ministeriais ocupadas por mulheres identificou 858 mulheres ministras em 183 países. Entretanto, a distribuição de pastas é surpreendente. De todos os cargos ministeriais ocupados por mulheres, cerca de um terço estava na área de família, criança, juventude e questões sociais, ou de questões relacionadas à mulher. No entanto, no mundo todo, apenas 13 ministérios de defesa e nove ministérios da economia são liderados por mulheres (ou 1,5% e 1%, respectivamente).

Ver Referências, página 88.

Embora esses números sejam inferiores aos indicadores correspondentes entre as mulheres legisladoras (94% para questões relativas à mulher e 79% para questões relativas à criança e à família), pesquisas qualitativas baseadas em entrevistas com parlamentares sugerem que o interesse dos homens por essas questões está em ascensão.[16]

As mudanças em prioridades legislativas foram acompanhadas por transformações sutis, porém significativas, no ambiente parlamentar. Dois exemplos dessas mudanças relacionam-se ao horário de trabalho e à disponibilidade de recursos para o atendimento a crianças nas instalações dos legislativos nacionais. Como conseqüência direta do ingresso de maior número de mulheres no parlamento, em diversos países – inclusive África do Sul e Reino Unido –, os parlamentos ajustaram seus horários para acomodar as necessidades de mulheres que têm responsabilidades familiares.[17] No norte da Europa, o parlamento sueco criou uma creche para atender às parlamentares,[18] e, na Assembléia Nacional da Escócia, foi instalada uma creche para eleitores visitantes, para "garantir que pessoas responsáveis por cuidar de crianças (geralmente mulheres) possam procurar e encontrar seus representantes."[19]

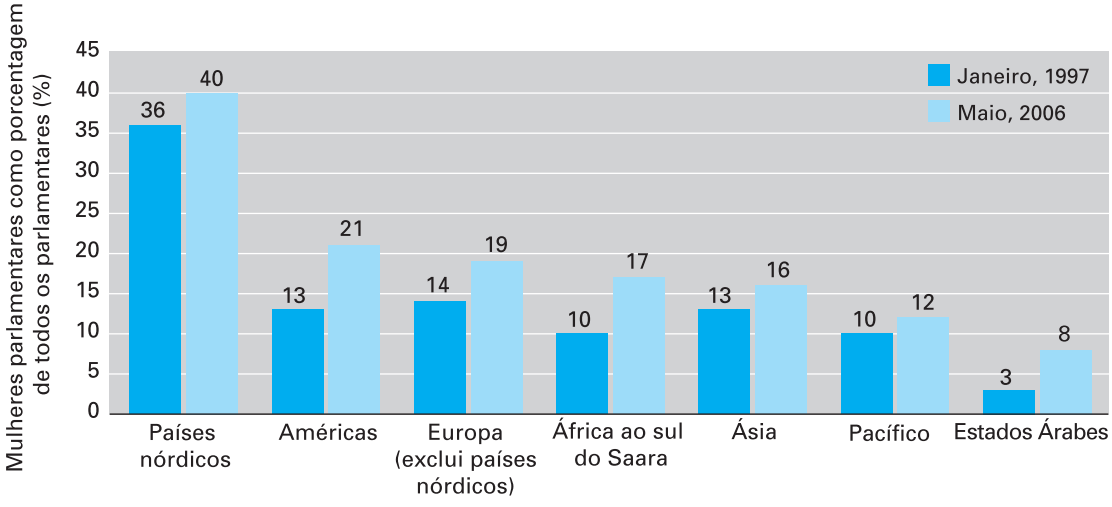
Poucas mulheres no parlamento, mas há sinais de progresso

Embora as mulheres sejam freqüentemente as defensoras políticas mais ativas de crianças, mulheres e famílias, e ainda que o aumento de sua participação no parlamento seja uma meta central dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (especificamente o ODM3), ainda é pequeno o número de mulheres em parlamentos nacionais.

As mulheres estão sub-representadas em todos os parlamentos nacionais: em julho de 2006, representavam pouco menos de 17% dos parlamentares do mundo. Em dez países não há mulheres no parlamento, e em mais de 40 outros as mulheres constituem menos de 10% dos legisladores. Os países nórdicos têm as taxas mais altas de participação, com 40% de mulheres entre o Senado e a Câmara. Os Estados Árabes têm a posição mais baixa, com média regional de menos de 8%.[20]

No entanto, há tendências encorajadoras, devido em grande parte à introdução do sistema de cotas em um número crescente de países. O número de parlamentos constituídos por pelo menos 30% de mulheres – uma medida de participação parlamentar feminina reconhecida pela Plataforma para a Ação de Pequim, de 1995 – aumentou quatro vezes ao longo dos últimos dez anos. Algumas das mudanças mais dramáticas na representação política feminina ocorreram em países anteriormente devastados por conflitos, tais como o Afeganistão, onde as mulheres, antes excluídas da política, representam hoje 27,3% dos legisladores. Burundi e Timor Leste também são exemplos de países pós-conflito onde hoje as mulheres representam uma proporção apreciável dos parlamentares (30,5% e 25,3%, respectivamente). Os níveis de representação de mulheres nesses três países são exemplos do sucesso na introdução do sistema de cotas durante suas transições políticas.[21]

Figura 4.3 Participação de mulheres em parlamentos nacionais através das regiões



Fonte: Os dados sobre 'Mulheres em Parlamentos Nacionais' são extraídos do banco de dados de União Inter-Parlamentar, http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm, acessado em junho de 2006.

As eleições de Ellen Johnson-Sirleaf para a presidência da Libéria, em 2005, e de Michelle Bachelet para a presidência do Chile, no início de 2006, marcaram momentos importantes na história da liderança política de mulheres na África ao Sul do Saara e na América Latina, respectivamente. Em 1999, na Europa Oriental, a Letônia tornou-se o primeiro país da antiga União Soviética a eleger uma presidente mulher como chefe de Estado. Finlândia, Irlanda e Filipinas também têm atualmente mulheres na presidência (sendo que nos dois primeiros países o presidente é o chefe de Estado, e no terceiro é chefe de Estado e chefe de Governo). Mulheres são chefes de Governo em Bangladesh, Alemanha, Jamaica, Nova Zelândia, Moçambique, Antilhas Holandesas e Coréia do Sul.[22]

As mulheres estão menos representadas no nível ministerial do que no parlamento. Em janeiro de 2005, mulheres ocupavam 858 posições ministeriais em 183 países, representando apenas 14,3% dos ministros governamentais do mundo.[23] Dezenove governos não tinham nenhuma mulher à frente de ministérios; e entre aqueles que incluíam mulheres nas pastas ministeriais, na maioria dos casos tratava-se apenas de uma representação simbólica, envolvendo uma ou duas mulheres ministras. Em março de 2006, apenas três países – Chile, Espanha e Suécia – tinham alcançado paridade de gênero em pastas ministeriais.

Além dos números

A representação feminina em parlamentos nacionais constitui certamente uma medida crítica do aumento de seu poder político e do comprometimento de um país em garantir que sejam ouvidos os defensores das crianças. Mas os números constituem apenas uma referência necessária, e não uma condição suficiente para o fortalecimento das mulheres. Uma análise ampla de orçamentos por gênero em países em desenvolvimento, realizada pela Secretaria Geral da *Commonwealth*, mostrou que novas atitudes de gênero, mesmo onde são bem-sucedidas, devem ser acompanhadas por recursos adequados, assim como pelas competências necessárias.[24]

Juntamente com as organizações femininas e os partidos políticos, os governos têm um papel vital no sentido de assegurar o aumento de poder das mulheres. Podem fazê-lo promovendo a sensibilidade a questões de gênero entre funcionários, ou criando fóruns abrangentes de políticas femininas, tais como ministérios da mulher e agências para igualdade de oportunidades.

© UNICEF/HQ05-2038/Robert Grossman

Por exemplo, um estudo abrangente sobre a capacidade de resposta dos governos à violência contra mulheres entre 1974 e 1994 não encontrou nenhuma relação linear entre o número de mulheres no parlamento e iniciativas de políticas visando à redução da violência contra a mulher. Com base em exemplos de 36 países, o estudo revelou que governos que têm alta representação de mulheres no parlamento – tais como Suécia, Finlândia e Dinamarca – estavam mais atrasados em termos de políticas contra a violência do que países como Austrália e Israel, onde a presença de mulheres no legislativo era bem menor. O estudo concluiu que o que importa em termos de resposta governamental às necessidades e aos interesses das mulheres não é apenas o número de mulheres no parlamento: igualmente importantes são mecanismos institucionais, tais como o apoio de partidos políticos aos direitos das mulheres, e a força e a coerência das organizações de mulheres.[25]

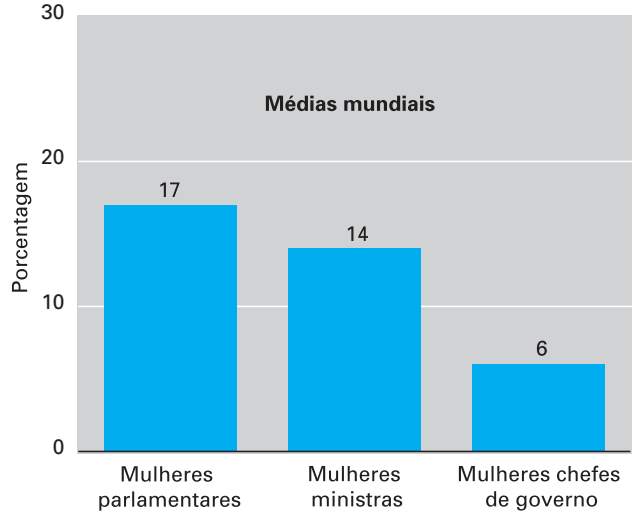
Os partidos políticos e os grupos de mulheres são fundamentais para o avanço da participação feminina na política. Os partidos desempenham uma função crítica no recrutamento e no apoio a candidatos a cargos eletivos, e ao colocarem seu poder em ação quanto a itens específicos das agendas parlamentares.[26] Grupos femininos freqüentemente dão à sociedade civil o ímpeto e o conhecimento necessários para promover, desenvolver e sustentar as iniciativas legislativas, assim como mecanismos de responsabilização que podem contribuir para o avanço dos direitos da mulher e da criança (*ver Destaque, página 59*).

Mulheres na política local

Dando prioridade a investimentos que beneficiam mulheres e meninas

A participação de mulheres na política local pode ter impacto ainda mais imediato e direto sobre os resultados para mulheres e crianças do que a legislação e a política nacionais. Embora haja poucas evidências sobre o comportamento de políticos locais, uma série de estudos em países industrializados e em países em desenvolvimento indica que as mulheres tendem a dar prioridade a questões sociais nos governos locais. Além disso, em um caso importante e documentado no mundo em desenvolvimento (Índia), a participação crescente de mulheres na política local resultou em uma distribuição mais eqüitativa de recursos comunitários, beneficiando diretamente mulheres e crianças, especialmente meninas.

Figura 4.4 Mulheres na governança



Fonte: Os dados sobre mulheres parlamentares e mulheres ministras são extraídos do banco de dados de União Inter-Parlamentar sobre 'Women in National Parliaments', http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm, acessado em junho de 2006. Os dados sobre mulheres chefes de governo são extraídos de *sites* oficiais dos governos nacionais.

Na Noruega, uma das razões mais citadas para o envolvimento de mulheres na política local refere-se a questões da infância, especialmente à carência de espaços para o atendimento à criança pequena. Um estudo recente, que examinou dados desde 1975, mostra que o número de crianças que recebiam benefícios aumentou durante o primeiro ano em que mulheres constituíram cerca de 30% dos membros de conselhos locais. A constatação mais significativa do estudo norueguês é que a atuação das mulheres em governos locais tem impacto político mais significativo no início de suas carreiras, porque trazem para a agenda política um conjunto de novas preocupações.[27]

Nos Estados Unidos, uma análise realizada em 1994 sobre mais de 9.800 leis introduzidas em três estados ao longo de um período de dois anos verificou que o apoio de mulheres legisladoras a leis relativas à saúde infantil foi duas vezes maior do que o de seus pares do sexo masculino.[28] Outro estudo, que examinou a representação política das mulheres, mostrou que os estados americanos com alta proporção de mulheres na legislatura tendem a dar maior apoio a esforços relativos à violência contra a mulher, aumentam o apoio à criança, oferecem à mulher benefícios mais amplos de emprego e de desemprego, e promovem cuidados de saúde reprodutiva.[29]

Nos países em desenvolvimento, a pesquisa sobre o impacto de mulheres em governos locais ainda é uma área de investigação nova. As constatações mais abrangentes já disponíveis provêm da Índia, onde um terço das posições de liderança em conselhos locais foi reservado às mulheres em 1998.[30] Um amplo projeto de pesquisa que examinou o impacto da política de reserva de posições investigou inicialmente 165 conselhos locais no estado de Bengala Ocidental. O estudo analisou o nível de provimento de bens públicos em conselhos que tinham políticas de reserva de posições em comparação com aqueles que não adotavam essas cotas.

A análise constatou que em vilarejos com política de reserva de posições o investimento em instalações de água limpa foi duas vezes maior do que nos vilarejos sem cotas, e que, como tendência, as condições das estradas eram duas vezes melhores. Além disso, a probabilidade de trabalhos recentes de manutenção nas rodovias principais era 20% maior; novos projetos de biogás – um substituto para a eletricidade e o combustível de cozinha – foram introduzidos em 26% dos vilarejos onde havia políticas de reserva, contra 6% nos vilarejos sem cotas; e graças a um

Grupos de mulheres: uma força para mudanças políticas

Há pelo menos duas maneiras por meio das quais os grupos de mulheres podem tornar-se uma força importante para mudanças políticas. Em primeiro lugar, esses grupos freqüentemente fornecem apoio a mulheres que foram eleitas para cargos políticos. Em segundo lugar, administram seus próprios esforços de defesa em favor da mulher, da criança e da família. No mundo todo, essas grupos e redes de mulheres dão exemplos de como a mobilização comunitária pode promover os direitos humanos, principalmente para os mais vulneráveis.

Afeganistão: grupos de mulheres deram apoio significativo à mobilização das mulheres para que participassem das eleições presidenciais e parlamentares, e para que acompanhassem o processo eleitoral. Também organizaram seminários para mulheres refugiadas, com o objetivo de ampliar sua conscientização sobre seus direitos.

Austrália: ao lado de outros grupos da sociedade civil, grupos de mulheres desempenharam papel importante como advogadas dos direitos da criança em relação ao controle da imigração. Negociaram politicamente as mudanças nas leis domésticas e nas políticas sociais, assim como melhores serviços para aumentar a capacidade de famílias de refugiados para a reconstrução de suas vidas.

Marrocos: em 2004, os esforços de advocacia e de conscientização sobre os direitos das mulheres ativistas associadas à organização *Printemps de l'Egalité* (Primavera da Igualdade) ajudaram a convencer líderes governamentais a apoiar uma lei para a família que se tornou um marco, abordando a desigualdade de gênero em relação às mulheres, protegendo os direitos das crianças e salvaguardando a dignidade dos homens.

Moçambique: uma campanha contra o casamento infantil, promovida por diversos grupos locais de mulheres, contribuiu para a aprovação da nova Lei da Família, em 2004, que elevou a idade legal para o casamento sem consentimento dos pais de 16 para 18 anos, e, com consentimento, de 14 para 16 anos.

Ruanda: em 2002, mulheres parlamentares e líderes comunitários trabalharam em conjunto durante a elaboração de uma convenção nacional em apoio a oportunidades educacionais para mulheres, pequenos empréstimos comerciais fornecidos por bancos rurais e criação de uma comissão para lutar politicamente em favor dos jovens em situação vulnerável.

Tadjiquistão: a Liga de Mulheres Advogadas do Tadjiquistão elaborou uma lei nacional sobre violência, que atualmente aguarda sanção do presidente. A elaboração da lei foi uma tarefa difícil, mas a Liga organizou 32 seminários em todo o país para mais de 1.100 participantes, e posteriormente conseguiu obter a cooperação de autoridades locais, organismos do executivo e do judiciário, ministérios e outras instituições nacionais.

Ver Referências, página 88.

acompanhamento ativo, o número de visitas de profissionais da saúde foi significativamente maior nos seis meses abrangidos pelo estudo. Essas melhorias beneficiaram significativamente mulheres e meninas, que são as principais responsáveis pela coleta de material combustível e de água, assim como pela atenção às necessidades de saúde da família, especialmente das crianças.

A partir desses resultados iniciais, o projeto de pesquisa foi ampliado para examinar o impacto de políticas de reserva sobre a imunização e a escolarização das crianças. Campanhas de imunização foram realizadas em 30 domicílios de cada um dos 100 vilarejos abrangidos pela pesquisa. Nesse processo, coletavam-se informações sobre os registros de imunização de todas as crianças menores de 5 anos de idade. Os resultados indicaram que uma criança entre 1 e 5 anos residente em um vilarejo reservado para uma *pradhan* (líder) mulher tinha uma probabilidade ligeiramente maior de ter completado todas as vacinações. O impacto de líderes mulheres sobre a freqüência de meninas à escola é ainda mais significativo: o estudo revelou que a presença de uma *pradhan* mulher reduz em 13 pontos percentuais a diferença de gênero na freqüência à escola.[31]

No entanto, o simples fato de haver maior número de mulheres em governos locais não garante sua eficácia como defensoras dos interesses e direitos da criança, da mulher e da família. Por exemplo, uma análise realizada na África do Sul sobre problemas e oportunidades envolvendo mulheres em governos locais revelou que, tal como ocorria com suas colegas no parlamento, sua eficácia era determinada, em grande parte, por outros fatores além de sua presença numérica. Esses fatores incluíam normas e expectativas culturais sobre papéis femininos; hierarquias locais; capacidades e atributos individuais de conselheiros; e o grau de comprometimento dos partidos políticos com a igualdade de gênero.[32]

Catalisadores de mudança

Segundo uma análise comparativa de mulheres em governos locais em 13 países no Leste da Ásia e

Pacífico, as mulheres obtiveram mais sucesso no acesso a posições decisórias em governos locais do que no nível nacional. Para a mulher, tende a ser mais fácil ajustar sua vida familiar e suas responsabilidades de trabalho a governos locais. O nível local tende também a ser mais acessível para as mulheres, com mais posições disponíveis e menos competição do que os assentos parlamentares. Além disso, os papéis decisórios de mulheres em governos locais e comunitários podem ser mais facilmente aceitos, porque são vistos como uma extensão de seu envolvimento em suas comunidades.[33]

Em muitos países, no entanto, a participação de mulheres na política local é freqüentemente prejudicada por desigualdades de gênero dentro das famílias, por uma divisão não eqüitativa de trabalho nos domicílios, e por atitudes culturais profundamente enraizadas sobre papéis de gênero e adequação da mulher a posições decisórias[34] (*ver também Capítulo 1, página 8*). Segundo o United Cities and Local Governments (União de Governos Municipais e Locais) – organização que vem colhendo dados sobre mulheres em posições locais de tomada de decisão desde 1998 –, as mulheres representam pouco mais de 9% dos prefeitos em todo o mundo, e quase 21% dos conselheiros locais.[35]

Apesar desses obstáculos, as mulheres vêm-se tornando agentes importantes de mudança, à medida que são eleitas em maior número para governos locais. No exemplo anteriormente citado de vilarejos com políticas de reserva, no estado de Bengala Ocidental, na Índia, a presença de líderes femininas em reuniões da comunidade estimulou o aumento de interesse e de ativismo político em outras mulheres. A presença de mulheres em reuniões de conselhos locais crescia consideravelmente – de 6,9% para 9,9% – quando a reunião era dirigida por uma *pradhan* mulher.[36]

Mulheres, guerra e paz

A capacidade das mulheres de moldar ativamente os processos políticos nos níveis nacional e local, ilustrada pelos estudos de caso descritos anteriormente, baseia-se na existência de instituições democráticas e de um ambiente político estável. No entanto, nos últimos anos tem havido um reconhecimento crescente de que, em situações de conflito, caracterizadas por instabilidade e falta de firmeza na aplicação das leis, a participação de mulheres nos processos de paz é essencial para garantir sucesso no longo prazo.[37] Pesquisas e estudos de caso preliminares sugerem que acordos de paz, reconstrução pós-conflito e governança têm maior chance de sucesso quando há envolvimento de mulheres – em parte, porque as mulheres adotam uma abordagem mais inclusiva em relação à segurança, e focalizam

© UNICEF/HQ05-1609/Giacomo Pirozzi

questões sociais e econômicas centrais que de outra forma poderiam ser ignoradas.[38]

Reconhecendo a contribuição singular que as mulheres podem dar aos processos de paz, o Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade, em outubro de 2000, a Resolução 1325, que aborda especificamente o impacto da guerra sobre as mulheres, e a contribuição feminina para a resolução de conflitos e para uma paz sustentável. No entanto, o papel da mulher em processos de paz continua a ser, na melhor das hipóteses, informal. Governos e outros atores políticos parecem satisfeitos em encorajar o envolvimento de mulheres com grupos que freqüentemente atravessam as zonas de conflito, mas é raro que as mulheres cheguem à mesa de negociação da paz. Nas poucas ocasiões em que isso ocorre, suas vozes raramente são ouvidas.

A exclusão das mulheres das negociações de paz significa que seus direitos e pontos de vistas – como cidadãs, como ex-combatentes e como vítimas – não estão integralmente representados nos processos de reconstrução pós-conflito. Um relatório recente que examinou 13 acordos de paz celebrados entre 1991 e 2001, pondo fim a conflitos no Afeganistão, na Bósnia-Herzegovina, em Bougainville (Ilhas do Pacífico), no Camboja, em El Salvador, na Eritréia, na Etiópia, na Guatemala, em Kosovo, na Libéria, em Ruanda e em Serra Leoa e no Timor Leste, entre outros, concluiu que "não existe um acordo de paz que ofereça um modelo geral de dispositivos adequados para garantir que as necessidades das mulheres sejam atendidas juntamente com as dos homens."[39] De fato, esses acordos raramente incluíam algum dispositivo relacionado especificamente, ou mesmo indiretamente, às mulheres – uma omissão que reflete o flagrante desequilíbrio de gênero entre os negociadores. Embora a Resolução 1325 tenha chamado a atenção para a importância fundamental da inclusão de mulheres nas negociações de paz, 50% dos acordos assinados desde sua adoção omitiram referências às necessidades de mulheres e à perspectiva de gênero.[40]

As mulheres fariam diferença nas mesas de negociação de paz?

O sucesso da participação de mulheres em outras arenas políticas (como já foi discutido neste capítulo) sugere que há inúmeras razões para supor que a presença de mulheres nas mesas de negociação de paz faria muita diferença para mulheres e crianças. Nas palavras de um ex-mediador internacional, na presença de mulheres "as discussões tendem a adotar uma visão mais inclusiva sobre segurança e a focalizar questões relacionadas à reintegração de crianças e mulheres, evitando a violência doméstica quando os ex-combatentes retornam aos seus lares, desativando minas terrestres para que mulheres e crianças possam recolher lenha e buscar água em segurança, e garantindo a responsabilização pós-conflito por abusos dos direitos humanos de crianças e mulheres."[41] Em outras palavras, o envolvimento de mulheres aumenta a probabilidade de que questões críticas em termos de direitos e bem-estar de crianças, mulheres e famílias sejam incluídas nas negociações.

Essa percepção é confirmada por experiências em vários países em todas as partes do mundo. No caso mais famoso, representantes de mais de 200 organizações de mulheres reuniram-se em 1996 para criar a Coalizão de Mulheres da Irlanda do Norte – o primeiro partido político dominado por mulheres. Esse movimento, que incluiu membros das comunidades protestante e católica, funcionou como um partido inter-comunitário para promover direitos civis, humanos e dos trabalhadores.[42] Ao final do processo, George Mitchell, senador americano que mediou as conversações de paz na Irlanda do Norte, atribuiu a essa coalizão o crédito pela ajuda na consecução de um acordo decorrente dessas negociações.[43]

Participação de mulheres em processos de resolução de conflitos

As mulheres têm-se envolvido cada vez mais em processos de resolução de conflitos em todo o mundo. As conversações de Bonn sobre o Afeganistão, no final de 2001, incluíram cinco mulheres entre cerca de 60 delegados e consultores. Durante as negociações, as mulheres lutaram arduamente pelos direitos da mulher, e seus sucessos incluíram a criação de um Ministério para Assuntos da Mulher.[44] Na Guatemala, a participação de mulheres no processo formal de paz em 1996 resultou em um programa nacional de saúde para mulheres e meninas, e em um programa para reunir famílias e localizar crianças e órfãos desaparecidos ou separados de suas famílias.[45] Nas Filipinas, as mulheres ocuparam posições influentes no processo formal de paz, e pressionaram pela cooperação entre partidos e entre orientações religiosas em favor dos interesses da paz.[46] Em Serra Leoa, duas mulheres envolveram-se no processo de paz de Lome. Embora não fossem líderes da negociação, um artigo fundamental no acordo final exige que a formulação e a implementação de programas de reabilitação, reconstrução e

desenvolvimento garantam atenção especial para mulheres e meninas vítimas do conflito.[47] Mais recentemente, as mulheres deram uma contribuição fundamental para as conversações de paz de Darfur (*ver Destaque abaixo*).

Apesar dessas experiências, na maioria dos conflitos, ou as mulheres são inteiramente excluídas das negociações de paz, ou são relegadas a um percurso 'paralelo'. Até mesmo a criação desse tipo de percurso é um desafio que requer que as mulheres lutem arduamente para obter pelo menos uma representação limitada, e freqüentemente produz apenas resultados modestos. Exemplos desses percursos paralelos incluem:

- **Burundi:** em 2000, as mulheres venceram a resistência dos partidos e foram incluídas como observadoras informais nas conversações de paz realizadas em Arusha, na Tanzânia.[48]

- **Libéria:** embora a Iniciativa das Mulheres Liberianas não tenha conseguido tornar-se participante oficial das conversações regionais de paz de 1994, suas líderes revelaram-se consultoras muito influentes durante o processo.[49]

- **Somália:** em maio de 2000, 92 mulheres delegadas para a Conferência Nacional de Paz na Somália apresentaram-se como um 'sexto clã' em favor da paz (a Somália tem diversos clãs étnicos principais, todos representados por homens). Apesar da resistência de alguns de seus colegas homens, o grupo ajudou a elaborar a versão preliminar de um documento nacional que garantia às mulheres 25 lugares entre os 245 membros da Assembléia Nacional de Transição.[50]

- **Sri Lanka:** em dezembro de 2002, foi criado um Sub-comitê sobre Questões de Gênero, com mandato para identificar questões de interesse das mulheres e incluí-las na agenda do processo de paz. O comitê incluía dez membros, e cada um dos lados do conflito indicou cinco mulheres para focalizar a dimensão de gênero no processo de reconstrução pós-conflito. As prioridades principais do comitê incluíam a representação igualitária de mulheres na política, estruturas educacionais e preconceitos de gênero, e violência contra mulheres e crianças.[51]

Conflitos como oportunidades de mudança

É surpreendentemente recente o reconhecimento de que as mulheres não são apenas vítimas dos conflitos, mas também agentes fundamentais cuja contribuição é essencial para o sucesso dos processos de paz e para a estabilidade política no longo prazo. Conforme argumenta Devaki Jain, economista de renome na Índia, em *Women, Development and the United Nations,* "até 1975, as discussões da ONU sobre aspectos de segurança e defesa quase nunca se referiam às mulheres; nas convenções pós-guerra, substantivos e pronomes masculinos eram utilizados para indicar tanto homens quanto mulheres".[52]

Mulheres e o Acordo de Paz de Darfur

Em 2005, uma Equipe de Apoio de Especialistas em Gênero, composta por 20 mulheres e apoiada pelos governos do Canadá, da Noruega e da Suécia, e pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, foi convidada a participar na sétima e decisiva reunião de negociações do Acordo de Paz de Darfur. A equipe reuniu em Darfur mulheres de diversos *backgrounds* tribais e étnicos para criar uma plataforma unificada de prioridades da mulher e de questões de gênero. O documento resultante – 'Women's Priorities in the Peace Process and Reconstructin in Darfur' (Prioridades da Mulher no Processo e na Reconstrução da Paz em Darfur) – contém diversas disposições fundamentais relacionadas a mulheres e crianças, entre as quais:

- proteção específica para mulheres e crianças que vivem em situação de conflito;
- tratamento prioritário para mulheres e crianças em avaliações relacionadas a compensação/reparação por danos e destruição causados pela guerra;
- solicitação ao governo de atenção especial à educação de mulheres e crianças como meio para garantir segurança;
- provimento de educação secundária em campos de refugiados e para pessoas deslocadas internamente;
- um apelo à comunidade internacional para centralizar seus esforços nas necessidades educacionais de meninas refugiadas;
- criação de uma instituição para fornecer apoio legal, assessoria psicológica e outros serviços relevantes para mulheres e crianças.

Durante o curto período de três semanas em que lhes foi permitido participar dos debates, as mulheres conseguiram negociar a inclusão no acordo final de um número impressionante de prioridades de seu interesse. O acordo inclui linguagem sensível ao gênero e, entre outras prioridades, reivindicações sobre a participação de mulheres em organismos de tomada de decisão e de construção da paz.

Ver Referências, página 88.

Mulheres como mediadoras e mantenedoras da paz

Um número cada vez maior de mulheres entre os negociadores da paz e nas forças de manutenção da paz, entre outros atores fundamentais, aumentaria imensamente as contribuições da mulher para a resolução de conflitos e para reabilitação pós-conflito. Em um relatório ao Departamento da ONU para Operações de Manutenção da Paz (DPKO), o Escritório Distrital na Província de Ituri, na República Democrática do Congo, explicou: "Mulheres (e meninas) locais não se sentem à vontade para falar com homens uniformizados, tais como os observadores militares, principalmente sobre questões sensíveis, como violência e abuso sexual [...] Em muitos casos, principalmente nos locais em que há violência endêmica, as mulheres (e meninas) locais preferem conversar com mulheres mantenedoras da paz, por temerem violência adicional, inclusive por parte de mantenedores da paz do sexo masculino".

As Nações Unidas têm plena consciência desse fato. Embora o número de mulheres nas equipes uniformizadas (forças militares e policiais) criadas pelo DPKO continue muito pequeno – 4% e 1%, respectivamente –, ações empreendidas pelo departamento nos últimos anos aumentaram o número de posições civis ocupadas por mulheres. Essas ações refletem o reconhecimento crescente de que a presença de mulheres nas forças de manutenção da paz é fundamental para o sucesso de suas missões, e pode limitar as oportunidades de envolvimento em atos de exploração e abuso sexual por parte dos mantenedores da paz contra a própria população que devem proteger, principalmente meninas. Entre as constatações básicas de uma investigação iniciada pelo Secretário-Geral da ONU sobre esses casos, encontra-se o reconhecimento de que "a presença de um número maior de mulheres em uma missão, especialmente no nível sênior, ajudará a promover um ambiente que desestimula a exploração e o abuso sexual, principalmente da população local."

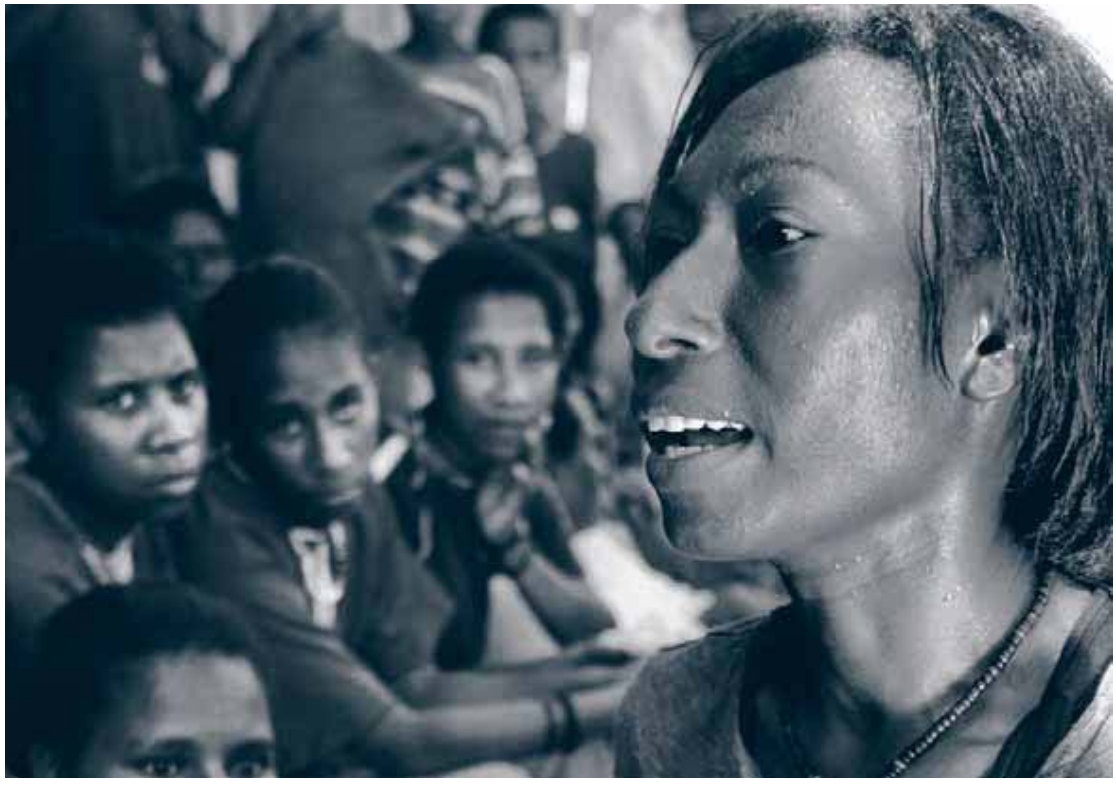
Em junho de 2006, sob o mandato da Assembléia Geral da ONU, assim como do Comitê Especial sobre Operações de Manutenção de Paz, o Secretário-Geral da ONU lançou uma estratégia abrangente para assistência a vítimas de abuso sexual praticado por pessoal da ONU. Essa política, que o UNICEF ajudou a formular, propõe uma abordagem abrangente para apoiar as vítimas, incluindo educação básica, assistência psicológica, legal e administrativa para todas elas e, em casos excepcionais, assistência financeira. Baseados nessa política, o UNICEF, o DPKO, o Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estão organizando um encontro de alto nível para tratar mais profundamente a questão da exploração e do abuso sexual.

Além dos mantenedores da paz, mediadores que representam a comunidade internacional podem atuar como 'pontos de informação', para ajudar as mulheres a garantir sua representação nos processos de paz e na reconstrução pós-conflito. Uma avaliação recente da participação das mulheres em processos de paz como mediadores 'rota um' – pessoas envolvidas em negociações oficiais por meio de canais formais, não por contatos não-oficiais (mediadores 'rota dois') – constatou que as mulheres continuam amplamente excluídas das mediações de conflitos e dos processos de resolução. Nas Nações Unidas, as mulheres mantêm apenas 6,5% das posições relacionadas à paz no nível sênior, ao passo que a União Européia não conta com nenhuma mulher entre seus antigos ou atuais mediadores de alto nível. Do mesmo modo, apesar da reputação merecida da África – de ter modelos consistentes de papéis femininos –, não há nenhuma mulher no Conselho de Paz e Segurança da União Africana. Em conflitos em que processos de paz anteriores a acordos estão em curso, bloqueados ou por ser concluídos, e onde a União Européia não tem papel de liderança, apenas Uganda sobressai pela presença de uma única mulher mediadora.

Ver Referências, página 88.

Portanto, não deve causar surpresa que, tal como em outros níveis de tomada de decisão política, a inclusão de mulheres nos processos de paz exija bem mais do que o aumento do número de participantes, e dependa freqüentemente do apoio ativo da comunidade internacional.

Como demonstram os esforços pioneiros do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, que buscam apoiar a participação de mulheres nos processos de paz em países como Burundi, Libéria e Somália, são necessários muitos anos de luta e superação de retrocessos até que resultados sejam alcançados. Algumas vezes, bastam ações simples para envolver as mulheres nas negociações de paz. No caso de Burundi, a participação de mulheres dependeu de obtenção de recursos para o pagamento de dois táxis, que possibilitaram seu comparecimento às conversações de paz em Arusha, na Tanzânia. Enquanto os participantes homens viajaram menos de uma hora em aviões pagos pelo governo, as mulheres levaram dois dias para chegar a Arusha – mas chegaram. Embora sua participação não tenha resultado em um mecanismo formal para a participação política de mulheres, a influência do grupo levou à adoção de uma série de medidas relativas a gênero nos acordos de 2000.[53]



© UNICEF/HQ04-1224/Giacomo Pirozzi

Inspirando a nova geração

A participação de mulheres em legislaturas nacionais, governos locais e processos de paz não está apenas transformando a política atual: está também alterando seu futuro, uma vez que as mulheres que atuam na política estão modificando atitudes prevalentes a respeito de mulheres e meninas em papéis de tomada de decisão. Embora seja difícil definir padrões de causalidade entre países e sociedades, pesquisas recentes sugerem uma relação consistente entre o número de mulheres em cargos públicos e atitudes públicas positivas em relação a mulheres líderes políticas.[54] Essa correlação não prova que a presença de mulheres na política esteja conduzindo a opinião pública na direção de maior igualdade de gênero. Mas mostra uma forte relação entre a confiança do público na capacidade de liderança das mulheres e sua expectativa crescente de ver mulheres em cargos públicos.

Em Ruanda, por exemplo, o papel das mulheres na transição para a paz e a democracia abriu caminho para que futuras gerações de meninas assumam papéis públicos, algo inconcebível há apenas uma geração.[55] Na Índia, novas associações são fortalecidas por representantes mulheres eleitas, bem como por mulheres que haviam sido eleitas anteriormente, mas que já não participam formalmente dos conselhos locais.[56]

Esses dois países representam apenas uma amostra do envolvimento crescente de mulheres na política em todo o mundo. Sua influência não é sentida apenas em leis mais vigorosas em favor da criança e da mulher: as mulheres estão ajudando também a tornar organismos decisórios mais democráticos e mais sensíveis às questões de gênero. Apesar de discriminações e de retrocessos, mulheres e homens jovens que ingressam na política entram em um mundo significativamente transformado pela presença da mulher.[57]

Aumentando o poder da mulher para sua participação na política

Aumentar a participação da mulher na política é vital para a promoção de igualdade de gênero e para aumentar seu poder – os dois princípios do Objetivo 3 de Desenvolvimento do Milênio. Como demonstrou este capítulo, mulheres que atuam na política defendem com maior freqüência e com maior vigor os direitos da mulher, da criança e da família. No entanto, às taxas de progresso atuais, ainda estamos a mais de 60 anos de distância de um mundo em que as mulheres possam manifestar-se em igualdade de condições em parlamentos nacionais. A situação é igualmente desequilibrada no nível local: atualmente, as mulheres representam menos de 10% dos prefeitos do mundo.[58]

Embora as barreiras formais ao acesso a parlamentos nacionais e locais tenham sido eliminadas em praticamente todos os países, esse avanço foi insuficiente para resolver desequilíbrios de gênero na governança. Mesmo onde foram criados espaços e processos políticos, o número de mulheres em posições decisórias não aumentou automaticamente. Desde a infância, as mulheres são discriminadas de várias formas – desde níveis mais baixos de educação até atitudes sociais prevalentes, que questionam sua competência como tomadoras de decisão. Esta discriminação, bem como a carga de trabalho significativamente maior das mulheres, desencoraja e impede seu ingresso na política, reservando-lhes menos tempo e energia para a vida pública. Cada uma dessas questões deve ser tratada independentemente. Medidas importantes para garantir a participação plena de mulheres na política – resumidas abaixo, mas exploradas em maior detalhe no Capítulo 5 – incluem:

- **Educação**. Como enfatizaram os capítulos anteriores, a menina que é privada do direito de ir à escola está sendo privada de muito mais do que o conhecimento que obteria na sala de aula. Está privada da oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial em todas as áreas da vida, inclusive do direito à participação política.

- **Envolvimento e apoio dos homens (em eleições e no parlamento).** Embora a presença e a participação ativa de mulheres na política seja fundamental para o avanço da igualdade de gênero, as iniciativas de gênero demandam o envolvimento e o apoio de homens, especialmente parlamentares e líderes políticos.

- **Cotas.** A introdução do sistema de cotas resultou em mudanças dramáticas na participação política das mulheres em todo o mundo. Embora tais cotas não existam para os processos de paz, sua utilização vem sendo cada vez mais reconhecida como um veículo potencialmente eficaz para garantir a representação de mulheres na mesa de negociações.

- **Política partidária.** Os partidos políticos continuam a impedir o avanço das mulheres na política. No entanto, sanções pela falta de adequação podem ser particularmente importantes no contexto dos partidos políticos. Por exemplo, pode parecer muito positivo que um partido se comprometa com uma cota de 40% de representantes mulheres, mas esse comprometimento pode perder o significado se suas candidaturas não forem ativamente promovidas.

- **Participação em negociações de paz.** Ao longo dos últimos cinco anos, diversos passos foram dados – especialmente pelo Departamento das Nações Unidas para Operações de Manutenção da Paz – para garantir que os estados membros da ONU e outros atores políticos adotem a Resolução 1325. No entanto, os esforços para incluir mulheres nos processos de paz e de resolução pós-conflito continuam limitados a um punhado de exemplos.

- **Dados e pesquisas de melhor qualidade.** As pesquisas sobre o impacto de mulheres na legislação e em políticas relacionadas à criança ainda são limitadas, mesmo em países industrializados. Embora o UNICEF possa e deva desempenhar um papel crítico na defesa da criança em todos os níveis de governo, seus esforços devem ser apoiados por pesquisas e análises de melhor qualidade sobre a dinâmica mais ampla da tomada de decisões e dos resultados políticos, focalizando particularmente mulheres e meninas.

- **Criar um ambiente em que as mulheres possam fazer diferença.** A presença de mulheres na política é uma condição necessária, mas não suficiente para seu fortalecimento político. Ministérios e outros fóruns políticos de muheres, bem como o comprometimento do governo com maior participação de mulheres no parlamento são fatores igualmente importantes para o avanço da igualdade de gênero.

A esperança de justiça para mulheres e crianças na Bolívia

Por Casimira Rodrígues Romero, Ministra da Justiça, Bolívia

Aprendendo a sobreviver

Lembro-me de que, quando tinha 6 anos de idade, minha família sempre passava fome devido à seca. Como não tínhamos o suficiente para comer nem mesmo duas vezes por dia, meus irmãos e eu fomos enviados para outra comunidade, onde meus avós tinham uma lavoura e criavam cabras e vacas.
No entanto, minha mãe sempre quis que seus filhos, tanto os meninos como as meninas, aprendessem a ler e a escrever, e por isso enviou-nos para a cidade mineradora de Quioma, em Mizque. Alugaram um quarto para nós nessa cidade.

Quando me aprontava para ir a escola, não tinha quem penteasse minhas longas tranças. Meus irmãos tentavam escová-las todos os dias, mas era um desastre. Na escola, os filhos de mineradores não estavam acostumados a conviver com meninas indígenas como eu. Eu nunca tinha brigado com alguém antes, mas eles puxavam minhas tranças, me tratavam mal, e foi então que eu comecei a conviver com a violência e a discriminação. Eu só sabia falar quíchua, e era realmente difícil estudar em espanhol. Todos os dias, depois da escola, meus irmãos e eu saíamos e juntávamos lenha, e trocávamos coisas com as mulheres do lugar. Elas nos davam açúcar, macarrão e pão. Sentíamos muita falta de nossa família, mas aprendemos a lutar, ganhar dinheiro e sobreviver.

Da exploração à discriminação

Aos 13 anos de idade, fui viver na cidade de Cochabamba. Com a promessa de ganhar algum dinheiro, trabalhei para uma família de comerciantes durante dois anos. A exploração era terrível: eu trabalhava 18 horas por dia, cuidando de 15 pessoas. Sofria muita pressão psicológica, sem contato com minha família e trabalhando sem remuneração. No fim, até minhas roupas novas estavam estragadas. E como eu estava sempre ajudando os filhos do patrão com suas tarefas escolares, comecei a querer freqüentar a escola novamente, mas era impossível.

Por sorte, minha mãe apareceu novamente, e eu voltei para minha cidade natal. Depois voltei para Cochabamba e trabalhei para outra família, ganhando pelo trabalho. Pagavam em dia e me davam um mês de salário extra no Natal, e outros bônus. Mas ainda havia muita discriminação: davam-me pão amanhecido e comida estragada. Meu patrão era um pouco mais sensível, mas quando ele morreu fiquei com sua esposa, que era como uma madrasta má: para ela, eu não era sequer uma pessoa. Trabalhei para essa família como doméstica por nove anos, mas foi muito difícil.

Consciência e organização

Um espírito combativo despertou dentro de mim quando alguns amigos e eu fundamos o Sindicado de Trabalhadores Domésticos de Cochabamba, em 1987. Quando tivemos conhecimento de todas as desigualdades contidas na lei, percebemos que usufruíamos apenas de metade de nossos direitos. Realizamos reuniões com trabalhadores domésticos em La Paz, com mulheres que eram verdadeiras lutadoras, e com líderes de sindicados de mineradores. Realizamos encontros nacionais e começamos a consolidar nosso grupo. Durante os seis anos seguintes, trabalhamos na elaboração da minuta da lei, embora muitos detalhes tenham sido retirados. O texto preliminar era bastante protecionista, mas o processo não se limitava a uma questão de direitos. Conseguimos transformar nosso medo em coragem e nos fazer ouvir pelas autoridades. No início, nossos amigos e mesmo nossos próprios irmãos e irmãs não queriam ter

nenhuma relação conosco, dizendo que agora éramos gente da cidade. Entretanto, tomamos coragem e começamos a realizar manifestações para abrir portas. Convencidos de que o que estávamos fazendo era certo, começamos a derrubar as muralhas da discriminação – e, por muita insistência, conseguimos reunir apoio e assentos nos conselhos de organizações de mulheres rurais. Fizemos alianças com nossos irmãos camponeses, trabalhadores, mineiros, plantadores de coca, grupos indígenas e outros setores. Foi um processo muito interessante, que realmente deu frutos.

O mundo masculino da política

Ao longo do processo, começamos a receber apoio do movimento de Evo Morales; como líderes, realizamos reuniões em alguns locais, coordenando atividades nacionais e eventos internacionais. Quando me ofereceram o cargo de Ministra da Justiça, eu não sabia o que fazer – eu tinha que tomar uma decisão rapidamente! Você tem seus planos (pessoais), sua família ... , mas deixei tudo de lado. Estamos atravessando um processo histórico ao qual eu simplesmente não poderia dizer não. Não havia como conversar sobre o assunto com meus colegas. Se eu dissesse não, eles nunca me deixariam esquecer. Então aceitei, sabendo que seria difícil, mas era também o reconhecimento de que essa era a próxima etapa de tudo aquilo que havíamos feito até aquele momento.

No início, eu estava muito preocupada – logo estaria ingressando em um mundo muito diferente. Em nossas organizações, sempre trabalhamos com outras mulheres. O mundo da política é um mundo de homens, e repleto de profissionais com diferentes tipos de educação e experiência; ingressei nesse reino com muito cuidado. Quando você é um líder, tem liberdade para dizer o que quiser, mas agora preciso ter cuidado com o que digo, e ao mesmo tempo, preciso construir alguma coisa para outras mulheres e para nossos *compañeros* (companheiros).

Temos ainda um longo caminho pela frente. Neste cargo, quero atender às expectativas de meus irmãos e irmãs que enfrentam diferentes tipos de problemas. Quero atender as esperanças das pessoas por justiça.

Os meninos e as meninas da Bolívia estão vivendo sob circunstâncias difíceis. Existem enormes desigualdades. Ainda há muitas crianças que passam pelo que passei quando era menina – sem conseguir ir para a escola, sem ter comida boa para comer. Nossas *wawas* (crianças) são as primeiras a sofrer abusos, violência e estupro. Eu quero ver o dia em que as *wawas* da Bolívia poderão crescer com o amor de seus pais, sem passar fome. É um grande desafio. Temos que empreender esforços para tornar realidade o sonho de cada um, que é ter boas condições de vida.

Casimira Rodrígues Romero, atual Ministra da Justiça da Bolívia, nasceu em uma comunidade quíchua, no vale de Mizque, em Cochabamba. É a quarta de dez irmãos e irmãs. Sua vida foi marcada pela pobreza e pela discriminação, e sua presença no governo boliviano representa a mulher indígena historicamente marginalizada.

RESUMO

O capítulo final do relatório oferece um roteiro para maximizar a igualdade de gênero por meio de sete instrumentos fundamentais: educação, financiamento, legislação, cotas legislativas, a mulher aumentando o poder das mulheres, envolvimento de homens e meninos, e pesquisas e dados de melhor qualidade.

- **Educação:** garantir que meninos e meninas tenham iguais oportunidades educacionais é um dos passos mais poderosos em direção ao combate à discriminação de gênero. Ações fundamentais incluem eliminação de taxas escolares, estímulo aos pais e às comunidades para investir na educação das meninas, e criação de escolas "amigas da menina", que sejam seguras e livres de preconceito.

- **Direcionando recursos adicionais para alcançar igualdade de gênero:** tem sido dada muito pouca atenção aos recursos financeiros necessários para atingir a meta de igualdade de gênero e aumento do poder da mulher.

- **Nivelando a arena na legislação nacional:** a reforma legislativa pode ser uma estratégia poderosa para aumentar o poder de mulheres e meninas e para proteger seus direitos.

- **Cotas podem estimular a participação de mulheres na política:** cotas são um método comprovado para garantir que as mulheres rompam a resistência para sua participação na política. No entanto, para que realmente sejam eficazes, as cotas devem ser apoiadas por partidos políticos e por sistemas eleitorais comprometidos com o estímulo à participação da mulher na política e no governo.

- **A mulher aumentando o poder das mulheres:** os movimentos femininos comunitários são defensores ativos e expressivos da igualdade e do aumento de poder das mulheres. No entanto, algumas vezes são negligenciados por governos nacionais e agências internacionais. O envolvimento de mulheres nas etapas iniciais da formulação de políticas ajuda a garantir que os programas levem em conta as necessidades da mulher e da criança.

- **Envolvendo homens e meninos:** os homens podem ser aliados poderosos na luta pela igualdade das mulheres. Iniciativas de defesa planejadas para educar homens e mulheres sobre os benefícios da igualdade de gênero e de tomadas de decisão em conjunto podem contribuir para alimentar uma relação mais cooperativa entre eles.

- **Pesquisas e dados sobre a situação de mulheres e meninas são escassos:** a lamentável falta de estatísticas desagregadas por sexo resulta freqüentemente em evidências quantitativas limitadas ou frágeis sobre as questões que afetam a mulher, e em conseqüência, a criança. É urgentemente necessário produzir análises e dados extensivos em maior número e de melhor qualidade.

A eliminação da discriminação de gênero produzirá um duplo dividendo, garantindo os direitos das mulheres e avançando significativamente no sentido de garantir também os direitos das crianças. Parcerias eficazes envolvendo governos, doadores e agências internacionais podem dar apoio a esse processo por meio de planejamento e implementação de estratégias de desenvolvimento baseadas em direitos humanos. Para mulheres, homens e crianças, é chegada a hora de redirecionar nossos esforços.

5

Colhendo o duplo dividendo da igualdade de gênero

© UNICEF/HQ05-1568/Giacomo Pirozzi

Para que as crianças realizem plenamente seu potencial e cresçam em famílias e sociedades em que possam desenvolver-se adequadamente, é necessário eliminar definitivamente a discriminação de gênero. Um mundo livre de discriminação pode parecer um sonho impossível, mas é um sonho que está ao nosso alcance. A importância da meta de reduzir a discriminação de gênero aumentou consistentemente na agenda internacional nas últimas décadas. Resultados positivos para aumentar o poder das mulheres e meninas tornaram-se cada vez mais evidentes. Desde 1945, a proporção de mulheres no parlamento aumentou mais de cinco vezes.[1] A educação de meninas avançou dramaticamente em muitas regiões, e mais de 90 países em desenvolvimento estão perto da meta de paridade de gênero na educação primária – embora esse resultado só tenha sido alcançado em 2005, dez anos depois do prazo original previsto pela comunidade internacional.[2] Atitudes de discriminação em relação a mulheres e meninas vêm-se modificando, não apenas ao longo das gerações, mas também, em alguns casos, em questão de meses, por meio de campanhas direcionadas e fóruns de discussão.[3] Os capítulos precedentes deste relatório deixaram claro que é possível promover uma grande mudança em favor de mulheres e meninas, e que essa mudança é essencial para todas as crianças.

Os progressos refletem-se em resultados estatísticos e nos processos sociais e políticos subjacentes, que resultaram em um forte consenso internacional em apoio à igualdade de gênero e aos direitos de meninas e mulheres. A ratificação por parte de 184 países, em setembro de 2006, da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, e várias conferências mundiais sobre mulheres, culminando com a Declaração e Plataforma para Ação de Pequim, em 1995, estabeleceram em termos cada vez mais concretos os desafios a serem enfrentados e as ações necessárias para aumentar o poder da mulher. No entanto, apesar desses ganhos e compromissos, as promessas ainda não se materializaram para muitas mulheres, meninas adolescentes e crianças do sexo feminino. Desde as crianças excluídas da educação em razão do gênero até adolescentes que podem morrer em decorrência de problemas relacionados à gravidez e ao parto, ou que enfrentam violência e abuso sexual, a discriminação de gênero leva a violações de direitos que repercutirão em todo o ciclo de vida (*ver Capítulo 1, p. 4*).

Este capítulo final reúne uma série de ações imediatas, concretas e acessíveis, em várias áreas críticas, que podem enfrentar esse desafio. Essas ações farão uma diferença sem precedentes na vida de mulheres e crianças e para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. As medidas incluem educação, financiamento para o desenvolvimento, legislação, cotas legislativas, fortalecimento da mulher por outras mulheres, envolvimento de homens e meninos, além de pesquisas e dados. Menos do que idéias novas e radicais, essas recomendações envolvem um compromisso firme e um foco em relação às ações que têm levado a bons resultados e ao que é necessário fazer, bem como um compromisso igualmente firme em relação ao trabalho em conjunto para alcançar a igualdade de gênero e o aumento do poder da mulher.

Em essência, o objetivo de igualdade de gênero exige mudanças em atitudes e instituições sociais, baseadas nos princípios de igualdade e de respeito pelos direitos humanos. Promover mudanças sociais

Parcerias para a educação de meninas

A paridade de gênero na educação primária e secundária é um princípio fundamental da Agenda do Milênio, e parcerias em todos os níveis vêm sendo cada vez mais reconhecidas como o meio para atingir esse objetivo. A Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Meninas (Ungei), lançada em 2001, é uma parceria entre agências das Nações Unidas e um amplo espectro de parceiros, com o objetivo comum de alcançar igualdade de gênero na educação. A Ungei facilita a coordenação de estratégias e intervenções na educação de meninas no nível nacional por meio de parcerias com governos, países doadores, organizações não-governamentais, sociedade civil, setor privado, comunidades e famílias.

Outras parcerias também trabalham para atingir o mesmo objetivo. Em 1999, quatro organizações internacionais de sociedade civil – Oxfam International, ActionAid International, Education International e Global March against Child Labour – criaram a Campanha Global pela Educação (CGE), visando a eliminar disparidades de gênero na educação até 2015. Baseado em pesquisas realizadas em nove países africanos e asiáticos, um relatório publicado pela CGE, intitulado *A Fair Chance*, identificou ações fundamentais para eliminar disparidades de gênero na educação.

O Fórum para Mulheres Educadoras Africanas (FMEA), com sede no Quênia, é uma organização não-governamental formada por conselhos ministeriais e outros educadores de alto nível na África ao sul do Saara. Desde 1993, a FMEA tem trabalhado com governos, doadores, organizações não-governamentais, universidades, comunidades e outros parceiros na promoção da igualdade de gênero na educação. Os parceiros concentram-se em influenciar políticas, aumentar a conscientização do público, aplicar intervenções locais e dar prioridade a melhores práticas. As realizações das parcerias incluem a publicação do *ABC of Gender Responsive Education Policies: Guidelines for analysis and planning* (O ABC de Políticas de Educação Sensíveis às Questões de Gênero: Diretrizes para análise e planejamento), que detalha o processo para avaliar planos nacionais de ação com relação à sensibilidade referente a questões de gênero na educação, e fornece orientação sobre tendências de gênero. Até o momento, a FMEA analisou e influenciou planos de ação em 17 países.

Alcançar as meninas das áreas rurais da África ao sul do Saara é o foco da Campanha para Educação da Mulher (CAMFED), que atualmente desenvolve programas em Gana, Zâmbia e Zimbábue. A CAMFED relata ter possibilitado que mais de 56 mil meninas permanecessem na escola primária, sendo que 98% delas ingressaram na escola secundária. Esse trabalho envolveu ampla variedade de parceiros, inclusive pais, autoridades locais e chefes patriarcais. A abordagem da CAMFED às comunidades inclui criação de comitês distritais para captar e distribuir recursos, construção de confiança da comunidade por meio de diálogo, e ação para eliminar ameaças à saúde e à segurança de meninas. O 'círculo virtuoso da educação de meninas' significa que as mulheres jovens que foram beneficiadas passarão a apoiar essas intervenções, contribuindo com suas percepções e perspectivas, ajudando autoridades locais e crianças em suas comunidades.

Ver Referências, página 88.

no nível local, em comunidades e famílias, requer uma ação articulada e deliberada por parte de uma ampla variedade de atores, incluindo homens e meninos, maridos e pais, eleitores, professores, líderes religiosos e civis, meios de comunicação, o setor privado e, sem dúvida, as próprias mulheres e meninas. Ações locais precisam ser encorajadas e reforçadas por governos e doadores internacionais, que têm um papel central no planejamento e na implementação de legislação e de programas adequados que protejam e façam avançar os direitos de mulheres e meninas.

Parcerias eficazes são essenciais para acelerar os progressos em todas as áreas citadas. Ainda que a comunidade internacional já esteja reconhecendo as parcerias como a forma mais eficiente de produzir mudanças reais e duradouras, seu papel no ataque à discriminação de gênero – uma questão que atravessa todos os aspectos do desenvolvimento – tem importância particularmente crucial.

O objetivo de estabelecer parcerias eficazes que reúnam diversos atores com agendas, perspectivas e afiliações diferentes não está livre de problemas e de custos. Cada uma das sete recomendações focalizará o papel das parcerias no enfrentamento da discriminação de gênero.

Algumas das ações que se seguem podem colher resultados rápidos, outras podem demorar mais tempo. No entanto, para mulheres e crianças desta geração e de gerações futuras, agora é a hora de agir.

Educação: atacando as raízes da discriminação de gênero

Como este relatório demonstrou, um dos passos mais importantes e poderosos para combater a discriminação de gênero e fazer avançar os direitos das crianças é garantir oportunidades educacionais iguais para meninas e meninos. Todas as meninas e todos os meninos têm direito à educação,

© UNICEF/Gva06/smse-219/Rolando Chews

independentemente de *status* social ou econômico. Possibilitar às meninas o acesso aos benefícios intelectuais e sociais da educação básica garante a proteção e realização de seus direitos, e aumenta significativamente o leque de opções de vida disponíveis para elas quando se tornarem adultas. Além disso, a educação de meninas traz benefícios profundos e duradouros para as famílias e para comunidades inteiras. Mulheres que têm alguma educação formal são mais propensas a adiar o casamento e a gravidez, a garantir a imunização de suas crianças, a ser mais bem-informadas sobre seus próprios requisitos nutricionais e os de seus filhos, e a adotar práticas mais eficientes de espaçamento entre nascimentos. Em conseqüência disso, seus filhos têm taxas mais altas de sobrevivência e tendem a ser mais saudáveis e mais bem-nutridos.[4] Além disso, em muitos países, cada ano adicional de educação formal concluído pela mãe traduz-se em até um ano e meio a mais de permanência da criança na escola.[5]

As tendências recentes na educação de meninas dão motivo para algum otimismo. Por exemplo, nos últimos 30 anos, as taxas brutas de matrícula de meninas na escola primária em países de baixa renda aumentaram de 52% para mais de 90%.[6] No entanto, as disparidades de gênero continuam, não apenas nos níveis primário e secundário, mas também na educação superior: nesse nível, nos países de baixa renda, as mulheres representam apenas de 5% a 10% dos estudantes.[7]

Eliminando taxas escolares

Em muitos países em desenvolvimento, os custos diretos e indiretos da escolarização constituem um dos empecilhos mais significativos para a educação, tanto de meninas quanto de meninos, particularmente para filhos de famílias pobres que vivem em áreas rurais.[8] A eliminação das taxas escolares é uma das medidas políticas mais eficazes para acelerar os progressos nessa área. Em 2005, o UNICEF e o Banco Mundial promoveram a Iniciativa de Eliminação de Taxas Escolares (IETE), que visa a aumentar o acesso à educação básica e acelerar os progressos em direção ao cumprimento dos ODMs e das metas de Educação para Todos na próxima década. Na Etiópia, em Gana, em Malaui, em Moçambique, no Quênia, na Tanzânia e em outros países que participam da IETE, a eliminação

das taxas escolares está possibilitando a matrícula na educação primária de meninas provenientes de famílias carentes.[9] Burundi e República Democrática do Congo planejam eliminar essas taxas em breve.

Estimulando os pais e as comunidades a investir na educação de meninas

Mesmo quando as taxas escolares não constituem problema, os custos de oportunidade percebidos e reais associados à freqüência escolar podem desestimular os pais a apoiar a educação de meninas.[10] Para estimular famílias pobres a investir na educação de suas filhas, podem ser necessários incentivos tais como transferências condicionais em dinheiro, refeições, subsídios e outros tipos de apoio à renda. Transferências condicionais em dinheiro fornecem alimento para a família e compensam os pais pelos custos de oportunidade associados ao trabalho infantil, com a condição de que mandem os filhos para a escola e que os levem a postos de saúde, para vacinações e exames regulares.

Escolas "amigas da menina": seguras e sem preconceitos

Como tendência, crianças que não estão na escola são provenientes das famílias mais pobres e mais marginalizadas, e freqüentemente vivem em áreas rurais distantes.[11] Os pais podem opor-se a enviar as filhas para a escola porque sentem que a própria escola é insegura, ou que o longo percurso até a escola expõe as meninas ao risco de agressão sexual ou outras formas de violência.[12] Governos, pais e doadores internacionais devem trabalhar juntos para promover calendários flexíveis, aumentar a segurança nas dependências da escola, garantir que as escolas tenham instalações sanitárias separadas para as meninas e construir escolas perto de suas casas.

© UNICEF/HQ00-0623/Roger LeMoyne

O currículo escolar deve sensibilizar professores e alunos sobre a importância da igualdade de gênero, e enfrentar o preconceito masculino em sala de aula. Estudos mostram que professores que percebem as meninas como menos inteligentes do que os meninos tendem a tratá-las de forma diferente. Estudantes homens recebem tratamento preferencial, e dispõem de tempo na escola para aprender e para brincar. As meninas, em contraste, freqüentemente são encorajadas a ser subservientes e a sentar-se no fundo da sala de aula. Em algumas comunidades, as meninas são incumbidas de tarefas de manutenção na escola enquanto os meninos brincam no pátio.[13]

Em grande parte do mundo industrializado, as meninas têm desempenho escolar melhor do que os meninos. Esse quadro, no entanto, é diferente no mundo em desenvolvimento, onde os meninos tendem a obter resultados melhores do que as meninas nos exames escolares. Uma pesquisa realizada recentemente na África francófona e na África Oriental e Meridional mostra que os meninos têm melhor desempenho do que as meninas em todos os países de baixa renda incluídos na pesquisa.[14]

Uma forma de ajudar a eliminar o preconceito é aumentar o número de professoras nas salas de aula. Além disso, os livros didáticos e outros materiais escolares devem evitar a reprodução de estereótipos de gênero, tais como aqueles que retratam a mulher cozinhando e fazendo limpeza, enquanto os homens são apresentados como engenheiros e médicos.[15]

Direcionando recursos adicionais para alcançar igualdade de gênero

Além de uma legislação sólida, de pesquisas consistentes e de políticas ousadas, alcançar a igualdade de gênero e o respeito aos direitos de mulheres e crianças requer também recursos. Sem recursos financeiros para a incorporação de novas leis e políticas, pouco significarão uma legislação forte e pesquisas de melhor qualidade.

© UNICEF/HQ05-0391/Palani Mohan

O investimento social eqüitativo e eficiente na eliminação da discriminação de gênero é uma estratégia central para a promoção de igualdade de gênero e para o aumento do poder da mulher.

Talvez porque freqüentemente se considere a discriminação de gênero como conseqüência apenas de atitudes sociais, tem sido dada muito pouca atenção aos recursos financeiros necessários para atingir a meta de igualdade de gênero e de aumento do poder da mulher. Há muito conhecimento a respeito das políticas e das ações necessárias para enfrentar a desigualdade de gênero, mas ainda há muito a ser feito para transformar a teoria em prática.

O Projeto das Nações Unidas para o Milênio assumiu a liderança no processo de estimar quanto custará atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.[16] Avaliações nacionais detalhadas focalizam os bens, serviços e infra-estrutura necessários, bem como custos recorrentes e de capital. Por mais intensivas e detalhadas que sejam essas projeções, elas não conseguem especificar com precisão o custo final da realização dos ODMs. A incerteza decorre da incapacidade de saber de que maneira a Declaração do Milênio está sendo implementada em comunidades e países específicos, bem como os custos variáveis associados a cada um dos oito ODMs.[17] Uma vez que a igualdade de gênero está implícita em todos os Objetivos, a avaliação do custo para atingir o ODM3 – promover igualdade de gênero e maior poder para a mulher – tem-se mostrado particularmente difícil. O Projeto das Nações Unidas para o Milênio adotou medidas para modificar sua metodologia, na esperança de produzir estimativas de custos mais precisas no que se refere ao ODM3.[18] A estimativa inicial provém de uma análise detalhada de Bangladesh, Camboja, Gana, Tanzânia e Uganda, que foi posteriormente estendida para cobrir todos os países de baixa renda.

No grupo inicial de países estudados, estimou-se que algo entre US$37 e US$57 *per capita* (medidos em dólares constantes para 2003) seriam necessários anualmente para suprimentos e serviços para a educação de meninas, saúde da mulher e outras áreas. As intervenções específicas visando ao ODM3 representam apenas de 6% a 10% do custo total das intervenções necessárias para atingir os ODMs.[19]

Estimar custos requer a definição de áreas concretas nas quais são necessários investimentos. Muitos dos exercícios de estimativa de custos do ODM3

Acompanhando os compromissos dos governos com relação ao aumento de poder da mulher por meio de orçamentos sensíveis a gênero

Os orçamentos refletem as prioridades sociais e econômicas dos governos. Um orçamento governamental que pode ser dividido de acordo com seu impacto sobre mulheres e homens é considerado 'sensível a gênero'. O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) define orçamentos sensíveis a gênero como "a análise de gastos e receitas governamentais reais com mulheres e meninas em comparação com os de homens e meninos."

De acordo com um relatório realizado pela Secretaria Geral da *Commonwealth,* o objetivo de orçamentos sensíveis a gênero é dividido em quatro tópicos:

- Aprimorar a dotação de recursos às mulheres.
- Apoiar tendências de gênero na macroeconomia.
- Fortalecer a participação da sociedade civil na formulação de políticas econômicas.
- Acompanhar os gastos públicos relacionados a gênero e compromissos de desenvolvimento, e contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A análise de orçamentos sensíveis a gênero pode fornecer um quadro claro sobre a maneira como a distribuição, a utilização e a geração de recursos públicos afetam homens e mulheres de forma diferente. Trata-se de um instrumento extremamente útil, não só para destacar as associações entre investimentos sociais e a realização dos direitos da mulher, mas também para responsabilizar os governos por seus compromissos com a igualdade de gênero e com o aumento do poder da mulher.

O Unifem promoveu de forma consistente os orçamentos sensíveis a gênero, que estão atualmente sendo aplicados em 50 países. A África do Sul foi um dos primeiros países a implementar orçamentos sensíveis a gênero em 1995. O orçamento atual de Ruanda dá prioridade à igualdade de gênero, e todos os orçamentos setoriais nacionais são elaborados com a participação do Ministério de Gênero do país.

Na América Latina, o Unifem apoiou iniciativas de orçamentos sensíveis a gênero na Bolívia, no Brasil, no Chile, na Colômbia, no Equador, no México e no Peru. No Chile, essas análises foram codificadas no processo orçamentário formal, em que o gênero é uma das seis áreas obrigatórias para as quais os ministérios devem emitir relatórios. Outras intervenções realizadas na região também incluíram análises de orçamentos baseados em gênero nos níveis nacional, regional e municipal; apoio técnico a instituições de planejamento orçamentário; e iniciativas de defesa com organizações da sociedade civil e do setor público.

Na Índia, mulheres parlamentares assumiram um papel de liderança na formulação de iniciativas de orçamentos baseados em gênero, no nível do Parlamento. Alguns estados foram ainda mais longe, promulgando leis que permitem a auditoria popular para planejamento e gastos locais, e determinando medidas para garantir a participação de mulheres nesses processos. Para o ano fiscal de 2005/2006, 18 departamentos foram solicitados a submeter orçamentos mostrando dotação de recursos e gastos que beneficiem a mulher.

No Marrocos, o orçamento para 2006 conteve um anexo sobre prioridades de igualdade de gênero. Esse desenvolvimento sem precedentes foi resultado de quatro anos de colaboração entre o UNICEF e o Ministério de Finanças do Marrocos. O anexo avalia as implicações que o orçamento nacional acarreta para a igualdade de gênero e delineia metas de gênero específicas. Ministérios fundamentais – inclusive educação, finanças, saúde, agricultura e desenvolvimento rural – participaram da elaboração do anexo.

Orçamentos sensíveis a gênero vêm-se tornando eficazes na centralização da atenção sobre os locais em que a dotação de recursos financeiros é necessária para promover a igualdade de gênero e aumentar o poder das mulheres. Juntamente com orçamentos destinados à criança – que também vêm sendo cada vez mais reconhecidos como instrumentos eficazes de defesa e políticas –, os orçamentos baseados em gênero são instrumentos práticos para mostrar se há recursos suficientes para a realização dos direitos da mulher e da criança.

Ver Referências, página 88.

focalizaram apenas a eliminação da disparidade de gênero na educação,[20] que, embora vital, é apenas parte do problema. A estimativa mais completa de custos focaliza as sete prioridades estratégicas identificadas no relatório sobre igualdade de gênero e realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, elaborado pela força-tarefa do Projeto do Milênio:

- Fortalecer oportunidades de educação de meninas após a conclusão da educação primária, mantendo ao mesmo tempo o compromisso com a educação primária universal.
- Garantir saúde sexual e reprodutiva e direitos.
- Investir em infra-estrutura para reduzir o tempo gasto no trabalho de mulheres e meninas.
- Garantir a propriedade e os direitos de herança de mulheres e meninas.

- Eliminar a desigualdade de gênero no emprego, por meio da redução da dependência das mulheres de empregos informais, da eliminação de diferenças de gênero nos salários e da redução de segregação ocupacional.

- Aumentar a participação de mulheres nos parlamentos nacionais e em organismos governamentais locais.

- Combater a violência contra meninas e mulheres.[21]

O total de financiamento adicional necessário para atingir o ODM3 depende de como os recursos dos governos mudarão de hoje até 2015, e de que proporção desses recursos será destinada à igualdade de gênero e ao aumento do poder da mulher. Em um cenário realista, os países de baixa renda necessitariam de um adicional de US$28 bilhões dos países doadores em 2006, chegando a US$73 bilhões em 2015 (medidos em dólares constantes para 2003). As estimativas disponíveis sugerem, no entanto, que atualmente os governos dirigem menos recursos para a igualdade de gênero do que para outras áreas dos ODMs.[22]

Ajustar o financiamento é apenas um primeiro passo. O dinheiro deve ser utilizado corretamente, e precisa ser integrado a planos e orçamentos governamentais já existentes, bem como alinhado a documentos de estratégias de redução da pobreza e outros processos de planejamento, dos quais participam todas as partes interessadas. O caminho para a igualdade de gênero pode ser longo e complexo, mas sem recursos suficientes será impossível chegar ao destino.

Nivelando a arena na legislação nacional

A reforma legislativa pode ser uma estratégia poderosa para aumentar o poder de mulheres e meninas e proteger seus direitos. Muitas conquistas das mulheres ocorreram ao longo do ano passado: no Kuait, conseguiram o direito de votar e de concorrer a cargos eletivos;[23] no Tadjiquistão, lutaram e conseguiram uma legislação que torna crime a violência doméstica;[24] na Somália, pediram a inclusão de um número maior de dispositivos sensíveis a gênero em acordos de paz e processos pós-conflito;[25] e atuaram como força motriz para a ratificação do Protocolo sobre os Direitos da Mulher na África, que entrou em vigor em novembro de 2005.[26] Apesar disso, em muitos países a mulher ainda não tem acesso igualitário à proteção de lei e à justiça, e em alguns países há poderosos obstáculos legais que continuam a comprometer seus direitos em áreas fundamentais.

Violência doméstica e violência baseada em gênero em situações de conflito

A violência contra mulheres e crianças tem conseqüências devastadoras. Marca sua vida com dor e terror, dos quais algumas delas talvez jamais se recuperem.[27] A violência não tem fronteiras geográficas, culturais ou de riqueza. Medidas contra a violência freqüentemente requerem legislação específica, bem como um forte comprometimento dos formuladores de políticas, de funcionários do judiciário e do executivo, e, em alguns casos, da comunidade internacional, para garantir que os culpados sejam processados e que as vítimas recebam todo o apoio necessário para reconstruir sua vida.

O Relatório do Especialista Independente para o Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças, divulgado em agosto de 2006, confirma a percepção generalizada de que a violência doméstica tem conseqüências incalculáveis para as crianças.[28] As crianças sofrem tanto diretamente, como alvos da violência, quanto indiretamente, como testemunhas em primeira mão do impacto devastador que a violência tem sobre a família e o lar. Em todo o mundo, pelo menos 45 países têm legislação específica contra a violência doméstica, outros 21 estão elaborando novas leis, e muitos países revisaram suas leis criminais de forma a incluir a violência doméstica.[29] Mas a distância entre leis escritas e sua implementação continua freqüentemente tão grande quanto perigosa, e prevalecem importantes diferenças regionais. Enquanto mais de 80% dos países latino-americanos têm legislação específica contra a violência doméstica, o mesmo só ocorre em menos de 5% dos países da Europa Oriental e da Comunidade de Estados Independentes, da África e do Leste da Ásia e Pacífico.[30]

Da mesma forma, são necessários mecanismos abrangentes para prevenir e reagir à violência baseada em gênero em situações de conflito. A crescente carência de leis que acompanha a ruptura de estruturas e instituições sociais em tempos de conflito pode contribuir para uma alta incidência de violência, exploração e abuso sexual. A guerra exacerba a violência com a qual mulheres e meninas convivem em tempos de paz. Muitas mulheres e meninas tornam-se vítimas de escravidão sexual durante os conflitos, sendo forçadas a prestar serviços sexuais a grupos ou

Parcerias para promover os direitos da criança e a igualdade de gênero nas agendas políticas

As parcerias entre parlamentares e defensores de mulheres e crianças também estão ajudando a focalizar maior atenção na igualdade de gênero e na proteção contra danos, exploração, abusos e violência. Uma dessas parcerias é a colaboração entre a União Inter-Parlamentar (UIP) e o UNICEF, iniciada há uma década e meia com o apoio da UIP à Convenção sobre os Direitos da Criança. Mais recentemente, em parceria com o UNICEF, a UIP organizou o Fórum Parlamentar sobre as Crianças, durante a Sessão Especial das Nações Unidas sobre as Crianças, em maio de 2002. Desde então, desenvolveu-se uma forte parceria entre as duas organizações, principalmente nas áreas de proteção à criança e promoção da igualdade de gênero. Algumas das ações conjuntas fundamentais incluem:

- **Manual para parlamentares sobre a proteção à criança:** o documento *Child Protection: a Handbook for Parliamentarians,* lançado em 2004, cobre uma ampla variedade de temas relacionados à proteção da criança, inclusive tráfico infantil; violência contra crianças; mutilação/corte genital feminino; exploração sexual de crianças; crianças e guerras; e justiça juvenil. O manual funciona como catalisador de ações, fornecendo exemplos concretos sobre formas de construir um ambiente protetor para crianças e respostas dos parlamentares aos desafios enfrentados na proteção à criança.

- **Manual do tráfico infantil:** produzido em conjunto pela UIP e pelo UNICEF, este manual foi lançado em 2005 na Assembléia da UIP. *Combating Child Trafficking* foi utilizado como instrumento para um seminário parlamentar regional, 'Developing a Protective Framework for Children: The role of parliaments' (Desenvolvendo uma Estrutura Protetora para Crianças: o papel dos parlamentos), em fevereiro de 2006. Realizado em Hanói, a convite da Assembléia Nacional Vietnamita, o seminário contou com a presença de parlamentares de 13 países.

- **Painéis de alto nível sobre igualdade de gênero e proteção à criança:** nos últimos anos, as duas organizações realizaram uma série de painéis em assembléias anuais da UIP, para centralizar a atenção sobre igualdade de gênero e proteção à criança. O primeiro painel, que discutiu a questão da exploração sexual comercial, foi realizado na Assembléia da UIP em 2004, no México. No ano seguinte, o painel discutiu a questão da violência contra mulheres e crianças em situações de conflito armado. Em 2006, o painel – que também contou com a colaboração do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids (Unaids) – analisou o impacto do HIV/aids sobre as crianças.

Fóruns regionais: por recomendação da Força Tarefa de Parlamentares da UIP contra a mutilação genital feminina, a União Parlamentar Africana, o UNICEF e a UIP organizaram uma conferência regional em Dacar, em dezembro de 2005, sobre as ações parlamentares para pôr um fim à prática de M/CGF. A conferência reuniu membros dos parlamentos de 21 países. O objetivo era fortalecer as ações desses parlamentares, contribuindo para que tomassem conhecimento da experiência de TOSTAN – uma organização não-governamental com sede no Senegal, cujo Programa de Fortalecimento Comunitário conseguiu desestimular a prática de M/CGF – e de iniciativas semelhantes que conseguiram combater abusos cometidos contra a proteção da criança.

Ver Referências, página 88.

forças armadas. Em alguns casos, o estupro é utilizado como método estratégico para humilhar, degradar e deslocar comunidades, bem como para alcançar objetivos militares mais amplos, inclusive limpeza étnica e terror político.[31] O estupro também tem sido cometido por aqueles que têm mandato para proteger as comunidades – inclusive equipes das Nações Unidas e pessoal encarregado de manutenção da paz.[32]

Uma vez que tais atos de exploração e abuso sexual ocorrem em um contexto mais amplo – que já vem de longa data – de violência e de desigualdade de gênero e enfraquecimento do poder de mulheres e meninas, as estratégias de abordagem à violência baseada em gênero precisam focalizar essas causas subjacentes. A Resolução 1325, adotada em 2000 pelo Conselho de Segurança da ONU, deu um passo importante ao convocar "todas as partes envolvidas em conflitos armados para que tomem medidas especiais para proteger mulheres e meninas contra violência baseada em gênero, especialmente estupro e outras formas de abuso sexual, e todas as demais formas de violência."[33] No entanto, ainda resta muito a ser feito, inclusive o estímulo para que governos codifiquem o estupro e outras formas de violência social como crime em suas leis nacionais, a responsabilização do estados por ações das forças em luta, e o aumento da participação de mulheres em todos estágios do processo de reconstrução da paz.[34]

Direitos de propriedade e herança

Direitos iguais à terra e à propriedade representariam um passo significativo no sentido de eliminar a discriminação de gênero no nível

© UNICEF/HQ06-0321/Giacomo Pirozzi

familiar. Para que as reformas legais transformem a vida de mulheres e crianças, é necessário que leis nacionais baseadas em princípios e em direitos humanos prevaleçam sobre práticas tradicionais e leis machistas consagradas pelo costume. Reformas nacionais na legislação sobre direitos de propriedade e herança representam uma das estratégias mais diretas para o aumento do acesso de mulheres à terra e à propriedade. Por exemplo, em conseqüência da reforma agrária na Costa Rica, as mulheres passaram a representar 45% dos beneficiários de títulos de terra entre 1990 e 1992, em contraste com apenas 12% antes da reforma. Da mesma forma, na Colômbia, após uma regulamentação da titulação conjunta, em 1996, os títulos emitidos em nome do casal passaram a representar 60% das adjudicações de terras, em contraste com 18% em 1995.[35]

Nenhuma concessão quanto à proteção de mulheres e crianças

A reforma legislativa provavelmente requer ações diferentes em contextos legais diferentes. O cumprimento dos direitos de mulheres e meninas em um país pode depender da eliminação ou da revisão de legislações discriminatórias. Em outros países, a igualdade de acesso a proteção de lei e à justiça pode requerer a promulgação de novas leis ou de mecanismos específicos que neutralizem a força de outras estruturas legais – tais como leis baseadas em costumes e códigos religiosos – que freqüentemente discriminam a mulher.[36] No entanto, embora reconhecendo a importância de leis baseadas em costumes e códigos religiosos, os esforços para harmonizar esses códigos com a lei estatutária não podem ser conduzidos à custa dos direitos e do bem-estar de mulheres e crianças.

O sistema de cotas pode estimular a participação de mulheres na política

O Capítulo 4 mostrou que, quer as mulheres estejam transformando os processos políticos, representando diretamente os interesses de mulheres e crianças, ou inspirando a próxima geração de meninas, a participação das mulheres na política é vital para as crianças. Desde maio de 2005, quando o Kuait concedeu às mulheres o direito de votar e de ser elegíveis, restam muito poucos países com parlamentos eleitos nos quais as mulheres não têm o direito de votar e de candidatar-se a funções públicas.[37] Mas embora as barreiras legais para o acesso de mulheres à política e ao governo tenham sido removidas, a proporção de mulheres em parlamentos nacionais em todo o mundo ainda é de apenas uma em cada seis membros do parlamento.[38]

O sistema de cotas pode fazer uma diferença significativa. Quer sejam autorizadas por leis constitucionais ou eleitorais – o que, embora

Figura 5.1 A maior parte dos países que têm maior número de mulheres no parlamento utiliza cotas políticas

		Câmara ou casa única no Congresso			
Classificação	País	Datas de eleições	% de mulheres no parlamento	O país utiliza cotas	Tipos de cota*
1	Ruanda	Setembro, 2003	48,8	Sim	1
2	Suécia	Setembro, 2002	45,3	Sim	3
3	Costa Rica	Fevereiro, 2006	38,6	Sim	2,3
4	Noruega	Setembro, 2005	37,9	Sim	3
5	Finlândia	Março, 2003	37,5	Não	-
6	Dinamarca	Fevereiro, 2005	36,9	Sim	3
7	Holanda	Janeiro, 2003	36,7	Sim	3
8	Cuba	Janeiro, 2003	36,0	Não	-
8	Espanha	Março, 2004	36,0	Sim	3
10	Argentina	Outubro, 2005	35,0	Sim	1, 2, 3
11	Moçambique	Dezembro, 2004	34,8	Sim	3
12	Bélgica	Maio, 2003	34,7	Sim	2,3
13	Áustria	November 2003	33,9	Sim	3
14	Islândia	Maio,2003	33,3	Sim	3
15	África do Sul	Abril, 2004	32,8	Sim	3

* Há diversos tipos de cota, que incluem: (1) cotas constitucionais; (2) cotas eleitorais definidas por lei; e (3) cotas de partidos políticos para candidatos a cargos eletivos. Ver definições no Destaque, página 79.

Fontes: Os dados são extraídos do banco de dados de União Inter-Parlamentar sobre 'Women in National Parliaments' http:// www.ipu.org/wmn-e/classif.htm, acessado em maio de 2006. Os números para legislaturas que utilizam cotas são extraídos de Global Database of Quotas for Women, http://www.quotaproject.org/country.cfm, também acessado em maio de 2006.

freqüente, nem sempre é a abordagem mais eficaz – ou baseadas em ações voluntárias de líderes políticos, as cotas resultaram em mudanças dramáticas na participação política de mulheres em todo o mundo. Segundo a União Inter-Parlamentar, em conseqüência da introdução das cotas, Ruanda, por exemplo, passou do 24º lugar, em 1995, para o 1º lugar, em 2003, em termos de representação feminina no parlamento; e Costa Rica avançou do 25º lugar, em 1994, para o 3º lugar, em 2006. O Afeganistão, que anteriormente não era listado devido à proibição do voto feminino no regime do Taliban, agora está na 25ª posição.[39] Estatísticas semelhantes aplicam-se a países tão diversos quanto África do Sul, Argentina, Burundi, Iraque e Moçambique.[40]

Em conjunto, entre os 20 países que têm mais mulheres no parlamento, 17 (ou 85%) estão utilizando algum tipo de sistema de cotas (*ver Figuras 5.1 e 5.2, p. 78 e 80*). Embora as cotas sejam mais amplamente utilizadas para aumentar a representação política das mulheres nos parlamentos nacionais, até o presente momento existem 30 países que têm cotas constitucionais ou estatutárias em nível subnacional. Na Índia, por exemplo, os resultados foram dramáticos, uma vez que, por força de uma emenda constitucional, um terço das cadeiras está reservado para mulheres em todas as legislaturas locais. Isso contrasta com o parlamento nacional, em que as mulheres constituem menos de 10% dos parlamentares.[41]

As cotas também estão conquistando reconhecimento crescente como um veículo potencialmente eficaz para assegurar a representação das mulheres nas negociações de paz. Em 1999, por exemplo, depois que mulheres foram participantes fundamentais para ajudar a pôr fim às hostilidades ao sul do Sudão, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher fez uma parceria com uma organização local no processo de paz "Povo a Povo", que reservou para as mulheres um terço dos lugares em reuniões de pacificação locais e regionais.[42] Da mesma forma, na África do Sul, 41% dos participantes da Comissão Verdade e Reconciliação eram mulheres.[43] Nenhum desses dois exemplos, porém, envolve processos formais de paz. Até o momento, não existem exemplos desse tipo de cota.

No entanto, embora possam ser eficazes, as cotas não são uma panacéia. Para serem eficazes, as cotas precisam estar ajustadas ao sistema eleitoral de um

Cotas: 'tamanho único' não atende a todos

O sistema de cotas mostrou-se eficaz para aumentar a participação de mulheres na política dos países em todo o mundo. Os mecanismos pelos quais são aplicadas variam amplamente e causam efeitos diferentes em cada país. Para entender o conceito de cotas, as seguintes definições e os termos a elas associados são apresentados, conforme classificação do International Institute for Democracy and Electoral Assistance (Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral), uma organização inter-governamental cujo mandato é apoiar a democracia sustentável em todas as partes do mundo.

- **Sistemas de cota de gênero** visam a garantir que as mulheres constituam no mínimo uma 'minoria crítica' de 20%, 30% ou 40% de legisladores, ou um equilíbrio de gênero real de 50%. Em alguns países, as cotas são aplicadas como medida temporária – ou seja, até que as barreiras para o ingresso de mulheres na política sejam removidas. Entretanto, a maioria dos países que adotam o sistema de cotas não limitou sua utilização ao longo do tempo.
- **Cotas legislativas** regulamentam os procedimentos de todos os partidos políticos de um país, e podem também prescrever sanções em caso de não-cumprimento. Cotas legislativas podem ser determinadas pela constituição de um país – como é o caso de Burquina Fasso, Filipinas, Nepal e Uganda – ou instituídas por lei, geralmente eleitoral – como em muitas regiões da América Latina e, por exemplo, na Bélgica, na Bósnia-Herzegovina, na Sérvia e no Sudão.
- **Cotas voluntárias de partido** são decididas por um ou mais partidos políticos de um país. Em alguns países – inclusive Alemanha, Argentina, Bolívia, Equador, Itália, Noruega e Suécia –, diversos partidos políticos adotam algum tipo de cota. Em muitos outros, apenas um ou dois partidos optaram por utilizar cotas. Quando o partido líder em um país utiliza cotas, como o Congresso Nacional Africano na África do Sul, pode causar impacto significativo sobre a taxa de representação de mulheres. Entretanto, em todo o mundo, a maioria dos partidos políticos não utiliza nenhum tipo de cota.

As cotas podem ser direcionadas a partes diferentes do processo de seleção e indicação

- A primeira etapa envolve encontrar aspirantes, ou aqueles que desejam ser considerados para uma nomeação, seja por uma eleição primária ou pelo comitê de nomeações e outros departamentos da organização do partido. Nesta etapa, as cotas de gênero são regras que demandam que determinado número ou percentual de mulheres ou de homens seja representado no grupo de candidatos potenciais. Essas regras foram utilizadas em países com sistemas eleitorais pluralistas-majoritários, como o polêmico 'listas curtas de mulheres', no Reino Unido.
- No estágio de indicação, as cotas são aplicadas à indicação de candidatos que disputarão cargos eletivos pelo partido, o que implica que uma regra (legislativa ou voluntária) exige, por exemplo, que 20%, 30%, 40% ou 50% dos candidatos sejam mulheres.
- Na etapa eleitoral, as cotas são aplicadas como "cadeiras reservadas", em que uma determinada porcentagem ou um determinado número entre os eleitos deve ser composto por mulheres. Cada vez mais, as cotas de gênero estão sendo introduzidas utilizando-se sistemas de reserva de cadeiras.

Ver Referências, página 88.

país; caso contrário, e a menos que os compromissos sejam reforçados por um sistema político no qual as regras são importantes e o desrespeito a elas traga conseqüências, o papel das cotas será meramente simbólico.[44]

A mulher aumentando o poder das mulheres

Um dos caminhos mais importantes e eficazes para o aumento do poder da mulher é a dinâmica de cooperação entre elas. Coletivos informais de mulheres organizam-se em torno de questões como nutrição, distribuição de alimentos, educação e abrigo, contribuindo para um melhor padrão de vida para as próprias mulheres, suas famílias e suas comunidades.[45] Entretanto, embora as redes sociais de mulheres tendam a ser mais amplas do que as dos homens, tendem também a controlar menor volume de recursos econômicos.[46]

Grupos de mulheres precisam ser reconhecidos como agentes importantes de aumento de poder e de desenvolvimento. Governos e agências de desenvolvimento devem incluí-los em suas estratégias de redução de pobreza e encorajar parcerias de longo prazo. Trabalhando com organizações de mulheres no nível da comunidade, e canalizando recursos de desenvolvimento por meio delas, as agências internacionais de desenvolvimento podem ajudar a aumentar a probabilidade de que os recursos atinjam os

membros mais vulneráveis das comunidades pobres – mulheres e crianças. Envolver as mulheres nos estágios iniciais de políticas de desenvolvimento contribui para assegurar que os programas serão planejados visando às necessidades de mulheres e crianças.

Os movimentos femininos comunitários são defensores ativos e expressivos da igualdade e do aumento de poder das mulheres, e realizaram campanhas bem-sucedidas para a Cedaw e outras convenções designadas para melhorar a situação de mulheres e meninas em nível internacional. O benefício dos grupos de mulheres é ainda mais evidente no nível local, onde elas trabalham para melhorar a qualidade de vida de suas famílias.

Envolvendo homens e meninos

Os homens podem dar uma contribuição crucial para pôr fim à discriminação de gênero. Globalmente, os homens continuam a dominar os processos de tomada de decisão nas famílias, nas economias e nos governos. Além disso, continua pequena a participação de homens em iniciativas que promovem a tendência prevalente em relação a questões de gênero e, especificamente, à igualdade de gênero. Essas iniciativas podem ser percebidas como uma ameaça a seu *status* e a seu poder.

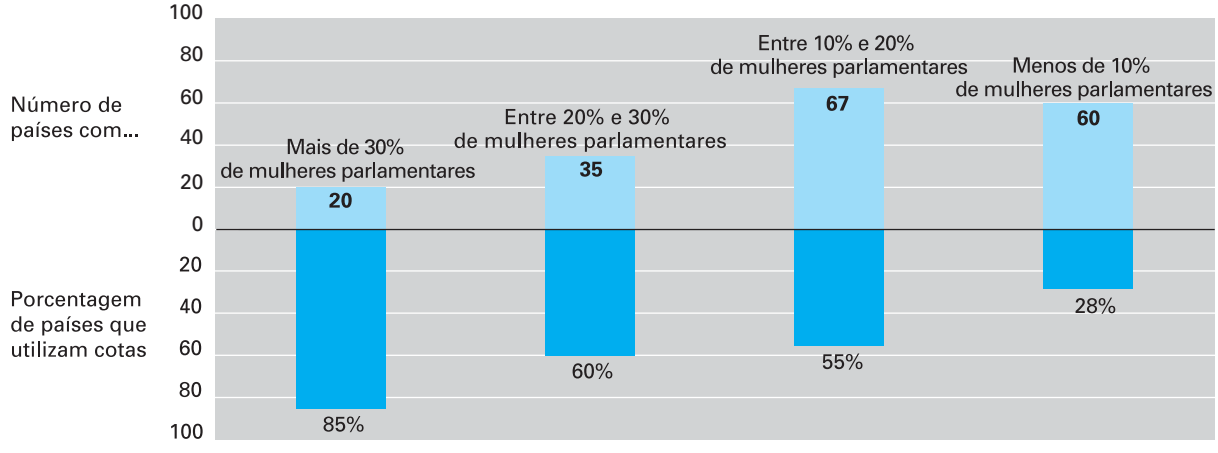
Fazendo opções "amigas da criança" e apoiando as mulheres em tomada de decisão, os homens podem ser aliados poderosos na luta pela igualdade das mulheres. As evidências indicam que os homens tendem a ser pais mais ativos e envolvidos quando estão bem consigo mesmos e em sua relação com a mãe da criança, quando recebem apoio de família e amigos para seu envolvimento ativo com a vida das crianças, e quando estão empregados.[47]

Envolvendo os homens

Os homens são, com freqüência, os principais tomadores de decisão na família e, no entanto, tendem a ser negligenciados por programas que visam a melhorar as condições para a mulher e a criança.[48] Em um estado indiano, por exemplo, pesquisadores verificaram que as campanhas de promoção da nutrição eram dirigidas a mulheres, embora cerca de 20% dos pais tomassem decisões a respeito da nutrição das crianças.[49]

A experiência do UNICEF mostra que programas focalizados nos homens oferecem maneiras de promover uma socialização positiva de gênero. Programas que encorajam a participação de ambos os gêneros contribuem para aumentar a comunicação entre eles e estimulam uma divisão mais igualitária de responsabilidades no cuidado com as crianças. No Vietnã, por exemplo, o UNICEF mobilizou os homens para promover a utilização de sais de reidratação oral para tratar diarréias e melhorar a cobertura de imunização. No Afeganistão, em Bangladesh, na Índia, no Nepal, no Paquistão e no Sri Lanka, homens e mulheres ativistas estão

Figura 5.2 Os países que têm maior número de mulheres no parlamento também têm maior probabilidade de utilizar cotas



Nota: As cotas incluem: cotas constitucionais; cotas eleitorais definidas por lei; e cotas de partidos políticos para candidatos a cargos eletivos.

Fontes: Os dados sobre mulheres parlamentares são extraídos do banco de dados da União Inter-Parlamentar sobre 'Women in National Parliaments', http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm, acessado em maio de 2006. Os números referentes a legislaturas que utilizam cotas são extraídos de Global Database of Quotas for Women, http://www.quotaproject.org/country.cfm, também acessado em maio de 2006.

© UNICEF/HQ00-0016/Giacomo Pirozzi

fazendo campanhas contra a violência baseada em gênero. Em Uganda e no Zimbábue, os programas do UNICEF estão tentando promover a socialização de meninas e meninos como forma de deter a disseminação de HIV/aids.[50]

Outra estratégia para aumentar o apoio dos homens à igualdade de gênero envolve políticas que visam a redistribuir benefícios mais eqüitativamente entre homens e mulheres. Evidências do 'experimento nórdico' ilustram o funcionamento dessa estratégia. Nos países escandinavos, uma combinação de iniciativas governamentais e não-governamentais contribuiu para um aumento dramático na disponibilidade de licença-paternidade. Na Suécia, por exemplo, os pais assumem atualmente 45% das responsabilidades pelos cuidados dos filhos, graças, em grande parte, à crescente popularidade da licença-paternidade.[51]

Desafiando estereótipos de gênero e mudando atitudes

Iniciativas de defesa planejadas para educar homens e mulheres sobre os benefícios da igualdade de gênero e de tomadas de decisão em conjunto podem contribuir para alimentar uma relação mais cooperativa entre homens e mulheres. As evidências mostram que os pais têm maior probabilidade de abandonar hábitos abusivos com relação às mães se tiverem sido expostos a informações sobre como a violência baseada em gênero afeta negativamente seus filhos.[52]

Pesquisas e dados sobre a situação de mulheres e meninas

Há amplo reconhecimento do impacto que a discriminação exerce sobre a vida das mulheres. Mas a lamentável ausência de estatísticas desagregadas por sexo resulta freqüentemente em pesquisas quantitativas limitadas ou frágeis sobre as questões que afetam as mulheres e, em conseqüência, as crianças. Este relatório mostrou que há dados e pesquisas suficientes sobre mulheres e meninas que indicam onde seus direitos são violados, e ilustram os impactos negativos que essas violações podem ter sobre as crianças. No entanto, é necessário saber muito mais a respeito de muitos dos aspectos mais importantes da vida das mulheres e sobre o impacto da discriminação sobre aqueles que as cercam. Lamentavelmente, pesquisas e dados são escassos em várias áreas fundamentais, listadas abaixo.

- **Mortalidade materna:** 111 países produziram dados baseados em sistemas de registro e em outras pesquisas, porém 62 países não dispõem de dados nacionais recentes, e portanto as

Participação de mulheres em iniciativas baseadas na comunidade nos países em desenvolvimento

Nos países em desenvolvimento, estudos mostram que a participação da mulher em iniciativas comunitárias pode trazer benefícios duradouros para mulheres e crianças. As mulheres que detêm o poder para empreender ações – seja por meio de programas conduzidos por governos, por organizações não-governamentais ou por programas dirigidos pela comunidade – freqüentemente exercem influência positiva sobre a vida de outras mulheres.

Bangladesh. Um exemplo é o programa Alimentação para Educação (APE), de Bangladesh, centralizado em famílias chefiadas por mulheres. As lições aprendidas com o programa APE, desenvolvido de 1993 a 2002, foram aplicadas em um projeto de acompanhamento realizado pelo Banco Mundial. Cerca de 40% dos 5,2 milhões de estudantes matriculados em escolas que participaram do APE receberam sementes de cereais, principalmente trigo. O programa conseguiu aumentar as matrículas na escola primária, promoveu a freqüência à escola e reduziu as taxas de evasão. Enquanto as matrículas escolares de meninos aumentaram em cerca de 30%, o aumento para as meninas foi ainda mais notável, ficando acima de 40%. Além disso, há evidências de que o programa também possibilita que as meninas permaneçam na escola por mais tempo, adiando casamentos e melhorando seu potencial de ganhos.

Guatemala. O foco do Programa de Hogares Comunitarios, na Guatemala, são as mães de família que trabalham e que necessitam de creches. Sob esta iniciativa patrocinada pelo governo, um grupo de pais teve oportunidade de indicar uma mulher de sua comunidade como provedora de cuidados infantis. O sucesso do programa, que teve início em 1991, foi reforçado pelos resultados positivos para as crianças, que consumiram, em média, 20% mais calorias, proteínas e ferro, e 50% mais vitamina A do que as crianças do grupo de controle. As avaliações do programa também revelaram que as mães envolvidas tinham maior probabilidade de receber benefícios sociais e cuidados médicos relacionados ao trabalho do que outras mães que não participaram do projeto.

Indonésia. Organizações não-governamentais estão ativamente envolvidas na campanha pelos direitos da mulher na Indonésia. Desde 1986, o Centro para o Desenvolvimento de Recursos da Mulher vem liderando o movimento para eliminar a violência contra a mulher. O centro capacita grupos comunitários em questões relacionadas à mulher, inclusive estratégias de sobrevivência e habilidades para construir redes de apoio para lidar com a violência contra a mulher. A seguir, os grupos organizam módulos para realizar uma sucessão de cursos de capacitação, até que as informações cheguem no nível de vilarejo. De acordo com o Banco Asiático de Desenvolvimento, a campanha e o programa de capacitação da organização aumentaram o número de mulheres que solicitavam assistência legal da Associação de Mulheres da Indonésia para a Justiça, outra organização não-governamental líder.

Uzbequistão. No Uzbequistão, as mulheres do município de Angren deram uma nova fonte de esperança a crianças com deficiências e às suas mães. Desenvolvido por mulheres da comunidade que queriam aprimorar os serviços sociais disponíveis para as famílias de crianças com deficiências, o Programa Escola Dominical provê um ambiente educacional para crianças excluídas das salas de aula tradicionais.

As mulheres desempenham um papel fundamental no sucesso da escola, organizando programas e estimulando as mães – muitas das quais raramente participam de eventos sociais fora de suas casas – a matricular seus filhos. Ao fornecer um ambiente seguro e de apoio, onde as crianças com deficiências e seus pais podem aprender e socializar-se, o programa atende às necessidades emocionais e práticas das famílias.

Ver Referências, página 88.

estimativas precisam basear-se em modelos. O UNICEF associou-se a outras agências e instituições da ONU para criar uma parceria dedicada à produção de dados mais abrangentes e mais precisos.[53]

- **Violência contra a mulher:** apenas 38 países realizaram pelo menos uma pesquisa de âmbito nacional sobre a violência contra a mulher desde 1995. Outros 30 países concluíram pesquisas que abrangem parte do país.[54]

- **Matrícula, freqüência à escola e alfabetização:** embora haja dados significativos, desagregados por sexo, sobre matrícula escolar, esse tipo de levantamento sobre alfabetização e freqüência à escola só está disponível em 112 e 96 países, respectivamente. Também é necessário aumentar os esforços no sentido de compilar e publicar dados desagregados por sexo sobre taxas de conclusão da educação de mulheres nos níveis primário, secundário e superior.[55]

- **Força de trabalho, desemprego e distribuição ocupacional:** pouco mais de 50% dos 204 países e territórios forneceram dados desagregados por sexo sobre estas áreas de trabalho fundamentais, e apenas 105 forneceram dados sobre segregação ocupacional por sexo.[56]

© UNICEF/HQ06-0656/Josh Estey

- **Estatísticas sobre salários:** esta é uma área vital na qual a discriminação afeta mulheres e seus filhos e, no entanto, apenas pouco menos de 50% (52) dos 108 países ou territórios que relataram dados sobre salários puderam apresentar dados desagregados por sexo. Quase 75% desses países encontram-se na Europa e na Ásia.[57]

- **Emprego informal:** embora tenha sido estabelecida, mediante acordo nacional, uma definição de emprego informal, apenas 60 países produziram dados sobre emprego informal, e em muitos casos essas estatísticas não são inteiramente comparáveis.[58]

- **Trabalho não-remunerado e utilização do tempo:** desde 1995, 67 países ou áreas realizaram pesquisas sobre utilização do tempo – mais uma vez, a grande maioria deles está situada na ECO/CEI e na Ásia Meridional e Oriental. Apenas sete países na África e três na América do Sul coletaram esse tipo de dado.

- **Participação da mulher em governos nacionais e locais:** a União Inter-Parlamentar levanta dados sobre o número de mulheres em parlamentos e sobre as mudanças nesses números ao longo do tempo.[60] Entretanto, os dados sobre a participação de mulheres em governos locais são relativamente escassos, embora a entidade United Cities and Local Governments tenha coletado dados em mais de 70 países.[61]

- **Participação da mulher em negociações de paz e processos de reconstrução da paz:** não existem dados sistemáticos sobre a participação de mulheres como partes nas mesas de negociação de paz. Com exceção das estatísticas produzidas pelo Departamento da ONU para Operações de Manutenção da Paz, não há dados disponíveis sobre o envolvimento de mulheres nas diversas dimensões do processo de reconstrução da paz.

A coleta de dados é muito mais difícil em algumas áreas do que em outras. Por exemplo, colher dados sobre violência e tráfico coloca mais problemas metodológicos do que colher dados sobre mulheres em parlamentos nacionais. Entretanto, a falta de dados em muitas áreas fundamentais não reflete apenas as dificuldades da coleta, mas sim a discrepância significativa entre os recursos investidos em uma coleta de dados excelente e

O Programa H: desafiando estereótipos de gênero e modificando atitudes no Brasil e em outros países

Iniciativas de defesa elaboradas para instruir homens e mulheres sobre os benefícios da igualdade de gênero e da tomada de decisões em conjunto podem ajudar a cultivar um relacionamento mais cooperativo entre eles.

O Instituto Promundo – uma organização não-governamental brasileira – está implementando um desses programas sensíveis a gênero, com resultados positivos para mulheres, homens e crianças. O Programa H (o H refere-se a *homens*) estimula homens jovens a respeitar suas parceiras, a evitar o uso de violência contra a mulher e a tomar precauções para evitar o HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis.

Por meio de uma mistura criativa de anúncios de rádio, cartazes e bailes, o Promundo desafia as atitudes masculinas tradicionais, promovendo a idéia de que é 'descolado e legal' ser um homem com idéias mais eqüitativas em relação a gênero.

As avaliações das reuniões do grupo, em que os rapazes discutem as conseqüências de opções de estilo de vida de alto-risco, mostram que os homens que concluem o programa têm menor probabilidade de apoiar as normas tradicionais de gênero (por exemplo, a crença de que cuidar de crianças é trabalho de mulher e de que há ocasiões em que uma mulher merece apanhar). O número de rapazes participantes (entre 15 e 28 anos de idade) que apoiaram a declaração de que "o papel mais importante de uma mulher é cuidar da casa e cozinhar" diminuiu de 41% no pré-teste para 29% após a conclusão do programa.

O sucesso da iniciativa do Programa H no Brasil inspirou programas semelhantes em outros países da região, assim como na Ásia, na África ao sul do Saara e nos Estados Unidos. Na Índia, por exemplo, onde foram adotados programas formulados com base na abordagem do Programa H, as constatações preliminares sugerem que houve mudanças nas atitudes dos homens em relação à mulher.

Ver Referências, página 88.

cuidadosa, em algumas áreas, e a falta de dados, em outras. Ou seja, não se trata apenas de uma questão de capacidade, mas também de vontade política de investir em coletas de dados.

Quando estatísticas são prioridade, estão disponíveis mesmo quando são difíceis de obter. Estatísticas financeiras tais como a inflação, por exemplo, não são fáceis de obter, pois envolvem informações econômicas detalhadas e rapidamente atualizadas; no entanto, estão disponíveis quase universalmente – mesmo nos países mais pobres. Mas muitos países, particularmente os mais pobres, não dispõem atualmente de capacidade estatística para colher regularmente nem mesmo as séries estatísticas desagregadas mais básicas, muito menos em áreas como emprego informal, utilização de tempo e salários.

Embora os recenseamentos e as pesquisas nacionais sejam as peças principais das coletas estatísticas, há outras abordagens que podem produzir dados rapidamente, mesmo quando a capacidade estatística é limitada. As Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos – um programa de pesquisa domiciliar desenvolvido pelo UNICEF para ajudar os países a preencher lacunas de dados para acompanhar a situação de crianças e mulheres – é capaz de produzir indicadores estatísticos fundamentais, consistentes e internacionalmente comparáveis. Um dos três questionários do MICS focaliza mulheres entre 15 e 49 anos de idade e inclui atualmente perguntas sobre bens e segurança de propriedade. Outra fonte valiosa de dados domiciliares são as Pesquisas de Demografia e Saúde, que incluem 200 pesquisas em 75 países. Pesquisas como essas oferecem meios eficazes para obter informações em profundidade sobre a situação econômica das mulheres, bem como sobre a prevalência de violência doméstica e outras formas de discriminação de gênero no nível da família.

A hora é agora

Os progressos alcançados na luta contra a discriminação de gênero são positivos: meninas igualam-se a meninos em freqüência e desempenho escolar, e em alguns países e regiões em desenvolvimento já os superam; há mais mulheres economicamente ativas e em posições mais altas do que jamais ocorreu; e o número de mulheres no parlamento vem aumentando ano a ano. No entanto, além de mostrar o quanto já avançamos, este relatório destaca o quanto ainda precisamos avançar.

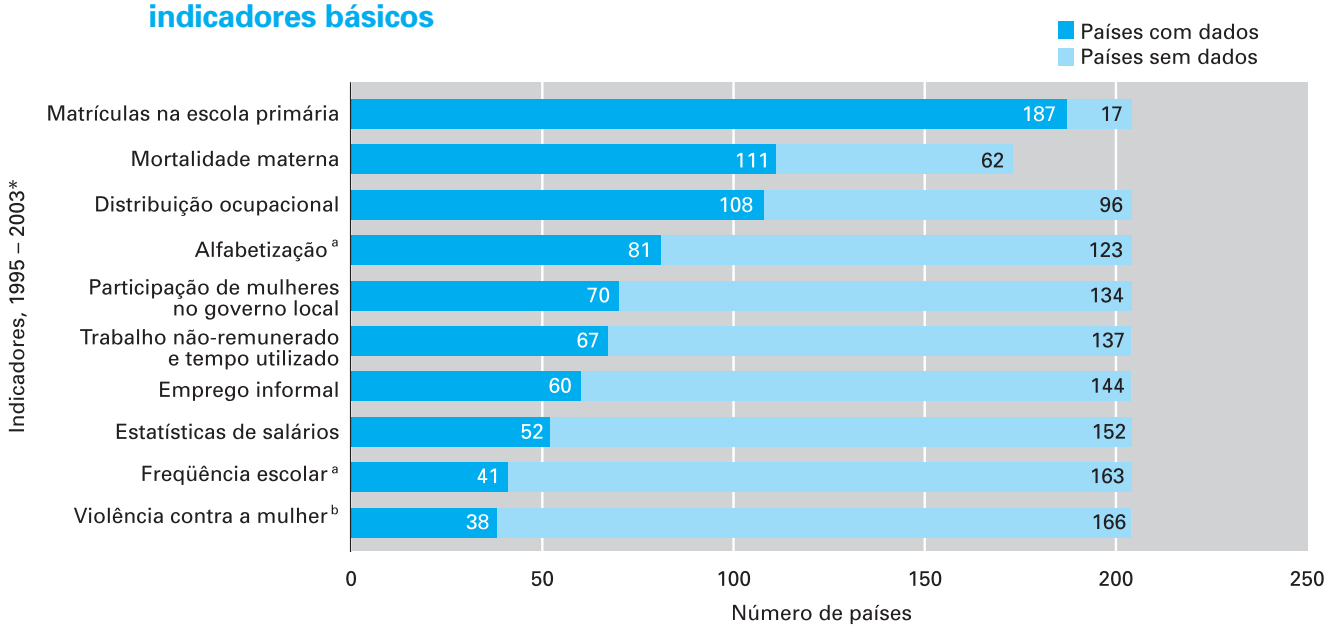
A eliminação da discriminação de gênero produzirá um duplo dividendo, garantindo os direitos das mulheres e avançando significativamente no

sentido de garantir também os direitos das crianças. Com esforços articulados, é possível realizar progressos reais, baseados em respeito, direitos humanos universais e oportunidades iguais para mulheres e homens, na direção de transformar atitudes, comportamentos, costumes, leis, instituições e práticas discriminatórias na sociedade. Parcerias eficazes envolvendo governos, doadores e agências internacionais podem dar apoio a esse processo por meio do planejamento e implementação de estratégias de desenvolvimento baseadas em direitos humanos.

Lidar com a discriminação de gênero requer que a formulação de políticas seja abordada de maneira diferente. Em geral, os principais atores nas decisões sobre políticas são os governos. Em áreas como dívida ou comércio, por exemplo, economistas, pessoas da comunidade e líderes empresariais podem ter influência, mas a decisão de agir cabe às autoridades governantes. Embora governos e doadores tenham um papel fundamental na eliminação da discriminação e da desigualdade de gênero por meio de legislação, políticas e financiamento de programas básicos, os principais agentes de mudança formam grupo muito mais diversificado, que inclui todos os membros da sociedade, assim como as próprias mulheres e meninas. São esses indivíduos e grupos que detêm o poder de eliminar a discriminação e as desigualdades de gênero por meio de atitudes, comportamentos e práticas cotidianas.

O desafio de realizar essa mudança é tão estimulante quanto assustador. Não se trata apenas de uma questão de produzir uma grande decisão por parte de um organismo importante, o que, em muitos aspectos, seria uma tarefa mais simples de conceituar e abordar. Esse desafio requer que as sociedades examinem aberta e honestamente a amplitude da discriminação de gênero e da violação de direitos a que mulheres e meninas estão submetidas, e que se comprometam com a eliminação de suas causas profundas. Embora em certos momentos seja desafiador, esse processo valerá a pena. Cada pessoa que exige que a mulher tenha espaço igualitário nas mesas de tomada de decisões, cada comunidade que exige que as meninas freqüentem a escola e cada governo comprometido com a garantia de que violência, abusos, exploração e discriminação contra a mulher não tenham lugar na sociedade estarão trazendo o duplo dividendo da igualdade de gênero um pouco mais perto desta geração e das gerações futuras de meninas e mulheres.

Figura 5.3 Em muitos países, dados desagregados por sexo não estão disponíveis para indicadores básicos



*Os dados referem-se ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado.

Nota: 'Países com dados' inclui apenas os países para os quais há dados baseados em recenseamentos, levantamentos ou outras fontes; não inclui países cujos dados são extraídos de estimativas modeladas. [a]: inclui apenas dados de recenseamentos. [b]: inclui apenas dados de levantamentos nacionais. Em outros 30 países, os levantamentos cobrem apenas parte do país.

Fonte: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos, *The World's Women 2005: Progress in Statistics*, Nações Unidas, Nova Iorque, 2006.

Parceria para o fornecimento de estimativas de melhor qualidade sobre mortalidade materna

A cada ano, mais de 500 mil mulheres morrem devido a causas relacionadas à gestação, e muitas outras sofrem complicações de saúde ao longo de toda a vida. Reduzir a mortalidade materna é um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas é também um dos objetivos mais difíceis de acompanhar, devido a dificuldades para medir a mortalidade materna. Em alguns casos, a mensuração é complicada por falta de dados: mortes maternas freqüentemente não são registradas nos países que não dispõem de registros civis confiáveis sobre nascimentos e mortes, ou nos locais em que a causa da morte não é adequadamente classificada ou relatada. Mesmo nos países que possuem sistemas consistentes de registro civil, as mortes maternas são freqüentemente classificadas erroneamente, ou são atribuídas a outras causas – principalmente quando o *status* gestacional da mulher não é conhecido ou registrado.

O UNICEF está colaborando com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e com o Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa) em ações para melhorar a base de informações sobre mortalidade materna. Contando com mais de uma década de colaboração e cooperação entre agências, o UNICEF, a OMS e o Unfpa estão reunindo seus conhecimentos para lançar, de forma pioneira, uma nova abordagem para estimativas do número de mulheres que morrem devido a causas relacionadas à gestação, ou agravadas por ela.

A metodologia desenvolvida para o projeto corrigirá as discrepâncias dos dados existentes e produzirá estimativas para países que atualmente carecem de dados.

O trabalho conjunto do grupo também aprimorará a coleta e a divulgação de dados por meio de compilação e revisão das preocupações dos países em garantir aceitação geral das estimativas finais sobre mortalidade materna; obtenção dos dados nacionais mais recentes provenientes de seus escritórios nacionais e regionais; e organização de consultas inter-regionais para discutir questões estatísticas subjacentes.

Ver Referências, página 88.

© UNICEF/HQ05-1068/Roger LeMoyne

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 1

[1] A elaboração do texto da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher teve início em 1976.

[2] King, Elizabeth M. e Andrew D. Mason, 'Engendering Development Through Gender Equality in Rights, Resources and Voice', World Bank e Oxford University Press, Washington, D.C., janeiro, 2001, p. 78-83.

[3] Informações extraídas de Nações Unidas 'Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General', http://untreaty.un.org/English/Bible/englishinternetbible/partI/chapterIV/treaty10.asp, acessado em setembro, 2006.

[4] Lawn, Joy E., Simon Cousens e Jelka Zupan, '4 Million Neonatal Deaths: When? Where? Why?', Series on Neonatal Survival 1, The Lancet.com, março, 2005, p. 5. Informações desagregadas por sexo sobre população na Ásia foram extraídas de Divisão de População das Nações Unidas, 'World Population Prospects: The 2004 Revision Database', http://esa.un.org/unpp, acessado em setembro, 2006.

[5] Organização Mundial da Saúde, *WHO Multi-Country Study on Women: Inicial results of prevalence, health outcomes and women's responses,* Resumo de Relatório, WHO, Genebra, 2005, p. xiii.

[6] Fundo de População das Nações Unidas, *The State of the World's Population,* Unfpa, Nova Iorque, 2005, p. 66.

[7] Extraído de *sites* de governos nacionais e de União Inter-Parlamentar, 'Women in Politics: 60 years in retrospect', IPU, Genebra, fevereiro de 2006, planilha de dados n. 4. Nota: o número total de mulheres Chefes de Estado e de Governo em 2006 inclui o Governo das Antilhas Holandesas, que é um país autônomo, parte da Holanda. Rainhas e Governadoras Gerais não estão incluídas nos números citados.

[8] Informações extraídas de Inter-Parliamentary Union, 'Women in Politics: 60 years in retrospect', *op.cit.*

[9] Instituto Internacional das Nações Unidas de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher, 'Beijing at 10: Putting policy into practice'. In *Women and Poverty: New challenge,* INSTRAW, www.un-instraw.org/en/images/stories/Beijing/womenandpoverty.pdf.

[10] Instituto da Unesco para Estatísticas, 'Literacy Estimates, International Literacy Day 2005', www.uis.unesco.org.

[11] Otunnu, Olara A., 'Special Comment' on Children and Security, *Disarmament Forum,* n. 3, United Nations Institute for Disarmament Research, Genebra, 2002, p.3-4.

[12] Waring, Marilyn, *et al.*, *Politics: Women's insights,* Inter-Parliamentary Union, Genebra, 2000, p.134.

CAPÍTULO 1 DESTAQUES

Discriminação de gênero através do ciclo da vida

Informações extraídas de:

Gorman, Mark, *Age and Security: How social pensions can deliver effective aid to poor older people and their families,* HelpAge International, Londres, 2004, p.5.

Gupta, Neeru e Mary Mahy, 'Adolescent Child-Bearing in Sub-Saharan Africa: Can increased schooling alone raise ages at first birth?', *Demographic Research,* v.8, 14 de fevereiro, 2003.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids, *2006 Report on the global Aids epidemic,* Unaids, Genebra, 2006, p. 505-506. Baseado em estimativas de 2005.

CAPÍTULO 1 FIGURAS

Figura 1.2 Atitudes discriminatórias dos homens em relação às mulheres variam entre as regiões, mas são significativas em todos os lugares

Nota técnica: metodologia utilizada para extrair agregados regionais e nacionais da Pesquisa Mundial sobre Valores

A Pesquisa Mundial sobre Valores (www.worldvaluessurvey.org) é uma investigação de âmbito mundial sobre as mudanças socioculturais e políticas. Essa pesquisa é realizada por uma rede de cientistas sociais das universidades mais importantes no mundo todo. As entrevistas foram realizadas com amostras nacionalmente representativas de público em mais de 80 sociedades nos seis continentes habitados. No total, quatro fases já foram realizadas desde 1981, sendo que a última foi realizada entre 1999 e 2004. Todos os dados utilizados neste Relatório provêm da última fase (1999-2004).

Os dados para questões básicas sobre atitudes com relação a gênero utilizados neste relatório foram acessados em 1º de junho de 2006, para todos os países com dados disponíveis na última fase (www.worldvaluessurvey.org/services/index.html). Os dados foram extraídos – por meio do instrumento de extração de dados da Pesquisa Mundial de Valores (*cross-tabs*) – e agregados. Em caso de países com dois levantamentos, foi utilizado o mais recente. Nos raros casos de países com dois levantamentos para os mesmos dados, foi utilizada a média dos dois levantamentos. Os dados foram compilados para uma série de questões relevantes ao Relatório. Para cada questão a Pesquisa Mundial sobre Valores fornece dados para 'Homens', 'Mulheres' e 'Total'. Os dados utilizados no Relatório variam de acordo com o contexto, porém cada caso está claramente identificado.

Para algumas figuras e situações no texto, os dados dos países dentro do mesmo grupo regional foram compilados como médias. As regiões baseiam-se na classificação do UNICEF, com exceção dos agrupamentos 'países em transição' e 'países de alta renda', para separar as opiniões desses agrupamentos de países. Em cada caso, seja no texto ou em figuras, é apresentada a lista completa de países para cada região.

Países com dados extraídos da Pesquisa Mundial de Valores (ano do levantamento indicado entre parênteses):

Ásia Meridional: Bangladesh (2002), Índia (2001), Paquistão (2001). **América Latina e Caribe:** Argentina (1999), Chile (2000), México (2000), Peru (2001), Venezuela (2000). **Oriente Médio e Norte da África:** Arábia Saudita (2003), Argélia (2002), Egito (2000), Irã (2000), Iraque (2004), Jordânia (2001), Marrocos (2001). **Leste da Ásia e Pacífico:** China (2001), Cingapura (2002), Coréia do Sul (2001), Filipinas (2001), Indonésia (2001), Vietnã (2001). **África ao sul do Saara:** África do Sul (2001), Nigéria (2000), Tanzânia (2001), Uganda (2001). **Países de alta renda:** Áustria (1999), Bélgica (1999), Canadá (2000), Dinamarca (1999), Espanha (2000), Estados Unidos (1999), Finlândia (2000), França (1999), Grécia (1999), Holanda (1999), Irlanda (1999), Islândia (1999), Israel (2001), Itália (1999), Japão (2000), Luxemburgo (1999), Malta (1999), Portugal (1999), Reino Unido (1999), Suécia (1999). **Países em transição:** Albânia (2002), Bielo-Rússia (2000), Bósnia-Herzegovina (2001), Bulgária (1999), Croácia (1999), Eslováquia (1999), Eslovênia (1999), Estônia (1999), Federação Russa (1999), Hungria (1999), Letônia (1999), Lituânia (1999), Macedônia (2001), Moldova (2002), Montenegro (2001), Polônia (1999), Quirguistão (2003), República Checa (1999), Romênia (1999), Sérvia (2001).

As porcentagens referem-se às proporções de entrevistados que concordaram ou concordaram veementemente com as seguintes afirmações:

- "Universidade é mais importante para um menino do que para uma menina."
- "Quando há pouco trabalho, os homens devem ter mais direitos a um trabalho do que uma mulher."
- "Tanto maridos como esposas devem contribuir para a renda familiar."
- "Os homens tornam-se melhores líderes políticos do que as mulheres."

Figura 1.4 A proporção de partos de bebês de mães adolescentes (15-19 anos de idade) nos países menos desenvolvidos chega a mais de 1 em cada 4

Composição dos países nos grupos regionais: *Regiões mais desenvolvidas* abrangem todas as regiões da Europa e América do Norte, Austrália/Nova Zelândia e Japão. *Regiões menos desenvolvidas* abrangem todas as regiões da África, da Ásia (exceto Japão), América Latina e Caribe, e Melanésia, Micronésia e Polinésia. A lista de *países menos desenvolvidos* pode ser encontrada no Resumo dos Indicadores, página 136. Esses países também estão incluídos nas regiões menos desenvolvidas. Ver classificação completa dessas regiões em Divisão de População das Nações Unidas, 'World Population Prospects: The 2004 Revision Database', http://esa.un.org/unpp., <www.esa.un.org>.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids, 'The Global Coalition on Women and Aids', *The Female Aids Epidemic: 2005 statistics*, Unaids, Genebra, 2005.

King, Elizabeth M. e Andrew D. Mason, 'Engendering Development Through Gender Equality in Rights, Resources and Voice', World Bank e Oxford University Press, Washington, D.C., janeiro, 2001, p. 78-83.

Lawn, Joy E., Simon Cousens e Jelka Zupan, '4 Million Neonatal Deaths: When? Where? Why?', *op. cit.*

Malhotra, Anju, Rohini Pande e Caren Grown, *Impact of Investments in Female Education on Gender Equality,* documento autorizado para o Grupo de Gênero e Desenvolvimento do Banco Mundial, International Center for Research on Women, Washington, D.C., 27 de agosto, 2003 (rev.).

Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Progress for Childresn: A report card on gender parity and primary education, Number 2,* UNICEF, Nova Iorque, abril, 2005, p. 2, 4 e 5.

Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Child Protectin Information Sheets*, UNICEF, Nova Iorque, 2006, p. 17 e 25.

Fundo das Nações Unidas para a Infância, 'Early Marriage: Child spouses', *Innocenti Digest No. 7,* UNICEF Innocenti Research Centre, Florença, 2001, p. 11.

Divisão de População das Nações Unidas, 'World Population Prospects: The 2004 Revision Database', http://esa.un.org/unpp, acessado em setembro, 2006.

Fundo de População das Nações Unidas, *The State of World Population 2005: The promise of equality, gender equity, reproductive health and the Millennium Development Goals,* Unfpa, Nova Iorque, 2005, p. 34-38.

Fundo de População das Nações Unidas e Universidade de Aberdeen, *Maternal Mortality Update 2004: Delivering into good hands*, Unfpa, Nova Iorque, 2004.

Nações Unidas, 'Report of the Independent Expert for the United Nations Study on Violence against Children,' United Nations, Nova Iorque, 2006, p. 12 e 17.

Organização Mundial da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância e Fundo de População das Nações Unidas, *Maternal Mortality in 2000: Estimates developed by WHO, UNICEF and Unfpa,* WHO, Genebra, 2005. Baseado em estimativas de mortes maternas em 2000.

Discriminação e desigualdades de gênero através das regiões

Ver metodologia e questões utilizadas para extrair dados agregados da Pesquisa Mundial sobre Valores na página 88 deste relatório. Metodologia utilizada para extrair dados agregados regionais e nacionais da Pesquisa Mundial sobre Valores.

Pesquisas de opinião Gallup, 'Latin American Women Leadership Study: A look at changing attitudes of Latin Americans toward gender and women's leadership capabilities', Relatório para o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, D.C., novembro, 2000, p. 7-8.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Human Development Report 2005: International cooperation at a crossroads: Aid, trade and security in an unequal world,* Oxford University Press para Undp, Nova Iorque, 2005, p. 303-306. Ver página 345 do relatório para uma explicação completa sobre a metodologia utilizada para calcular a medida de aumento de poder de gênero.

CAPÍTULO 2

[1] Vadnais, Daniel, Adrienne Kols e Noureddine Abderrahim, *Women's Lives and Experiences: Changes in the past ten years,* ORC Macro e US Agency for International Development, Maryland, 2006, p. 75-76. Os dados referem-se a mulheres que não participam nas quatro áreas de tomada de decisão na família avaliadas pelas Pesquisas de Demografia e Saúde. Essas áreas incluem decisões quanto a cuidados de saúde da própria mulher, principais aquisições da família, compras para as necessidades diárias da família e tempo para visitar amigos e parentes. Os 10 países (entre os 30 avaliados) em que mais de 50% das mulheres entrevistadas participavam das quatro áreas de tomada de decisão foram Armênia, Bolívia, Colômbia, Eritréia, Filipinas, Indonésia, Madagascar, Peru, Ruanda e Turcomenistão.

[2] Cálculos do UNICEF baseados em dados de Pesquisas de Demografia e Saúde. Todos os dados disponíveis em STATcompiler em www.measuredhs.com, acessado em junho de 2006.

[3] Quisumbing, Agnes, 'What Have We Learned from Resarch on Intrahousehold Allocation?', Capítulo 1 in Agnes Quisumbing, ed., *Household Decisions, Gender and Development: A synthesis of recent research,* International Food Policy Institute, Washington, D.C., 2003, p. 1-6. Ver também Chant, Sylvia, 'Poverty begins at home? Questioning some (mis)conceptions about children, poverty and privation in female-headed households', documento de referência elaborado para o *Relatório Situação Mundial da Infância 2007,* UNICEF, Nova Iorque, 2006.

[4] Frankenberg, Elizabeth e Duncan Thomas, 'Measuring Power', Capítulo 4 in Agnes Quisumbing, ed., *Household Decisions, Gender and Development: A synthesis of recent research*, International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 2003, p. 29-36.

[5] Agarwal, Bina, '"Bargaining" and Gender Relations', *op. cit.* p. 11-12. Ver também Nosseir Nazek, 'Family in the New Millennium: Major trends affecting families in North Africa', Capítulo 7 in Nações Unidas, *Major Trends Affecting Families: A background document,* UN, Nova Iorque, 2003, p.189.

[6] Smith, Lisa C., *et al.*, *The Importance of Women's Status for Child Nutrition in Developing Countries,* Relatório de Pesquisa n. 131, International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 2003, p. 22.

[7] Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Early Marriage: A harmful traditional practice,* UNICEF, Nova Iorque, 2005, p.1.

[8] Smith, Lisa C., *et al.*, *The Importance of Women's Status for Child Nutrition in Developing Countries, op. cit.*, p. 21.

[9] Fundo de População das Nações Unidas, *The State of World Population 2005,* Unfpa, Nova Iorque, 2005, p. 65.

[10] Chant, Sylvia, 'Poverty begins at home?', *op. cit.*, p. 14.

[11] Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Early Marriage*, *op. cit.*, 2005, p.23.

[12] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Not a Minute More: Ending violence against women,* Unifem, Nova Iorque, 2003, p. 8.

[13] Organização Mundial da Saúde, *WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women: Initial Results on prevalence, health outcomes and women's responses,* Resumo de Relatório, WHO, Genebra, 2005, p.6.

[14] Organização Mundial da Saúde, *The World Report on Violence and Health,* WHO, Genebra, 2002, p. 63.

[15] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Not a Minute More*, *op. cit.*, p. 8.

[16] Desai, Sonalde e Kiersten Johnson, 'Women's Decisionmaking and Child Health: Familial and social hierarchies'. In Sunitor Kishor, ed, *A Focus on Gender: Collected papers on gender using DHS data,* ORC Macro e US Agency for International Development, Maryland, EUA, 2005, p. 56.

[17] Smith, Lisa C., *et al.*, *The Importance of Women's Status for Child Nutrition in Developing Countries, op. cit.*, p. 127-128.

[18] O UNICEF define subnutrição como o resultado de ingestão insuficiente de alimentos (fome) e doenças infecciosas recorrentes. Subnutrição inclui baixo peso para idade, baixa estatura para idade (retardo de crescimento), estado perigoso de magreza (marasmo) e deficiência de vitaminas e minerais (desnutrição de micronutrientes). Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Progress for Children: A report card on nutrition, Number 4,* UNICEF, Nova Iorque, maio, 2006, p. 1 e 3.

[19] *Ibid.*, p. 6.

[20] *Ibid.*, p. 4 e 10.

[21] Smith, Lisa C., *et al.*, *The Importance of Women's Status for Child Nutrition in Developing Countries, op.* cit., p. 126-131.

[22] *Ibid.*, p. 3; e United Nations Standing Committee on Nutrition, 5th Report on the World Nutrition Situation, United Nations, Genebra, março, 2004, p. 42.

[23] Os dados subjacentes podem ser encontrados nas Tabelas Estatísticas deste Relatório, *Tabela 2. Nutrição*, p. 106.

[24] Smith, Lisa C., *et al.*, *The Importance of Women's Status for Child Nutrition in Developing Countries, op. cit.*, p. 15-34. No estudo, a influência das mulheres é medida pelas diferenças entre as idades dos homens e das mulheres, níveis educacionais e controle sobre bens e renda.

[25] *bid.*, p. xi.

[26] Também é importante observar que em todas as regiões estudadas, melhorar o *status* social de uma mulher – capacidade para influenciar nos processos de tomada de decisão – correspondeu a uma redução na amamentação, o que é prejudicial para a nutrição infantil. Portanto, esforços

para melhorar o *status* das mulheres devem ser acompanhados por esforços para proteger, apoiar e promover a amamentação. Ver Smith, Lisa C., *et al.*, *The Importance of Women's Status for Child Nutrition in Developing Countries, op. cit.*, p. xii.

[27] *Ibid.*, p. 127.

[28] Floro, Maria Sagrario e Stephanies Seguino, 'Gender Effects on Aggregate Saving: A theoretical and empirical analysis', *Policy Research Report on Gender and Development, Working Paper Series No. 23,* World Bank, Washington, D.C., 2000, p. 9.

[29] Duflo, Esther e Christopher R, Udry, 'Intrahousehold Resource Allocation in Côte d'Ivoire: Social norms, separate accounts and consumption choices', *Yale University Economic Growth Center Discussion Paper No. 857,* Social Science Research Network, junho, 2003, p. 31; e Doss, Cheryl R., 'Do households fully share risks? Evidence from Ghana', Department of Applied Economics, University of Minnesota, St. Paul, julho, 1996, p. 18.

[30] Alderman, Harold, *et al.*, 'Gender Differentials in Farm Productivity: Implications for household efficiency and agricultural policy', *Food Consumption and Nutrition Division Discussion Paper No. 6,* International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 1995, p. 9-12.

[31] *Ibid.*, p. 22.

[32] Visaria, Leela, 'Female Autonomy and Fertility Behaviour: An exploration of Gujarat data'. In *Proceedings of the International Population Conference, Montreal 1993, volume 4,* International Union for the Scientific Study of Population, Liege (Bélgica), 1993, p. 263-275. In Sonalde Desai e Kiersten Johnson, 'Women's Decisionmaking and Child Health: Familial and social hierarchies', *op. cit.*, p. 56.

[33] Desai, Sonalde e Kiersten Johnson, 'Women's Decisionmaking and Child Health', *op. cit.*, p. 66. São os efeitos mais fracos na África ao sul do Saara, sendo que a América Latina e o Caribe situam-se entre eles.

[34] 'Gender Perspective in Malaria Management', Programa de Conhecimento sobre Malária, Policy Brief, Liverpool School of Tropical Medicine, Liverpool, sem data.

[35] Desai, Sonalde e Kiersten Johnson, 'Women's Decisionmaking and Child Health', *op. cit.*, p. 56.

[36] Emerson, Patrick M. e Andre Portela Souza, 'Bargaining over Sons and Daughters: Child labor, school attendance and intra-household gender bias in Brazil', Documento de Trabalho n. 02-W13, Vanderbilt University, Nashville, 2002, p. 14.

[37] Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Progress for Children, A report card on gender parity and primary education, Number 2,* UNICEF, Nova Iorque, 2005, p. 7.

[38] Gibbons, Elizabeth, Friedrich Huebler e Edilberto Loaiza, 'Child Labor, Education, and the Principle of Non-Discrimination', Capítulo 10 in Philip Alston e Mary Robinson, eds., *Human Rights and Development: Towards mutual reinforcement,* Oxford University Press, Oxford, 2005, p. 214.

[39] *Ibid.*, p. 222.

[40] Delamonica, Enrique, Asmaa Donahue e Alberto Minujin, 'Children Living Only with their Mothers: Are they disadvantaged? In Alberto Minujin, Enrique Delamonica e Marina Komareci, eds, *Human Rights and Social Policies for Children and Women: the Multiple Indicator Cluster Survey (MICS) in practice,* New School University e UNICEF, Nova Iorque, 2005, p. 201.

[41] Bongaarts, John, 'Household Size and Composition in the Developing World', Documento de Trabalho n. 144, Population Council, Nova Iorque, 2001, p. 14.

[42] Chant, Sylvia, 'Poverty begins at home?', *op. cit.*, p. 1.

[43] Quisumbing, Agnes, Lawrence Haddad e Christine Peña, 'Are Women Over-Represented Among the Poor? An analysis of poverty in ten developing countries', *Journal of Development Economics*, v. 66, n. 1, 2001, p. 225-269; e *FCND Discussion Paper No. 115,* Food Consumption and Nutrition Division, International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 2001, p. 8-9.

[44] Helen Keller International, 'Female Decision-Making Power and Nutritional Status within Bangladesh's Economic Context', Nutritional Surveillance Project, Boletim n. 20, Dhaka, agosto, 2006, p. 2.

[45] Chant, Sylvia, 'Poverty begins at home?', *op. cit.*, p. 10.

[46] Delamonica, Enrique, Asmaa Donahue e Alberto Minujin, 'Children Living Only with their Mothers', *op. cit.*, p. 201.

[47] *Ibid.*, p. 220.

[48] Chant, Sylvia, 'Poverty begins at home?', *op. cit.*, p. 11.

[49] São os padrões de gastos, e não o volume total *per capita*, que diferem entre famílias chefiadas por mulheres e famílias chefiadas por homens. Os gastos de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens, desagregados por quintis de gasto, não diferem, exceto no quintil mais rico, em que as famílias chefiadas por mulheres apresentavam os gastos mais altos.

[50] Helen Keller International, 'Female Decision-Making Power and Nutritional Status within Bangladesh's Economic Context', *op. cit.*, p. 2.

[51] Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Role of Men in the Lives of Children: A study of how improving knowledge about men in families helps strengthen programming for children and women,* UNICEF, Nova Iorque, 1997, p. 9.

[52] Barker, Gary, *et al.*, *Supporting Fathers: Contributions from the International Fatherhood Summit 2003,* Early Childhood Development: Practice and Reflections, n. 20, Bernard van Leer Foundation, Haia, abril, 2004, p. 12.

[53] Departamento Norte Americano de Saúde e Serviços Humanos, Escritório de Cuidados Infantis, 'Promoting Responsible Fatherhood through Child Care', National Child Care Information Center, Viena (Virgínia), abril, 2004, p.1.

[54] Fundo Cristão para a Infância, 'Children in Poverty: Shaping a Response to Poverty: A conceptual overview and implications for responding to children living in poverty', *Children and Poverty Series, Parte III*, CCF, Richmond, 2003, p. 7.

[55] Brown, Janet e Gary Barker, 'Global Diversity and Trends in Patterns of Fatherhood.' In *Supporting Fathers*, *op. cit.*, p. 17

[56] Barker, Gary, *et al., Supporting Fathers*, *op. cit.*, p. 1.

[57] Renk, Kimberly, *et al.*, 'Mothers, Fathers, Gender Role, and Time Parents Spend with their Children', *Sex Roles: A Journal of Research*, v. 48, n. 7-8, abril, 2003, p. 1-2.

[58] Cliquet, Robert, 'Major trends affecting families in the new millennium: Western Europe and North America', *Major Trends Affecting Families (background document)*, Division for Social Policy and Development, United Nations, Nova Iorque, 2003-2004, p. 5. Esses valores são ainda mais altos quando são associados os números sobre separação de companheiros não-casados que co-habitavam e as taxas de divórcio.

[59] Brown, Janet e Gary Barker, 'Global Diversity and Trends in Patterns of Fatherhood', *op. cit.*, p. 22.

[60] Fundação Joseph Rowntree, 'A Man's Place in the Home: Fathers and families in the UK', *Foundations*, n. 440, abril, 2000, <www.jrf.org.uk/knowledge/findings/foundations/440.asp>, acessado em setembro, 2006.

[61] El-Haddad, Yahya, 'Major Trends Affecting Families in the Gulf Countries', *Major Trends Affecting Families*, United Nations, Nova Iorque, 2003, p. 225.

[62] Nosseir, Nazek, 'Major trends affecting families in North Africa', *op. cit.*, p. 194.

[63] Badran, Hoda, 'Major Trends Affecting Families in El Mashrek El Araby', *Major Trends Affecting Families*, United Nations, Nova Iorque, 2003, p. 206.

[64] Kabeer, Naila, 'The Conditions and Consequences of Choice: Reflections on the measurement of women's empowerment' *UNRISD Discussion Paper No. 108*, United Nations Research Institute for Social Development, Genebra, agosto, 1999, p. 55.

[65] Desai, Sonalde e Kiersten Johnson, 'Women's Decisionmaking and Child Health', *op. cit.*, p. 66.

[66] Malombe, Joyce, 'Women's Groups and Shelter Improvement in Kenya.' In Ann Schlyter, ed., *A Place to Live: Gender research on housing in Africa*, Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala, 1996, p. 167.

[67] Desai, Sonalde e Kiersten Johnson, 'Women's Decisionmaking and Child Health', *op. cit.*, p. 66.

[68] Karl, Marilee, *Women and Empowerment: Participation and Decision-Making*, Zed Books, Londres, 1995, p. 19.

[69] Agarwal, Bina, '"Bargaining" and Gender Relations', *op. cit.*, p. 32.

[70] Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Role of Men in the Lives of Children*, *op. cit.*, p. 9.

[71] McNulty, Stephanie, 'Women's Organizations During and After War: From service delivery to policy advocacy', Projeto de Serviços de Pesquisas e Referências, United States Agency for International Development Center for Development Information and Evaluation, Washington, D.C., outubro, 1998, p. 3.

CAPÍTULO 2 FIGURAS

Figuras 2.1, 2.2 e 2.3

Nota Técnica: metodologia utilizada para extrair agregados regionais e nacionais de Pesquisas de Demografia e Saúde

Os dados sobre tomadas de decisão na família (utilizados no Capítulo 2) são extraídos de Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS), que são pesquisas domiciliares nacionalmente representativas com amostragens amplas (geralmente entre 5 mil e 30 mil famílias). Os levantamentos de DHS fornecem dados para uma ampla variedade de indicadores de avaliação de impacto e acompanhamento nas áreas de população, saúde e nutrição.

Os dados para as questões a seguir foram extraídos de DHS STATcompiler www.measuredhs.com, em junho de 2006. Os dados utilizados cobrem mulheres casadas ou que viviam com um parceiro, e sua capacidade de participar em quatro áreas básicas de tomadas de decisão na família: cuidados com a própria saúde, grandes aquisições familiares; compras diárias da família; visitas a amigos ou parentes. Existia uma resposta em três possibilidades para cada questão: decisão tomada apenas pela esposa; decisão tomada em conjunto com o marido; decisão tomada apenas pelo marido.

Os países incluídos no levantamento são (ano do levantamento entre parênteses):

ECO/CEI: Armênia (2000), Turcomenistão (2000). **Leste da Ásia e Pacífico:** Filipinas (2003), Indonésia (2002-2003). **América Latina e Caribe:** Bolívia (2003), Colômbia (2005), Haiti (2000), Nicarágua (2001), Peru (2000). **Oriente Médio e Norte da África:** Egito (2000), Jordânia (2002), Marrocos (2003-2004). **Ásia Meridional:** Bangladesh (2004), Nepal (2001). **África ao sul do Saara:** Benin (2001), Burquina Fasso (2003), Camarões (2004), Eritréia (2002), Gana (2003), Madagascar (2003-2004), Malaui (2000), Mali (2001), Moçambique (2003), Nigéria (2003), Quênia (2003), Ruanda (2000), Tanzânia (2004), Uganda (2000-2001), Zâmbia (2001/2002), Zimbábue (1999).

CAPÍTULO 2 DESTAQUES

Violência doméstica contra crianças

Informações extraídas de:

Jaffe, P. e M. Sudermann, 'Child Witness of Women Abuse: Research and community responses'. In Sandra M. Stith e Murray A. Straus, *Understanding Partner Violence: Prevalence, causes, consequences, and solutions*, Families in Focus Services, v. II, Minneapolis, National Council on Family Relations, 1995.

Strauss, Murray A., Richard J. Gelles e Christine Smith, 'Physical Violence in American Families: Riskfactors and adaptations to violence in 8.145 families', Transaction Publishers, New Brunswick, 1990.

Nações Unidas, Relatório do Especialista Independente para o Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças, United Nations, Nova Iorque, agosto, 2006.

Fundo das Nações Unidas para a Infância, 'Domestic Violence against Women and Girls' UNICEF Innocenti Research Centre, Florença, 2000, p. 9-12

Wolfe, D.A., *et al.*, 'Strategies to Address Violence in the Lives of High Risk Youth'. In Peled, E., P.G. Jaffe e J.L. Edleson, eds., *Ending the Cycle of Violence: Community responses to children of battered women*, Sage Publications, Nova Iorque, 1995.

Avós e HIV/aids

Informações extraídas de:

HelpAge International, 'Age and Security: How social pensions can deliver effective aid to poor older people and their families', HelpAge International, Londres, 2004, p. 7-8.

Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Africa's Orphaned and Vulnerable Generations: Children affected by AIDS*, UNICEF, Nova Iorque, 2006, p. 10, 14-16, 27 e 29-31.

Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Africa's Orphaned Generations*, UNICEF, Nova Iorque, 2003, p. 15 e17.

Centros de Mães na Europa Central e Oriental e na Gâmbia

Informações extraídas de:

Jaffe, P., e Sudermann, M., 'Child Witness of Women Abuse: Research and community responses', *op. cit.*

Mothers Centres in Central and Eastern Europe: Mother Centres International Network for

Empowerment (MINE), e Laux, Andrea, e Rut Kolinska, 'Mother Centres International Network Empowerment', Estudo de caso para Evento de *Workshop* e *Networking* 'Building Bridges with the Grassroots: Scaling up through knowledge sharing', Fórum Mundial Urbano, Barcelona, 12-17, setembro, 2004.

Informações sobre Clube de Mães na Gâmbia fornecidas pelo Escritório Regional do UNICEF para a África Central e Ocidental.

CAPÍTULO 3

1 Grown, Caren, Geeta Rao Gupta e Aslihan Kes, *Taking Action: Achieving gender equality and empowering women*, Earthscan, Londres/Virgínia, para UN Millennium Project Task Force on Education and Gender Equality, 2005, p. 77.

2 *Ibid.*, p. 89.

3 Cálculos do UNICEF baseados em dados extraídos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Human Development Report 2006: Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*, Oxford University Press para Undp, Nova Iorque, 2006, p. 379.

4 Machinea, José Luis, Alicia Bárcena e Arturo León, *The Millennium Development Goals: A Latin American and Caribbean perspective*, United Nations, Santiago, 2005, p. 128.

5 De Ferranti, David, *Inequality in Latin America and the Caribbean: Breaking with history?*, World Bank, México, 2004, p. 19.

6 Unni, Jeemol, 'Gender and Informality in Labour Market in South Asia.' In *Economic and Political Weekly*, v. 36, n. 26, 30 de junho, 2001, p. 2370.

7 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Human Development Report 2005: International cooperation at a crossroads: Aid, trade and security in an unequal world*, Oxford University Press para Undp, Nova Iorque, 2005, p. 315.

8 Cálculos do UNICEF baseados no banco de dados da Pesquisa Mundial sobre Valores, acessado em junho de 2006. Os resultados baseiam-se em entrevistados que concordaram ou concordaram veementemente com a afirmação "Tanto o marido como a mulher devem contribuir para a renda da família." (Ver nota sobre a metodologia utilizada para calcular agregados regionais na página 88).

9 Escritório Internacional do Trabalho, *Global Employment Trends Brief, January 2006*, International Labour Organization, Genebra, 2006, p. 3.

10 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Human Development Report 2005*, *op. cit.*, p. 314. A taxa de atividade econômica de mulheres baseia-se em dados sobre população economicamente ativa e sobre a população total.

11 *Ibid.* A taxa de atividade para paridade de gênero é calculada pela taxa de atividade econômica de mulheres como porcentagem da taxa dos homens.

12 Son, Hyun H., e Nanak Kakwani, 'The Gender Pay Gap over Women's Working Lifetime', International Poverty Centre, United Nations Development Programme, junho, 2006, www.undp-povertycentre.org/newsletters/OnePager20.pdf.

13 Cálculos do UNICEF baseados no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Human Development Report 2005*, *op. cit.*, Tabela 25, p. 299-302. Agregados ponderados e baseados na classificação de regiões estabelecida pelo UNICEF.

14 Organização Internacional do Trabalho, 'National Report for Promoting the Linkages Between Women's Employment and the Reduction of Child Labour', ILO Area Office, Dar es Salaam,1994, p. 6; e Baidya, Bal Gopal, Madhup Dhungana e Rojee Kattel, 'The Linkages Between Women's Employment, Family Welfare and Child Labour in Nepal', *GENPROM Working Paper No. 12*, International Labour Organization, Gender Promotion Programme, Genebra, 2002, p. 1.

15 Grown, Caren, Geeta Rao Gupta e Aslihan Kes, *Taking Action*, *op. cit.*, p. 78.

16 Steinzor, Nadia, *Women's Property and Inheritance Rights: Improving lives in changing times*, Women in Development Technical Assistance Projects, Washington, D.C., março, 2003, p. 6.

17 Grown, Caren, Geeta Rao Gupta e Aslihan Kes, *Taking Action*, *op. cit.*, p. 78.

18 *Ibid.*, p. 78.

19 *Ibid.*

20 Quisumbing, Agnes R., ed., *Household Decisions, Gender and Development: A synthesis*

of recent research, Johns Hopkins University Press para International Food Policy Research Institute, Washington D.C., 2003, p. 118.

[21] Alderman, H., *et al.*, 'Gender Differentials in Farm Productivity: Implications for Household Efficiency and Agricultural Policy,' *FCND Discussion Paper No.* 6, Food Consumption and Nutrition Division, International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 1995, p. 22.

[22] Quisumbing, Agnes R., 'What Have We learned from Research on Intra-household Allocation?', *op. cit.*, p. 54.

[23] Hallman, Kelly, David Lewis e Suraiya Begum, 'An Integrated Economic and Social Analysis to Assess the Impact of Vegetable and Fishpond Technologies on Poverty in Rural Bangladesh', Divisão de Tecnologia Ambiental e de Produção; Divisão de Consumo e Nutrição Alimentar, *EPTD Discussion Paper No. 112/FCND Discussion Paper 163*, International Food Policy Research Institute, outubro, 2003, p .50; e Instituto Internacional de Pesquisas sobre Políticas de Alimentação, 'Women: Still the key to food and nutrition security', IFPRI, Washington, D.C., 2005, p. 1.

[24] Hallman, Kelly, David Lewis e Suraiya Begum, 'An Integrated Economic and Social Analysis to Assess the Impact of Vegetable and Fishpond Technologies on Poverty in Rural Bangladesh', *op. cit.*, p. 42-43.

[25] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Progress of the World's Women 2005: Women, work and poverty*, UNIFEM, Nova Iorque, 2005, p. 9.

[26] Nações Unidas, *The World's Women 2005: Progress in statistics*, ST/ESA/STAT/SER.K/17, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, United Nations, Nova Iorque, 2006, p. 55.

[27] Chen, M. *et al.*, *Progress of the World's Women 2005: Women, work and poverty*, United Nations Development Fund for Women, Nova Iorque, 2005, p. 39.

[28] *Ibid.*, p. 63-64.

[29] *Ibid.*, p. 27-29. Ver também Engle, Patrice L., 'Urban Women: Balancing work and childcare', Capítulo 3 in *2020 Focus*, n. 3, Brief 08, International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., agosto, 2000.

[30] *Ibid.*, p. 33.

[31] Organização Internacional do Trabalho, *Global Employment Trends for Women 2004*, ILO, Genebra, 2004, p. 9. A referência baseia-se no aumento da taxa de emprego para a taxa de população de mulheres. Essa taxa indica a capacidade das economias para criar oportunidades de emprego para sua população. As informações sobre países industrializados são extraídas de Eileen Appelbaum, *et al.*, *Shared work, Valued Care: New norms for organizing market work and unpaid care work*, Economic Policy Institute, Washington, D.C., 2002, p. vii.

[32] Gospel, Howard, 'Quality of Working Life: A review on changes in work organization, conditions of employment and work-life arrangements', *Conditions of Work and Employment Series No. 1*, International Labour Organization, Genebra, 2003, p. 17.

[33] Heyman, Jody, 'Social Transformations and their Implications for the Global Demand for ECCE', *Policy Brief on Early Childhood No. 8*, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation, Paris, novembro/dezembro, 2002, p. 1-2.

[34] Chen, M. *et al.*, *Progress of the World's Women 2005*, *op. cit.*, p. 29.

[35] Escritório Internacional do Trabalho, *Breaking Through the Glass Ceiling: Women in management*, International Labour Organization, Genebra, atualização realizada em 2004, p. 29.

[36] Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos, *OECD Employment Outlook 2001: Reconciling social and employment goals*, OECD, Paris, p. 132.

[37] Escritório Internacional do Trabalho, *Breaking Through the Glass Ceiling*, *op. cit.*, p. 29.

[38] *Ibid.*, p. 32.

[39] Whiteford, Peter, 'Reconciling Work and Family Life: A comparative analysis of OECD countries', Organization for Economic Co-operation and Development, Paris, 2005, p. 5.

[40] Gospel, Howard, 'Quality of Working Life', *op. cit.*, p.17.

[41] Dodson, Lisa, Tiffany Manuel e Ellen Bravo, 'Keeping Jobs and Raising Families in Low-Income America: It just doesn't work' – A Report of the Across the Boundaries Project, The Radcliffe Public Policy Center e 9to5 National Association of Working Women, Cambridge, Massachusetts, 2002, p. 1.

[42] *Ibid.*

[43] Peisner-Feinberg, Ellen S. *et al.*, 'The Children of the Cost, Quality, and Outcomes Study Go To School: Technical report', University of North Carolina at Chapel Hill, Frank Porter Graham Child Development Center, Chapel Hill, NC, 2000, p. 1; e Loeb, Susanna *et al.*, 'Child Care in Poor Communities: Early learning effects of type, quality and stability', *Child development*, v. 75, n. 1, 2004, p. 47-65.

[44] Dodson, Lisa, Tiffany Manuel and Ellen Bravo, 'Keeping Jobs and Raising Families in Low-Income America: It just doesn't work', *op. cit.*, p. 6-7; e Lindars, Helen, 'How Can Suitable, Affordable Child Care Be Provided For All Parents Who Need To Work', Equal Opportunities Commission submission to the Work and Pensions Select Committee Inquiry, Equal Opportunities Commission, Manchester, Reino Unido, fevereiro, 2003, p. 2, 3-5.

[45] Aubel, Judi, 'Grandmothers: A learning institution', United States Agency for International Development, Washington, D.C., agosto, 2005, p. 81.

[46] King, Elizabeth M., e Andrew D. Mason, 'Engendering Development 2001' – A World Bank Policy Research Report', World Bank, Washington, D.C., janeiro, 2001, p. 24 e 170.

[47] Appelbaum, Eileen, *et al.*, *Shared Work, Valued Care*, *op. cit.*, p. 29-30.

[48] Ministério de Assuntos Sociais e Emprego, Holanda, 'Work/family arrangements' and 'Childcare Act', http://internationalezaken.szw.nl/index.cfm?fuseaction=dsp_rubriek&rubriek_id=13039, acessado em setembro, 2006.

[49] Gospel, Howard, 'Quality of Working Life', *op. cit.*, p. 17.

[50] Dodson, Lisa, Tiffany Manuel e Ellen Bravo, 'Keeping Jobs and Raising Families in Low-Income America', *op. cit.*, p. 1.

[51] Organização Internacional para Migração, *World Migration 2005: Costs and Benefits of International Migration*, IOM, Genebra, 2005, p. 13.

[52] Cortés, Rosalía, 'Remittances and Children's Rights: An overview of academic and policy literature', documento interno, United Nations Children's Fund, Nova Iorque, fevereiro, 2006, p. 4.

[53] Bryant, John, 'Children of International Migrants in Indonesia, Thailand, and the Philippines: A review of evidence and policies', *Innocenti Working Paper 2005-05*, UNICEF Innocenti Research Centre, Florença, abril 2005, p. iii.

[54] *Ibid.*, p. 23.

[55] Cortés, Rosalía, 'Remittances and Children's Rights', *op. cit.*, p. 8.

[56] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 'Claim and Celebrate Women Migrants' Human Rights through CEDAW – A UNIFEM Briefing Paper', UNIFEM, Genebra, 2005, p. 36.

[57] Cortés, Rosalía, 'Remittances and Children's Rights', *op. cit.*, p. 4.

[58] *Ibid.*

[59] *Ibid.*, p. 14.

[60] Centro de Migração Scalabrini, 'Filipino families in motion', In *Hearts Apart: Migration in the eyes of Filipino children*, Scalabrini Migration Center, Manila, 2003, p. 50, http://www.smc.org.ph/heartsapart/pdfs/Hearts%20Apart.pdf.

[61] Cortés, Rosalía, 'Remittances and Children's Rights', *op. cit.*, p. 4.

[62] Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, *Refugee Children: Guidelines on protection and care*, UNHCR, Genebra, 1994, p. 10.

[63] Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, 'Refugee Children', Consultas Globais sobre Proteção Internacional, 4o. Encontro, EC/GC/02/9, 25 de abril, 2002.

[64] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Claim and Celebrate Women Migrants' Human Rights through CEDAW*, *op. cit.*, p. 36.

[65] Waldorf, Lee, 'Human Rights Protections Applicable to Women Migrant Workers', Painel de Unifem-Cedaw sobre 'Addressing Women Migrant Workers' Concerns', United Nations Development Fund for Women, Nova Iorque, julho, 2003, p. 30.

[66] Bryant, John, 'Children of International Migrants in Indonesia, Thailand, and the Philippines', *op. cit.*, p. 10.

[67] Escritório Regional do Unifem no Leste e Sudeste da Ásia, *Empowering Women Migrant Workers in Asia*, Bangkok, United Nations Development Fund for Women, 2004, p. 3-5.

[68] Nações Unidas, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, www.unhchr.ch/html/menu3/b/e1cedaw.htm.

[69] Nações Unidas, Comissão sobre o *Status* da Mulher, Relatório sobre a 49ª sessão (28 de fevereiro -11 e 22 de março de 2005), E/2005/27 e E/CN.6/2005/11, United Nations, Nova Iorque, p. 24-28.

[70] *Ibid.*, p. 27-28.

[71] Grown, Caren, Geeta Rao Gupta e Ashlihan Kes, *Taking Action*, *op. cit.*, p. 48.

[72] *Ibid.*

[73] Nações Unidas, Comissão sobre o *Status* da Mulher, Relatório sobre a 49ª sessão, *op. cit.*, p. 24-27.

[74] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Gender Budget Initiatives*, UNIFEM (Nova Iorque), Commonwealth Secretariat (Londres), e International Development Research Centre (Otawa), p. 1, www.idrc.ca/gender-budgets/ev-66716-201-1-DO_TOPIC.html.

CAPÍTULO 3 DESTAQUES

As meninas correm risco de não freqüentar a escola quando as mulheres trabalham?

Informações extraídas de:

Assaad, Ragui, Deborah Levison e Nadia Zibani, 'The Effect of Child Work on School Enrollment in Egypt', Humphrey Institute of Public Affairs, University of Minnesota, Minneapolis, 2001 rev., p. 23.

Baidya, Bal Gopal, Madhup Dhungan e Rojee Kattel, 'The Linkages Between Women's Employment, Family Welfare and Child Labour in Nepal', *GENPROM Working Paper No. 12*, International Labour Office/International Labour Organization, Genebra, 2002, p. 1.

Ilhai, Nadeem, 'Children's Work and Schooling: Does gender matter? Evidence from Peru LSMS Panel Data', *World Bank Policy Research Working Paper No. 2745*, World Bank, Washington, D.C., 2001, p. 4.

Organização Internacional do Trabalho, 'National Report for Promoting the Linkages Between Women's Employment and the Reduction of Child Labour', Programa de Promoção de Gênero, International Labour Organization Area Office, Dar es Salaam, 2001, p. 101.

Kamerman, Sheila B., 'Early Childhood Care and Education and Other Family Policies and Programs in South-East Asia', *Early Childhood and Family Policy Series, No.4*, United Nations Educational, Cultural and Scientific Organization, Paris, 2002, p. 23.

O impacto de locais de trabalho "amigos da família" nos países industrializados

Informações extraídas de:

Appelbaum, Eileen *et al.*, Shared Work, Valued Care, *op. cit.*, p. 28-29.

Datta Gupta, Nabanita, Nina Smith, e Mette Verner, 'Childcare and Parental Leave in the Nordic countries: A model to aspire to?', IZA, Institute for the Study of Labor, *IZA Discussion Paper No. 2014*, Bonn, ,março, 2006, Introdução; e United Nations Population Fund, The State of the World's Population, UNFPA, Nova Iorque, 2005, p. 15.

Dean, Hartley, 'Business versus Families: Whose side is New Labour on?', *Social Policy and Society*, v. 1, n. 1, Cambridge University Press, 2002, p. 7-8.

Gauthier, Anne H., ''Trends in Policies for Family-Friendly Societies.' In Miroslav Macura, Alphonese L. MacDonald e Werner Haug, eds., *The New Demographic Regime: Population, challenges and policy responses*, United Nations, Nova Iorque e Genebra, 2005, p. 98 e 107.

Henry, Collen, Misha Werschkul e Manita C. Rao, 'Child Care Subsidies Promote Mothers' Employment and Children's Development', *IWPR Publication # G714*, Institute for Women's Policy Research, Washington, D.C., outubro, 2003, p. 1.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos, 'Babies and Bosses: Reconciling work and family life, Volume 1, Australia, Denmark and the Netherlands', OECD, Paris, 2002, p. 182-184 e 191-193.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos, 'Babies and Bosses: Reconciling work and family life, Volume 4, Canada, Finland, Sweden and the United Kingdom', OECD, Paris, 2002, p. 28.

Peus, Claudia, 'Work-Family Balance? The case of Germany', *Working Paper WPC#0025*, MIT Workplace Center, Sloan School of Management, Cambridge, Massachusetts, 2006.

Estudo de Trabalho e Vida Familiar autorizado por Novartis em conjunto com Federação de Cooperativas Migros, Grupo Raiffeisen, Correio Suíço e Departamento Federal da Suíça para Assuntos Economicos. ETH Zürich. Nestlé Suíça e Victorinox também participaram no estudo.

Trabalho infantil: as meninas são mais prejudicadas do que os meninos?

Informações extraídas de:

Diversas Publicações da Organização Internacional do Trabalho, Genebra (anos e número de páginas citados apenas para facilitar a referência: *Child domestic labour in Southeast and East Asia: Emerging good practices to combat it*, 2006, p. 18. *Every Child*

Counts, 2002, p. 25. *Promotion of Gender Equality in Action Against Child Labour and Trafficking: A practical guide for organizations*, maio, 2003, p. 15 e 17. *Gender, Education and Child Labour in Egypt*, 2004, p. 9-10. *Gender, Education and Child Labour in Turkey*, 2004, p. 112-113. *Global Child Labour Data Review: A gender perspective*, 2004, p. 7 e 157-158. *Helping Hands or Shackled Lives?*, 2004, p. ii, 2, 20, 22 e 37. Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Child Domestic Work*, UNICEF Innocenti Research Centre, Florença, 1999, p. 4.

CAPÍTULO 4

[1] Cálculos do UNICEF baseados em dados do banco de dados de União Inter-Parlamentar, www.ipu.org/wmn-e/world.htm, acessado em julho, 2006.

[2] Beaman, Lori, *et al.*, 'Women Politicians, Gender Bias, and Policy-making in Rural India', documento de referência elaborado para o relatório *The State of the World's Children 2007*, UNICEF, 2006, p. 4 e 5.

[3] Ver, por exemplo, Susan J. Carroll, ed., *The Impact of Women in Public Office*, Indiana University Press, Bloomington, Indiana, 2001.

[4] Ver, por exemplo, Jones, Mark P., 'Legislator Gender and Legislator Policy Priorities in the Argentine Chamber of Deputies and the United States House of Representatives', *Policy Studies Journal*, v. 5, n. 4, 1997, p. 615. Ver também Mala Htun, 'Women in Political Power in Latin America', *International IDEA*, Women in Parliament, International Idea, Estocolmo, 2002, p. 9.

[5] Jones, Mark P., 'Legislator Gender and Legislator Policy Priorities in the Argentine Chamber of Deputies and the United States House of Representatives', *op. cit.*, p. 618.

[6] *Ibid.*, p. 621.

[7] Schwindt-Bayer, Leslie, 'Female Legislators and the Promotion of Women, Children, and Family Policies in Latin America', documento de referência elaborado para o relatório *The State of the World's Children 2007*, UNICEF, Nova Iorque, 2006, p. 15.

[8] *Ibid.*, p. 14.

[9] Grey, Sandra, 'Women and Parliamentary Politics: Does Size Matter? Critical Mass and Women MPs in the New Zealand House of Representatives', Programa de Ciência Política, Escola de Pesquisas de Ciências SociaisResearch, Australian National University, documento elaborado para a 51ª Conferência da Associação para Estudos Políticos, Manchester, Reino Unido, 10-12 de abril, 2001, p. 5-6.

[10] Childs, Sarah, Joni Lovenduski e Rosie Campbell, *Women at the Top 2005: Changing numbers, changing politics?* Hansard Society, Londres, 2005, p. 56.

[11] Karam, Azza, e Joni Lovenduski, 'Women in Parliament: Making a difference', Capítulo 5 in Julie Ballington e Azza Karam, eds., *Women in Parliament: Beyond numbers, A Revised Edition*, International Institute for Democracy and Electoral Assistance, Estocolmo, 2005, p. 194. Ver inclusão de Ruanda em Elizabeth Powley, 'Rwanda: The impact of women legislators on policy outcomes affecting children and families,' documento de referência elaborado para o relatório *The State of the World's Children 2007*, UNICEF, Nova Iorque, 2006, p. 5.

[12] Shevchenko, Iulia, 'Who Cares about Women's Problems? Female legislators in the 1995 and 1999 Russian State Dumas', *Europe-Asia Studies*, v. 54, n. 8, 1 de dezembro, 2002, p. 1208.

[13] Powley, Elizabeth, 'Rwanda: The Impact of Women Legislators on Policy Outcomes Affecting Children and Families', *op. cit.*, p. 10-11 e 15.

[14] Vetten, Lisa, 'Addressing Domestic Violence in South Africa: Reflections on strategy and practice', documento elaborado por especialistas para a Reunião do Grupo de Especialistas sobre 'Violence against Women: Good practices in combating and eliminating violence against women', United Nations Division for the Advancement of Women, Viena, 2005, p. 3-4.

[15] Stéphane Oertel, *Governance Profile of Namibia: Measuring and monitoring progress towards good governance in Africa*, United Nations Economic Commission for Africa, Adis Abeba,

setembro, 2004, p. 4. Governo da Namíbia, 'Government Gazette of the Republic of Namibia, Government Notice, No. 126, Promulgation of Act of Parliament', Windhoek, 24 de junho, 2003.

[16] Schwindt-Bayer, Leslie, 'Female Legislators and the Promotion of Women, Children, and Family Policies in Latin America', *op. cit.*, p. 10.

[17] 'Gender-Sensitizing Commonwealth Parliaments: The report of a Commonwealth Parliamentary Association study group', Commonwealth Parliamentary Association Secretariat, Londres, 2001, www.cpahq.org/uploadstore/docs/gender-sensitizingcwparliaments.pdf, acessado em setembro, 2006.

[18] Wangnerud, Lena, 'Case Study: Sweden: A step-wise development' in *Women in Parliamen*t, *op. cit.*, p. 246

[19] Karam, Azza, e Joni Lovenduski, 'Women in Parliament: Making a difference', *op. cit.*, p. 198.

[20] Dados extraídos do banco de dados de União Inter-Parlamentar, 'Women in National Parliaments', www.ipu.org/wmn-e/classif.htm, acessado em julho, 2006.

[21] Dados extraídos do pôster de União Inter-Parlamentar, 'Women in Politics, 2005', www.ipu.org/pdf/publications/wmnmap05_en.pdf, acessado em julho, 2006.

[22] Extraído de *sites* de governos nacionais e de Inter-Parliamentary Union, 'Women in Politics: 60 years in retrospect', IPU, Genebra, fevereiro, 2006, Planilha de Dados n. 4. Nota: Os países citados como exemplos em que as mulheres são Chefes de Estado ou de Governo em 2006 incluem o governo das Antilhas Holandesas, que é um país autônomo, parte da Holanda. Rainhas e Governadoras-Gerais não estão incluídas nos números citados.

[23] Extraído de *sites* de governos nacionais e do pôster de União Inter-Parlamentar, 'Women in Politics, 2005', *op. cit.*

[24] Budlender, Debbie, e Guy Hewittt, *Gender Budgets Make More Cents: Country studies and good practice*, The Commonwealth Secretariat, Londres, agosto, 2002, p. 11.

[25] Weldon, S. Laurel, *Protest, Policy, and the Problem of Violence Against Women: A crossnational comparison*, University of Pittsburgh Press, Pitsburgo, 2002, p. 19, 23, 88 e 103.

[26] Matland, Richard E., 'Enhancing Women's Political Participation: Legislative recruitment and electoral systems', in *Women in Parliament: Beyond numbers, A Revised Edition,* Capítulo 3*,* International Institute for Democracy and Electoral Assistance, Estocolmo, 2005, p. 96.

[27] Bratton, Kathleen A., e Leonard P. Ray, 'Descriptive Representation, Policy Outcomes, and Municipal Day-Care Coverage in Norway', *American Journal of Political Science*, v. 46, n. 2, abril, 2002, p. 435.

[28] Davis, Matthew M., e Amy M. Upston, 'State Legislator Gender and Other Characteristics Associated With Sponsorship of Child Health Bills', *Ambulatory Pediatrics*, v. 4, n. 4, julho-agosto, 2004, p. 295-302.

[29] Caiazza, Amy, 'Does Women's Representation in Elected Office Lead to Women-Friendly Policy?, Institute for Women's Policy Research, Washington, D.C., maio, 2002, p. 2, 4.

[30] Chattopadhyay, Raghabendra, e Esther Duflo, 'Women as Policy Makers: Evidence from a randomized policy experiment in India', *Econometrica*, v. 72, n. 5, setembro, 2004, p. 1409-1443.

[31] Beaman, Lori, *et al.*, 'Women Politicians, Gender Bias, and Policy-making in Rural India', *op. cit.*, p. 11, 15 e 16.

[32] Mbatha, Likhapha, 'Democratising Local Government: Problems and opportunities in the advancement of gender equality in South Africa', in Anne Marie Goetz e Shireen Hassim, eds., *No Shortcuts to Power: African women in politics and policy making*, Capítulo 7, Zed Books, Londres e Nova Iorque, 2003, p. 196 e 201.

[33] Drage, Jean, 'Women in Local Government in Asia and the Pacific: A comparative analysis of thirteen countries', (baseado em relatórios nacionais elaborados para a Comissão Social e Econômica das Nações Unidas para Ásia e Pacífico, e LOGOTRI – Rede de Capacitação de Governança Local e Institutos de Pesquisa na Ásia e Pacífico – previamente ao Encontro de Cúpula de Mulheres Prefeitas e Conselheiras da região Ásia-Pacífico, Tailândia, 19-22 de junho, 2001), Victoria University of Wellington, Nova Zelândia, 2001, p. 22.

[34] *Ibid.*

[35] United Cities and Local Governments, Statistics, World, www.citieslocalgovernments.org/uclg/index.asp?pag=wldmstatistics.asp&type=&L=EN&pon=1.

[36] Chattopadhyay, Raghabendra, e Esther Duflo, 'Women as Policy Makers', *op. cit*, p. 1427.

[37] Grupo Internacional para Crises, 'Beyond Victimhood: Women's Peacebuilding in Sudan, Congo and Uganda', *Africa Report No. 112*, International Crisis Group, 28 de junho, 2006, p. i.

[38] Chinkin, Christine, *Peace Agreements as a Means for Promoting Gender Equality and Ensuring the Participation of Women, EGM/PEACE/2003/BP.1*, Division for the Advancement of Women, United Nations, Nova Iorque, 31 de outubro, 2003, p. 1.

[39] *Ibid.*, p. 2.

[40] Francesc, Maria Cañadas, *et al.*, 'Alert 2005: Report on conflicts, human rights and peacebuilding', *School for Peace Culture* , Bellaterra, Espanha, janeiro, 2005, p. 124.

[41] Entrevista com Donald Steinberg, Vice Presidente para Assuntos Multilaterais do Grupo Internacional para Crises, e ex-Embaixador dos Estados Unidos em Angola. Steinberg e a equipe de pesquisa e editorial do relatório *The State of the World's Children 2007* discutiram o processo de paz em Angola em 12 de junho, 2006.

[42] Anderlini, Sanam Naraghi, 'Women at the Peace Table: Making a difference', United Nations Development Fund for Women, Nova Iorque, 2000, p. 17.

[43] Rhen, Elisabeth, e Ellen Johnson Sirleaf, *Women, War and Peace: The Independent Experts' assessment on the impact of armed conflict on women and women's role in peacebuilding*, United Nations Development Fund for Women, Nova Iorque, 2002, p. 79.

Ver discussão mais detalhada sobre o papel da mulher nos processos de paz na Irlanda do Norte em Fionnuala Ni Aoláin, 'Peace Agreements as Means for Promoting Gender Equality and Ensuring the Participation of Women', Estudo de Caso da Irlanda do Norte, EGM/PEACE/2003/EP.4, elaborado para a Divisão das Nações Unidas para o Progresso da Mulher, Reunião do Grupo de Especialistas, Otawa, Canadá, novembro, 2003.

[44] Sultan, Masuda, 'From Rhetoric to Reality: Afghan women on the agenda for peace', *Women Waging Peace* Policy Commission, Hunt Alternatives Fund, Cambridge, Massachusetts, fevereiro, 2005, p. 6-7.

[45] Conaway, Camille Pampell, e Kelly Fish, 'Children's Security', *Inclusive Security, Sustainable Peace: A toolkit for advocacy and action*, International Alert (Londres) e *Women Waging Peace* (Cambridge, Massachusetts e Washington, D.C.), 2004, p. 59.

[46] Quintos-Deles, Teresita, 'Corridors of Peace in the Corridors of Power: Bridging spaces for women in governance for peace', apresentado no Sexto Congresso da Ásia e Pacífico sobre Mulheres na Política e na Tomada de Decisões, Makati, Filipinas, 10-12 de fevereiro, 2006, p. 13.

[47] Mazurana, Dyan, e Khristopher Carlson, 'From Combat to Community: Women and girls of Sierra Leone', *Women Waging Peace,* Cambridge, Massachusetts e Washington, D.C., janeiro, 2004, p. 16.

[48] Anderlini, Sanam Naraghi, 'Women at the Peace Table', *op. cit.*, p. 21.

[49] *Ibid.*, p. 20.

[50] Rhen, Elisabeth e Ellen Johnson Sirleaf, *Women, War and Peace*, *op. cit.*, p. 78.

[51] WomenWarPeace.org, <www.womenwarpeace.org/sri_lanka/sri_lanka.htm>, acessado em outubro, 2006.

[52] Jain, Devaki, *Women, Development and the UN: A sixty-year quest for equality and justice*, United Nations Intellectual History Project, Indiana University Press, Bloomington, Indiana, 2005, p. 71.

[53] Camille Conaway e Anne-Marie Goetz, 'Beyond Numbers: Supporting women's political participation and promoting gender equality in post-conflict governance in Africa, A review of the role of the United Nations Development Fund for Women', UNIFEM, Nova Iorque, janeiro, 2006, p. 6.

[54] Pippa Norris e Donald Ingelhart, 'Cultural Barriers to Women's Leadership: A worldwide comparison', elaborado para a 16a Sessão Especial do Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciências Políticas, 'Social Cleavages and Elections', Quebec, Canadá, 3 de agosto, 2000, p. 8.

[55] Powley, Elizabeth, 'Rwanda: The impact of women legislators on policy outcomes affecting children and families', *op. cit.*, p. 8.

[56] Jayal, Niraja Gopal, 'From Representation to Participation: Women in local government', EGM/EPWD/2005/EP.3, elaborado para a Reunião do Grupo de Especialistas sobre Igualdade de

Participação de Mulheres e Homens em Processos de Tomadas de Decisão, com nfase Especial em Participação e Liderança na Política, United Nations, Adis Abeba, Etiópia, 24-27 de outubro, 2005, p. 8.

[57] Drage, Jean, 'Women in Local Government in Asia and the Pacific', *op. cit*, p. 44.

[58] United Cities and Local Governments, Statistics, World, *op. cit*.

CAPÍTULO 4 DESTAQUES

As mulheres e a política: realidades e mitos

Informações extraídas de:

Beaman, Lori, *et al.*, 'Women Politicans, Gender Bias and Policy-making in Rural India', *op. cit.*, p. 5 e 16.

Goetz, Anne-Marie Goetz, 'Political Cleaners: How women are the new anti-corruption force. Does the evidence wash?' documento elaborado para o seminário internacional 'Feminist Fables and Gender Myths: Repositioning gender in development policy and practice', 2-4 de julho, 2003, Institute of Development Studies, Sussex, 2003, p. 4.

Goetz, Anne-Marie, "'Women's political effectiveness: A conceptual framework," in Anne-Marie Goetz e Shireen Hassim, eds., *No Shortcuts to Power African Women in politics and policy making*, Zed Books, Londres e Nova Iorque, 2003, p. 36.

Human Rights Watch, 'Between Hope and Fear: Intimidation and attacks against women in public life in Afghanistan', *Human Rights Watch Briefing Paper*, outubro, 2004, p. 29; Inter-Parliamentary Union. 'Politics: Women's insight', IPU Survey, Genebra, 2000, p. 1, 7, 30 e 31.

Inter-Parliamentary Union, 'Women in Politics', www.IPU.org/wmne-e/suffrage.htm, acessado em julho, 2006.

Jones, Mark P., 'Legislator Gender and Legislator Policy Priorities in the Argentine Chamber of Deputies and the United States House of Representatives', *Policy Studies Journal*, v. 5, n. 4, 1997, p. 613-629.

Lawless, Jennifer L. e Richard L. Fox, *It Takes a Candidate: Why women don't run for office,* Cambridge University Press, Nova Iorque, 2005, p. 84-85.

Lawless, Jennifer L. e Richard L. Fox, 'Why Don't Women Run for Office?', *Brown Policy Report*, Taubman Center for Public Policy, Brown University, Providence, Rhode Island, janeiro, 2004, p. 1-7.

Pesquisa de opinião realizada pela Universidade de Bangkok e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 'Women's Right to a Political Voice in Thailand', UNDP, Nova Iorque, 2006, p. 18.

Rheingold, Beth, 'Concepts of Representation among Female and Male State Legislators'

Legislative Studies Quarterly, v. 17, n. 4, novembro, 1992, p. 509-537; e Galligan, Yvonne, 'Public Attitudes towards Women's Political Participation in Northern Ireland', Economic and Social Research Council Research Report, 2004.

Pesquisa Mundial sobre Valores, www.worldvaluessurvey.org, acessado em julho, 2006.

Grupos de mulheres: uma força para mudanças políticas

Informações extraídas de:

Rede de Mulheres Africanas, 'Afghan Parliamentary Elections: Report of Paghman Province' e 'Women's Participation in the Democratic Processes in Iraq and Afghanistan: Achievements and challenges', Documento de Opinião, Independent Women's Forum, Washington, D.C., junho, 2006.

Powley, Elizabeth, 'Strengthening Governance: The role of women in Rwanda's transition,' The Initiative for Inclusive Security, Hunt Alternatives Fund, Women Waging Peace, Washington, D.C., 2003.

Submetido à Investigação Nacional sobre Crianças no Controle de Imigração do Centro para Pesquisas sobre Refugiados da Universidade de New South Wales, e ao Comitê Nacional Australiano sobre Mulheres Refugiadas, Direitos Humanos e Igualdade de Oportunidades, Governo da Austrália.

Fundo das Nações Unidas para a Infância, 'National Situational Analysis of Children and Women', UNICEF Moçambique, 2006.

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Progress of Arab Women*, UNIFEM, Escritório Regional dos Estados Árabes, Amã, p. 62.

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 'Tajikistan: Women demand law to criminalize domestic violence', *Voices from the Field*, UNIFEM, Nova Iorque, novembro, 2005, www.unifem.org/gender_issues/voices_from_the_field/story.php?StoryID=366.

Mulheres e o Acordo de Paz de Darfur

Informações extraídas de:

União Africana, Relatório do Presidente da Comissão sobre a Situação em Darfur (Sudão), 45ª Reunião do Conselho da União Africana para Paz e Segurança, Adis Abeba, 12 de janeiro, 2006, p. 9.

Acordo de Paz de Darfur, assinado em Abuja, Nigéria, 5 de maio, 2006.

Grupo Internacional para Crises, *Beyond Victimhood: Women's peacebuilding in Sudan, Congo and Uganda*, ICG, Washington, D.C., p. 6 e 7.

'Women's Priorities in the Peace Process and Reconstruction in Darfur', 7ª fase das conversações de paz Inter-Sudanesas sobre o conflito em Darfur, Abuja (Nigéria), 30 de dezembro, 2005, www.peacewomen.org/resources/Sudan/Womens_Priorities.doc.

Mulheres como mediadores e mantenedoras da paz

Informações extraídas de:

Ver discussão sobre a vulnerabilidade das crianças a exploração e abusos durante a assistência na Libéria em Save the Children, 'From Camp to Community: Liberia study on exploitation of children', Save the Children, Monrórvia, maio, 2006, p. 11. Ver também Nações Unidas, *Special Measures for Protection from Sexual Exploitation and Sexual Abuse,* Relatório do Secretário-Geral, A/59/782, United Nations, Nova Iorque, 15 de abril, 2005.

Potter, Antonia, 'We the Women: Why conflict mediation is not just a job for men', *Opinion*, Center for Humanitarian Dialogue, Genebra, 2005.

CAPÍTULO 4 FIGURAS

Na maioria dos países pesquisados, grande parte do público concorda ou concorda veementemente que os homens tornam-se melhores líderes políticos do que as mulheres

Extraído de respostas à pergunta 'Os homens tornam-se melhores líderes políticos do que as mulheres?' Ver explicação sobre a metodologia utilizada para calcular agregados regionais dos levantamentos nacionais em notas técnicas, Referências, Figura 1.2.

Departamento das Nações Unidas para Operações de Manutenção da Paz, *Policy Dialogue to Review Strategies for Enhancing Gender Balance among Uniformed Personnel in Peacekeeping Missions*, Relatório Final, United Nations, Nova Iorque, 28-29 março, 2006.

Nações Unidas, *A Comprehensive Strategy to Eliminate Further Sexual Exploitation and Abuse in United Nations Peacekeeping Operations, A/59/710,* United Nations, Nova Iorque, 24 março, 2005, p. 18-19.

CAPÍTULO 5

[1] Em 1945, 3% de membros do Senado ou da Câmara eram mulheres (Inter-Parliamentary Union, 'Women in Parliaments 1945-1995', *Reports and documents No. 23*, IPU, Genebra, 1995, p. 28). Em 2006, 16,8% dos membros do Senado ou da Câmara eram mulheres ('Women in National Parliaments', www.ipu.org/wmn-e/world.htm, acessado em Agosto, 2006).

[2] Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Progress for Children: A report card on gender parity and primary education, Number 2*, UNICEF, abril, 2005, p. 2.

[3] Ver, por exemplo, Conselho de População e Centro Internacional para Pesquisa sobre a Mulher, 'Involving Young Men in HIV Prevention Programs: Operations research on gender-based approaches in Brazil, Tanzania, and India', *Horizons Report*, HIV/AIDS Operations Research, Population Council, Washington, D.C., dezembro, 2004.

[4] Banco Mundial, 'Education and Development', Education Advisory Service, World Bank, Washington, D.C., http://siteresources. worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200 1099079877269/547664-1099080118171/EducationBrochure.pdf, acessado em setembro, 2006.

[5] *Ibid.*

[6] *Ibid.*

[7] Banco Mundial, 'Engendering Change in the Classroom', 11 de novembro, 2004, http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/0,,contentMDK:20279910~menuPK:617572~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:282386,00.html, acessado em 4 de outubro, 2006.

[8] Fundo das Nações Unidas para a Infância e Banco Mundial, 'Building on what we know and defining sustained support', *workshop* da

Iniciativa para Eliminação de Taxas Escolares, organizado pelo UNICEF e pelo Banco Mundial, Nairóbi, 5-7 de abril, 2006, p. 3.

[9] *Ibid.*

[10] Fundo das Nações Unidas para a Infância, *The State of the World's Children 2004: Girls' education and development*, UNICEF, Nova Iorque, 2003, p. 23-24.

[11] Fundo das Nações Unidas para a Infância e Banco Mundial, 'Building on what we know and defining sustained support', *op. cit.*, p. 3.

[12] Fundo das Nações Unidas para a Infância, *The State of the World's Children 2004*, *op. cit.*, p. 23.

[13] Banco Mundial, 'Engendering Change in the Classroom', *op. cit.*

[14] *Ibid.*

[15] *Ibid.*

[16] Projeto das Nações Unidas para o Milênio, *Investing in Development: A practical plan to achieve the Millennium Development Goals*, Earthscan, Londres/Sterling, Virgínia., 2005, p. 239-256.

[17] Vandemoortele, Jan, e Rathin Roy, 'Making Sense of MDG Costing', Bureau for Development Policy, Nova Iorque, agosto, 2004, p. 3.

[18] Grown, Caren, *et al.*, 'The Financial Requirements of Achieving Gender Equality and Women's Empowerment', *The Levy Economics Institute of Bard College Working Paper No. 467*, agosto 2006, p. 2.

[19] Figuras extraídas de *Ibid.*, p. 17.

[20] *Ibid.*, p. 3.

[21] Grown, Caren, Geeta Rao Gupta e Aslihan Kes, *Taking Action: Achieving gender equality and empowering women*, UN Millennium Project, Earthscan, Londres/Sterling, Virgínia, 2005, p. 29.

[22] Grown, Caren, *et al.,* 'The Financial Requirements of Achieving Gender Equality and Women's Empowerment', *op. cit.*, p. 17.

[23] *Ibid.*, p. 21.

[24] Federação Internacional de Helsinki para Direitos Humanos, *Human Rights in the OSCE Region: Europe, Central Asia and North America, Report 2006 (Events of 2005),* IHF, Viena, 2006, p. 429.

[25] Autoridade Intergovernamental sobre Desenvolvimento, 'Declaration of the 4th Regular Meeting of IGAD Ministers in Charge of Gender/Women Affairs', Nairóbi, 21-22 de fevereiro, 2006, www.igad.org/gender/nairobi_gender_decl.htm, acessado em 4 de outubro, 2006.

[26] União Africana, 'Symposium on the African Union's Protocol on the Rights of Women in Africa', palestra de abertura proferida por H.E. Mrs. Julia Dolly Joiner, Comissária para Assuntos Políticos da Comissão da União Africana, Cartum, 21 de janeiro, 2006, www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/panafrica/ , acessado em 4 de outubro, 2006.

[27] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Not a Minute More: Ending violence against women*, UNIFEM, Nova Iorque, p. 8-15

[28] Nações Unidas, *Report of the independent expert for the United Nations study on violence against children*, versão preliminar, UN A/61/150 e Corr. 1, United Nations, Nova Iorque, 23 de agosto, 2005.

[29] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Not a minute more*, op. cit., p. 39.

[30] *Ibid.*, p. 40.

[31] Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários/Redes de Informações Regionais Integradas, 'Sexual Violence in Times of War', Capítulo 13 in Broken Bodies, *Broken Dreams: Violence against women exposed*,OCHA/IRIN, Nova Iorque, 2005, p. 179-205.

[32] Nações Unidas, Assembléia Geral, 58ª sessão, *Special Measures for Protection from Sexual Exploitation and Sexual Abuse,* Relatório do Secretário-Geral *(A/58/777)*, United Nations, Nova Iorque, 23 de abril, 2004, parag. 3.

[33] Nações Unidas, Conselho de Segurança, Resolução 1325, parag. 10, adotado pelo Conselho de Segurança em seu 4213ª Reunião, United Nations, Nova Iorque, 31 de outubro, 2000.

[34] Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários/Redes de Informações Regionais Integradas, 'Sexual Violence in Times of War', *op. cit.*, p. 197.

[35] King, Elizabeth M. e Andrew D. Mason,'Engendering Development Through Gender Equality in Rights, Resources, and Voice', World Bank e Oxford University Press, Washington, D.C., janeiro, 2001, p. 120.

[36] Ibid., p. 117-122.

[37] Inter-Parliamentary Union, 'Women's Suffrage', www.ipu.org/wmn-e/suffrage.htm, acessado em setembro, 2006.

[38] Banco de dados de União Inter-Parlamentar, 'Women in National Parliaments', www.ipu.org/wmn-e/world.htm, acessado em setembro, 2006.

[39] *Ibid.*

[40] União Inter-Parlamentar, 'The Participation of Women and Men in Decision-Making: The parliamentary dimension', Planilha de dados n. *6* in *Women in Politics: 60 years in retrospect*, IPU, Genebra, 2006.

[41] Inter-Parliamentary Union, 'Women in Parliaments: World classification', <www.ipu.org/wmn-e/classsif.htm>; e Instituto Internacional para Assistência Eleitoral e Democracia e Universidade de Estocolmo, 'Global Database of Quotas for Women', www.quotaproject.org/country.cfm?SortOrder=LastLowerPercentage%20DESC, acessado em 28 de setembro, 2006.

[42] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 'On the Agenda: Women's essential role in peace-building', Encontro Mundial de Cúpula do UNIFEM 2005, 2005, UNIFEM, Nova Iorque, p. 1.

[43] Gobodo-Madikizela, Pumla, 'Women's Contribution to South Africa's Truth and Reconciliation Commission', *Women Waging Peace Policy Commission*, Cambridge, Massachusetts e Washington, D.C., fevereiro, 2005, p. 9.

[44] Dahlerup, Drude, 'Quotas are Changing the History of Women', documento apresentado na Conferência do Fórum Parlamentar do IDEA/EISA/SADC, Pretória, novembro, 2003.

[45] McNulty, Stephanie, 'Women's Organizations During and After War: From service delivery to policy advocacy', *Research and Reference Services Project*, United States Agency for International Development Center for Development Information and Evaluation, Washington, D.C., 2 outubro 1998, p. 3.

[46] Maluccio, John A., Lawrence Haddad e Julian May, 'Social capital and gender in South Africa, 1993-98', in Agnes R. Quisumbing, ed., *Household Decisions, Gender, and Development: A synthesis of recent research*, International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 2003, p. 147.

[47] Cowan, Carolyn Pape, *et al.*, 'Encouraging Strong Relationships Between Fathers and Children', *Working Strategies*, v. 8, n. 4, verão, 2005, p. 2.

[48] Engle, Patrice, Tom Beardshaw e Craig Loftin, 'Local and International Policies and Programmes', in Linda Richter e Robert Morrell, eds., Baba: *Men and fatherhood in South Africa*, Human Sciences Research Council, Cidade do Cabo, 2006, p. 294.

[49] *Ibid.*

[50] Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Role of Men in the Lives of Children: A study of how improving knowledge about men in families helps strengthen programming for children and women*, UNICEF, Nova Iorque, 1997, p. 9.

[51] Fathers Direct, 'Sweden may be leading Europe in developing father-friendly policies and practices', *FatherWorld*, v. 3, n. 2, Fathers Direct, Londres, www.fathersdirect.com/download.php?pID=2655.3, acessado em 24 de abril, 2006; e Holter, Oystein Gullvag, *Can Men Do It? Men and Gender Equality: The Nordic experience*, Nordic Council of Ministers, Copenhague, 2003, p. 126, citado em R.W. Connell, 'The Role of Men and Boys in Achieving Gender Equality', documento elaborado para o Encontro do Grupo de Especialistas de Divisão das Nações Unidas para o Progresso da Mulher, OIT, Unaids, Pnud (21-24 de outubro, 2003, Brasilia), 7 de outubro, 2003, p. 8.

[52] Tonkin, Bernard, 'Men Reinventing Themselves: Recovery from hegemonic masculinity', *Working Paper No. 4*, UN International Research and Training Institute for the Advancement of Women, Santo Domingo, 2001, p. 5 e 18, www.uninstraw.org/en/docs/mensroles/Tonkin.pdf, acessado em 4 de outubro, 2006.

[53] Nações Unidas, *The World's Women 2005: Progress in statistics*, United Nations Division of Economic and Social Affairs, Nova Iorque, 2006, p. 26.

[54] *Ibid.*, p. 71.

[55] *Ibid.*, p. 44.

[56] *Ibid.*, p. 64.

[57] *Ibid.*, p. 55.

[58] *Ibid.*

[59] *Ibid.*, p. 57.

[60] Banco de dados de União Inter-Parlamentar, www.ipu.org/wmn-e/classif.htm.

[61] Estatísticas de United Cities and Local Government, www.citieslocalgovernments.org/uclg/index.asp?pag=wldmstatistics.asp&type=&L=EN&on=1.

CAPÍTULO 5 DESTAQUES

Parcerias para educação de meninas

Informações extraídas de:

Campanha para Educação de Mulheres, www.camfed.org, acessado em setembro, 2006.

Fórum para Mulheres Educadoras Africanas , www.fawe.org/content/aboutfawe.html, acessado em setembro, 2006.

Fórum para Mulheres Educadoras Africanas, *The ABC of Gender Responsive Education Policies: Guidelines for developing Education for All policies*, FAWE, Nairóbi, 2002.

Campanha Global pela Educação, www.campaignforeducation.org, acessado em setembro, 2006

Oxfam, *Partnerships for Girls' Education*, Oxfam,Oxford, 2005, p. 23-38, 49-65 e 131-143.

Swainson, Nicola e Campanha Global pela Educação, *A Fair Chance: Attaining gender equality in basic education by 2005*, Global Campaign for Education, Joanesburgo, abril 2003, p. 43-49.

Iniciativa das Nações Unidas pela Educação de Meninas, www.ungei.org, acessado em setembro, 2006.

Acompanhando os compromissos dos governos com relação ao aumento do poder das mulheres por meio de orçamentos sensíveis a gênero

Informações extraídas de:

Budlender, Debbie, e Guy Hewit, eds., *Gender Budgets Make More Cents: Country studies and good practice*, Commonwealth Secretariat, Londres, p. 13, 23-42, 84-97 e 117-132.

Marrocos, Ministério de Finanças e Privatização, Departamento de Estudos e Projeção Financeira, 'Gender Report', traduzido por Dr. Ibrahim Moussabbir, 2006, www.idrc.ca/genderbudgets/ev-104427-201-1-DO_TOPIC.html.

Leadbetter, Helen, 'Gender Budgeting', in *Spectrum: Policy and technical perspective for CIPFA members and students*, n. 4, The Charted Institute of Public Finance and Accountancy, Londres, março 2004, p. 3-4.

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, *Gender Budget Initiatives*, UNIFEM (Nova Iorque), Commonwealth Secretariat (Londres), e International Development Research Centre (Otawa), p. 1, www.idrc.ca/gender-budgets/ev-66716-201-1-DO_TOPIC.html; e Centro Internacional de Pesquisas de Desenvolvimento, 'Moroccan National Budget includes Gender Report', www.idrc.ca/gender-budgets/ev-91685-201-1-DO_TOPIC.html.

Parcerias para promover os direitos da criança e a igualdade de gênero nas agendas políticas

Informações extraídas de:

União Inter-Parlamentar e Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Child Protection: A handbook for parliamentarians*, IPU, Genebra, 2004.

União Inter-Parlamentar e Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Combating Child Trafficking: A handbook for parliamentarians*, IPU/UNICEF, Genebra e Nova Iorque, março, 2005.

Cotas: 'tamanho único' não atende a todos

Informações extraídas de:

Dahlerup, Drude, 'Increasing Women's Political Representation: New trends in gender quotas', in Julie Ballington e Azza Karam, eds., *Women in Parliament: Beyond the numbers, A Revised Edition*, International Institute for Democracy and Electoral Assistance, Estocolmo, 2005, p. 141-143.

Dahlerup, Drude, ed., *Women, Quotas and Politics*, Routledge Research in Comparative Politics Series, Routledge, Londres/Nova Iorque, 2006, Introdução.

Participação de mulheres em iniciativas baseadas na comunidade nos países em desenvolvimento

Informações extraídas de:

Amhed, Akhter U. e Carlo del Ninno, 'Food for Education in Bangladesh', in Agnes Quisumbing, ed., *Household Decisions, Gender and Development: A synthesis of recent research*, International Food Policy Research Institute, Washington D.C., p. 202-203.

Amhed, Akhter U., 'Comparing Food and Cash for Schooling in Bangladesh', in *Linking Research and Action: Strengthening food assistance and food policy research*, Policy Brief of International Food Policy Research Institute e World Food Programme, Washington, D.C. e Roma, 2005.

Banco Asiático de Desenvolvimento, 'Gender Activities', *Workshop* sobre Violência contra Mulheres e Grupos Comunitários de Mulheres, Centre for Women's Resource Development, http://209.225.62.100/gender/working/ino002.asp. Banco Asiático de Desenvolvimento, 'Ending Violence Against Women', *ADB Review*, fevereiro, 2004, p. 36.

Hallman, Kelly, *et al.*, 'Childcare, Mothers' Work, and Earnings: Findings from the urban slums of Guatemala City', Documento de trabalho da Divisão de Pesquisas de Políticas n. 165, Population Council, Nova Iorque, 2002, p. 25-26.

Informações sobre programas de escola dominical são extraídas de UNICEF Uzbequistão.

Smith, Lisa C., *et al.*, 'The Importance of Women's Status for Child Nutrition in Developing Countries', *Research Report 131*, International Food Policy Research Institute, Washington, D.C., 2003, p. 135.

Banco Mundial, 'Social Safety Nets in Banglandesh: An assessment', *Bangladesh Development Series Paper No. 9*, World Bank Office, Dhaka, janeiro, 2006, p. 14, 21-22.

O Programa H: desafiando estereótipos de gênero e modificando atitudes no Brasil e em outros países

Informações extraídas de:

Conselho de População, 'Promoting Healthy Relationships and HIV/STI Prevention for Young Men: Positive findings from an intervention study in Brazil', *Horizons Research Update*, Population Council/Horizons, Washington, D.C., abril, 2004.

Conselho de População, 'Reducing HIV Risk Behaviors among Key Populations by Increasing Community Involvement and Building Social Capital: Baseline findings from Andhra Pradesh, India', *Horizons Research Update*, Population Council/Horizons, Nova Déli, abril, 2006.

Parceria para o fornecimento de estimativas de melhor qualidade sobre mortalidade materna

Informações extraídas de:

AbouZahr, C. e Tessa Wardlaw, 'Maternal Mortality at the End of the Decade: Sign of progress?', *Bulletin of the World Health Organization*, v. 79, n. 6, Genebra, junho, 2001, p. 561-573.

Organização Mundial da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância e Fundo de População das Nações Unidas, *Maternal Mortality in 2000: Estimates developed by WHO, UNICEF and UNFPA, WHO*, Genebra, 2004, p. 1-10.

Pesquisas autorizadas para utilização no relatório Situação Mundial da Infância 2007

Documentos de referência

Lori Beaman e Rohini Pande, Yale University; Esther Duflo, Jameel Poverty Action Lab, Massachusetts Institute of Technology; e PetiaTopalova, International Monetary Fund, 'Women Politicians, Gender Bias, and Policy-making in Rural India', 2006.

Sylvia Chant, London School of Economics, 'Poverty Begins at Home? Questioning some (mis)conceptions about children, poverty and privation in female-headed households', 2006.

Elizabeth Powley, Women Waging Peace, 'Rwanda: The impact of women legislators on policy outcomes affecting children and families', 2006.

Leslie Schwindt-Bayer, University of Mississippi, 'Female Legislators and the Promotion of Women, Children, and Family Policies in Latin America', 2006.

TABELAS ESTATÍSTICAS

Estatísticas sociais e econômicas sobre países e territórios do mundo, com ênfase particular em dados relativos ao bem-estar da criança

Nota geral sobre os dados .....página 99
Explicações dos símbolos .....página 100
Classificação por mortalidade de menores de 5 anos .....página 101
Resumo de indicadores .....página 136
Medindo o desenvolvimento humano:
Uma introdução à Tabela 10 .....página 137

TABELAS

1 Indicadores básicos .....página 102
2 Nutrição .....página 106
3 Saúde .....página 110
4 HIV/aids .....página 114
5 Educação .....página 118
6 Indicadores demográficos .....página 122
7 Indicadores econômicos .....página 126
8 Mulheres .....página 130
9 Proteção à criança .....página 134
10 Taxas de progresso .....página 138

Nota geral sobre os dados

Os dados apresentados nas tabelas estatísticas a seguir são acompanhados por definições, fontes e explicações dos símbolos. Sempre que possível, foram utilizados dados de organizações das Nações Unidas responsáveis. Nos lugares onde não existem tais estimativas internacionalmente padronizadas, as tabelas baseiam-se em outras fontes, e, em particular, em dados recebidos do escritório de campo do UNICEF mais adequado. Sempre que possível, foram utilizados apenas dados nacionais abrangentes ou representativos. Informações mais detalhadas sobre metodologia e fontes dos dados apresentados estão disponíveis em www.childinfo.org.

A qualidade dos dados pode ser afetada de modo adverso para os países que sofreram recentemente desastres naturais ou provocados pelo homem. Essa alteração ocorre particularmente em locais onde a infra-estrutura básica do país foi fragmentada ou onde houve migrações populacionais importantes.

Vários indicadores – como dados sobre expectativa de vida, taxas totais de fertilidade, taxas brutas de natalidade e mortalidade – fazem parte do trabalho regular sobre estimativas e projeções realizado pela Divisão de População das Nações Unidas. Essas e outras estimativas produzidas internacionalmente são periodicamente revisadas, o que explica o fato de alguns desses dados diferirem daqueles encontrados em publicações anteriores do UNICEF.

Estimativas sobre mortalidade

A cada ano, o UNICEF inclui no relatório *Situação Mundial da Infância* estimativas sobre mortalidade, tais como taxa de mortalidade de bebês, taxa de mortalidade de menores de 5 anos, mortalidade de menores de 5 anos, e, a partir deste ano, taxa de mortalidade neonatal, para no mínimo dois anos de referência. Esses valores representam as melhores estimativas disponíveis até o momento em que o relatório foi produzido, e estão baseados no trabalho do Grupo Interagências para Estimativas sobre Mortalidade, que inclui UNICEF, Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial e Divisão de População da ONU. Esse grupo atualiza essas estimativas anualmente, realizando uma revisão detalhada de todos os novos pontos de dados disponíveis. Algumas vezes, essa revisão resulta em ajustes nas estimativas anteriormente relatadas. Portanto, as estimativas publicadas em edições consecutivas do relatório *Situação Mundial da Infância* podem não ser comparáveis, e não devem ser utilizadas para analisar tendências de mortalidade ao longo do tempo. É importante observar que estimativas comparáveis sobre mortalidade de menores de 5 anos para o período de 1970 até o presente estão disponíveis para todos os países no *site* www.childinfo.org; e que a série atual está baseada nas estimativas mais recentes produzidas pelo Grupo Interagências para Estimativas sobre Mortalidade.

Revisões

Diversas tabelas estatísticas foram revisadas este ano.

Tabela 1. Indicadores Básicos: um novo indicador – taxa de mortalidade neonatal – foi acrescentado à tabela de Indicadores Básicos. As estimativas para esse indicador referem-se ao ano 2000.

Tabela 3. Saúde: três mudanças importantes foram incorporadas aos indicadores de saúde infantil deste ano.

- *Água limpa de melhor qualidade e condições de saneamento adequadas*: os dados foram atualizados para incluir as últimas estimativas do Programa Conjunto OMS/UNICEF para o Acompanhamento do Fornecimento de Água e Saneamento, que agora se referem a 2004.
- *Imunização*: estimativas de cobertura, especificamente para hepatite B (HepB) e *Haemophilus influenzae* tipo b (Hib), também são apresentadas para os países onde essas vacinas foram distribuídas em apenas algumas regiões (como Índia). Em relatórios anteriores, não foram fornecidos valores para países onde a cobertura por essas vacinas foi apenas parcial.
- *Suspeita de pneumonia*: a expressão 'suspeita de pneumonia' é utilizada no lugar de 'infecções respiratórias agudas (IRA)', utilizada nas edições anteriores. Entretanto, a metodologia de coleta de dados não foi modificada, e as estimativas apresentadas nos relatórios anteriores são comparáveis às da edição deste ano. A mudança de terminologia foi proposta pela primeira vez e apoiada em uma reunião entre agências realizada em 2004.

A expressão 'suspeita de pneumonia' é uma descrição mais precisa dos dados coletados, uma vez que esses dados referem-se a crianças menores de 5 anos com quadro de tosse e respiração acelerada, ou dificuldades respiratórias, que são sintomas básicos de pneumonia. 'Infecções respiratórias agudas' é uma expressão mais geral, e refere-se a infecções tanto do trato respiratório superior como do inferior. A pneumonia é uma infecção grave dos pulmões,

Nota geral sobre os dados (continuação)

responsável por uma proporção significativa da carga de doenças agrupadas como IRA.

Tabela 4. HIV/aids: as estimativas sobre adultos, crianças e mulheres que vivem com HIV foram modificadas, devido a revisões realizadas pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids (Unaids) para as estimativas de prevalência de HIV. Essas revisões baseiam-se em novas informações agora disponíveis nos países, que oferecem dados mais precisos e com melhor qualidade sobre o número de infecções. O Unaids também ajustou seus relatos sobre estimativas do número de adultos infectados com HIV de 15-49 anos de idade para 15+. Esse ajuste foi feito para refletir o número crescente de adultos mais velhos que estão infectados.

As mudanças na prevalência de HIV e, em certa medida, as mudanças nas estimativas de mortalidade de adultos fornecidas pela Divisão de População da ONU também afetaram as estimativas do número de órfãos devido à aids e a todas as causas. Além disso, no relatório deste ano foram introduzidas mudanças na organização da Tabela 4. As colunas foram reordenadas para refletir as prioridades da campanha global *Unidos com as crianças e os adolescentes – Unidos vamos vencer a aids!,* cujo foco é a prevenção da transmissão do HIV da mãe para o filho, prevenção entre jovens, HIV pediátrico, e proteção e apoio para crianças afetadas pela aids (os "quatro Ps"). Foi incluído na tabela um indicador adicional que relata a prevalência de HIV entre jovens (entre 15 e 24 anos de idade). Por fim, o indicador sobre 'amplo conhecimento do HIV' foi modificado, para excluir dois componentes.

Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (MICS)

Por meio das Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (MICS), o UNICEF apóia os países na coleta de dados estatisticamente consistentes e internacionalmente comparáveis. Essas pesquisas constituem uma fonte de dados importante para o acompanhamento de objetivos e metas internacionais relevantes, tais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Plano de Ação de 'Um mundo para a criança', as metas de HIV/aids da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, e as metas de Abuja para malária. Cerca de 50 países realizaram MICS em 2005-2006. Entretanto, embora essas pesquisas tenham sido realizadas em 2005-2006, os resultados não foram liberados a tempo de serem incluídos nesta edição do relatório *Situação Mundial da Infância*. Esses dados farão parte da próxima edição, e também poderão ser acessados em www.childinfo.org.

Explicação dos símbolos

Uma vez que o objetivo destas tabelas estatísticas é fornecer um quadro geral da situação da criança e da mulher em todas as partes do mundo, a inclusão de dados específicos e de notas de rodapé foi considerada inadequada para esta seção. Os símbolos apresentados a seguir são comuns a todas as tabelas; símbolos específicos para uma tabela em particular estão incluídos nas notas de rodapé da própria tabela:

- \- Indica dados não disponíveis.
- x Indica dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão, ou que se referem a apenas uma parte de um país. Esses dados não estão incluídos nas médias regionais ou totais.
- y Indica dados que diferem da definição padrão ou que se referem a apenas uma parte de um país, mas que são incluídos no cálculo de médias regionais e globais.
- * Indica dados referentes ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado no título da coluna.
- ‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão.
- § Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

Classificação por mortalidade de menores de 5 anos

A lista a seguir apresenta os países e territórios classificados em ordem decrescente de sua taxa de mortalidade de menores de 5 anos (TMM5) estimada para 2005, um indicador crítico do bem-estar da criança. Nas tabelas seguintes, os países e territórios são apresentados em ordem alfabética.

	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (2005)			Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (2005)			Taxa de mortalidade de menores de 5 anos (2005)	
	Valor	Classificação		Valor	Classificação		Valor	Classificação
Serra Leoa	282	1	Guiana	63	66	Bulgária	15	129
Angola	260	2	Namíbia	62	67	Dominica	15	129
Afeganistão	257	3	Timor Leste	61	68	Maurício	15	129
Níger	256	4	Ilhas Marshall	58	69	Sérvia e Montenegro (pré-cessão)‡	15	129
Libéria	235	5	Coréia do Norte	55	70	Síria	15	129
Somália	225	6	Mongólia	49	71	Uruguai	15	129
Mali	218	7	Geórgia	45	72	Santa Lúcia	14	137
Chade	208	8	Guatemala	43	73	Sri Lanka	14	137
Guiné Equatorial	205	9	Maldivas	42	74	Seichelas	13	139
Rep. Dem. do Congo	205	9	Micronésia	42	74	Antígua e Barbuda	12	140
Ruanda	203	11	Honduras	40	76	Barbados	12	140
Guiné-Bissau	200	12	Marrocos	40	76	Bielo-Rússia	12	140
Costa do Marfim	195	13	Argélia	39	78	Costa Rica	12	140
Nigéria	194	14	Suriname	39	78	Malásia	12	140
Rep. Centro-Africana	193	15	Tuvalu	38	80	Omã	12	140
Burquina Fasso	191	16	Vanuatu	38	80	Barein	11	146
Burundi	190	17	Nicarágua	37	82	Kuait	11	146
Zâmbia	182	18	Indonésia	36	83	Letônia	11	146
Etiópia	164	19	Irã	36	83	Palau	11	146
Suazilândia	160	20	Cabo Verde	35	85	Chile	10	150
Benin	150	21	Brasil	33	86	Brunei	9	151
Guiné	150	21	Egito	33	86	Emirados Árabes Unidos	9	151
Camarões	149	23	Filipinas	33	86	Lituânia	9	151
Moçambique	145	24	República Dominicana	31	89	Eslováquia	8	154
Camboja	143	25	Líbano	30	90	Hungria	8	154
Togo	139	26	Nauru	30	90	Croácia	7	156
Gâmbia	137	27	Armênia	29	92	Cuba	7	156
Senegal	136	28	Ilhas Salomão	29	92	Estados Unidos	7	156
Uganda	136	28	Samoa	29	92	Estônia	7	156
Djibuti	133	30	Turquia	29	92	Polônia	7	156
Lesoto	132	31	China	27	96	Austrália	6	161
Zimbábue	132	31	El Salvador	27	96	Canadá	6	161
Iraque	125	33	México	27	96	Irlanda	6	161
Malaui	125	33	Peru	27	96	Israel	6	161
Mauritânia	125	33	Arábia Saudita	26	100	Malta	6	161
Tanzânia	122	36	Jordânia	26	100	Nova Zelândia	6	161
Botsuana	120	37	Equador	25	102	Reino Unido	6	161
Haiti	120	37	Panamá	24	103	Alemanha	5	168
Quênia	120	37	Tonga	24	103	Áustria	5	168
Madagascar	119	40	Tunísia	24	103	Bélgica	5	168
São Tomé e Príncipe	118	41	Paraguai	23	106	Chipre	5	168
Gana	112	42	Territórios Palestinos	23	106	Coréia do Sul	5	168
Congo	108	43	Catar	21	108	Dinamarca	5	168
Mianma	105	44	Colômbia	21	108	Espanha	5	168
Turcomenistão	104	45	Granada	21	108	França	5	168
Iêmen	102	46	Tailândia	21	108	Grécia	5	168
Paquistão	99	47	Venezuela	21	108	Holanda	5	168
Gabão	91	48	Ilhas Cook	20	113	Luxemburgo	5	168
Sudão	90	49	Jamaica	20	113	Mônaco	5	168
Azerbaijão	89	50	São Cristóvão e Névis	20	113	Portugal	5	168
Laos	79	51	São Vicente e Granadinas	20	113	Suíça	5	168
Eritréia	78	52	Líbia	19	117	Eslovênia	4	182
Butão	75	53	Romênia	19	117	Finlândia	4	182
Índia	74	54	Trinidad e Tobago	19	117	Itália	4	182
Nepal	74	54	Vietnã	19	117	Japão	4	182
Papua Nova Guiné	74	54	Albânia	18	121	Liechtenstein	4	182
Bangladesh	73	57	Argentina	18	121	Noruega	4	182
Cazaquistão	73	57	Federação Russa	18	121	República Checa	4	182
Comores	71	59	Fiji	18	121	Suécia	4	182
Tadjiquistão	71	59	Belize	17	125	Andorra	3	190
África do Sul	68	61	Macedônia	17	125	Cingapura	3	190
Uzbequistão	68	61	Ucrânia	17	125	Islândia	3	190
Quirguistão	67	63	Moldova	16	128	San Marino	3	190
Bolívia	65	64	Bahamas	15	129	Santa Sé	-	-
Quiribati	65	64	Bósnia-Herzegovina	15	129	Niue	-	-

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão.

TABELA 1. INDICADORES BÁSICOS

Países e territórios	Classificação por mortalidade de menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos		Taxa de mortalidade de bebês (menores de 1 anos)		Taxa de mortalidade neonatal	População total (milhares)	Número anual de nascimentos (milhares)	Número anual de mortes de menores de 5 anos (milhares)	RNB *per capita* (US$)	Expectativa de vida ao nascer (anos)	Taxa total de alfabetização de adultos	Razão líquida de matrícula/ freqüência na escola primária (%)	Distribuição de renda familiar (%) 1994-2004*	
		1990	2005	1990	2005	2000	2005	2005	2005	2005	2005	2000-2004*	2000-2005*	40% mais baixos	20% mais altos
Afeganistão	**3**	260	257	168	165	60	29863	1441	370	250x	47	28	53s	-	-
África do Sul	**61**	60	68	45	55	21	47432	1082	74	4960	46	82	89	10	62
Albânia	**121**	45	18	37	16	12	3130	53	1	2580	74	99	52s	23	37
Alemanha	**168**	9	5	7	4	3	82689	679	3	34580	79	-	-	22	37
Andorra	**190**	-	3	-	3	4	67	1	0	d	-	-	89	-	-
Angola	**2**	260	260	154	154	54	15941	767	199	1350	41	67	58s	-	-
Antígua e Barbuda	**140**	-	12	-	11	8	81	2	0	10920	-	-	-	-	-
Arábia Saudita	**100**	44	26	35	21	12	24573	671	17	11770	72	79	59	-	-
Argélia	**78**	69	39	54	34	20	32854	684	27	2730	72	70	97	19	43
Argentina	**121**	29	18	26	15	10	38747	687	12	4470	75	97	99	10	57
Armênia	**92**	54	29	46	26	17	3016	34	1	1470	72	99	94	21	43
Austrália	**161**	10	6	8	5	3	20155	250	2	32220	81	-	96	18	41
Áustria	**168**	10	5	8	4	3	8189	74	0	36980	79	-	-	22	38
Azerbaijão	**50**	105	89	84	74	36	8411	134	12	1240	67	99	91s	28	31
Bahamas	**129**	29	15	22	13	10	323	6	0	14920x	71	-	84	-	-
Bangladesh	**57**	149	73	100	54	36	141822	3747	274	470	64	-	84s	22	41
Barbados	**140**	17	12	15	11	8	270	3	0	9270x	76	-	97	-	-
Barein	**146**	19	11	15	9	11	727	13	0	10840x	75	87	86s	-	-
Bélgica	**168**	10	5	8	4	3	10419	110	1	35700	79	-	99	22	41
Belize	**125**	42	17	34	15	18	270	7	0	3500	72	-	95	-	-
Benin	**21**	185	150	111	89	38	8439	348	52	510	55	35	54s	19	45
Bielo-Rússia	**140**	19	12	16	10	5	9755	91	1	2760	68	100	90	22	38
Bolívia	**64**	125	65	89	52	27	9182	265	17	1010	65	87	78s	7	63
Bósnia-Herzegovina	**129**	22	15	18	13	11	3907	36	1	2440	74	97	93s	24	36
Botsuana	**37**	58	120	45	87	40	1765	45	5	5180	34	81	82	7x	70x
Brasil	**86**	60	33	50	31	15	186405	3726	123	3460	71	89	96s,y	9	62
Brunei	**151**	11	9	10	8	4	374	8	0	24100x	77	93	-	-	-
Bulgária	**129**	18	15	15	12	8	7726	67	1	3450	73	98	95	22	38
Burquina Fasso	**16**	210	191	113	96	36	13228	617	118	400	48	22	32s	18	47
Burundi	**17**	190	190	114	114	41	7548	347	66	100	44	59	47s	15	48
Butão	**53**	166	75	107	65	38	2163	64	5	870	64	-	70s,y	-	-
Cabo Verde	**85**	60	35	45	26	10	507	15	1	1870	71	-	92	-	-
Camarões	**23**	139	149	85	87	40	16322	563	84	1010	46	68	79s	15	51
Camboja	**25**	115	143	80	98	40	14071	429	61	380	57	74	65s	18	48
Canadá	**161**	8	6	7	5	4	32268	327	2	32600	80	-	99	20	40
Catar	**108**	26	21	21	18	5	813	14	0	12000x	73	89	95	-	-
Cazaquistão	**57**	63	73	53	63	32	14825	237	17	2930	64	100	93	19	42
Chade	**8**	201	208	120	124	45	9749	471	98	400	44	26	36s	-	-
Chile	**150**	21	10	18	8	6	16295	249	2	5870	78	96	-	10	62
China	**96**	49	27	38	23	21	1315844	17310	467	1740	72	91	99	14	50
Chipre	**168**	12	5	10	4	4	835	10	0	17580x	79	97	96	-	-
Cingapura	**190**	9	3	7	3	1	4326	39	0	27490	79	93	-	14	49
Colômbia	**108**	35	21	26	17	14	45600	968	20	2290	73	93	91s	9	63
Comores	**59**	120	71	88	53	29	798	28	2	640	64	-	31s	-	-
Congo	**43**	110	108	83	81	32	3999	177	19	950	53	-	-	-	-
Coréia do Norte	**70**	55	55	42	42	22	22488	342	19	a	64	-	-	-	-
Coréia do Sul	**168**	9	5	8	5	3	47817	457	2	15830	78	-	99	22	38
Costa do Marfim	**13**	157	195	103	118	65	18154	665	130	840	46	49	56	14	51
Costa Rica	**140**	18	12	16	11	7	4327	79	1	4590	78	95	-	12	55
Croácia	**156**	12	7	11	6	5	4551	41	0	8060	75	98	87	21	40
Cuba	**156**	13	7	11	6	4	11269	134	1	1170x	78	100	96	-	-
Dinamarca	**168**	9	5	8	4	4	5431	62	0	47390	78	-	100	23	36
Djibuti	**30**	175	133	116	88	38	793	27	4	1020	53	-	33	-	-
Dominica	**129**	17	15	15	13	7	79	2	0	3790	-	-	88	-	-
Egito	**86**	104	33	76	28	21	74033	1909	63	1250	70	71	83s	21	44
El Salvador	**96**	60	27	47	23	16	6881	166	4	2450	71	-	92	10	56
Emirados Árabes Unidos	**151**	15	9	13	8	5	4496	69	1	18060x	79	-	71	-	-
Equador	**102**	57	25	43	22	16	13228	295	7	2630	75	91	98	11	58
Eritréia	**52**	147	78	88	50	25	4401	170	13	220	55	-	67s	-	-
Eslováquia	**154**	14	8	12	7	5	5401	51	0	7950	74	-	-	24	35
Eslovênia	**182**	10	4	8	3	4	1967	17	0	17350	77	-	98	23	36
Espanha	**168**	9	5	8	4	3	43064	454	2	25360	80	-	99	19	42
Estados Unidos	**156**	12	7	9	6	5	298213	4165	29	43740	78	-	92	16	46
Estônia	**156**	16	7	12	6	6	1330	13	0	9100	72	100	94	19	43

	Classificação por mortalidade de menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos		Taxa de mortalidade de bebês (menores de 1 anos)		Taxa de mortalidade neonatal	População total (milhares)	Número anual de nascimentos (milhares)	Número anual de mortes de menores de 5 anos (milhares)	RNB *per capita* (US$)	Expectativa de vida ao nascer (anos)	Taxa total de alfabetização de adultos	Razão líquida de matrícula/ freqüência na escola primária (%)	Distribuição de renda familiar (%) 1994-2004*	
		1990	2005	1990	2005	2000	2005	2005	2005	2005	2005	2000-2004*	2000-2005*	40% mais baixos	20% mais altos
Etiópia	**19**	204	164	131	109	51	77431	3104	509	160	48	-	31s	22	39
Federação Russa	**121**	27	18	21	14	9	143202	1540	28	4460	65	99	91	17	47
Fiji	**121**	22	18	19	16	9	848	19	0	3280	68	-	96	-	-
Filipinas	**86**	62	33	41	25	15	83054	2018	67	1300	71	93	88s	14	52
Finlândia	**182**	7	4	6	3	2	5249	55	0	37460	79	-	99	24	37
França	**168**	9	5	7	4	3	60496	742	4	34810	80	-	99	20	40
Gabão	**48**	92	91	60	60	31	1384	42	4	5010	54	-	94s	-	-
Gâmbia	**27**	151	137	103	97	46	1517	52	7	290	57	-	53s	14	53
Gana	**42**	122	112	75	68	27	22113	683	76	450	57	58	65	16	47
Geórgia	**72**	47	45	43	41	25	4474	49	2	1350	71	-	93	16	46
Granada	**108**	37	21	30	17	13	103	2	0	3920	-	-	84	-	-
Grécia	**168**	11	5	10	4	4	11120	101	1	19670	78	96	99	19	42
Guatemala	**73**	82	43	60	32	19	12599	437	19	2400	68	69	93	10	60
Guiana	**66**	88	63	64	47	25	751	15	1	1010	64	-	97s	-	-
Guiné	**21**	240	150	145	98	48	9402	387	58	370	54	29	57s	17	47
Guiné Equatorial	**9**	170	205	103	123	40	504	22	5	c	42	87	61s	-	-
Guiné-Bissau	**12**	253	200	153	124	48	1586	79	16	180	45	-	39s	14x	53x
Haiti	**37**	150	120	102	84	34	8528	255	31	450	52	-	55s	9	63
Holanda	**168**	9	5	7	4	4	16299	187	1	36620	79	77	99	21	39
Honduras	**76**	59	40	44	31	18	7205	206	8	1190	68	80	91	11	58
Hungria	**154**	17	8	15	7	6	10098	94	1	10030	73	-	89	23	37
Iêmen	**46**	139	102	98	76	37	20975	845	86	600	62	-	75	20	41
Ilhas Cook	**113**	32	20	26	17	12	18	0	0	-	-	-	77	-	-
Ilhas Marshall	**69**	92	58	63	51	26	62	2	0	2930	-	-	90	-	-
Ilhas Salomão	**92**	38	29	31	24	12	478	15	0	590	63	-	80	-	-
Índia	**54**	123	74	84	56	43	1103371	25926	1919	720	64	61	76s	21	43
Indonésia	**83**	91	36	60	28	18	222781	4495	162	1280	68	90	94	20	43
Irã	**83**	72	36	54	31	22	69515	1348	49	2770	71	77	89	15	50
Iraque	**33**	50	125	40	102	63	28807	978	122	2170x	60	74	78s	-	-
Irlanda	**161**	10	6	8	5	4	4148	64	0	40150	78	-	96	20	42
Islândia	**190**	7	3	6	2	2	295	4	0	46320	81	-	99	-	-
Israel	**161**	12	6	10	5	4	6725	134	1	18620	80	97	98	16	45
Itália	**182**	9	4	9	4	3	58093	528	2	30010	80	98	99	19	42
Jamaica	**113**	20	20	17	17	10	2651	52	1	3400	71	80	91	17	46
Japão	**182**	6	4	5	3	2	128085	1162	5	38980	82	-	100	25x	36x
Jordânia	**100**	40	26	33	22	17	5703	150	4	2500	72	90	99s	18	46
Kuait	**146**	16	11	14	9	6	2687	51	1	16340x	77	93	86	-	-
Laos	**51**	163	79	120	62	35	5924	205	16	440	55	69	62s	20	43
Lesoto	**31**	101	132	81	102	28	1795	50	7	960	34	82	65s	6	67
Letônia	**146**	18	11	14	9	7	2307	21	0	6760	72	100	-	18	45
Líbano	**90**	37	30	32	27	20	3577	66	2	6180	72	-	93	-	-
Libéria	**5**	235	235	157	157	66	3283	167	39	130	42	-	66	-	-
Líbia	**117**	41	19	35	18	11	5853	136	3	5530	74	-	-	-	-
Liechtenstein	**182**	10	4	9	3	-	35	0	0	d	-	-	88	-	-
Lituânia	**151**	13	9	10	7	5	3431	31	0	7050	73	100	89	18	43
Luxemburgo	**168**	10	5	7	4	4	465	6	0	65630	79	-	91	-	-
Macedônia	**125**	38	17	33	15	9	2034	23	0	2830	74	96	92	17	46
Madagascar	**40**	168	119	103	74	33	18606	712	85	290	56	71	76s	13	54
Malásia	**140**	22	12	16	10	5	25347	547	7	4960	74	89	93	13	54
Malaui	**33**	221	125	131	79	40	12884	555	69	160	40	64	82s,y	13	56
Maldivas	**74**	111	42	79	33	37	329	10	0	2390	67	96	90	-	-
Mali	**7**	250	218	140	120	55	13518	661	144	380	48	19	39s	13	56
Malta	**161**	11	6	9	5	5	402	4	0	13590	79	88	94	-	-
Marrocos	**76**	89	40	69	36	21	31478	717	29	1730	70	52	86	17	47
Maurício	**129**	23	15	21	13	12	1245	20	0	5260	73	84	95	-	-
Mauritânia	**33**	133	125	85	78	70	3069	126	16	560	53	51	44s	17	46
México	**96**	46	27	37	22	15	107029	2172	59	7310	76	91	98	13	55
Mianma	**44**	130	105	91	75	40	50519	976	102	220x	61	90	84s	-	-
Micronésia	**74**	58	42	45	34	12	110	3	0	2300	68	-	-	-	-
Moçambique	**24**	235	145	158	100	48	19792	773	112	310	42	-	60s	17	47
Moldova	**128**	35	16	29	14	16	4206	43	1	880	69	98	86	20	41
Mônaco	**168**	9	5	7	4	3	35	0	0	d	-	-	-	-	-
Mongólia	**71**	108	49	78	39	26	2646	58	3	690	65	98	84	16	51
Montenegro‡	**-**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TABELA 1. INDICADORES BÁSICOS

	Classificação por mortalidade de menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos		Taxa de mortalidade de bebês (menores de 1 anos)		Taxa de mortalidade neonatal 2000	População total (milhares) 2005	Número anual de nascimentos (milhares) 2005	Número anual de mortes de menores de 5 anos (milhares) 2005	RNB *per capita* (US$) 2005	Expectativa de vida ao nascer (anos) 2005	Taxa total de alfabetização de adultos 2000-2004*	Razão líquida de matrícula/ freqüência na escola primária (%) 2000-2005*	Distribuição de renda familiar (%) 1994-2004*	
		1990	2005	1990	2005									40% mais baixos	20% mais altos
Namíbia	**67**	86	62	60	46	25	2031	56	3	2990	46	85	74	4x	79x
Nauru	**90**	-	30	-	25	14	14	0	0	-	-	-	-	-	-
Nepal	**54**	145	74	100	56	40	27133	787	58	270	62	49	78	15	55
Nicarágua	**82**	68	37	52	30	18	5487	154	6	910	70	-	80s	15	49
Níger	**4**	320	256	191	150	43	13957	750	192	240	45	29	30s	10	53
Nigéria	**14**	230	194	120	100	53	131530	5377	1043	560	44	-	60	15	49
Niue	**-**	-	-	-	-	13	1	0	-	-	-	-	99x	-	-
Noruega	**182**	9	4	7	3	3	4620	54	0	59590	80	-	99	24	37
Nova Zelândia	**161**	11	6	8	5	4	4028	54	0	25960	79	-	99	18	44
Omã	**140**	32	12	25	10	6	2567	64	1	7830x	75	81	78	-	-
Palau	**146**	21	11	18	10	14	20	0	0	7630	-	-	96	-	-
Panamá	**103**	34	24	27	19	11	3232	70	2	4630	75	92	98	9	60
Papua Nova Guiné	**54**	94	74	69	55	32	5887	174	13	660	56	57	-	12	57
Paquistão	**47**	130	99	100	79	57	157935	4773	473	690	64	50	56s	22	40
Paraguai	**106**	41	23	33	20	16	6158	177	4	1280	71	-	96s	9	61
Peru	**96**	78	27	58	23	16	27968	628	17	2610	71	88	97	10	59
Polônia	**156**	18	7	19	6	6	38530	365	3	7110	75	-	97	19	42
Portugal	**168**	14	5	11	4	3	10495	111	1	16170	78	-	99	17	46
Quênia	**37**	97	120	64	79	29	34256	1361	163	530	48	74	76	16	49
Quirguistão	**63**	80	67	68	58	31	5264	116	8	440	67	99	90	22	39
Quiribati	**64**	88	65	65	48	27	99	2	0	1390	-	-	97x	-	-
Reino Unido	**161**	10	6	8	5	4	59668	659	4	37600	79	-	99	18	44
Rep. Centro-Africana	**15**	168	193	102	115	48	4038	150	29	350	39	49	43s	7x	65x
Rep. Dem. do Congo	**9**	205	205	129	129	47	57549	2873	589	120	44	67	52s	-	-
República Checa	**182**	13	4	11	3	2	10220	91	0	10710	76	-	-	25	36
República Dominicana	**89**	65	31	50	26	19	8895	211	7	2370	68	87	86	12	57
Romênia	**117**	31	19	27	16	9	21711	211	4	3830	72	97	92	21	39
Ruanda	**11**	173	203	103	118	45	9038	375	76	230	44	65	73	23x	39x
Samoa	**92**	50	29	40	24	13	185	5	0	2090	71	-	90	-	-
San Marino	**190**	14	3	13	3	2	28	0	0	d	-	-	-	-	-
Santa Lúcia	**137**	21	14	20	12	10	161	3	0	4800	73	-	98	-	-
Santa Sé	**-**	-	-	-	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-	-
São Cristóvão e Névis	**113**	36	20	30	18	12	43	1	0	8210	-	-	94	-	-
São Tomé e Príncipe	**41**	118	118	75	75	38	157	5	1	390	63	-	84s	-	-
São Vicente e Granadinas	**113**	25	20	22	17	11	119	2	0	3590	71	-	94	-	-
Seichelas	**139**	19	13	17	12	9	81	3	0	8290	-	92	96	-	-
Senegal	**28**	148	136	90	77	31	11658	423	58	710	56	39	66	17	48
Serra Leoa	**1**	302	282	175	165	56	5525	252	71	220	41	35	41s	3x	63x
Sérvia‡	**-**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síria	**129**	39	15	31	14	9	19043	532	8	1380	74	80	95	-	-
Somália	**6**	225	225	133	133	49	8228	366	82	130x	47	-	12s	-	-
Sri Lanka	**137**	32	14	26	12	11	20743	329	5	1160	74	91	99	21	42
Suazilândia	**20**	110	160	78	110	38	1032	29	5	2280	30	80	77	9	64
Sudão	**49**	120	90	74	62	29	36233	1166	105	640	57	61	58s	-	-
Suécia	**182**	7	4	6	3	2	9041	96	0	41060	80	-	99	23	37
Suíça	**168**	9	5	7	4	3	7252	67	0	54930	81	-	94	20	41
Suriname	**78**	48	39	35	30	18	449	9	0	2540	70	90	92	-	-
Tadjiquistão	**59**	115	71	91	59	38	6507	185	13	330	64	99	89s	20	41
Tailândia	**108**	37	21	31	18	13	64233	1009	21	2750	71	93	-	16	49
Tanzânia	**36**	161	122	102	76	43	38329	1408	172	340	46	69	73s	19	42
Territórios Palestinos	**106**	40	23	34	21	-	3702	138	3	1110x	73	92	92s,y	-	-
Timor Leste	**68**	177	61	133	52	40	947	49	3	750	56	-	75s,y	-	-
Togo	**26**	152	139	88	78	40	6145	236	33	350	55	53	70s	-	-
Tonga	**103**	32	24	26	20	10	102	2	0	2190	73	99	91x	-	-
Trinidad e Tobago	**117**	33	19	28	17	13	1305	19	0	10440	70	-	92	16x	46x
Tunísia	**103**	52	24	41	20	14	10102	166	4	2890	74	74	97	16	47
Turcomenistão	**45**	97	104	80	81	35	4833	108	11	1340x	63	99	76s	16	48
Turquia	**92**	82	29	67	26	22	73193	1500	44	4710	69	87	89	15	50
Tuvalu	**80**	54	38	42	31	22	10	0	0	-	-	-	-	-	-
Ucrânia	**125**	26	17	19	13	9	46481	392	7	1520	66	99	82	23	38
Uganda	**28**	160	136	93	79	32	28816	1468	200	280	49	67	87s	16	50
Uruguai	**129**	23	15	21	14	7	3463	57	1	4360	76	-	-	14	51
Uzbequistão	**61**	79	68	65	57	27	26593	615	42	510	67	-	95s	23	36
Vanuatu	**80**	62	38	48	31	19	211	6	0	1600	69	74	94	-	-

	Classificação por mortalidade de menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos		Taxa de mortalidade de bebês (menores de 1 ano)		Taxa de mortalidade neonatal	População total (milhares)	Número anual de nascimentos (milhares)	Número anual de mortes de menores de 5 anos (milhares)	RNB *per capita* (US$)	Expectativa de vida ao nascer (anos)	Taxa total de alfabetização de adultos	Razão líquida de matrícula/ freqüência na escola primária (%)	Distribuição de renda familiar (%) 1994-2004*	
		1990	2005	1990	2005	2000	2005	2005	2005	2005	2005	2000-2004*	2000-2005*	40% mais baixos	20% mais altos
Venezuela	**108**	33	21	27	18	12	26749	593	12	4810	73	93	92	14	49
Vietnã	**117**	53	19	38	16	15	84238	1648	31	620	71	90	94	19	45
Zâmbia	**18**	180	182	101	102	40	11668	472	86	490	38	68	57s	16	49
Zimbábue	**31**	80	132	53	81	33	13010	384	51	340	37	-	82	13	56
MEMORANDO															
Sérvia e Montenegro (pré-cessão)	**129**	28	15	24	12	9	10503	121	2	3280	74	96	96	-	-
RESUMOS DE INDICADORES															
África ao sul do Saara		188	169	112	101	44	713457	28715	4853	764	46	62	61	11	59
África Oriental e Meridional		166	146	104	93	40	356126	13575	1982	1043	46	73	66	10	61
África Ocidental e Central		209	190	119	108	48	357331	15140	2877	491	46	49	56	14	51
Oriente Médio e Norte da África		81	54	59	43	26	378532	9743	526	2627	69	72	80	16	47
Ásia Meridional		129	84	89	63	44	1483358	37077	3114	691	64	59	74	22	41
Leste da Ásia e Pacífico		58	33	43	26	20	1952656	29820	984	2092	71	91	96	17	48
América Latina e Caribe		54	31	43	26	15	555853	11651	361	4078	72	90	94	13	53
ECO/CEI		53	35	43	29	18	404322	5595	196	3433	67	97	90	22	39
Países industrializados§		10	6	9	5	4	961191	10848	65	35410	79	-	96	21	40
Países em desenvolvimento§		105	83	71	57	33	5238533	120128	9971	1801	65	79	81	17	48
Países menos desenvolvidos§		182	153	115	97	43	759389	28258	4323	383	53	60	62	11	57
Mundial		95	76	65	52	30	6449371	133449	10142	7002	68	80	82	20	42

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão (ver item Memorando).

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Taxa de mortalidade de menores de 5 anos – Probabilidade de morte entre o nascimento e exatamente os 5 anos de idade, por 1.000 nascidos vivos.

Taxa de mortalidade de bebês – Probabilidade de morte entre o nascimento e 1 ano de idade, por 1.000 nascidos vivos.

Taxa de mortalidade neonatal – Probabilidade de morte durante os primeiros 28 dias completos de vida, por 1.000 nascidos vivos.

RNB *per capita* – Renda Nacional Bruta (RNB) é a soma do valor da contribuição de todos os produtores nacionais, acrescido de todos os impostos (menos subsídios) que não são incluídos na avaliação da produção, mais as receitas líquidas de rendas primárias (pagamento de empregados e rendas de propriedades) provenientes de fontes externas. A RNB *per capita* é a renda nacional bruta dividida pela população na metade do ano. A RNB *per capita* é convertida em dólares americanos pelo método do World Bank Atlas.

Expectativa de vida ao nascer – O número de anos que um recém-nascido viveria estando sujeito aos riscos de morte prevalentes para aquela amostragem da população no momento de seu nascimento.

Taxa de alfabetização de adultos – Porcentagem de pessoas com 15 anos de idade ou mais que sabem ler e escrever.

Razão líquida de matrícula/freqüência na escola primária – Derivada das taxas líquidas de matrícula na escola primária, conforme relatado pelo Instituto da UNESCO para Estatísticas, e extraída de relatórios de pesquisas nacionais domiciliares sobre freqüência à escola primária ou a níveis mais elevados de educação. A razão líquida de freqüência à escola primária é definida como a porcentagem de crianças no grupo etário correspondente à idade oficial para a educação primária que estão freqüentando a escola primária ou níveis mais elevados de educação.

Distribuição de renda – Porcentagem de renda recebida pela parcela de 20% das famílias de renda mais alta e pela parcela de 40% das famílias de renda mais baixa.

FONTES PRINCIPAIS

Taxa de mortalidade de menores de 5 anos – UNICEF, Organização Mundial da Saúde, Divisão de População das Nações Unidas e Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.

Taxa de mortalidade neonatal – Organização Mundial da Saúde, utilizando sistemas de registro de pessoas naturais e levantamentos domiciliares.

População total – Divisão de População das Nações Unidas.

Nascimentos – Divisão de População das Nações Unidas.

Mortes de menores de 5 anos – UNICEF.

RNB *per capita* – Banco Mundial.

Expectativa de vida – Divisão de População das Nações Unidas.

Alfabetização de adultos – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Instituto da Unesco para Estatísticas (IUE), incluindo a Avaliação de 2000 do programa Educação para Todos.

Matrícula/freqüência escolar – IUE, Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (MICS), e Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS).

Renda familiar – Banco Mundial.

NOTAS

a: faixa de baixa renda ($875 ou menos).
b: faixa de média-baixa renda ($876 a $3.465).
c: faixa de média-alta renda ($3.466 a $10.725).
d: faixa de alta renda ($10.726 ou mais).

- Dados não disponíveis.
s Dados de levantamento domiciliar nacional.
x Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão, ou que se referem a apenas uma parte de um país.
y Dados que diferem da definição padrão ou que se referem a apenas uma parte de um país, mas que são incluídos no cálculo de médias regionais e globais.
* Dados referentes ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado no título da coluna.

TABELA 2. NUTRIÇÃO

Países e territórios	% de bebês com baixo peso ao nascer 1998-2005*	% de crianças (1996-2005*) alimentadas:			% de menores de 5 anos (1996-2005*) sofrendo de:				Taxa de cobertura de suplementação com vitamina A (6-59 meses) 2004	% de famílias que consomem sal iodado 1998-2005*
		exclusivamente com leite materno (<6 meses)	com leite materno e complementação (6-9 meses)	ainda com leite materno (20-23 meses)	baixo peso		marasmo	retardo de crescimento		
					moderado e grave	grave	moderado e grave	moderado e grave		
Afeganistão	-	-	29	54	39	12	7	54	96t	28
África do Sul	15	7	46	-	12	2	3	25	37	62
Albânia	5	6	24	6	14	1	11	34	-	62
Alemanha	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Andorra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Angola	12	11	77	37	31	8	6	45	77	35
Antígua e Barbuda	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arábia Saudita	11x	31k	60	30	14	3	11	20	-	-
Argélia	7	13	38	22	10	3	8	19	-	69
Argentina	8	-	-	-	4	-	1	4	-	90x
Armênia	7	33	57	15	4	0	5	13	-	97
Austrália	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Áustria	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Azerbaijão	12	7	39	16	7	1	2	13	14	26
Bahamas	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bangladesh	36	36	69	90	48	13	13	43	83t	70
Barbados	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barein	8	34x,k	65x	41x	9x	2x	5x	10x	-	-
Bélgica	8x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belize	6	24k	54	23	-	-	-	-	-	90x
Benin	16	38	66	62	23	5	8	31	94t	72
Bielo-Rússia	5	-	-	-	-	-	-	-	-	55
Bolívia	7	54	74	46	8	1	1	27	42	90
Bósnia-Herzegovina	4	6	-	-	4	1	6	10	-	62
Botsuana	10	34	57	11	13	2	5	23	62w	66
Brasil	8	-	30	17	6	1	2	11	-	88
Brunei	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bulgária	10	-	-	-	-	-	-	-	-	98
Burquina Fasso	19	19	38	81	38	14	19	39	95t	45
Burundi	16	62	46	85	45	13	8	57	94	96
Butão	15	-	-	-	19	3	3	40	-	95
Cabo Verde	13	57k	64	13	-	-	-	-	-	0x
Camarões	13	24	79	29	18	4	5	32	81	88
Camboja	11	12	72	59	45	13	15	45	72t	14
Canadá	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Catar	10	12k	48	21	6x	-	2x	8x	-	-
Cazaquistão	8	36	73	17	4	0	2	10	-	83
Chade	22	2	77	65	37	14	14	41	84t	56
Chile	6	63	47	-	1	-	0	1	-	100
China	4	51	32	15	8	-	-	14	-	93
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cingapura	8	-	-	-	3	0	2	2	-	-
Colômbia	9	47	65	32	7	1	1	12	-	92x
Comores	25	21	34	45	25	-	8	44	7	82
Congo	-	19	78	21	15	3	7	26	94	-
Coréia do Norte	7	65	31	37	23	8	7	37	95t	40
Coréia do Sul	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa do Marfim	17	5	73	38	17	5	7	21	60	84
Costa Rica	7	35x,k	47x	12x	5	0	2	6	-	97x
Croácia	6	23	-	-	1	-	1	1	-	90
Cuba	5	41	42	9	4	0	2	5	-	88
Dinamarca	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Djibuti	16	-	-	-	27	8	18	23	-	-
Dominica	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Egito	12	38	67	37	6	1	4	18	-	78
El Salvador	7	24	76	43	10	1	1	19	-	62
Emirados Árabes Unidos	15x	34x,k	52x	29x	14x	3x	15x	17x	-	-
Equador	16	35	70	25	12	-	-	26	-	99
Eritréia	14	52	43	62	40	12	13	38	50	68
Eslováquia	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eslovênia	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	% de bebês com baixo peso ao nascer 1998-2005*	% de crianças (1996-2005*) alimentadas:			% de menores de 5 anos (1996-2005*) sofrendo de:				Taxa de cobertura de suplementação com vitamina A (6-59 meses) 2004	% de famílias que consomem sal iodado 1998-2005*
		exclusivamente com leite materno (<6 meses)	com leite materno e complementação (6-9 meses)	ainda com leite materno (20-23 meses)	baixo peso		marasmo	retardo de crescimento		
					moderado e grave	grave	moderado e grave	moderado e grave		
Espanha	6x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados Unidos	8	-	-	-	2	0	6	1	-	-
Estônia	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Etiópia	15	49	54	86	38	11	11	47	52	28
Federação Russa	6	-	-	-	3x	1x	4x	13x	-	35
Fiji	10	47x,k	-	-	-	-	-	-	-	31x
Filipinas	20	34	58	32	28	-	6	30	85t	56
Finlândia	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
França	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabão	14	6	62	9	12	2	3	21	-	36
Gâmbia	17	26	37	54	17	4	8	19	27	8
Gana	16	53	62	67	22	5	7	30	95	28
Geórgia	7	18k	12	12	3	0	2	12	-	68
Granada	8	39k	-	-	-	-	-	-	-	-
Grécia	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guatemala	12	51	67	47	23	4	2	49	18w	67
Guiana	13	11	42	31	14	3	11	11	-	-
Guiné	16	27	41	71	26	7	9	35	95t	68
Guiné Equatorial	13	24	-	-	19	4	7	39	-	33
Guiné-Bissau	22	37	36	67	25	7	10	30	64	2
Haiti	21	24	73	30	17	4	5	23	-	11
Holanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Honduras	14	35	61	34	17	2	1	29	40	80
Hungria	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iêmen	32x	12	76	-	46	15	12	53	20	30
Ilhas Cook	3	19k	-	-	-	-	-	-	-	-
Ilhas Marshall	12	63x,k	-	-	-	-	-	-	24	-
Ilhas Salomão	13x	65k	-	-	-	-	-	-	-	-
Índia	30	37k	44	66	47	18	16	46	51w	57
Indonésia	9	40	75	59	28	9	-	-	73t	73
Irã	7x	44	-	0	11	2	5	15	-	94
Iraque	15	12	51	27	12	3	8	23	-	40
Irlanda	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Islândia	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Israel	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jamaica	10	-	-	-	4	-	4	3	-	100
Japão	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jordânia	12	27	70	12	4	1	2	9	-	88
Kuait	7	12k	26	9	10	3	11	24	-	-
Laos	14	23	10	47	40	13	15	42	48	75
Lesoto	13	36	79	60	20	4	4	38	71	91
Letônia	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líbano	6	27k	35	11	4	-	5	11	-	92
Libéria	-	35	70	45	26	8	6	39	95	-
Líbia	7x	-	-	23x	5x	1x	3x	15x	-	90x
Liechtenstein	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lituânia	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luxemburgo	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macedônia	6	37	8	10	6	1	4	7	-	94
Madagascar	17	67	78	64	42	11	13	48	89t	75
Malásia	9	29k	-	12	11	1	-	-	-	-
Malaui	16	53	78	80	22	5	5	48	57	49
Maldivas	22	10	85	-	30	7	13	25	-	44
Mali	23	25	32	69	33	11	11	38	97	74
Malta	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marrocos	15	31	66	15	10	2	9	18	-	59
Maurício	14	21k	-	-	15x	2x	14x	10x	-	0x
Mauritânia	-	20	78	57	32	10	13	35	95t	2
México	8	-	-	-	8	1	2	18	-	91
Mianma	15	15k	66	67	32	7	9	32	96t	60

TABELA 2. NUTRIÇÃO

	% de bebês com baixo peso ao nascer 1998-2005*	% de crianças (1996-2005*) alimentadas:			% de menores de 5 anos (1996-2005*) sofrendo de:				Taxa de cobertura de suplementação com vitamina A (6-59 meses) 2004	% de famílias que consomem sal iodado 1998-2005*
		exclusivamente com leite materno (<6 meses)	com leite materno e complementação (6-9 meses)	ainda com leite materno (20-23 meses)	baixo peso		marasmo	retardo de crescimento		
					moderado e grave	grave	moderado e grave	moderado e grave		
Micronésia	18	60k	-	-	-	-	-	-	74	-
Moçambique	15	30	80	65	24	6	4	41	26	54
Moldova	5	46	66	2	4	1	4	8	-	59
Mônaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mongólia	7	51	55	57	7	1	3	20	93t	75
Montenegro‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	14	19	57	37	24	5	9	24	-	63
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nepal	21	68	66	92	48	13	10	51	97t	63
Nicarágua	12	31	68	39	10	2	2	20	98	97
Níger	13	1	56	61	40	14	14	40	-	15
Nigéria	14	17	64	34	29	9	9	38	85t	97
Niue	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Zelândia	6	-	-	-	-	-	-	-	-	83
Omã	8	-	92	73	18	1	7	10	95w	61
Palau	9	59x,k	-	-	-	-	-	-	-	-
Panamá	10	25x	38x	21x	8	1	1	18	-	95
Papua Nova Guiné	11x	59	74	66	-	-	-	-	32	-
Paquistão	19x	16x,k	31x	56x	38	13	13	37	95t	17
Paraguai	9	22	60	-	5	-	1	14	-	88
Peru	11	64	81	41	8	0	1	24	-	91
Polônia	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portugal	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quênia	10	13	84	57	20	4	6	30	63	91
Quirguistão	7x	24	77	21	11	2	3	25	95	42
Quiribati	5	80x,k	-	-	-	-	-	-	58	-
Reino Unido	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rep. Centro-Africana	14	17	77	53	24	6	9	39	79	86
Rep. Dem. do Congo	12	24	79	52	31	9	13	38	81t	72
República Checa	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
República Dominicana	11	10	41	16	5	1	2	9	-	18
Romênia	8	16	41	-	3	0	2	10	-	53
Ruanda	9	90	69	77	23	4	4	45	95t	90
Samoa	4x	-	-	-	-	-	-	-	-	-
San Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Lúcia	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Sé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Cristóvão e Névis	9	56k	-	-	-	-	-	-	-	100
São Tomé e Príncipe	20	56	53	42	13	2	4	29	76t	74
São Vicente e Granadinas	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Seichelas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Senegal	18	34	61	42	17	3	8	16	95	41
Serra Leoa	23	4	51	53	27	9	10	34	95t	23
Sérvia‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síria	6	81k	50	6	7	1	4	18	-	79
Somália	-	9	13	8	26	7	17	23	6	-
Sri Lanka	22	53	-	73	29	-	14	14	57w	94
Suazilândia	9	24	60	25	10	2	1	30	86	59
Sudão	31	16	47	40	41	15	16	43	70	1
Suécia	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suriname	13	9	25	11	13	2	7	10	-	-
Tadjiquistão	15	41	91	55	-	-	5	36	98t	28
Tailândia	9	4x,k	71x	27x	18x	2x	5x	13x	-	63
Tanzânia	10	41	91	55	22	4	3	38	94t	43
Territórios Palestinos	9	29k	78	11	5	1	3	10	-	64
Timor Leste	12	31	82	35	46	15	12	49	43	72
Togo	18	18	65	65	25	7	12	22	95t	67
Tonga	0	62k	-	-	-	-	-	-	-	-
Trinidad e Tobago	23	2	19	10	6	1	4	4	-	1

	% de bebês com baixo peso ao nascer 1998-2005*	% de crianças (1996-2005*) alimentadas: exclusivamente com leite materno (<6 meses)	com leite materno e complementação (6-9 meses)	ainda com leite materno (20-23 meses)	% de menores de 5 anos (1996-2005*) sofrendo de: baixo peso moderado e grave	baixo peso grave	marasmo moderado e grave	retardo de crescimento moderado e grave	Taxa de cobertura de suplementação com vitamina A (6-59 meses) 2004	% de famílias que consomem sal iodado 1998-2005*
Tunísia	7	47	-	22	4	1	2	12	-	97
Turcomenistão	6	13	71	27	12	2	6	22	-	100
Turquia	16	21	38	24	4	1	1	12	-	64
Tuvalu	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ucrânia	5	22	-	-	1	0	0	3	-	32
Uganda	12	63	75	50	23	5	4	39	68	95
Uruguai	8	-	-	-	5x	1x	1x	8x	-	-
Uzbequistão	7	19	49	45	8	2	7	21	86t	57
Vanuatu	6	50k	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuela	9	7k	50	31	5	1	4	13	-	90
Vietnã	9	15	-	26	27	4	8	31	95t,w	83
Zâmbia	12	40	87	58	20	-	6	50	50	77
Zimbábue	11	33	90	35	17	3	5	26	20	93
MEMORANDO										
Sérvia e Montenegro (pré-cessão)	4	11k	33	11	2	0	4	5	-	73
RESUMOS DE INDICADORES										
África ao sul do Saara	14	30	67	55	28	8	9	37	73	67
África Oriental e Meridional	13	40	69	63	27	7	7	40	60	60
África Ocidental e Central	15	20	65	48	28	9	10	35	85	73
Oriente Médio e Norte da África	15	30	59	24	16	4	8	24	-	65
Ásia Meridional	29	38	47	69	45	16	14	44	62	54
Leste da Ásia e Pacífico	7	43	43	27	15	-	-	19	81**	85
América Latina e Caribe	9	-	49	26	7	1	2	15	-	86
ECO/CEI	9	22	47	28	5	1	3	14	-	50
Países industrializados§	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Países em desenvolvimento§	16	36	52	46	27	10	10	31	68**	71
Países menos desenvolvidos§	19	34	64	65	35	10	10	42	75	53
Mundial	15	36	52	46	25	9	9	30	68**	70

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão (ver item Memorando).

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Baixo peso ao nascer – Bebês que pesam menos de 2,5 quilos.

Baixo peso – Moderado e grave: inferior a menos dois desvios-padrão do peso mediano para a idade da população-referência; grave: inferior a menos três desvios-padrão do peso mediano para a idade da população-referência.

Marasmo – Moderado e grave: inferior a menos dois desvios-padrão do peso mediano para a altura da população-referência.

Retardo de crescimento – Moderado e grave: inferior a menos dois desvios-padrão da altura mediana para a idade da população-referência.

Vitamina A – Porcentagem de crianças entre 6 e 59 meses de idade que receberam pelo menos uma dose alta de cápsulas de vitamina A em 2004.

Consumo de sal iodado – Porcentagem de famílias que consomem sal iodado em dose adequada (15 ppm ou mais).

FONTES PRINCIPAIS

Baixo peso ao nascer – Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS), Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (MICS), outras levantamentos domiciliares nacionais, e dados extraídos de sistemas de relatórios de rotina.

Aleitamento materno – DHS, MICS e UNICEF.

Baixo peso, marasmo e retardo de crescimento – DHS, MICS, Organização Mundial da Saúde (OMS) e UNICEF.

Iodatação do sal – MICS, DHS e UNICEF.

Vitamina A – UNICEF e OMS.

NOTAS

- \- Dados não disponíveis.
- x Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão, ou que se referem a apenas uma parte de um país.
- k Refere-se a alimentação exclusivamente com leite materno por menos de quatro meses.
- * Dados referentes ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado no título da coluna.
- t Identifica países que realizaram uma segunda campanha de cobertura de vitamina A maior ou igual a 70%.
- ** Exclui China.
- w Identifica países com programas de suplementação de vitamina A que não visam a crianças até 59 meses de idade.

TABELA 3. SAÚDE

Países e territórios	% da população usando fontes de água limpa de melhor qualidade 2004			% da população usando instalações sanitárias adequadas 2004			% de vacinação de rotina pelo PAI, financiada pelo governo 2005	Imunização 2005[i]								% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia	% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia levados a um agente de saúde‡	% de menores de 5 anos com diarréia que recebem reidratação oral e alimentação contínua	Malária: 1999-2005*		
								Crianças com um ano de idade imunizadas contra:													
								TB	DPT		Pólio	Sarampo	HepB	Hib							
								Vacinas correspondentes													
	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	BCG	DPT1[ii]	DPT3[ii]	pólio3	sarampo	hepB3	Hib3	% de recém-nascidos protegidos contra tétano	1999-2005*			% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro	% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro tratado	% de menores de 5 anos com febre que recebem medicamento antimalárico
Afeganistão	39	63	31	34	49	29	0	73	88	76	76	64	-	-	55	19	28	48	-	-	-
África do Sul	88	99	73	65	79	46	100	97	98	94	94	82	94	94	-	19x	75x	37	-	-	-
Albânia	96	99	94	91	99	84	80	98	98	98	97	97	98	-	-	1	83	51	-	-	-
Alemanha	100	100	100	100	100	100	-	-	96	90	94	93	84	92	-	-	-	-	-	-	-
Andorra	100	100	100	100	100	100	-	-	98	98	98	94	79	97	-	-	-	-	-	-	-
Angola	53	75	40	31	56	16	50	61	62	47	46	45	-	-	75	8	58	32	10	2	63
Antígua e Barbuda	91	95	89	95	98	94	100	-	99	99	98	99	99	99	-	-	-	-	-	-	-
Arábia Saudita	-	97	-	-	100	-	100	96	97	96	96	96	96	96	-	-	-	-	-	-	-
Argélia	85	88	80	92	99	82	100	98	94	88	88	83	83	-	-	9	52	-	-	-	-
Argentina	96	98	80	91	92	83	100	99	90	92	92	99	87	92	-	-	-	-	-	-	-
Armênia	92	99	80	83	96	61	35	94	96	90	92	94	91	-	-	8	28	48	-	-	-
Austrália	100	100	100	100	100	100	100	-	97	92	92	94	94	94	-	-	-	-	-	-	-
Áustria	100	100	100	100	100	100	-	-	91	86	86	75	86	86	-	-	-	-	-	-	-
Azerbaijão	77	95	59	54	73	36	100	98	95	93	97	98	96	-	-	3	36	40	12	1	1
Bahamas	97	98	86	100	100	100	100	-	99	93	93	85	93	93	-	-	-	-	-	-	-
Bangladesh	74	82	72	39	51	35	16	99	96	88	88	81	62	-	89	21	20	52	-	-	-
Barbados	100	100	100	100	99	100	94	-	97	92	91	93	92	92	-	-	-	-	-	-	-
Barein	-	100	-	-	100	-	100	-	99	98	98	99	98	98	-	-	-	-	-	-	-
Bélgica	-	100	-	-	-	-	-	-	98	97	97	88	78	95	-	-	-	-	-	-	-
Belize	91	100	82	47	71	25	100	96	97	96	96	95	97	96	-	-	66	-	-	-	-
Benin	67	78	57	33	59	11	47	99	99	93	93	85	92	35	69	12	35	42	32	7	60
Bielo-Rússia	100	100	100	84	93	61	100	99	99	99	98	99	99	-	-	-	-	-	-	-	-
Bolívia	85	95	68	46	60	22	40	93	94	81	79	64	81	81	-	22	52	54	-	-	-
Bósnia-Herzegovina	97	99	96	95	99	92	80	95	95	93	95	90	93	50	-	2	80	23	-	-	-
Botsuana	95	100	90	42	57	25	100	99	98	97	97	90	85	-	-	40	14	7	-	-	-
Brasil	90	96	57	75	83	37	100	99	96	96	98	99	92	96	-	24x	46x	28x	-	-	-
Brunei	-	-	-	-	-	-	100	96	99	99	99	97	99	99	-	-	-	-	-	-	-
Bulgária	99	100	97	99	100	96	100	98	97	96	97	96	96	-	-	-	-	-	-	-	-
Burquina Fasso	61	94	54	13	42	6	100	99	99	96	94	84	-	-	75	9	36	47	20	2	50
Burundi	79	92	77	36	47	35	70	84	86	74	64	75	74	74	45	13	40	16	3	1	31
Butão	62	86	60	70	65	70	0	99	97	95	95	93	95	-	-	-	-	-	-	-	-
Cabo Verde	80	86	73	43	61	19	80	78	75	73	72	65	69	-	-	-	-	-	-	-	-
Camarões	66	86	44	51	58	43	34	77	85	80	79	68	79	-	65	11	40	43	12	1	53
Camboja	41	64	35	17	53	8	7	87	85	82	82	79	-	-	53	20	37	59	-	-	-
Canadá	100	100	99	100	100	99	100	-	97	94	89	94	-	83	-	-	-	-	-	-	-
Catar	100	100	100	100	100	100	100	99	99	97	98	99	97	97	-	-	-	-	-	-	-
Cazaquistão	86	97	73	72	87	52	100	69	99	98	99	99	94	-	-	3	48	22	-	-	-
Chade	42	41	43	9	24	4	78	40	45	20	36	23	-	-	39	9	12	27	56	-	44
Chile	95	100	58	91	95	62	100	95	92	91	92	90	-	91	-	-	-	-	-	-	-
China	77	93	67	44	69	28	100	86	95	87	87	86	84	-	-	-	-	-	-	-	-
Chipre	100	100	100	100	100	100	25	-	99	98	98	86	88	58	-	-	-	-	-	-	-
Cingapura	100	100	-	100	100	-	100	98	96	96	96	96	96	-	-	-	-	-	-	-	-
Colômbia	93	99	71	86	96	54	100	87	95	87	87	89	87	87	-	10	57	39	27	-	-
Comores	86	92	82	33	41	29	15	90	85	80	85	80	80	-	65	10	49	31	36	9	63
Congo	58	84	27	27	28	25	70	-	73	65	65	56	-	-	65	-	-	-	-	-	-
Coréia do Norte	100	100	100	59	58	60	0	94	83	79	97	96	92	-	-	12	93	-	-	-	-
Coréia do Sul	92	97	71	-	-	-	100	97	98	96	96	99	99	-	-	-	-	-	-	-	-
Costa do Marfim	84	97	74	37	46	29	53	-	71	56	56	51	56	-	73	4	38	34	14	4	58
Costa Rica	97	100	92	92	89	97	100	88	89	91	91	89	90	89	-	-	-	-	-	-	-
Croácia	100	100	100	100	100	100	100	98	96	96	96	96	99	96	-	-	-	-	-	-	-
Cuba	91	95	78	98	99	95	99	99	99	99	99	98	99	94	-	-	-	-	-	-	-
Dinamarca	100	100	100	-	-	-	100	-	93	93	93	95	-	93	-	-	-	-	-	-	-
Djibuti	73	76	59	82	88	50	85	52	73	71	71	65	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dominica	97	100	90	84	86	75	70	98	98	98	98	98	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Egito	98	99	97	70	86	58	100	98	98	98	98	98	98	-	80	9	73	29	-	-	-
El Salvador	84	94	70	62	77	39	100	84	89	89	89	99	89	89	-	42	62	-	-	-	-
Emirados Árabes Unidos	100	100	100	98	98	95	100	98	97	94	94	92	92	94	-	-	-	-	-	-	-
Equador	94	97	89	89	94	82	100	99	99	94	93	93	94	94	-	-	-	-	-	-	-
Eritréia	60	74	57	9	32	3	0	91	91	83	83	84	83	-	-	19	44	54	12	4	4
Eslováquia	100	100	99	99	100	98	0	98	99	99	99	98	99	99	-	-	-	-	-	-	-
Eslovênia	-	-	-	-	-	-	100	-	92	96	96	94	-	96	-	-	-	-	-	-	-
Espanha	100	100	100	100	100	100	100	-	98	96	96	97	96	96	-	-	-	-	-	-	-

	% da população usando fontes de água limpa de melhor qualidade 2004			% da população usando instalações sanitárias adequadas 2004			% de vacinação de rotina pelo PAI, financiada pelo governo 2005	Imunização 2005[i]							% de recém-nascidos protegidos contra tétano	% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia[±] 1999-2005*	% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia levados a um agente de saúde[±] 1999-2005*	% de menores de 5 anos com diarréia que recebem reidratação oral e alimentação contínua 1998-2005*	Malária: 1999-2005*		
								Crianças com um ano de idade imunizadas contra:													
								TB	DPT			Pólio	Sarampo	HepB	Hib						
								Vacinas correspondentes													
	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	BCG	DPT1[a]	DPT3[a]	pólio3	sarampo	hepB3	Hib3					% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro	% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro tratado	% de menores de 5 anos com febre que recebem medicamento antimalárico
Estados Unidos	100	100	100	100	100	100	56	-	99	96	92	93	92	94	-	-	-	-	-	-	-
Estônia	100	100	99	97	97	96	-	99	99	96	96	96	95	37	-	-	-	-	-	-	-
Etiópia	22	81	11	13	44	7	0	67	78	69	66	59	-	-	45	24	16	38	2	1	3
Federação Russa	97	100	88	87	93	70	100	97	98	98	98	99	97	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiji	47	43	51	72	87	55	100	90	80	75	80	70	75	75	-	-	-	-	-	-	-
Filipinas	85	87	82	72	80	59	100	91	90	79	80	80	44	-	70	10	55	76	-	-	-
Finlândia	100	100	100	100	100	100	-	98	99	97	97	97	-	98	-	-	-	-	-	-	-
França	100	100	100	-	-	-	-	84	98	98	98	87	29	87	-	-	-	-	-	-	-
Gabão	88	95	47	36	37	30	100	89	69	38	31	55	55	-	60	13	48	44	-	-	-
Gâmbia	82	95	77	53	72	46	60	89	94	88	90	84	88	88	-	8	75	38	42	15	55
Gana	75	88	64	18	27	11	55	99	88	84	85	83	84	84	84	10	44	40	15	4	63
Geórgia	82	96	67	94	96	91	20	95	94	84	84	92	74	-	-	4	99	-	-	-	-
Granada	95	97	93	96	96	97	100	-	93	99	99	99	99	99	-	-	-	-	-	-	-
Grécia	-	-	-	-	-	-	-	88	96	88	87	88	88	88	-	-	-	-	-	-	-
Guatemala	95	99	92	86	90	82	100	96	93	81	81	77	27	27	-	18	64	22	6	1	-
Guiana	83	83	83	70	86	60	60	96	93	93	93	92	93	93	-	5	78	40	67	6	3
Guiné	50	78	35	18	31	11	10	90	90	69	70	59	-	-	76	15	33	44	25	4	56
Guiné Equatorial	43	45	42	53	60	46	100	73	65	33	39	51	-	-	48	-	-	36	15	1	49
Guiné-Bissau	59	79	49	35	57	23	0	80	86	80	80	80	-	-	54	10	64	23	67	7	58
Haiti	54	52	56	30	57	14	10	71	76	43	43	54	-	-	52	39	26	41	-	-	12
Holanda	100	100	100	100	100	100	-	94	98	98	98	96	-	98	-	-	-	-	-	-	-
Honduras	87	95	81	69	87	54	100	91	97	91	91	92	91	91	-	-	-	-	-	-	-
Hungria	99	100	98	95	100	85	99	99	99	99	99	99	-	99	-	-	-	-	-	-	-
Iêmen	67	71	65	43	86	28	13	66	99	86	87	76	86	57	24	24	47	23x	-	-	-
Ilhas Cook	94	98	88	100	100	100	11	99	99	99	99	99	99	-	-	-	-	-	-	-	-
Ilhas Marshall	87	82	96	82	93	58	-	93	89	77	88	86	89	69	-	-	-	-	-	-	-
Ilhas Salomão	70	94	65	31	98	18	0	84	82	80	75	72	72	-	-	-	-	-	-	-	-
Índia	86	95	83	33	59	22	100	75	81	59	58	58	8	-	80	19	67	22	-	-	12
Indonésia	77	87	69	55	73	40	100	82	88	70	70	72	70	-	70	8	61	56	-	26	1
Irã	94	99	84	-	-	-	100	99	97	95	95	94	94	-	-	24	93	-	-	-	-
Iraque	81	97	50	79	95	48	95	93	93	81	87	90	81	-	70	7	76	54	7	0	1
Irlanda	-	100	-	-	-	-	100	93	96	90	90	84	-	90	-	-	-	-	-	-	-
Islândia	100	100	100	100	100	100	-	-	95	95	95	90	-	95	-	-	-	-	-	-	-
Israel	100	100	100	-	100	-	100	61	98	95	93	95	95	96	-	-	-	-	-	-	-
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	97	96	97	87	96	95	-	-	-	-	-	-	-
Jamaica	93	98	88	80	91	69	100	95	91	88	83	84	87	89	-	3	39	21	-	-	-
Japão	100	100	100	100	100	100	100	-	99	99	97	99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jordânia	97	99	91	93	94	87	100	89	98	95	95	95	95	95	-	6	78	44	-	-	-
Kuait	-	-	-	-	-	-	100	-	99	99	99	99	99	-	-	-	-	-	-	-	-
Laos	51	79	43	30	67	20	0	65	68	49	50	41	49	-	30	1	36	37	82	18	9
Lesoto	79	92	76	37	61	32	9	96	95	83	80	85	83	-	-	19	54	53	-	-	-
Letônia	99	100	96	78	82	71	100	99	99	99	99	95	98	94	-	-	-	-	-	-	-
Líbano	100	100	100	98	100	87	100	-	98	92	92	96	88	92	-	4	74	-	-	-	-
Libéria	61	72	52	27	49	7	0	82	92	87	77	94	-	-	72	39	70	-	-	-	-
Líbia	-	-	-	97	97	96	100	99	98	98	98	97	97	-	-	-	-	-	-	-	-
Liechtenstein	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lituânia	-	-	-	-	-	-	100	99	98	94	93	97	95	61	-	-	-	-	-	-	-
Luxemburgo	100	100	100	-	-	-	100	-	99	99	99	95	95	98	-	-	-	-	-	-	-
Macedônia	-	-	-	-	-	-	100	99	98	97	98	96	53	-	-	-	-	-	-	-	-
Madagascar	50	77	35	34	48	26	29	72	71	61	63	59	61	-	45	9	48	47	-	-	34
Malásia	99	100	96	94	95	93	85	99	90	90	90	90	90	90	-	-	-	-	-	-	-
Malaui	73	98	68	61	62	61	20	-	99	93	94	82	93	93	-	27	27	51	20	15	28
Maldivas	83	98	76	59	100	42	100	99	99	98	98	97	98	-	-	22	22	-	-	-	-
Mali	50	78	36	46	59	39	71	82	95	85	84	86	85	3	75	10	36	45	72	8	38
Malta	100	100	100	-	100	-	60	-	94	92	94	86	78	83	-	-	-	-	-	-	-
Marrocos	81	99	56	73	88	52	100	95	99	98	98	97	96	-	-	12	38	46	-	-	-
Maurício	100	100	100	94	95	94	100	99	99	97	97	98	97	-	-	-	-	-	-	-	-
Mauritânia	53	59	44	34	49	8	100	87	85	71	71	61	42	-	34	10	41	28	31	2	33
México	97	100	87	79	91	41	100	99	99	98	98	96	98	98	-	-	-	-	-	-	-
Mianma	78	80	77	77	88	72	0	76	76	73	73	72	62	-	85	2	66	48	-	-	-
Micronésia	94	95	94	28	61	14	0	70	97	94	94	96	91	74	-	-	-	-	-	-	-
Moçambique	43	72	26	32	53	19	47	87	88	72	70	77	72	-	70	10	54	47	10	-	15

TABELA 3. SAÚDE

Países e territórios	% da população usando fontes de água limpa de melhor qualidade 2004			% da população usando instalações sanitárias adequadas 2004			% de vacinação de rotina pelo PAI, financiada pelo governo 2005	Imunização 2005[i]								% de recém-nascidos protegidos contra tétano	% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia[±]	% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia levados a um agente de saúde[±]	% de menores de 5 anos com diarréia que recebem reidratação oral e alimentação contínua	Malária: 1999-2005*		
								Crianças com um ano de idade imunizadas contra:														
								TB	DPT			Pólio	Sarampo	HepB	Hib							
								Vacinas correspondentes												% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro	% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro tratado	% de menores de 5 anos com febre que recebem medicamento antimalárico
	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	BCG	DPT1[a]	DPT3[a]	pólio3	sarampo	hepB3	Hib3		1999-2005*						
Moldova	92	97	88	68	86	52	86	97	98	98	98	97	99	-	-	1	78	52	-	-	-
Mônaco	100	100	-	100	100	-	-	90	99	99	99	99	99	99	-	-	-	-	-	-	-
Mongólia	62	87	30	59	75	37	26	99	97	99	99	99	98	28	-	2	78	66	-	-	-
Montenegro[‡]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	87	98	81	25	50	13	100	95	93	86	86	73	-	-	-	18	53	39	7	3	14
Nauru	-	-	-	-	-	-	100	90	90	80	80	80	80	-	-	-	-	-	-	-	-
Nepal	90	96	89	35	62	30	32	87	81	75	78	74	41	-	-	23	26	43	-	-	-
Nicarágua	79	90	63	47	56	34	100	-	95	86	87	96	86	86	-	31	57	49	-	-	2
Níger	46	80	36	13	43	4	100	93	97	89	89	83	-	-	54	12	27	43	17	6	48
Nigéria	48	67	31	44	53	36	100	48	43	25	39	35	-	-	51	10	33	28	6	1	34
Niue	100	100	100	100	100	100	100	97	72	85	86	99	86	99	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	100	100	100	-	-	-	100	-	97	91	91	90	-	93	-	-	-	-	-	-	-
Nova Zelândia	-	100	-	-	-	-	100	-	92	89	89	82	87	80	-	-	-	-	-	-	-
Omã	-	-	-	-	97	-	100	98	99	99	99	98	99	99	-	-	-	-	-	-	-
Palau	85	79	94	80	96	52	100	-	98	98	98	98	98	98	-	-	-	-	-	-	-
Panamá	90	99	79	73	89	51	100	99	95	85	86	99	85	85	-	-	-	-	-	-	-
Papua Nova Guiné	39	88	32	44	67	41	100	73	80	61	50	60	63	-	10	13x	75x	-	-	-	-
Paquistão	91	96	89	59	92	41	61	82	84	72	77	78	73	-	57	16x	66x	33x	-	-	-
Paraguai	86	99	68	80	94	61	100	78	91	75	74	90	75	75	-	17x	51x	-	-	-	-
Peru	83	89	65	63	74	32	100	93	94	84	80	80	84	84	-	17	68	57	-	-	-
Polônia	-	-	-	-	-	-	100	94	99	99	99	98	98	22	-	-	-	-	-	-	-
Portugal	-	-	-	-	-	-	-	89	94	93	93	93	94	93	-	-	-	-	-	-	-
Quênia	61	83	46	43	46	41	80	85	85	76	70	69	76	76	72	18	49	33	15	5	27
Quirguistão	77	98	66	59	75	51	30	96	98	98	98	99	97	-	-	4x	48x	16x	-	-	-
Quiribati	65	77	53	40	59	22	100	94	75	62	61	56	67	99	-	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	100	100	100	-	-	-	100	-	97	91	91	82	-	91	-	-	-	-	-	-	-
Rep. Centro-Africana	75	93	61	27	47	12	0	70	65	40	40	35	-	-	56	10	32	47	31	2	69
Rep. Dem. do Congo	46	82	29	30	42	25	0	84	82	73	73	70	-	-	66	11	36	17	12	1	45
República Checa	100	100	100	98	99	97	100	99	98	97	96	97	99	97	-	-	-	-	-	-	-
República Dominicana	95	97	91	78	81	73	65	99	92	77	73	99	77	77	-	20	63	42	-	-	-
Romênia	57	91	16	-	89	-	100	98	98	97	97	97	98	-	-	-	-	-	-	-	-
Ruanda	74	92	69	42	56	38	30	91	95	95	95	89	95	95	-	12	20	16	6	5	13
Samoa	88	90	87	100	100	100	100	86	86	64	73	57	60	-	-	-	-	-	-	-	-
San Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	94	95	95	94	95	94	-	-	-	-	-	-	-
Santa Lúcia	98	98	98	89	89	89	100	99	99	95	95	94	95	95	-	-	-	-	-	-	-
Santa Sé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Cristóvão e Névis	100	99	99	95	96	96	100	99	99	99	99	99	99	99	-	-	-	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	79	89	73	25	32	20	5	98	99	97	97	88	96	-	-	5	47	44	52	-	61
São Vicente e Granadinas	-	-	93	-	-	96	100	95	97	99	93	97	99	99	-	-	-	-	-	-	-
Seichelas	88	100	75	-	-	100	100	99	97	99	99	99	99	-	-	-	-	-	-	-	-
Senegal	76	92	60	57	79	34	70	92	97	84	84	74	84	18	85	7	27	33	14	14	29
Serra Leoa	57	75	46	39	53	30	0	-	77	64	64	67	-	-	-	9	50	39	15	2	61
Sérvia[‡]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síria	93	98	87	90	99	81	100	99	99	99	99	98	99	99	-	18	66	-	-	-	-
Somália	29	32	27	26	48	14	0	50	50	35	35	35	-	-	25	-	-	-	-	-	-
Sri Lanka	79	98	74	91	98	89	75	99	99	99	99	99	99	-	76	-	-	-	-	-	-
Suazilândia	62	87	54	48	59	44	100	84	77	71	71	60	71	-	-	10	60	24	0	0	26
Sudão	70	78	64	34	50	24	0	57	86	59	59	60	52	-	41	5	57	38	23	0	50
Suécia	100	100	100	100	100	100	0	16	99	99	99	94	-	98	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	100	100	100	100	100	100	5	-	95	93	95	82	-	91	-	-	-	-	-	-	-
Suriname	92	98	73	94	99	76	100	-	99	83	84	91	83	83	-	4	58	43	77	3	-
Tadjiquistão	59	92	48	51	70	45	5	98	86	81	84	84	81	-	-	1	51	29	6	2	69
Tailândia	99	98	100	99	98	99	100	99	99	98	98	96	96	-	-	-	-	-	-	-	-
Tanzânia	62	85	49	47	53	43	62	91	95	90	91	91	90	-	90	8	59	53	31	16	58
Territórios Palestinos	92	94	88	73	78	61	-	99	99	99	99	99	99	-	-	17	65	-	-	-	-
Timor Leste	58	77	56	36	66	33	0	70	64	55	55	48	-	-	45	14	24	-	-	-	19
Togo	52	80	36	35	71	15	100	96	91	82	80	70	-	-	-	9	30	25	56	54	60
Tonga	100	100	100	96	98	96	100	99	99	99	99	99	99	99	-	-	-	-	-	-	-
Trinidad e Tobago	91	92	88	100	100	100	100	98	94	95	97	93	95	95	-	3	74	31	-	-	-
Tunísia	93	99	82	85	96	65	100	-	98	98	98	96	97	80	-	9	43	-	-	-	-
Turcomenistão	72	93	54	62	77	50	98	99	99	99	99	99	99	-	-	1	51	-	-	-	-
Turquia	96	98	93	88	96	72	100	89	92	90	90	91	85	-	47	29	41	19	-	-	-

	% da população usando fontes de água limpa de melhor qualidade 2004			% da população usando instalações sanitárias adequadas 2004			% de vacinação de rotina pelo PAI, financiada pelo governo 2005	Imunização 2005[j]								% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia[±] 1999-2005*	% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia levados a um agente de saúde[±] 1999-2005*	% de menores de 5 anos com diarréia que recebem reidratação oral e alimentação contínua 1998-2005*	Malária: 1999-2005*		
								Crianças com um ano de idade imunizadas contra:							% de recém-nascidos protegidos contra tétano					% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro	% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro tratado	% de menores de 5 anos com febre que recebem medicamento antimalárico
								TB	DPT		Pólio	Sarampo	HepB	Hib								
								Vacinas correspondentes														
	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	BCG	DPT1[β]	DPT3[β]	pólio3	sarampo	hepB3	Hib3								
Tuvalu	100	94	92	90	93	84	100	99	99	93	99	62	79	-	-	-	-	-	-	-	-
Ucrânia	96	99	91	96	98	93	100	96	95	96	95	96	97	-	-	-	-	-	-	-	-
Uganda	60	87	56	43	54	41	9	92	94	84	83	86	84	84	56	22	67	29	7	0	-
Uruguai	100	100	100	100	100	99	100	99	99	96	96	95	96	96	-	-	-	-	-	-	-
Uzbequistão	82	95	75	67	78	61	64	93	99	99	99	99	99	-	-	0	57	33	-	-	-
Vanuatu	60	86	52	50	78	42	100	65	75	66	56	70	56	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuela	83	85	70	68	71	48	100	95	98	87	81	76	88	87	-	9	72	51	-	-	-
Vietnã	85	99	80	61	92	50	70	95	94	95	94	95	94	-	-	20	71	39	96	16	7
Zâmbia	58	90	40	55	59	52	10	94	94	80	80	84	80	80	98	15	69	48	16	7	52
Zimbábue	81	98	72	53	63	47	1	98	95	-	90	85	90	-	-	16	50	80	3	-	-
MEMORANDO																					
Sérvia e Montenegro (pré-cessão)	93	99	86	87	97	77	100	98	98	98	98	96	65	-	-	3	97	-	-	-	-
RESUMOS DE INDICADORES																					
África ao sul do Saara	55	81	41	37	53	28	50	76	77	66	68	65	37	-	61	13	39	35	14	4	37
África Oriental e Meridional	55	76	40	36	49	26	36	81	85	76	75	72	57	-	61	17	43	40	11	5	27
África Ocidental e Central	56	86	42	38	58	30	64	71	70	57	62	58	19	-	61	10	35	31	17	4	44
Oriente Médio e Norte da África	88	95	78	74	90	53	80	89	96	89	90	89	88	-	-	13	66	39	-	-	-
Ásia Meridional	85	94	81	37	63	27	81	79	83	65	65	64	23	-	77	19	59	27	-	-	12
Leste da Ásia e Pacífico	79	92	70	51	73	36	91	87	92	84	84	84	78	-	-	10**	62**	56**	-	-	-
América Latina e Caribe	91	96	73	77	86	49	96	96	95	91	91	92	85	90	-	-	-	-	-	-	-
ECO/CEI	91	98	79	84	93	70	90	93	96	95	95	96	92	-	-	15	50	25	-	-	-
Países industrializados[§]	100	100	100	100	100	99	75	-	98	96	94	92	64	90	-	-	-	-	-	-	-
Países em desenvolvimento[§]	80	92	70	50	73	33	78	83	87	75	76	75	54	-	69	16**	54**	35**	-	-	-
Países menos desenvolvidos[§]	59	79	51	36	55	29	23	81	86	76	76	72	41	-	64	16	37	40	19	5	36
Mundial	83	95	73	59	80	39	78	83	88	78	78	77	55	-	69	15**	54**	35**	-	-	-

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão (ver item Memorando).

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Recursos governamentais para vacinas – Porcentagem de vacinas que são administradas como rotina em um país para proteger as crianças, e que são financiadas pelo governo federal (incluindo empréstimos).

PAI – Programa Ampliado de Imunização: este programa inclui imunização contra tuberculose (TB), difteria, pertússis (coqueluche) e tétano (DPT), pólio e sarampo, assim como imunização de gestantes para proteger os bebês contra tétano neonatal. Em alguns países, outras vacinas – como contra hepatite B (HepB), *haemophilus influenzae* tipo B (Hib) ou febre amarela – podem estar incluídas no programa.

BCG – Porcentagem de bebês que receberam Bacilo de Calmette-Guérin (vacina contra tuberculose).

DPT1 – Porcentagem de bebês que receberam sua primeira dose de vacina contra difteria, pertússis (coqueluche) e tétano.

DPT3 – Porcentagem de bebês que receberam três doses de vacina contra difteria, pertússis (coqueluche) e tétano.

HepB3 – Porcentagem de bebês que receberam três doses de vacina contra hepatite B.

Hib3 – Porcentagem de bebês que receberam três doses de vacina contra *Haemophilus Influenzae* tipo b.

% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia – Porcentagem de crianças (0-4 anos de idade) com suspeita de pneumonia nas duas semanas que precederam a pesquisa.

% de menores de 5 anos com suspeita de pneumonia levados a um agente de saúde – Porcentagem de crianças (0-4 anos de idade) com suspeita de pneumonia nas duas semanas que precederam a pesquisa e que foram levadas a um agente de saúde adequado.

% de menores de 5 anos com diarréia que recebem reidratação oral e alimentação contínua – Porcentagem de crianças (0-4 anos de idade) com diarréia nas duas semanas que precederam a pesquisa e que receberam tanto terapia de reidratação oral (Sais de Reidratação Oral ou soro caseiro recomendado) ou maior quantidade de líquidos e alimentação contínua.

Malária

% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro – Porcentagem de crianças (0-4 anos de idade) que dormiam sob mosquiteiro.

% de menores de 5 anos que dormem sob mosquiteiro tratado – Porcentagem de crianças (0-4 anos de idade) que dormiam sob mosquiteiro tratado com inseticida.

% de menores de 5 anos com febre que recebem medicamento antimalárico – Porcentagem de crianças (0-4 anos de idade) que estavam doentes e com febre nas duas semanas que precederam a pesquisa e que receberam algum medicamento antimalárico adequado (de acordo com a definição local).

FONTES PRINCIPAIS

Uso de fonte de água limpa de melhor qualidade e de instalações sanitárias adequadas – UNICEF, Organização Mundial da Saúde (OMS), Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (MICS), e Pesquisas sobre Demografia e Saúde (DHS).

Recursos governamentais para vacinas – UNICEF e OMS.

Imunização – UNICEF e OMS.

Suspeita de pneumonia – DHS, MICS e outras pesquisas domiciliares nacionais.

Reidratação oral – DHS e MICS.

Malária – DHS e MICS.

NOTAS

- Dados não disponíveis.
x Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão, ou que se referem a apenas uma parte de um país.
* Dados referentes ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado no título da coluna.
** Exclui China.
β A cobertura para DPT1 deve ser no mínimo igual à de DPT3. Discrepâncias em que a cobertura de DPT1 é inferior à de DPT3 refletem deficiências na coleta de dados e no processo de relatórios. UNICEF e OMS estão trabalhando com sistemas nacionais e territoriais para eliminar tais discrepâncias.
± No relatório deste ano, utilizamos a expressão 'suspeita de pneumonia' no lugar de 'infecções respiratórias agudas (IRA)', utilizada em edições anteriores. Entretanto, a metodologia de coleta de dados não foi modificada, e as estimativas apresentadas em relatórios anteriores são comparáveis às da edição deste ano. Ver maiores detalhes sobre esta atualização em 'Nota geral sobre os dados', na página 99.
λ No relatório deste ano, estimativas de cobertura, especificamente para hepatite B e *Haemophilus influenzae* tipo b (Hib), também são apresentadas para os países onde essas vacinas foram introduzidas apenas parcialmente (como na Índia). Em relatórios anteriores, não foram fornecidos valores para países onde a cobertura para essas vacinas era apenas parcial.

TABELA 4. HIV/aids

Países e territórios	Taxa estimada de prevalência de HIV entre adultos (15+ anos de idade), final de 2005	Número estimado de pessoas (todas as idades) vivendo com HIV, 2005 (milhares)				Transmissão de mãe para filho			Infecções pediátricas	Prevenção entre jovens						Órfãos		
						Número estimado de mulheres (15+) vivendo com HIV, 2005 (milhares)	Taxa de prevalência de HIV em gestantes jovens (15-24 anos) em capitais		Número estimado de crianças (0-14 anos) vivendo com HIV, 2005 (milhares)	Prevalência de HIV entre jovens (15-24 anos), 2005		% de pessoas com amplo conhecimento sobre HIV, 1999-2005*		% de pessoas que usaram preservativo em sua última relação sexual de alto risco, 1999-2005*		Crianças (0-17 anos)		Taxa de freqüência escolar de órfãos
		estimativa	estimativa baixa		estimativa alta		ano	mediana		homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	órfãs devido à aids, 2005 estimativa (milhares)	órfãs devido a todas as causas, 2005 estimativa (milhares)	1999-2005*
Afeganistão	<0,1	<1,0			<2,0	<0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1600	-
África do Sul	18,8	5500	4900	-	6100	3100	2004	25,2	240	4,5	14,8	-	-	-	-	1200	2500	-
Albânia	-	-			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-
Alemanha	0,1	49	29	-	81	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Andorra	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Angola	3,7	320	200	-	450	170	2004	2,8	35	0,9	2,5	-	-	-	-	160	1200	90
Antígua e Barbuda	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arábia Saudita	-	-		-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Argélia	0,1	19	9,0	-	59	4,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Argentina	0,6	130	80	-	220	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	690	-
Armênia	0,1	2,9	1,8	-	5,8	<1,0	-	-	-	-	-	8	7	44	-	-	-	-
Austrália	0,1	16	9,7	-	27	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Áustria	0,3	12	7,2	-	20	2,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Azerbaijão	0,1	5,4	2,6	-	17	<1,0	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
Bahamas	3,3	6,8	3,3	-	22	3,8	-	-	<0,5	-	-	-	-	-	-	-	8	-
Bangladesh	<0,1	11	6,4	-	18	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4400	-
Barbados	1,5	2,7	1,5	-	4,2	<1,0	-	-	<0,1	-	-	-	-	-	-	-	3	-
Barein	-	<1,0			<2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bélgica	0,3	14	8,1	-	22	5,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Belize	2,5	3,7	2,0	-	5,7	1,0	-	-	<0,1	-	-	-	-	-	-	-	5	-
Benin	1,8	87	57	-	120	45	2003	1,7 - 2,1	9,8	0,4	1,1	14	8	34	19	62	370	-
Bielo-Rússia	0,3	20	11	-	47	5,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bolívia	0,1	7,0	3,8	-	17	1,9	-	-	-	-	-	18	-	37	20	-	310	-
Bósnia-Herzegovina	<0,1	<0,5			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Botsuana	24,1	270	260	-	350	140	2005	33,5	14	5,7	15,3	33	40	88	75	120	150	99
Brasil	0,5	620	370	-	1000	220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3700	-
Brunei	<0,1	<0,1			<0,2	<0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Bulgária	<0,1	<0,5			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Burquina Fasso	2,0	150	120	-	190	80	2005	1,8	17	0,5	1,4	23	15	67	54	120	710	109
Burundi	3,3	150	130	-	180	79	2004	8,6	20	0,8	2,3	-	24	-	-	120	600	70
Butão	<0,1	<0,5			<2,0	<0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78	-
Cabo Verde	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Camarões	5,4	510	460	-	560	290	2002	7,0	43	1,4	4,9	34	27	57	46	240	1000	99
Camboja	1,6	130	74	-	210	59	2002	2,7	-	-	-	-	37	-	-	-	470	71
Canadá	0,3	60	48	-	72	9,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Catar	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cazaquistão	0,1	12	11	-	77	6,8	-	-	-	-	-	-	-	65	32	-	-	-
Chade	3,5	180	88	-	300	90	2005	3,6	16	0,9	2,2	20	8	25	17	57	600	105
Chile	0,3	28	17	-	56	7,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200	-
China	0,1	650	390	-	1100	180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20600	-
Chipre	-	<0,5			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cingapura	0,3	5,5	3,1	-	14	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-
Colômbia	0,6	160	100	-	320	45	-	-	-	-	-	-	-	-	30	-	870	-
Comores	<0,1	<0,5			<1,0	<0,1	-	-	<0,1	<0,1	<0,1	-	10	-	-	-	33	59
Congo	5,3	120	75	-	160	61	2002	3,0	15	1,2	3,7	22	10	38	20	110	270	-
Coréia do Norte	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coréia do Sul	<0,1	13	7,9	-	25	7,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	450	-
Costa do Marfim	7,1	750	470	-	1000	400	2002	5,2	74	1,7	5,1	-	16	-	-	450	1400	83
Costa Rica	0,3	7,4	3,6	-	24	2,0	2002	5,2	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-
Croácia	<0,1	<0,5			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cuba	0,1	4,8	2,3	-	15	2,6	-	-	-	-	-	-	52	-	-	-	120	-
Dinamarca	0,2	5,6	3,4	-	9,3	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Djibuti	3,1	15	3,9	-	34	8,4	-	-	1,2	0,7	2,1	-	-	-	-	6	48	-
Dominica	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Egito	<0,1	5,3	2,9	-	13	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
El Salvador	0,9	36	22	-	72	9,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150	-
Emirados Árabes Unidos	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equador	0,3	23	11	-	74	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230	-
Eritréia	2,4	59	33	-	95	31	-	-	6,6	0,6	1,6	-	37	-	-	36	280	83
Eslováquia	<0,1	<0,5			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eslovênia	<0,1	<0,5			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanha	0,6	140	84	-	230	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estados Unidos	0,6	1200	720	-	2000	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estônia	1,3	10	4,8	-	32	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Taxa estimada de prevalência de HIV entre adultos (15+ anos de idade), final de 2005	Número estimado de pessoas (todas as idades) vivendo com HIV, 2005 (milhares)					Transmissão de mãe para filho			Infecções pediátricas	Prevenção entre jovens						Órfãos		
																	Crianças (0-17 anos)		
							Número estimado de mulheres (15+) vivendo com HIV, 2005 (milhares)	Taxa de prevalência de HIV em gestantes jovens (15-24 anos) em capitais		Número estimado de crianças (0-14 anos) vivendo com HIV, 2005 (milhares)	Prevalência de HIV entre jovens (15-24 anos), 2005		% de pessoas com amplo conhecimento sobre HIV, 1999-2005*		% de pessoas que usaram preservativo em sua última relação sexual de alto risco, 1999-2005*		órfãs devido à aids, 2005	órfãs devido a todas as causas, 2005	Taxa de freqüência escolar de órfãos
		estimativa	estimativa baixa		estimativa alta			ano	mediana		homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	estimativa (milhares)	estimativa (milhares)	1999-2005*
Etiópia	-	-	420	-	1300	-	2003	11,5	-	-	-	-	-	30	17	-	4800	60
Federação Russa	1,1	940	560	-	1600	210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiji	0,1	<1,0	0,3	-	2,1	<0,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	-
Filipinas	<0,1	12	7,3	-	20	3,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2000	-
Finlândia	0,1	1,9	1,1	-	3,1	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
França	0,4	130	78	-	210	45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabão	7,9	60	40	-	87	33	-	-	3,9	1,8	5,4	22	24	48	33	20	65	98
Gâmbia	2,4	20	10	-	33	11	-	-	1,2	0,6	1,7	-	15	-	-	4	64	85
Gana	2,3	320	270	-	380	180	2003	3,9	25	0,2	1,3	44	38	52	33	170	1000	79p
Geórgia	0,2	5,6	2,7	-	18	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Granada	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grécia	0,2	9,3	5,6	-	15	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guatemala	0,9	61	37	-	100	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	370	98
Guiana	2,4	12	4,7	-	23	6,6	-	-	<1,0	-	-	-	36	-	-	-	26	-
Guiné	1,5	85	69	-	100	53	2004	4,4	7,0	0,5	1,4	-	-	32	17	28	370	113
Guiné Equatorial	3,2	8,9	7,3	-	11	4,7	-	-	<1,0	0,7	2,3	-	4	-	-	5	29	95
Guiné-Bissau	3,8	32	18	-	50	17	-	-	3,2	0,9	2,5	-	8	-	-	11	100	103
Haiti	3,8	190	120	-	270	96	2000	3,7	17	-	-	28	15	30	19	-	490	87
Holanda	0,2	18	11	-	29	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Honduras	1,5	63	35	-	99	16	-	-	2,4	-	-	-	-	-	-	-	180	-
Hungria	0,1	3,2	1,9	-	5,3	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iêmen	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ilhas Cook	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ilhas Marshall	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ilhas Salomão	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índia	0,9	5700	3400	-	9400	1600	-	-	-	-	-	17	21	59	51	-	25700	-
Indonésia	0,1	170	100	-	290	29	-	-	-	-	-	-	7	-	-	-	5300	82
Irã	0,2	66	36	-	160	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1500	-
Iraque	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Irlanda	0,2	5,0	3,0	-	8,3	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Islândia	0,2	<0,5			<1,0	<0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Israel	-	4,0	2,2	-	9,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	0,5	150	90	-	250	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jamaica	1,5	25	14	-	39	6,9	-	-	<0,5	-	-	-	-	-	-	-	55	-
Japão	<0,1	17	10	-	29	9,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jordânia	-	<1,0			<2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Kuait	-	<1,0			<2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laos	0,1	3,7	1,8	-	12	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	290	-
Lesoto	23,2	270	250	-	290	150	2004	27,3	18	5,9	14,1	18	26	48	50	97	150	95
Letônia	0,8	10	6,1	-	17	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Líbano	0,1	2,9	1,4	-	9,2	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Libéria	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250	-
Líbia	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Liechtenstein	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lituânia	0,2	3,3	1,6	-	10	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luxemburgo	0,2	<1,0			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macedônia	<0,1	<0,5			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madagascar	0,5	49	16	-	110	13	-	-	1,6	0,6	0,3	16	19	12	5	13	900	76
Malásia	0,5	69	33	-	220	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	480	-
Malaui	14,1	940	480	-	1400	500	2001	15,0	91	3,4	9,6	36	24	47	35	550	950	93
Maldivas	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mali	1,7	130	96	-	160	66	2002	2,5	16	0,4	1,2	15	9	30	14	94	710	104
Malta	0,1	<0,5			<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marrocos	0,1	19	12	-	38	4,0	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-
Maurício	0,6	4,1	1,9	-	13	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	-
Mauritânia	0,7	12	7,3	-	23	6,3	-	-	1,1	0,2	0,5	-	-	-	-	7	170	-
México	0,3	180	99	-	440	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1600	-
Mianma	1,3	360	200	-	570	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1700	-
Micronésia	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Moçambique	16,1	1800	1400	-	2200	960	2002	14,7	140	3,6	10,7	33	20	33	29	510	1500	80
Moldova	1,1	29	15	-	69	16	-	-	-	-	-	-	19	63	44	-	-	-
Mônaco	-	-		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mongólia	<0,1	<0,5			<2,0	<0,1	-	-	-	-	-	-	32	-	-	-	79	-
Montenegro‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TABELA 4. HIV/aids

Países e territórios	Taxa estimada de prevalência de HIV entre adultos (15+ anos de idade), final de 2005	Número estimado de pessoas (todas as idades) vivendo com HIV, 2005 (milhares)			Transmissão de mãe para filho			Infecções pediátricas	Prevenção entre jovens						Órfãos		
					Número estimado de mulheres (15+) vivendo com HIV, 2005 (milhares)	Taxa de prevalência de HIV em gestantes jovens (15-24 anos) em capitais		Número estimado de crianças (0-14 anos) vivendo com HIV, 2005 (milhares)	Prevalência de HIV entre jovens (15-24 anos), 2005		% de pessoas com amplo conhecimento sobre HIV, 1999-2005*		% de pessoas que usaram preservativo em sua última relação sexual de alto risco, 1999-2005*		Crianças (0-17 anos)		Taxa de freqüência escolar de órfãos
		estimativa	estimativa baixa	estimativa alta		ano	mediana		homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	órfãs devido à aids, 2005 estimativa (milhares)	órfãs devido a todas as causas, 2005 estimativa (milhares)	1999-2005*
Namíbia	19,6	230	110	360	130	2004	7,5	17	4,4	13,4	41	31	69	48	85	140	92
Nauru	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nepal	0,5	75	41	180	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	970	-
Nicarágua	0,2	7,3	3,9	18	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	17	-	130	-
Níger	1,1	79	39	130	42	-	-	8,9	0,2	0,8	-	5	-	-	46	800	-
Nigéria	3,9	2900	1700	4200	1600	-	-	240	0,9	2,7	21	18	46	24	930	8600	64p
Niue	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	0,1	2,5	1,5	4,1	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Zelândia	0,1	1,4	0,8	2,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Omã	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Palau	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Panamá	0,9	17	11	34	4,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53	-
Papua Nova Guiné	1,8	60	32	140	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350	-
Paquistão	0,1	85	46	210	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4400	-
Paraguai	0,4	13	6,2	41	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150	-
Peru	0,6	93	56	150	26	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	660	85p
Polônia	0,1	25	15	41	7,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portugal	0,4	32	19	53	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quênia	6,1	1300	1100	1500	740	-	-	150	1,0	5,2	47	34	47	25	1100	2300	95
Quirguistão	0,1	4,0	1,9	13	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quiribati	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	0,2	68	41	110	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rep. Centro-Africana	10,7	250	110	390	130	2002	14,0	24	2,5	7,3	-	5	-	-	140	330	91
Rep. Dem. do Congo	3,2	1000	560	1500	520	2003	3,2	120	0,8	2,2	-	-	-	-	680	4200	72
República Checa	0,1	1,5	0,9	2,5	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
República Dominicana	1,1	66	56	77	31	-	-	3,6	-	-	-	-	52	29	-	220	96
Romênia	<0,1	7,0	3,4	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ruanda	3,1	190	180	210	91	2003	10,3	27	0,4	1,5	54	51	40	26	210	820	82
Samoa	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
San Marino	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Lúcia	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Sé	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Cristóvão e Névis	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-
São Vicente																	
Seichelas	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Senegal	0,9	61	29	100	33	2005	0,9	5,0	0,2	0,6	-	13	52	36	25	560	74p
Serra Leoa	1,6	48	27	73	26	2003	3,2	5,2	0,4	1,1	-	16	-	-	31	340	71
Sérvia‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síria	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	0,9	44	23	81	23	-	-	4,5	0,2	0,6	-	0	-	-	23	630	65
Sri Lanka	<0,1	5,0	3,0	8,3	<1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	310	-
Suazilândia	33,4	220	150	290	120	2004	37,3	15	7,7	22,7	-	27	-	-	63	95	91
Sudão	1,6	350	170	580	180	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	1700	96
Suécia	0,2	8,0	4,8	13	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	0,4	17	9,9	27	5,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suriname	1,9	5,2	2,8	8,1	1,4	-	-	<0,1	-	-	-	27	-	-	-	10	89
Tadjiquistão	0,1	4,9	2,4	16	<0,5	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Tailândia	1,4	580	330	920	220	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	1200	-
Tanzânia	6,5	1400	1300	1600	710	2003	8,2	110	2,8	3,8	49	44	47	42	1100	2400	82
Territórios Palestinos	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Timor Leste	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Togo	3,2	110	65	160	61	2004	9,3	9,7	0,8	2,2	-	20	-	-	88	280	96
Tonga	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trinidad e Tobago	2,6	27	15	42	15	-	-	<1,0	-	-	-	33	-	-	-	28	-
Tunísia	0,1	8,7	4,7	21	1,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Turcomenistão	<0,1	<0,5		<1,0	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
Turquia	-	<2,0		<5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tuvalu	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ucrânia	1,4	410	250	680	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uganda	6,7	1000	850	1200	520	2005	5,2	110	2,3	5,0	40	28	55	53	1000	2300	95
Uruguai	0,5	9,6	4,6	30	5,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55	-
Uzbequistão	0,2	31	15	99	4,1	-	-	-	-	-	7	8	50	-	-	-	-
Vanuatu	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	Taxa estimada de prevalência de HIV entre adultos (15+ anos de idade), final de 2005	Número estimado de pessoas (todas as idades) vivendo com HIV, 2005 (milhares)			Transmissão de mãe para filho			Infecções pediátricas	Prevenção entre jovens						Órfãos		
					Número estimado de mulheres (15+) vivendo com HIV, 2005 (milhares)	Taxa de prevalência de HIV em gestantes jovens (15-24 anos) em capitais		Número estimado de crianças (0-14 anos) vivendo com HIV, 2005 (milhares)	Prevalência de HIV entre jovens (15-24 anos), 2005		% de pessoas com amplo conhecimento sobre HIV, 1999-2005*		% de pessoas que usaram preservativo em sua última relação sexual de alto risco, 1999-2005*		Crianças (0-17 anos)		Taxa de freqüência escolar de órfãos
		estimativa	estimativa baixa	estimativa alta		ano	mediana		homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	órfãs devido à aids, 2005 estimativa (milhares)	órfãs devido a todas as causas, 2005 estimativa (milhares)	1999-2005*
Venezuela	0,7	110	54 - 350		31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	480	-
Vietnã	0,5	260	150 - 430		84	-	-	-	-	-	50	42	68	-	-	1800	-
Zâmbia	17,0	1100	1100 - 1200		570	2004	20,7	130	3,8	12,7	33	31	40	35	710	1200	92
Zimbábue	20,1	1700	1100 - 2200		890	2004	18,6	160	4,4	14,7	-	-	69	42	1100	1400	98
MEMORANDO																	
Sérvia e Montenegro (pré-cessão)	0.2	10	6.0 - 17		2.0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESUMOS DE INDICADORES																	
África ao sul do Saara	6,1	24500	21600 - 27400		13200	-	9,7	2000	1,5	4,3	31	23	43	29	12000	46600	79
África Oriental e Meridional	8,6	17500	15800 - 19200		9400	-	13,5	1400	2,1	6,1	40	31	41	30	8700	24300	80
África Ocidental e Central	3,5	6900	5300 - 8700		3700	-	4,0	650	0,8	2,5	24	18	46	27	3300	22200	77
Oriente Médio e Norte da África	0,2	510	320 - 830		210	-	-	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ásia Meridional	0,7	5900	3600 - 9700		1600	-	-	130	-	-	17	21	59	51	-	37500	-
Leste da Ásia e Pacífico	0,2	2300	1800 - 3200		750	-	-	50	-	-	-	-	-	-	-	34800	-
América Latina e Caribe	0,6	1900	1500 - 2800		640	-	-	54	-	-	-	-	-	-	-	10700	-
ECO/CEI	0,6	1500	1000 - 2300		450	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Países industrializados§	0,4	2000	1400 - 3000		530	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Países em desenvolvimento§	1,1	35100	30300 - 41900		16400	-	-	2300	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Países menos desenvolvidos§	2,7	11700	10100 - 13500		6000	-	7,5	1100	-	-	-	-	-	-	-	-	81
Mundial	1,0	38600	33400 - 46000		17300	-	-	2300	-	-	-	-	-	-	15200	132700	-

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão (ver item Memorando).

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Taxa de prevalência estimada entre adultos – Porcentagem de adultos (15-49 anos) vivendo com HIV ao final de 2005.

Número estimado de pessoas (todas as idades) vivendo com HIV – Número estimado de pessoas (todas as idades) vivendo com HIV ao final de 2005.

Número estimado de mulheres (15+) vivendo com HIV – Número estimado de mulheres vivendo com HIV ao final de 2005.

Taxa de prevalência de HIV em gestantes jovens, em capitais – Porcentagem de amostras de sangue de gestantes (15-24 anos de idade) com resultados positivos para HIV durante vigilância 'anônima desvinculada' em clínicas de atendimento pré-natal selecionadas.

Número estimado de crianças (0-14 anos) vivendo com HIV – Número estimado de crianças (0-14 anos de idade) vivendo com HIV ao final de 2005.

Prevalência de HIV entre homens e mulheres jovens – Porcentagem de homens e mulheres jovens (15-24 anos de idade) vivendo com HIV ao final de 2005.

Amplo conhecimento sobre HIV – Porcentagem de homens e mulheres jovens (15-24 anos de idade) que identificam corretamente os dois métodos principais para evitar a transmissão sexual de HIV (usar preservativos e limitar as relações sexuais a um parceiro fiel e não infectado); que rejeitam os dois conceitos locais errôneos mais comuns sobre a transmissão de HIV; e que sabem que uma pessoa aparentemente saudável pode ter o vírus da aids.

Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco – Porcentagem de homens e mulheres jovens (15-24 anos de idade) que afirmam ter usado preservativo em sua última relação sexual com um parceiro com quem não eram casados nem coabitavam, e aqueles que tiveram relações sexuais com esse parceiro nos últimos 12 meses.

Crianças órfãs devido à aids – Número estimado de crianças (0-17 anos de idade) que, ao final de 2005, que haviam perdido um ou ambos os pais devido à aids.

Crianças órfãs devido a todas as causas - Número estimado de crianças (0-17 anos de idade) que, ao final de 2005, haviam perdido um ou ambos os pais devido a qualquer causa.

Taxa de freqüência escolar de órfãos – Porcentagem de crianças (10-14 anos de idade) que perderam ambos os pais biológicos e que estão freqüentando a escola, como porcentagem de crianças não-órfãs do mesmo grupo etário, vivendo com pelo menos um dos pais e que estão freqüentando a escola.

FONTES PRINCIPAIS

Taxa de prevalência estimada entre adultos – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids (Unaids), *Relatório sobre Epidemia Global de Aids,* 2006.

Número estimado de pessoas vivendo com HIV – Unaids, *Relatório sobre Epidemia Global de Aids,* 2006.

Número estimado de mulheres (15+ anos de idade) vivendo com HIV – Unaids, *Relatório sobre Epidemia Global de Aids,* 2006.

Prevalência de HIV entre gestantes vivendo em capitais – Unaids, *Relatório sobre Epidemia Global de Aids,* 2006.

Número estimado de crianças (0-14 anos de idade) vivendo com HIV – Unaids, *Relatório sobre Epidemia Global de Aids,* 2006.

Prevalência de HIV entre homens e mulheres jovens – Unaids, *Relatório sobre Epidemia Global de Aids,* 2006.

Amplo conhecimento sobre HIV – Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS), Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (MICS), Pesquisas de Vigilância Comportamental (BSS), Pesquisas sobre Saúde Reprodutiva (RHS) (1999-2005), e *www.measuredhs.com/hivdata.*

Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco - DHS, BSS e RHS (1999-2005), e *www.measuredhs.com/hivdata.*

Crianças órfãs devido à aids – UNICEF, Unaids e Usaid, *Africa's Orphaned and Vulnerable Generations: Children Affected By Aids, 2006.*

Crianças órfãs devido a todas as causas – UNICEF, Unaids e Usaid, *Africa's Orphaned and Vulnerable Generations: Children Affected By Aids, 2006.*

Taxa de freqüência escolar de órfãos – MICS, DHS (1999-2005) e *www.measuredhs.com/hivdata.*

NOTAS

- \- Dados não disponíveis.
- p A proporção de órfãos (10-14 anos de idade) que freqüentam a escola está baseada em 25-49 casos.
- * Dados referentes ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado no título da coluna.

TABELA 5. EDUCAÇÃO

Países e territórios	Taxa de alfabetização de adultos 2000 - 2004*		Número por 100 habitantes 2002-2004*		Taxa de matrícula na escola primária 2000-2005*				Taxa de freqüência na escola primária (1996-2005*)		% de ingressantes na escola primária que chegam à 5ª série		Taxa de matrícula na escola secundária (1996-2005*)				Taxa de freqüência na escola secundária (1996-2005)*	
					bruta		líquida		líquida		Dados administrativos 2000-2004*	Dados de pesquisas 1997-2005*	bruta		líquida		líquida	
	homens	mulheres	telefones	usuários de Internet	meninos	meninas	meninos	meninas	meninos	meninas			meninos	meninas	meninos	meninas	meninos	meninas
Afeganistão	43	13	3	0	127	56	-	-	66	40	-	92	25	5	-	-	18	6
África do Sul	84	81	47	8	107	103	88	89	80	83	84	98y	87	94	58	65	-	-
Albânia	99	98	44	2	105	104	96	95	54	50	90y	9	79	77	75	73	39	39
Alemanha	-	-	153	43	100	100	-	-	-	-	99y	-	101	99	-	-	-	-
Andorra	-	-	146	16	102	100	90	87	-	-	-	-	80	83	71	72	-	-
Angola	83	54	3	1	69x	59x	-	-	58	59	-	75	19	15	-	-	22	20
Antígua e Barbuda	-	-	119	26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arábia Saudita	87	69	52	6	69	66	62	57	-	-	94	-	72	64	54	51	16	10
Argélia	80	60	22	3	116	107	98	95	94	93	96	95	78	84	65	68	-	-
Argentina	97	97	58	16	113	112	99	98	-	-	84	78	84	89	76	82	-	-
Armênia	100	99	21	4	99	103	92	95	96	97	-	99	90	93	88	90	91	95
Austrália	-	-	141	65	103	103	96	96	-	-	86	-	152	145	85	86	-	-
Áustria	-	-	144	48	106	106	-	-	-	-	-	-	104	98	-	-	-	-
Azerbaijão	99	98	30	5	98	96	85	83	91	91	98y	99	84	82	78	76	87	84
Bahamas	-	-	103	29	93	93	83	85	-	-	-	-	76	84	70	78	-	-
Bangladesh	-	-	3	0	107	111	92	95	82	86	65	87y	49	54	45	51	33	41
Barbados	-	-	124	55	108	106	98	97	-	-	97	-	109	111	93	98	-	-
Barein	89	84	117	21	104	104	96	97	86	87	100	99	96	102	87	93	77	85
Bélgica	-	-	133	40	104	104	99	99	-	-	-	-	111	107	96	97	-	-
Belize	-	-	48	13	126	123	95	96	-	-	91	-	84	87	70	73	-	-
Benin	48	23	6	1	111	86	93	72	60	47	69	92	34	18	23	11	19	12
Bielo-Rússia	100	99	55	25	103	99	91	88	-	-	100y	-	93	94	87	88	-	-
Bolívia	93	81	27	4	114	113	95	96	78	77	86	50	90	87	74	73	57	56
Bósnia-Herzegovina	99	94	58	6	-	-	-	-	93	93	-	99	-	-	-	-	68	71
Botsuana	80	82	41	4	105	104	81	83	83	86	91	96y	73	77	58	64	36	44
Brasil	88	89	60	12	145	137	-	-	96	96	84y	84x	97	107	73	78	42	50
Brunei	95	90	-	15	109	109	-	-	-	-	93	-	91	96	-	-	-	-
Bulgária	99	98	96	16	106	104	96	95	-	-	94y	-	104	100	90	87	-	-
Burquina Fasso	29	15	4	0	59	47	46	35	35	29	76	93	14	10	11	8	12	10
Burundi	67	52	1	0	87	73	60	54	50	44	63	80	14	10	-	-	6	6
Butão	-	-	6	3	-	-	-	-	73y	67y	91	-	-	-	-	-	-	-
Cabo Verde	-	-	29	5	113	108	92	91	-	-	91	-	63	69	52	58	-	-
Camarões	77	60	7	1	126	107	-	-	80	78	64	96	51	36	-	-	34	32
Camboja	85	64	4	0	142	131	100	96	66	65	60	92	35	24	30	22	17	11
Canadá	-	-	111	62	100	100	99	100	-	-	-	-	109	108	94x	94x	-	-
Catar	89	89	92	22	102	101	95	94	-	-	-	-	98	95	88	86	-	-
Cazaquistão	100	99	34	3	110	109	93	92	98	99	100y	99	99	97	93	92	73	76
Chade	41	13	2	0	86	56	68	46	41	31	46	64y	23	7	16	5	13	7
Chile	96	96	84	28	106	101	-	-	-	-	99	-	89	90	-	-	-	-
China	95	87	50	7	118	117	99	99	-	-	99	-	73	73	-	-	-	-
Chipre	99	95	131	37	98	97	96	96	-	-	99	-	96	99	92	95	-	-
Cingapura	97	89	133	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Colômbia	93	93	40	9	112	111	83	84	90	92	77	89	71	78	52	58	64	72
Comores	-	-	2	1	91	80	60	50	31	31	63	25	40	30	-	-	10	11
Congo	-	-	10	1	92	85	-	-	-	-	66	-	42	35	-	-	-	-
Coréia do Norte	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coréia do Sul	-	-	131	66	105	104	100	99	-	-	98	-	93	93	90	91	-	-
Costa do Marfim	61	39	9	1	80	63	62	50	62	53	88	94	32	18	26	15	20	16
Costa Rica	95	95	53	24	112	111	-	-	-	-	92	-	67	73	-	-	-	-
Croácia	99	97	106	30	95	94	88	87	-	-	100y	-	87	89	84	86	-	-
Cuba	100	100	7	1	103	98	97	95	-	-	98	99	92	93	86	87	-	-
Dinamarca	-	-	160	50	101	101	100	100	-	-	100	-	122	127	91	94	-	-
Djibuti	-	-	7	1	44	35	36	29	-	-	88	-	25	18	22	15	-	-
Dominica	-	-	88	29	96	95	87	88	-	-	84	-	107	106	89	92	-	-
Egito	83	59	24	6	103	98	97	94	84	82	99	99	90	84	81	77	73	68
El Salvador	-	-	41	9	116	112	92	92	-	-	73	-	60	61	47	49	-	-
Emirados Árabes Unidos	-	-	112	32	85	82	72	70	-	-	95	-	65	68	61	64	-	-
Equador	92	90	39	5	117	117	97	98	-	-	76	-	61	61	52	53	-	-
Eritréia	-	-	1	1	71	57	50	42	69	64	80	82y	40	23	31	20	23	21
Eslováquia	-	-	103	42	100	98	-	-	-	-	98y	-	94	95	-	-	-	-
Eslovênia	-	-	128	48	123	122	98	98	-	-	99y	-	100	100	94	95	-	-
Espanha	-	-	131	33	109	107	100	99	-	-	-	-	116	123	95	99	-	-

Países e territórios	Taxa de alfabetização de adultos 2000 - 2004*		Número por 100 habitantes 2002-2004*		Taxa de matrícula na escola primária 2000-2005*				Taxa de freqüência na escola primária (1996-2005*)		% de ingressantes na escola primária que chegam à 5ª série		Taxa de matrícula na escola secundária (1996-2005*)				Taxa de freqüência na escola secundária (1996-2005)*	
					bruta		líquida		líquida		Dados adminis-trativos 2000-2004*	Dados de pesquisas 1997-2005*	bruta		líquida		líquida	
	homens	mulheres	telefones	usuários de Internet	meninos	meninas	meninos	meninas	meninos	meninas			meninos	meninas	meninos	meninas	meninos	meninas
Estados Unidos	-	-	123	63	100	98	94	90	-	-	-	-	94	95	89	91	-	-
Estônia	100	100	130	51	101	98	94	94	-	-	99	-	97	99	89	91	-	-
Etiópia	-	-	1	0	101	86	58	55	33	28	73y	65	38	24	34	22	13	10
Federação Russa	100	99	79	11	123	123	91	92	-	-	-	-	93	93	-	-	7	7
Fiji	-	-	26	7	107	105	97	96	-	-	99	-	85	91	80	85	-	-
Filipinas	93	93	44	5	113	111	93	95	88	89	75	93	82	90	56	67	-	-
Finlândia	-	-	141	63	101	100	99	99	-	-	100	-	107	112	94	94	-	-
França	-	-	130	41	105	104	99	99	-	-	98x	-	110	111	95	97	-	-
Gabão	-	-	39	3	130	129	77	77	94	94	69	91y	49	42	-	-	34	36
Gâmbia	-	-	10	3	79	84	73	77	55	51	-	96	51	43	49	41	23	19
Gana	66	50	9	2	90	87	65	65	62	60	63	98	47	40	39	35	34	35
Geórgia	-	-	30	3	95	95	93	92	99y	100y	98y	-	83	82	81	81	-	-
Granada	-	-	74	17	94	90	84	84	-	-	79	-	96	105	75	82	-	-
Grécia	98	94	143	18	102	101	100	99	-	-	-	-	96	97	85	88	-	-
Guatemala	75	63	34	6	118	108	95	91	80	76	78	73y	51	46	35	32	23	24
Guiana	-	-	27	19	134	125	-	-	96	97	64	97	92	95	-	-	71	75
Guiné	43	18	2	1	87	71	69	58	60	54	82	94	34	17	28	14	28	19
Guiné Equatorial	93	80	9	1	133	121	92	78	61	60	33	72y	38	22	30	18	23	22
Guiné-Bissau	-	-	1	2	84	56	53	37	42	36	-	85	23	13	11	6	10	7
Haiti	-	-	7	6	-	-	-	-	52	57	-	87	-	-	-	-	17	20
Holanda	77	77	140	62	109	106	99	98	-	-	100	-	120	118	89	90	-	-
Honduras	80	80	16	3	113	113	90	92	-	-	-	-	58	73	-	-	-	-
Hungria	-	-	122	27	99	97	90	88	-	-	97y	-	97	96	91	90	-	-
Iêmen	-	-	9	1	102	72	87	63	68	41	73	88y	64	31	46	21	17	19
Ilhas Cook	-	-	43x	20x	83	81	78	77	-	-	-	-	63	65	55	60	-	-
Ilhas Marshall	-	-	9	4	116	109	90	89	-	-	-	-	85	88	72	77	15	9
Ilhas Salomão	-	-	2	1	121	117	80	79	-	-	-	-	33	26	28	24	1	0
Índia	73	48	8	3	120	112	92	87	79	72	79	95y	59	47	-	-	54	46
Indonésia	94	87	18	7	118	116	95	93	94	95	92	96y	64	64	57	57	54	56
Irã	84	70	27	8	98	108	89	88	94y	91y	88	-	84	79	80	76	-	-
Iraque	84	64	6	0	108	89	94	81	84	72	66x	88	54	36	44	31	37	25
Irlanda	-	-	143	30	107	106	96	96	-	-	100	-	108	116	84	89	-	-
Islândia	-	-	164	77	102	100	100	98	-	-	100	-	111	118	85	88	-	-
Israel	98	96	149	47	110	111	97	98	-	-	100	-	93	93	89	89	-	-
Itália	99	98	153	50	102	101	99	99	-	-	96	-	100	98	92	93	-	-
Jamaica	74	86	97	40	95	95	90	91	93y	93y	90	92	87	89	78	81	-	-
Japão	-	-	118	50	100	101	100	100	-	-	-	-	101	102	99	100	-	-
Jordânia	95	85	39	11	98	99	90	92	99	99	99	99y	87	88	80	82	85	89
Kuait	94	91	98	24	96	97	85	87	-	-	97y	-	87	93	76	80	-	-
Laos	77	61	5	0	124	109	87	82	65	60	63	93	52	39	40	34	27	21
Lesoto	74	90	11	2	131	131	83	88	62	69	63	89	32	41	18	28	12	17
Letônia	100	100	96	35	94	91	-	-	-	-	98y	-	97	96	-	-	-	-
Líbano	-	-	43	17	109	105	94	93	97	97	98	96	85	93	-	-	61	68
Libéria	-	-	0x	0x	115	83	74	58	59x,y	53x,y	-	-	37	27	22	12	-	-
Líbia	-	-	16	4	113	112	-	-	-	-	-	-	101	107	-	-	-	-
Liechtenstein	-	-	131	64	106	107	87	89	-	-	-	-	67	74	62	69	-	-
Lituânia	100	100	123	28	98	97	90	89	-	-	99y	-	99	98	93	93	-	-
Luxemburgo	-	-	199	59	100	99	91	91	-	-	92	-	92	98	77	82	17	21
Macedônia	98	94	62	8	98	98	92	92	-	-	98y	-	85	83	82	80	-	-
Madagascar	77	65	2	1	136	131	89	89	74	77	57	93	14x	14x	11x	11x	10	13
Malásia	92	85	75	39	94	93	93	93	-	-	98	-	71	81	71	81	-	-
Malaui	75	54	3	0	123	126	93	98	80y	84y	44	86	32	26	27	23	-	-
Maldivas	96	96	44	6	105	102	89	90	-	-	99y	-	68	78	48	55	15	11
Mali	27	12	4	0	71	56	50	43	45	33	79	93	28	17	-	-	-	-
Malta	86	89	128	75	103	102	94	94	-	-	99	-	109	102	85	90	-	-
Marrocos	66	40	36	12	111	100	89	83	91	87	76	86y	52	43	38	32	8	7
Maurício	88	81	70	15	102	102	94	95	-	-	99	-	89	88	82	83	-	-
Mauritânia	60	43	19	0	95	93	75	74	46	42	82	69y	22	18	16	13	-	-
México	92	90	54	13	110	108	98	98	-	-	93	-	77	82	63	65	-	-
Mianma	94	86	1	0	99	101	89	91	83	84	70	100	41	40	38	37	29	40
Micronésia	-	-	22	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79	82
Moçambique	-	-	4	1	104	86	75	67	63	57	49	84	13	9	5	4	51	48

TABELA 5. EDUCAÇÃO

Países e territórios	Taxa de alfabetização de adultos 2000 - 2004*		Número por 100 habitantes 2002-2004*		Taxa de matrícula na escola primária 2000-2005*				Taxa de freqüência na escola primária (1996-2005*)		% de ingressantes na escola primária que chegam à 5ª série		Taxa de matrícula na escola secundária (1996-2005*)				Taxa de freqüência na escola secundária (1996-2005)*	
					bruta		líquida		líquida		Dados administrativos 2000-2004*	Dados de pesquisas 1997-2005*	bruta		líquida		líquida	
	homens	mulheres	telefones	usuários de Internet	meninos	meninas	meninos	meninas	meninos	meninas			meninos	meninas	meninos	meninas	meninos	meninas
Moldova	99	98	39	10	95	94	86	86	87	87	90y	99	81	84	76	79	-	-
Mônaco	-	-	149x	49x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59	71
Mongólia	98	98	19	8	104	105	84	84	79	80	91y	95	84	95	77	88	39	36
Montenegro‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	87	83	21	4	100	102	71	76	78	78	88	95	54	62	32	43	-	-
Nauru	-	-	29x	3x	84	83	-	-	-	-	31	-	46	50	-	-	35	27
Nepal	63	35	2	0	118	108	83	73	80	67	61	92	49	42	-	-	-	-
Nicarágua	-	-	17	2	113	111	89	87	77	84	59	63	59	68	38	43	6	6
Níger	43	15	1	0	52	37	46	32	36	25	74	89	9	6	8	5	38	33
Nigéria	-	-	8	1	107	91	64	57	66	58	36	97	38	31	30	25	-	-
Niue	-	-	84x	48x	80	95	99x	98x	-	-	-	-	100	95	91x	96x	-	-
Noruega	-	-	151	39	99	99	99	99	-	-	100	-	114	117	96	97	80	83
Nova Zelândia	-	-	124	53	102	102	99	99	-	-	-	-	110	119	93	96	35	47
Omã	87	74	43	10	88	87	77	79	-	-	98	-	88	85	74	75	81	80
Palau	-	-	-	-	111	91	98	94	-	-	-	-	101	115	-	-	-	-
Panamá	93	91	39	9	114	111	98	98	-	-	84	-	68	73	61	67	-	-
Papua Nova Guiné	63	51	1	3	80	70	-	-	-	-	68	-	29	23	-	-	23	18
Paquistão	63	36	6	1	95	69	76	56	62	51	70	90y	31	23	-	-	-	-
Paraguai	-	-	35	2	108	104	-	-	95	96	82	90x	62	63	-	-	70	70
Peru	93	82	22	12	114	114	97	97	94	94	90	95	91	92	69	69	55	70
Polônia	-	-	77	23	99	99	97	98	-	-	100	-	96	97	89	92	-	-
Portugal	-	-	139	28	119	114	99	99	-	-	-	-	92	102	78	87	-	-
Quênia	78	70	9	5	114	108	76	77	79	79	75	98	50	46	40	40	12	13
Quirguistão	99	98	13	5	98	98	90	90	95	95	96y	100	88	88	-	-	58	60
Quiribati	-	-	6	2	113	116	96x	98x	-	-	82	-	82	100	65	76	-	-
Reino Unido	-	-	159	63	107	107	99	99	-	-	-	-	103	106	93	97	-	-
Rep. Centro-Africana	65	33	2	0	76	52	-	-	47	39	-	70	-	-	-	-	10	7
Rep. Dem. do Congo	81	54	1	0	51x	46x	-	-	55	49	-	54	24	12	-	-	18	15
República Checa	-	-	139	50	103	101	-	-	-	-	98	-	95	96	-	-	-	-
República Dominicana	87	87	39	9	115	109	85	87	84	88	59	91	61	76	45	54	27	39
Romênia	98	96	67	21	107	106	92	92	-	-	95y	-	85	86	80	82	-	-
Ruanda	71	60	2	0	118	120	72	75	75	75	46	78	15	14	-	-	-	-
Samoa	-	-	13	3	100	100	90	91	-	-	94	-	76	85	62	70	-	-
San Marino	-	-	140	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	39
Santa Lúcia	-	-	41	37	108	103	99	96	-	-	90	-	77	86	68	74	-	-
Santa Sé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Cristóvão e Névis	-	-	70	21	98	105	91	98	-	-	87	-	111	108	100	97	-	-
São Tomé e Príncipe	-	-	8	12	134	132	98	98	83	85	66	69	39	41	25	27	-	-
São Vicente e Granadinas	-	-	75	7	109	103	95	92	-	-	88	-	79	76	62	63	-	-
Seichelas	91	92	87	25	109	110	96	97	-	-	99	-	98	106	90	96	14	12
Senegal	51	29	13	5	78	74	68	64	71	67	78	93	22	16	18	13	-	-
Serra Leoa	47	24	2	0	169	122	-	-	43	39	-	93	14	14	-	-	-	-
Sérvia‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síria	86	74	27	4	126	120	97	92	-	-	92	-	65	61	60	56	88	72
Somália	-	-	6	0	-	-	-	-	13	11	-	68	-	-	-	-	41	48
Sri Lanka	92	89	16	1	102	101	99	98	-	-	-	-	82	83	-	-	19	20
Suazilândia	81	78	13	3	103	98	76	77	73	72	77	89	42	42	26	32	-	-
Sudão	71	52	6	3	64	56	47	39	60	57	92	71	34	32	-	-	40	47
Suécia	-	-	180	75	99	99	99	98	-	-	-	-	101	105	97	100	-	-
Suíça	-	-	156	47	103	102	94	94	-	-	-	-	97	89	86	80	-	-
Suriname	92	87	67	7	118	121	90	96	88	91	-	84	63	84	53	74	24	33
Tadjiquistão	100	99	4	0	102	97	99	94	89	88	99y	99	89	75	86	73	7	8
Tailândia	95	91	55	11	100	95	-	-	-	-	-	-	72	74	-	-	-	-
Tanzânia	78	62	3	1	108	104	92	91	71	75	76	89y	6x	5x	-	-	-	-
Territórios Palestinos	97	88	36	4	93	93	86	86	91y	92y	98y	99	91	96	87	92	-	-
Timor Leste	-	-	-	-	-	-	-	-	76y	74y	-	-	-	-	-	-	27	18
Togo	69	38	6	4	110	92	85	72	75	65	76	88	52	26	30	14	-	-
Tonga	99	99	15	3	118	112	92x	89x	-	-	92	-	94	102	61	75	69	76
Trinidad e Tobago	-	-	74	12	104	101	92	92	96	96	100	98	81	86	70	74	-	-
Tunísia	83	65	48	8	112	108	97	98	95y	93y	97	92	74	80	66	69	49	36
Turcomenistão	99	98	8	1	-	-	-	-	77	75	-	100	-	-	-	-	-	-
Turquia	95	80	74	14	96	90	92	87	89	88	95	97	90	68	-	-	85	85
Tuvalu	-	-	-	30	95	102	-	-	-	-	70	-	87	81	-	-	14	15

Países e territórios	Taxa de alfabetização de adultos 2000 - 2004*		Número por 100 habitantes 2002-2004*		Taxa de matrícula na escola primária 2000-2005*				Taxa de freqüência na escola primária (1996-2005*)		% de ingressantes na escola primária que chegam à 5ª série		Taxa de matrícula na escola secundária (1996-2005*)				Taxa de freqüência na escola secundária (1996-2005)*	
					bruta		líquida		líquida		Dados administrativos 2000-2004*	Dados de pesquisas 1997-2005*	bruta		líquida		líquida	
	homens	mulheres	telefones	usuários de Internet	meninos	meninas	meninos	meninas	meninos	meninas			meninos	meninas	meninos	meninas	meninos	meninas
Ucrânia	100	99	54	8	95	95	82	82	-	-	-	-	94	92	83	84	-	-
Uganda	77	58	5	1	118	117	-	-	87	87	64	89	18	14	14	12	-	-
Uruguai	-	-	49	21	110	108	-	-	-	-	88	-	100	116	-	-	86	85
Uzbequistão	-	-	8	3	100	99	-	-	95	94	96y	89	96	93	-	-	-	-
Vanuatu	-	-	8	4	120	116	95	93	-	-	72x	-	44	38	42	36	30	43
Venezuela	93	93	45	9	106	104	92	92	91	93	91	96	67	77	57	66	59	57
Vietnã	94	87	18	7	101	94	97	91	97	96	87	96y	75	72	-	-	35	13
Zâmbia	76	60	5	2	101	97	80	80	55	58	98	88	29	23	27	21	44	41
Zimbábue	-	-	6	7	97	95	81	82	85	87	70	94	38	35	35	33	-	-
MEMORANDO																		
Sérvia e Montenegro (pré-cessão)	99	94	91	19	98	98	96	96	98y	96y	96y	94	88	89	-	-	-	-
RESUMOS DE INDICADORES																		
África ao sul do Saara	70	53	8	2	103	92	70	66	63	59	63	85	36	28	30	24	21	20
África Oriental e Meridional	79	67	10	2	109	102	78	76	66	66	71	83	39	33	33	29	16	17
África Ocidental e Central	60	38	6	1	97	81	63	55	59	52	55	87	33	23	26	20	26	22
Oriente Médio e Norte da África	81	62	27	6	98	91	84	78	83	77	91	90	73	66	66	61	50	44
Ásia Meridional	72	46	8	3	116	105	90	84	81	75	76	93	54	45	-	-	54	48
Leste da Ásia e Pacífico	95	87	45	9	115	114	97	97	-	-	94	-	71	71	57**	58**	53**	55**
América Latina e Caribe	91	90	50	12	119	116	94	94	89	89	85	-	83	90	66	70	44	51
ECO/CEI	99	96	63	11	103	100	91	89	91	89	96	95	92	87	84	83	-	-
Países industrializados§	-	-	130	52	102	101	97	95	-	-	-	-	101	102	91	93	-	-
Países em desenvolvimento§	85	72	29	6	112	105	89	85	78	75	82	91	62	57	52**	51**	46**	43**
Países menos desenvolvidos§	70	50	3	1	103	91	77	72	64	59	69	82	35	29	33	29	22	20
Mundial	86	74	45	13	111	104	90	86	78	75	83	91	67	63	61**	60**	46**	43**

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão (ver item Memorando).

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Taxa de alfabetização de adultos – Porcentagem de pessoas a partir de 15 anos de idade que sabem ler e escrever (ver explicação sobre mudanças na metodologia utilizada para calcular taxas de alfabetização de adultos nas Notas Gerais).

Taxa bruta de matrícula na escola primária – O número de crianças matriculadas na escola primária, independentemente de idade, expresso como porcentagem do número total de crianças na idade oficial para a escola primária.

Taxa bruta de matrícula na escola secundária – O número de crianças matriculadas na escola secundária, independentemente de idade, expresso como porcentagem do número total de crianças na idade oficial para a escola secundária.

Taxa líquida de matrícula na escola primária – O número de crianças matriculadas na escola primária que pertencem ao grupo etário que oficialmente corresponde ao nível primário, expresso como porcentagem do número total de crianças na idade oficial para escola primária.

Taxa líquida de matrícula na escola secundária – O número de crianças matriculadas na escola secundária que pertencem ao grupo etário que oficialmente corresponde ao nível secundário, expresso como porcentagem do número total de crianças na idade oficial para a escola secundária.

Taxa líquida de freqüência na escola primária – O número de crianças que freqüentam a escola primária ou secundária, que pertencem ao grupo etário que oficialmente corresponde a escola primária, expresso como porcentagem do número total de crianças na idade oficial para a escola primária. Esses dados são extraídos de pesquisas domiciliares nacionais.

Taxa líquida de freqüência na escola secundária – O número de crianças que freqüentam a escola secundária ou superior, que pertencem ao grupo etário que oficialmente corresponde à escola secundária, expresso como porcentagem do número total de crianças na idade oficial para a escola secundária. Esses dados são extraídos de pesquisas domiciliares nacionais.

Ingressantes na escola primária que chegam à 5ª série – Porcentagem de crianças que ingressam na 1ª série da escola primária e chegam à 5ª série.

FONTES PRINCIPAIS

Alfabetização de adultos – Instituto da Unesco para Estatísticas (IUE).

Uso de telefone e Internet – Sindicato Internacional de Telecomunicações (Genebra).

Matrículas na escola primária e secundária – IUE.

Freqüência na escola primária e secundária – Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS) e Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (MICS).

Crianças que chegam à 5ª série – Dados administrativos: IUE. Dados de pesquisas: DHS e MICS.

NOTAS

- Dados não disponíveis.
x Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão, ou que se referem a apenas uma parte de um país, e não estão incluídos no cálculo de médias regionais ou totais.
y Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão ou que se referem a apenas uma parte de um país, mas estão incluídos no cálculo de médias regionais e globais.
* Dados referentes ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado no título da coluna.
** Exclui China.

TABELA 6. INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Países e territórios	População (milhares) 2005		Taxa de crescimento anual da população (%)		Taxa bruta de mortalidade			Taxa bruta de natalidade			Expectativa de vida			Taxa total de fertilidade	% da população urbanizada	Taxa média anual de crescimento da população urbana (%)	
	abaixo de 18 anos	abaixo de 5 anos	1970-1990	1990-2005	1970	1990	2005	1970	1990	2005	1970	1990	2005	2005	2005	1970-1990	1990-2005
Afeganistão	15849	5535	0,7	4,8	26	21	19	51	51	49	39	45	47	7,3	24	3,3	6,7
África do Sul	18417	5223	2,4	1,7	14	8	19	38	29	23	53	62	46	2,7	58	2,5	2,8
Albânia	1034	253	2,2	-0,3	8	6	7	33	24	17	67	72	74	2,2	45	2,8	1,1
Alemanha	14707	3545	0,1	0,3	12	11	10	14	11	8	71	76	79	1,3	88	0,4	0,5
Andorra	12	3	3,8	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	,-	91	3,8	1,4
Angola	8502	2974	2,7	2,8	28	25	22	52	53	48	37	40	41	6,6	37	5,5	5,1
Antígua e Barbuda	27	8	-0,2	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	,-	38	0,0	2,2
Arábia Saudita	10690	3200	5,2	2,7	18	5	4	48	36	27	52	68	72	3,8	88	7,6	3,5
Argélia	11983	3160	3,0	1,7	16	7	5	49	32	21	53	67	72	2,4	60	4,4	2,8
Argentina	12277	3340	1,5	1,2	9	8	8	23	22	18	66	71	75	2,3	91	2,0	1,4
Armênia	819	162	1,7	-1,1	5	8	9	23	21	11	70	68	72	1,3	64	2,3	-1,4
Austrália	4797	1253	1,4	1,2	9	7	7	20	15	12	71	77	81	1,7	93	1,4	1,8
Áustria	1552	384	0,2	0,4	13	11	10	15	12	9	70	76	79	1,4	66	0,2	0,4
Azerbaijão	2736	602	1,7	1,0	7	7	7	29	27	16	65	66	67	1,8	50	2,0	0,5
Bahamas	108	30	2,0	1,6	7	7	7	31	24	19	66	68	71	2,2	90	2,8	2,1
Bangladesh	59402	17399	2,4	2,1	21	12	8	45	35	26	44	55	64	3,1	25	7,1	3,6
Barbados	63	16	0,4	0,3	9	9	8	22	15	12	69	75	76	1,5	53	0,8	1,4
Barein	232	65	4,0	2,6	9	4	3	40	29	18	62	71	75	2,4	90	4,2	2,7
Bélgica	2120	563	0,2	0,3	12	11	10	14	12	11	71	76	79	1,7	97	0,3	0,4
Belize	117	34	2,1	2,5	8	5	5	40	35	26	66	72	72	3,0	49	1,8	2,6
Benin	4300	1441	3,0	3,3	22	15	12	47	47	41	46	53	55	5,6	46	6,7	5,2
Bielo-Rússia	1967	449	0,6	-0,3	7	11	15	16	14	9	71	71	68	1,2	72	2,7	0,2
Bolívia	4090	1239	2,3	2,1	20	11	8	46	36	29	46	59	65	3,7	64	4,0	3,1
Bósnia-Herzegovina	807	186	0,9	-0,7	7	7	9	23	15	9	66	72	74	1,3	45	2,8	0,3
Botsuana	800	218	3,2	1,4	13	6	28	48	34	26	55	66	34	3,0	53	11,5	2,8
Brasil	62229	18024	2,2	1,5	11	7	7	35	24	20	59	66	71	2,3	84	3,7	2,3
Brunei	130	40	3,4	2,5	7	3	3	36	28	23	67	74	77	2,4	78	3,7	3,6
Bulgária	1366	335	0,1	-0,8	9	12	14	16	12	9	71	71	73	1,2	70	1,4	-0,4
Burquina Fasso	7176	2459	2,4	2,9	23	18	16	50	50	47	43	48	48	6,5	19	6,6	5,0
Burundi	3969	1326	2,4	1,9	20	20	18	44	47	46	44	45	44	6,8	11	7,2	5,4
Butão	983	293	2,2	1,8	23	14	8	43	39	30	41	54	64	4,1	9	5,1	5,3
Cabo Verde	238	72	1,4	2,4	12	8	5	40	39	30	57	65	71	3,6	58	5,5	4,1
Camarões	7881	2453	2,8	2,2	21	14	17	45	42	35	44	53	46	4,4	53	6,2	4,1
Camboja	6242	1835	1,7	2,5	20	13	11	42	44	30	44	55	57	3,9	20	2,1	5,4
Canadá	6970	1698	1,2	1,0	7	7	7	17	14	10	73	78	80	1,5	81	1,3	1,4
Catar	204	67	7,2	3,7	13	3	3	34	23	18	61	69	73	2,9	92	7,5	3,9
Cazaquistão	4394	1075	1,1	-0,7	9	8	11	26	22	16	62	67	64	1,9	56	1,8	-0,8
Chade	5257	1867	2,4	3,2	25	19	20	48	48	49	40	46	44	6,7	26	5,3	4,5
Chile	4945	1237	1,6	1,4	10	6	5	29	23	15	62	73	78	2,0	88	2,1	1,8
China	352718	84483	1,6	0,9	8	7	7	33	21	13	62	68	72	1,7	41	3,9	3,5
Chipre	205	49	0,5	1,4	10	8	7	19	19	12	71	77	79	1,6	69	2,8	1,8
Cingapura	1023	216	1,9	2,4	5	5	5	23	18	9	69	75	79	1,3	100	1,9	2,4
Colômbia	16755	4726	2,2	1,8	9	7	5	38	27	21	61	68	73	2,5	77	3,2	2,6
Comores	387	127	3,3	2,8	18	11	7	50	41	35	48	56	64	4,6	36	5,1	4,5
Congo	2153	750	3,2	3,2	14	12	13	44	44	44	54	55	53	6,3	54	5,1	4,0
Coréia do Norte	6756	1723	1,6	0,9	9	8	11	33	21	15	61	65	64	2,0	62	1,9	1,3
Coréia do Sul	10795	2412	1,5	0,7	9	6	6	31	16	10	60	71	78	1,2	81	4,5	1,3
Costa do Marfim	8908	2773	4,3	2,4	18	14	17	51	45	37	49	52	46	4,8	46	6,2	3,3
Costa Rica	1496	393	2,6	2,3	7	4	4	33	27	18	67	75	78	2,2	62	4,2	3,2
Croácia	873	207	0,4	0,1	10	11	12	15	12	9	69	72	75	1,3	60	1,9	0,7
Cuba	2666	682	1,1	0,4	7	7	7	30	17	12	70	74	78	1,6	76	2,1	0,7
Dinamarca	1211	326	0,2	0,4	10	12	11	16	12	11	73	75	78	1,8	86	0,5	0,4
Djibuti	383	120	6,2	2,3	21	15	12	49	43	34	43	51	53	4,8	85	7,6	3,1
Dominica	27	7	0,1	0,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	1,9	1,1
Egito	29691	8933	2,3	1,9	17	9	6	40	32	26	51	63	70	3,1	42	2,4	1,7
El Salvador	2750	805	1,8	2,0	12	7	6	44	30	24	57	65	71	2,8	60	2,9	3,3
Emirados Árabes Unidos	1192	337	10,6	5,9	11	3	1	36	27	16	61	73	79	2,4	85	10,7	6,1
Equador	5100	1445	2,7	1,7	12	6	5	42	29	22	58	68	75	2,7	63	4,4	2,6
Eritréia	2266	759	2,5	2,5	21	16	11	47	42	39	43	48	55	5,3	21	4,0	4,3

	População (milhares) 2005		Taxa de crescimento anual da população (%)		Taxa bruta de mortalidade			Taxa bruta de natalidade			Expectativa de vida			Taxa total de fertilidade 2005	% da população urbanizada 2005	Taxa média anual de crescimento da população urbana (%)	
	abaixo de 18 anos	abaixo de 5 anos	1970-1990	1990-2005	1970	1990	2005	1970	1990	2005	1970	1990	2005			1970-1990	1990-2005
Eslováquia	1142	255	0,7	0,2	10	10	10	19	15	9	70	72	74	1,2	58	2,3	0,4
Eslovênia	345	86	0,7	0,1	10	10	10	17	11	9	69	73	77	1,2	51	2,3	0,2
Espanha	7457	2217	0,8	0,6	9	9	9	20	10	11	72	77	80	1,3	77	1,4	0,7
Estados Unidos	74926	20408	1,0	1,0	9	9	8	17	16	14	71	75	78	2,0	81	1,1	1,5
Estônia	265	64	0,7	-1,2	11	13	14	15	14	10	71	70	72	1,4	70	1,2	-1,3
Etiópia	39792	13063	2,7	2,8	21	18	16	49	47	40	43	47	48	5,7	16	4,6	4,4
Federação Russa	28830	7225	0,6	-0,2	9	12	16	15	13	11	70	69	65	1,4	73	1,5	-0,2
Fiji	317	92	1,6	1,1	8	6	6	34	29	23	60	67	68	2,8	53	2,5	2,7
Filipinas	34622	9863	2,6	2,0	11	7	5	40	33	24	57	65	71	3,0	63	4,5	3,7
Finlândia	1100	279	0,4	0,3	10	10	10	14	13	11	70	75	79	1,7	61	1,4	0,3
França	13271	3727	0,6	0,4	11	9	9	17	13	12	72	77	80	1,9	77	0,8	0,7
Gabão	651	193	3,0	2,5	21	11	13	35	39	30	47	60	54	3,8	85	6,9	3,9
Gâmbia	704	231	3,5	3,2	28	16	11	50	43	34	36	50	57	4,5	26	6,0	3,6
Gana	10159	3102	2,7	2,4	17	12	11	46	40	31	49	56	57	4,1	46	3,9	4,0
Geórgia	1080	242	0,7	-1,3	9	9	11	19	16	11	68	71	71	1,4	51	1,5	-1,8
Granada	35	10	0,1	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	0,1	2,2
Grécia	1944	514	0,7	0,6	8	9	10	17	10	9	72	77	78	1,2	61	1,3	0,9
Guatemala	6297	2020	2,5	2,3	15	9	6	44	39	35	52	61	68	4,4	47	3,2	3,2
Guiana	261	75	0,1	0,2	11	10	9	38	25	21	60	60	64	2,2	38	0,7	1,2
Guiné	4723	1590	2,2	2,8	27	18	13	50	45	41	38	47	54	5,7	36	5,2	5,2
Guiné Equatorial	257	88	0,9	2,4	25	20	21	42	44	43	40	46	42	5,9	50	2,2	4,8
Guiné-Bissau	856	310	2,8	3,0	29	23	20	49	50	50	36	42	45	7,1	36	5,0	5,7
Haiti	3846	1147	2,1	1,4	19	16	13	39	38	30	47	49	52	3,8	39	4,1	3,3
Holanda	3559	973	0,7	0,6	8	9	9	17	13	11	74	77	79	1,7	67	1,0	1,3
Honduras	3317	979	3,2	2,6	15	7	6	48	38	29	52	65	68	3,5	46	4,8	3,6
Hungria	1965	477	0,0	-0,2	11	14	13	15	12	9	69	69	73	1,3	66	1,2	0,2
Iêmen	11252	3668	3,2	3,7	26	13	8	54	51	40	38	54	62	5,9	26	5,6	5,1
Ilhas Cook	7	2	-0,8	-0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	-0,4	1,4
Ilhas Marshall	24	7	4,2	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67	4,3	2,0
Ilhas Salomão	227	72	3,4	2,7	10	9	7	46	38	32	54	61	63	4,1	17	5,5	4,2
Índia	420678	120011	2,1	1,7	17	11	9	40	31	23	49	58	64	2,9	29	3,4	2,5
Indonésia	75641	21571	2,1	1,4	17	9	7	41	26	20	48	62	68	2,3	48	5,0	4,4
Irã	25243	6035	3,4	1,4	14	7	5	43	35	19	54	65	71	2,1	68	4,9	2,6
Iraque	13759	4322	3,0	2,9	12	8	9	46	39	34	56	63	60	4,5	67	4,1	2,7
Irlanda	1007	303	0,9	1,1	11	9	7	22	15	16	71	75	78	2,0	60	1,3	1,5
Islândia	78	21	1,1	1,0	7	7	6	21	18	14	74	78	81	1,9	93	1,4	1,1
Israel	2200	666	2,2	2,7	7	6	6	27	22	20	71	76	80	2,8	92	2,6	2,8
Itália	9837	2662	0,3	0,2	10	10	10	17	10	9	72	77	80	1,3	68	0,4	0,2
Jamaica	992	258	1,2	0,7	8	7	8	35	25	20	68	72	71	2,4	52	2,3	0,8
Japão	21770	5871	0,8	0,2	7	7	8	19	10	9	72	79	82	1,3	66	1,7	0,5
Jordânia	2477	732	3,5	3,7	16	6	4	52	37	26	54	67	72	3,3	79	4,7	4,4
Kuait	764	241	5,3	1,5	6	2	2	48	24	19	66	75	77	2,3	96	6,3	1,6
Laos	2830	895	2,1	2,4	23	17	12	44	43	35	40	50	55	4,6	22	4,5	4,7
Lesoto	840	231	2,2	0,8	17	11	26	42	36	28	49	58	34	3,4	18	5,6	1,2
Letônia	448	101	0,7	-1,1	11	14	13	14	14	9	70	69	72	1,3	66	1,3	-1,5
Líbano	1225	322	0,7	1,8	8	8	7	33	26	18	65	69	72	2,2	88	2,4	2,2
Libéria	1769	631	2,2	2,9	22	21	21	50	50	50	42	43	42	6,8	48	4,6	3,7
Líbia	2119	636	3,9	2,0	16	5	4	49	28	23	51	68	74	2,9	87	6,7	2,6
Liechtenstein	7	2	1,5	1,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	1,6	1,5
Lituânia	745	150	0,8	-0,5	9	11	12	17	15	9	71	71	73	1,3	67	2,4	-0,6
Luxemburgo	104	29	0,5	1,4	12	10	8	13	13	12	70	75	79	1,7	92	1,7	1,8
Macedônia	494	117	1,0	0,4	8	8	9	24	17	11	66	71	74	1,5	60	2,0	0,6
Madagascar	9412	3106	2,8	2,9	21	15	12	47	44	38	44	51	56	5,1	27	5,3	3,8
Malásia	9603	2734	2,5	2,3	10	5	5	37	31	22	61	70	74	2,8	65	4,5	4,1
Malaui	6945	2340	3,7	2,1	24	19	21	56	51	43	41	46	40	5,9	17	7,0	4,6
Maldivas	158	46	2,9	2,8	17	10	6	40	41	30	50	60	67	4,0	30	6,1	3,7
Mali	7439	2602	2,5	2,8	28	20	17	55	50	49	37	46	48	6,8	34	5,0	5,1
Malta	88	20	0,9	0,7	9	8	8	17	15	10	70	76	79	1,5	92	1,5	1,1
Marrocos	11743	3378	2,4	1,6	17	8	6	47	29	23	52	64	70	2,7	59	4,1	2,9

TABELA 6. INDICADORES DEMOGRÁFICOS

	População (milhares) 2005		Taxa de crescimento anual da população (%)		Taxa bruta de mortalidade			Taxa bruta de natalidade			Expectativa de vida			Taxa total de fertilidade	% da população urbanizada	Taxa média anual de crescimento da população urbana (%)	
	abaixo de 18 anos	abaixo de 5 anos	1970-1990	1990-2005	1970	1990	2005	1970	1990	2005	1970	1990	2005	2005	2005	1970-1990	1990-2005
Maurício	364	98	1,2	1,1	7	6	7	28	20	16	62	69	73	2,0	44	1,0	1,6
Mauritânia	1513	526	2,4	2,8	21	17	14	46	43	41	42	49	53	5,6	64	8,2	5,3
México	39654	10857	2,6	1,6	10	5	4	45	29	20	61	71	76	2,3	76	3,6	1,9
Mianma	17962	4657	2,1	1,4	18	12	9	41	31	19	48	56	61	2,2	31	2,5	2,8
Micronésia	51	16	2,2	0,9	9	7	6	41	34	30	62	66	68	4,3	30	2,7	1,8
Moçambique	10049	3291	1,8	2,6	24	21	20	48	44	39	40	43	42	5,3	38	8,3	6,5
Moldova	1009	207	1,0	-0,2	10	10	11	18	19	10	65	68	69	1,2	46	2,9	-0,3
Mônaco	7	2	1,2	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	1,2	1,0
Mongólia	998	270	2,8	1,2	14	9	7	42	32	22	53	61	65	2,3	57	4,0	1,2
Montenegro‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	993	268	3,0	2,5	15	9	16	43	42	27	53	62	46	3,7	33	4,8	4,0
Nauru	5	2	1,9	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	1,9	2,4
Nepal	12395	3639	2,3	2,3	21	13	8	42	39	29	43	54	62	3,5	16	6,4	6,1
Nicarágua	2526	731	2,9	2,2	14	7	5	48	38	28	54	64	70	3,1	58	3,5	2,8
Níger	7765	2851	3,1	3,3	28	26	20	58	57	54	38	40	45	7,7	23	6,3	5,8
Nigéria	67371	22257	2,8	2,5	22	18	19	47	47	41	42	47	44	5,6	48	5,5	4,6
Niue	1	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	-	-
Noruega	1083	283	0,4	0,6	10	11	9	17	14	12	74	77	80	1,8	80	0,9	1,3
Nova Zelândia	1048	274	1,0	1,1	9	8	7	22	17	14	71	75	79	2,0	86	1,2	1,2
Omã	1054	301	4,5	2,2	17	4	3	50	38	25	50	70	75	3,4	79	13,0	3,8
Palau	8	2	1,5	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68	2,4	1,7
Panamá	1163	343	2,4	2,0	8	5	5	38	26	22	65	72	75	2,6	58	3,0	2,4
Papua Nova Guiné	2751	815	2,4	2,4	19	13	10	42	38	30	44	52	56	3,8	13	3,9	2,4
Paquistão	71800	21115	3,1	2,3	16	11	8	43	41	30	51	60	64	4,0	35	4,2	3,2
Paraguai	2722	825	2,9	2,5	9	6	5	37	35	29	65	68	71	3,7	58	4,3	3,7
Peru	10722	2997	2,5	1,7	14	7	6	42	30	22	53	65	71	2,7	75	3,4	2,2
Polônia	7984	1811	0,8	0,1	8	10	10	17	15	9	70	71	75	1,2	62	1,5	0,2
Portugal	2007	561	0,7	0,3	11	10	11	21	12	11	67	74	78	1,5	56	3,6	1,5
Quênia	17214	5736	3,7	2,5	15	10	15	51	42	39	52	59	48	5,0	42	8,0	6,0
Quirguistão	2016	541	2,0	1,2	11	8	7	31	31	22	60	66	67	2,6	34	2,0	0,5
Quiribati	39	12	2,5	2,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	4,0	4,6
Reino Unido	13117	3367	0,2	0,3	12	11	10	16	14	11	72	76	79	1,7	89	0,9	0,4
Rep. Centro-Africana	2021	640	2,4	2,0	22	17	22	43	42	37	42	49	39	4,8	44	3,4	3,0
Rep. Dem. do Congo	31071	11209	3,0	2,8	20	19	20	48	49	50	45	46	44	6,7	33	2,6	3,9
República Checa	1882	453	0,2	-0,1	13	12	11	16	12	9	70	72	76	1,2	75	2,1	-0,1
República Dominicana	3481	1003	2,4	1,5	11	7	6	42	30	24	58	65	68	2,6	60	3,9	2,1
Romênia	4366	1054	0,7	-0,4	9	11	12	21	14	10	68	69	72	1,3	55	2,1	-0,3
Ruanda	4658	1500	3,2	1,6	21	33	18	53	48	41	44	32	44	5,5	22	5,7	11,0
Samoa	88	26	0,6	0,9	10	7	6	39	34	27	55	65	71	4,2	22	0,9	1,2
San Marino	5	1	1,2	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	89	3,1	0,9
Santa Lúcia	56	14	1,4	1,0	8	7	7	41	26	19	64	71	73	2,2	31	2,2	2,1
Santa Sé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-
São Cristóvão e Névis	14	4	-0,5	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-0,4	-0,2
São Tomé e Príncipe	73	23	2,3	2,0	13	10	8	47	37	33	56	62	63	3,8	38	4,4	2,2
São Vicente e Granadinas	43	12	0,9	0,6	11	7	7	40	25	20	61	69	71	2,2	60	3,0	3,2
Seichelas	41	14	1,4	0,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	4,6	0,8
Senegal	5804	1845	2,8	2,5	25	14	11	49	44	36	39	53	56	4,8	51	3,7	4,1
Serra Leoa	2722	958	2,1	2,0	29	26	23	48	48	46	35	39	41	6,5	40	4,8	4,0
Sérvia‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síria	8375	2526	3,5	2,6	13	5	3	47	36	28	55	68	74	3,3	50	4,1	2,8
Somália	4152	1482	3,1	1,4	25	22	17	51	46	44	40	42	47	6,2	36	4,4	2,7
Sri Lanka	6054	1628	1,7	1,0	9	6	6	31	21	16	62	71	74	1,9	21	1,5	0,9
Suazilândia	514	136	3,2	1,2	18	10	30	50	41	29	48	58	30	3,7	24	7,5	1,5
Sudão	16547	5216	2,9	2,2	21	14	11	47	39	32	44	53	57	4,2	41	5,3	5,0
Suécia	1943	488	0,3	0,4	10	11	10	14	14	11	74	78	80	1,7	83	0,4	0,4
Suíça	1458	353	0,5	0,4	9	9	9	16	12	9	73	78	81	1,4	68	1,6	0,3
Suriname	161	45	0,4	0,7	8	7	7	37	24	20	63	68	70	2,5	77	2,1	1,8
Tadjiquistão	3055	834	2,9	1,4	10	8	7	40	39	28	60	63	64	3,6	24	2,2	-0,4
Tailândia	18522	5012	2,1	1,1	9	6	7	37	21	16	60	68	71	1,9	32	3,8	1,7

	População (milhares) 2005		Taxa de crescimento anual da população (%)		Taxa bruta de mortalidade			Taxa bruta de natalidade			Expectativa de vida			Taxa total de fertilidade 2005	% da população urbanizada 2005	Taxa média anual de crescimento da população urbana (%)	
	abaixo de 18 anos	abaixo de 5 anos	1970-1990	1990-2005	1970	1990	2005	1970	1990	2005	1970	1990	2005			1970-1990	1990-2005
Tanzânia	19070	6045	3,3	2,5	17	13	17	48	44	37	48	54	46	4,8	38	9,2	6,2
Territórios Palestinos	1938	646	3,4	3,6	19	7	4	50	46	37	54	69	73	5,3	72	4,4	4,2
Timor Leste	463	179	1,0	1,6	22	18	12	46	40	51	40	45	56	7,8	8	0,1	1,6
Togo	3095	1014	3,1	2,9	18	12	12	48	44	38	48	58	55	5,1	36	7,0	4,5
Tonga	43	12	-0,2	0,5	6	6	6	37	30	23	65	70	73	3,3	34	1,6	1,1
Trinidad e Tobago	355	90	1,1	0,5	7	7	8	27	20	14	66	72	70	1,6	76	1,6	1,1
Tunísia	3259	806	2,4	1,4	14	6	5	39	27	16	54	69	74	1,9	64	3,7	2,1
Turcomenistão	1882	488	2,6	1,8	11	8	8	37	35	22	58	63	63	2,6	46	2,3	1,9
Turquia	25348	7212	2,3	1,6	12	8	7	39	25	20	56	65	69	2,4	67	4,5	2,5
Tuvalu	4	1	1,3	0,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	4,6	2,9
Ucrânia	9084	1924	0,5	-0,7	9	13	17	15	13	8	71	69	66	1,1	67	1,5	-0,7
Uganda	16539	5970	3,2	3,2	16	18	15	50	50	51	50	46	49	7,1	12	4,9	3,9
Uruguai	1001	282	0,5	0,7	10	10	9	21	18	16	69	72	76	2,3	93	0,9	1,0
Uzbequistão	10742	2841	2,7	1,7	10	7	7	37	35	23	63	67	67	2,6	36	3,1	1,1
Vanuatu	99	30	2,8	2,3	14	7	5	43	37	30	53	64	69	3,9	24	4,5	3,9
Venezuela	9988	2860	3,1	2,0	7	5	5	37	29	22	65	71	73	2,6	88	3,9	2,3
Vietnã	30496	7969	2,2	1,6	18	8	6	41	31	20	49	65	71	2,2	27	2,7	3,5
Zâmbia	6215	2011	3,3	2,2	17	17	22	51	46	40	49	47	38	5,4	37	4,7	1,7
Zimbábue	6256	1752	3,5	1,4	13	9	23	49	38	29	55	60	37	3,4	36	6,1	2,8
MEMORANDO																	
Sérvia e Montenegro (pré-cessão)	2376	608	0,8	0,2	9	10	11	19	15	12	68	72	74	1,6	52	2,1	0,4
RESUMOS DE INDICADORES																	
África ao sul do Saara	361301	119555	2,9	2,5	20	16	17	48	45	40	45	50	46	5,4	37	4,8	4,3
África Oriental e Meridional	177395	57670	2,9	2,4	19	15	17	47	43	38	47	51	46	5,0	31	4,7	4,2
África Ocidental e Central	183906	61885	2,8	2,6	22	18	18	48	47	42	43	48	46	5,7	42	4,9	4,4
Oriente Médio e Norte da África	154130	44711	3,0	2,1	16	8	6	45	35	26	52	63	69	3,1	58	4,4	2,9
Ásia Meridional	587319	169666	2,2	1,9	17	11	9	40	33	25	49	58	64	3,1	29	3,7	2,8
Leste da Ásia e Pacífico	572465	144948	1,8	1,1	10	7	7	35	22	15	59	66	71	1,9	43	3,9	3,4
América Latina e Caribe	199284	56538	2,2	1,6	11	7	6	37	27	21	60	68	72	2,5	77	3,3	2,2
ECO/CEI	104278	26562	1,0	0,2	9	11	12	21	18	14	67	68	67	1,7	63	2,0	0,2
Países industrializados§	204366	54239	0,7	0,6	10	9	9	17	13	11	71	76	79	1,6	77	1,1	0,9
Países em desenvolvimento§	1928976	550130	2,1	1,6	13	9	9	38	29	23	55	62	65	2,8	43	3,8	3,0
Países menos desenvolvidos§	368348	119352	2,5	2,5	21	16	14	47	43	37	44	50	53	4,9	28	4,9	4,4
Mundial	2183143	616219	1,8	1,4	12	10	9	32	26	21	59	65	68	2,6	49	2,7	2,2

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão (ver item Memorando).

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Expectativa de vida ao nascer – O número de anos que um recém-nascido viveria estando sujeito aos riscos de morte prevalentes para aquela faixa da população no momento de seu nascimento.

Taxa bruta de mortalidade – Número de óbitos anuais por 1.000 pessoas.

Taxa bruta de natalidade – Número de nascimentos anuais por 1.000 pessoas.

Taxa total de fertilidade – Número de crianças que nasceriam por mulher se esta vivesse até o fim de seus anos férteis e tivesse filhos em cada idade, de acordo com as taxas de fertilidade prevalentes para cada faixa etária.

População urbana – Porcentagem da população que vive em áreas urbanas caracterizadas de acordo com a definição nacional utilizada no censo demográfico mais recente.

FONTES PRINCIPAIS

População infantil – Divisão de População das Nações Unidas.

Taxas brutas de mortalidade e de natalidade – Divisão de População das Nações Unidas.

Expectativa de vida – Divisão de População das Nações Unidas.

Fertilidade – Divisão de População das Nações Unidas.

População urbana – Divisão de População das Nações Unidas.

NOTAS - Dados não disponíveis.

TABELA 7. INDICADORES ECONÔMICOS

Países e territórios	RNB *per capita* (US$) 2005	Taxa média de crescimento do PIB *per capita* (%) 1970-1990	Taxa média de crescimento do PIB *per capita* (%) 1990-2005	Taxa média anual de inflação (%) 1990-2005	% da população com renda inferior a US$1/dia 1994-2004*	% dos gastos do governo central (1994-2004*) com saúde	% dos gastos do governo central (1994-2004*) com educação	% dos gastos do governo central (1994-2004*) com defesa	Fluxo de entradas de AOD em milhões de US$ 2004	Fluxo de entradas de AOD como % do RNB dos países recebedores	Serviço da dívida como % de exportações de bens e serviços 1990	Serviço da dívida como % de exportações de bens e serviços 2004
Afeganistão	250x	1,6x	-	-	-	-	-	-	2190	40	-	-
África do Sul	4960	0,1	0,7	9	11	-	-	-	617	0	-	6
Albânia	2580	-0,7x	5,2	22	<2	4	2	4	362	5	4x	2x
Alemanha	34580	2,2x	1,4	1	-	19	0	4	-	-	-	-
Andorra	d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Angola	1350	0,4x	1,4	407	-	6x	15x	34x	1144	8	7	15
Antígua e Barbuda	10920	6,5x	1,7	2	-	-	-	-	2	0	-	-
Arábia Saudita	11770	-1,5	-0,3	3	-	6x	14x	36x	32	0	-	-
Argélia	2730	1,6	1,1	14	<2	4	24	17	313	0	62	19x
Argentina	4470	-0,7	1,1	5	7	5	5	3	91	0	30	14
Armênia	1470	-	4,4	89	<2	-	-	-	254	8	-	5
Austrália	32220	1,6	2,5	2	-	14	9	6	-	-	-	-
Áustria	36980	2,4	1,8	2	-	14	10	2	-	-	-	-
Azerbaijão	1240	-	0,0	88	<2	1	3	11	176	2	-	4
Bahamas	14920x	1,8	0,4x	3x	-	16	20	3	-	-	-	-
Bangladesh	470	0,6	2,9	4	36	7	18	10	1404	2	17	5
Barbados	9270x	1,8	1,5	3x	-	-	-	-	29	-	14	5
Barein	10840x	-1,3x	2,3	2	-	8	15	16	104	1	-	-
Bélgica	35700	2,2	1,7	2	-	16	3	3	-	-	-	-
Belize	3500	2,9	2,3	1	-	8	20	5	7	1	5	62
Benin	510	0,0	1,4	6	31	6x	31x	17x	378	10	7	6x
Bielo-Rússia	2760	-	2,2	201	<2	3	4	3	-	-	-	1
Bolívia	1010	-1,1	1,3	7	23	10	22	6	767	9	31	18
Bósnia-Herzegovina	2440	-	12,7x	3x	-	-	-	-	671	8	-	3
Botsuana	5180	8,3	3,8	8	24x	5	26	8	39	1	4	1x
Brasil	3460	2,3	1,1	90	8	6	6	3	285	0	19	40
Brunei	24100x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bulgária	3450	3,4x	1,5	61	<2	12	5	6	-	-	5x	15
Burquina Fasso	400	1,4	1,3	4	27	7x	17x	14x	610	14	6	10x
Burundi	100	1,1	-2,8	12	55	2	15	23	351	52	41	63x
Butão	870	6,4x	3,0	8	-	8	13	0	78	12	5x	5x
Cabo Verde	1870	-	3,4	4	-	-	-	-	140	16	5	5x
Camarões	1010	3,4	0,6	5x	17	3	12	10	762	6	18	11x
Camboja	380	-	4,7x	3x	34	-	-	-	478	10	-	0
Canadá	32600	2,0	2,3	2	-	9	2	6	-	-	-	-
Catar	12000x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cazaquistão	2930	-	2,0	92	<2	3	4	5	265	1	-	38
Chade	400	-0,9	1,7	6	-	8x	8x	-	319	14	2	7x
Chile	5870	1,5	3,8	7	<2	14	18	7	49	0	20	24
China	1740	6,6	8,8	5	17	0	2	12	1661	0	10	3
Chipre	17580x	6,1x	2,5x	4x	-	6	12	4	-	-	-	-
Cingapura	27490	5,7	3,6	0	-	6	22	29	-	-	-	-
Colômbia	2290	2,0	0,6	16	7	9	20	13	509	1	39	32
Comores	640	0,1x	-0,5	4	-	-	-	-	25	8	2	3x
Congo	950	3,1	-1,0	7	-	4	4	10	116	4	32	3x
Coréia do Norte	a	-	-	-	-	-	-	-	196	-	-	-
Coréia do Sul	15830	6,2	4,5	4	<2	0	18	13	-	-	10x	10x
Costa do Marfim	840	-1,9	-0,5	6	15	4x	21x	4x	154	1	26	5
Costa Rica	4590	0,7	2,3	14	2	21	22	0	13	0	21	7
Croácia	8060	-	2,5	41	<2	13	8	4	121	0	-	27
Cuba	1170x	-	3,5x	4x	-	23x	10x	-	90	-	-	-
Dinamarca	47390	1,5	1,8	2	-	1	12	5	-	-	-	-
Djibuti	1020	-	-2,4	3	-	-	-	-	64	9	-	4x
Dominica	3790	4,7x	1,0	2	-	-	-	-	29	11	4	13x
Egito	1250	4,3	2,6	7	3	3	15	9	1458	2	18	7
El Salvador	2450	-1,8	1,6	5	19	13	15	3	211	1	14	8
Emirados Árabes Unidos	18060x	-4,8x	-1,0x	3x	-	7	17	30	-	-	-	-
Equador	2630	1,3	0,7	4	16	11x	18x	13x	160	1	27	33
Eritréia	220	-	0,3	11x	-	-	-	-	260	32	-	13x
Eslováquia	7950	-	2,8	8	<2	20	3	5	-	-	-	13x
Eslovênia	17350	-	3,2	18	<2	15	13	3	53x	-	10x	16x

	RNB *per capita* (US$) 2005	Taxa média de crescimento do PIB *per capita* (%)		Taxa média anual de inflação (%)	% da população com renda inferior a US$1/dia	% dos gastos do governo central (1994-2004*) com			Fluxo de entradas de AOD em milhões de US$	Fluxo de entradas de AOD como % do RNB dos países recebedores	Serviço da dívida como % de exportações de bens e serviços	
		1970-1990	1990-2005	1990-2005	1994-2004*	saúde	educação	defesa	2004		1990	2004
Espanha	25360	1,9	2,3	4	-	15	2	4	-	-	-	-
Estados Unidos	43740	2,2	2,1	2	-	24	3	20	-	-	-	-
Estônia	9100	1,5x	4,2	28	<2	16	7	5	-	-	-	15
Etiópia	160	-	1,5	4	23	6	16	9	1823	24	33	5
Federação Russa	4460	-	-0,1	85	<2	1	3	12	-	-	-	9
Fiji	3280	0,6x	1,3x	3x	-	9	18	6	64	3	12	6x
Filipinas	1300	0,8	1,5	7	16	2	19	5	463	0	23	20
Finlândia	37460	2,9	2,6	2	-	3	10	4	-	-	-	-
França	34810	2,2	1,7	1	-	16x	7x	6x	-	-	-	-
Gabão	5010	0,0	-0,4	5	-	-	-	-	38	1	4	11x
Gâmbia	290	0,9	0,1	7	59	7x	12x	4x	63	15	18	3x
Gana	450	-2,1	2,0	26	45	7	22	5x	1358	16	21	5
Geórgia	1350	3,2	0,2	134	7	5	5	5	315	7	-	8
Granada	3920	-	2,1	2	-	10	17	-	15	4	2	18x
Grécia	19670	1,3	2,4	7	-	7	11	8	-	-	-	-
Guatemala	2400	0,2	1,3	9	14	11	17	11	218	1	11	7
Guiana	1010	-1,5	3,1	9	<2	-	-	-	145	19	-	5
Guiné	370	-	1,2	6	-	3x	11x	29x	279	7	18	17
Guiné Equatorial	c	-	16,6x	17x	-	-	-	-	30	-	3	0x
Guiné-Bissau	180	-0,1	-2,6	18	-	1x	3x	4x	76	30	21	11x
Haiti	450	-0,3	-2,0	19	54	-	-	-	243	-	4	3x
Holanda	36620	1,5	1,9	2	-	10	11	4	-	-	-	-
Honduras	1190	0,6	0,5	15	21	10x	19x	7x	642	9	30	7
Hungria	10030	2,9	3,1	15	<2	6	5	3	-	-	30	25
Iêmen	600	-	2,0	17	16	4	22	19	252	2	4	3
Ilhas Cook	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	-
Ilhas Marshall	2930	-	-2,3	5	-	-	-	-	51	36	-	-
Ilhas Salomão	590	3,4	-2,6	8	-	-	-	-	122	46	10	7x
Índia	720	2,2	4,2	6	35	2	2	13	691	0	25	18x
Indonésia	1280	4,7	2,1	16	8	1	4	7	84	0	31	20
Irã	2770	-3,5x	2,5	24	<2	7	7	14	189	0	1	4x
Iraque	2170x	-4,3x	-	-	-	-	-	-	4658	-	-	-
Irlanda	40150	2,8	6,2	4	-	16	14	3	-	-	-	-
Islândia	46320	3,2	2,2	4	-	26	10	0	-	-	-	-
Israel	18620	1,9	1,5	7	-	13	15	18	-	-	-	-
Itália	30010	2,6	1,4	3	-	3	10	3	-	-	-	-
Jamaica	3400	-1,3	0,2	17	<2	7	15	2	75	1	20	14
Japão	38980	3,0	0,9	-1	-	2	6	4x	-	-	-	-
Jordânia	2500	2,5x	1,7	2	<2	10	16	19	581	5	18	7
Kuait	16340x	-6,8x	0,6x	3x	-	6	12	16	-	-	-	-
Laos	440	-	3,8	27	27	-	-	-	270	12	8	8x
Lesoto	960	3,1	2,3	9	36	6	24	6	102	8	4	4
Letônia	6760	3,4	3,6	25	<2	11	6	4	-	-	-	18
Líbano	6180	-	2,7	10	-	2	7	11	265	1	1x	63x
Libéria	130	-4,2	2,3	47	36	5x	11x	9x	210	56	-	0x
Líbia	5530	-4,8x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Liechtenstein	d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lituânia	7050	-	1,9	35	<2	15	7	5	-	-	-	13
Luxemburgo	65630	2,7	3,6	3	-	13	10	0	-	-	-	-
Macedônia	2830	-	-0,1	38	<2	-	-	-	248	5	-	9
Madagascar	290	-2,4	-0,7	15	61	8	13	5	1236	24	32	6x
Malásia	4960	4,0	3,3	3	<2	6	23	11	290	0	12	8x
Malaui	160	-0,1	1,0	29	42	7x	12x	5x	476	23	23	6x
Maldivas	2390	-	3,8x	1x	-	11	20	10	28	4	4	5
Mali	380	-0,5	2,2	5	72	2x	9x	8x	567	13	8	5x
Malta	13590	6,5	2,7	3	-	12	13	2	11x	-	0x	3x
Marrocos	1730	2,0	1,5	2	<2	3	18	13	706	2	18	14
Maurício	5260	5,1x	3,7	6	-	9	16	1	38	1	6	6
Mauritânia	560	-0,6	1,9	7	26	4x	23x	-	180	11	24	20x
México	7310	1,6	1,5	15	5	5	25	3	121	0	16	23
Mianma	220x	1,5	6,6	24	-	5	15	22	121	-	17	3

TABELA 7. INDICADORES ECONÔMICOS

Países e territórios	RNB *per capita* (US$) 2005	Taxa média de crescimento do PIB *per capita* (%) 1970-1990	Taxa média de crescimento do PIB *per capita* (%) 1990-2005	Taxa média anual de inflação (%) 1990-2005	% da população com renda inferior a US$1/dia 1994-2004*	% dos gastos do governo central (1994-2004*) com saúde	% dos gastos do governo central (1994-2004*) com educação	% dos gastos do governo central (1994-2004*) com defesa	Fluxo de entradas de AOD em milhões de US$ 2004	Fluxo de entradas de AOD como % do RNB dos países recebedores	Serviço da dívida como % de exportações de bens e serviços 1990	Serviço da dívida como % de exportações de bens e serviços 2004
Micronésia	2300	-	-0,1	2	-	-	-	-	86	34	-	-
Moçambique	310	-1,0x	4,6	22	38	5x	10x	35x	1228	23	21	4
Moldova	880	1,8x	-3,5	63	22	21	8	1	118	5	-	10
Mônaco	d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mongólia	690	-	0,9	34	27	6	9	9	262	17	-	2
Montenegro‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	2990	-2,3x	1,4	9	35x	10x	22x	7x	179	4	-	-
Nauru	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	-
Nepal	270	1,1	1,9	6	24	5	17	10	427	6	12	5
Nicarágua	910	-3,8	1,5	24	45	13	15	6	1232	27	2	5
Níger	240	-2,2	-0,5	5	61	-	-	-	536	19	12	6x
Nigéria	560	-1,4	0,7	23	71	1x	3x	3x	573	1	22	8
Niue	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-	-	-
Noruega	59590	3,4	2,6	3	-	16	6	5	-	-	-	-
Nova Zelândia	25960	0,8	2,1	2	-	17	21	3	-	-	-	-
Omã	7830x	3,3	1,8x	1x	-	7	15	33	55	0	12	7
Palau	7630	-	-	3x	-	-	-	-	20	15	-	-
Panamá	4630	0,3	2,2	3	7	18	16	0	38	0	3	14
Papua Nova Guiné	660	-0,7	0,0	8	-	7	22	4	266	8	37	12x
Paquistão	690	3,0	1,3	10	17	1	2	20	1421	2	16	18
Paraguai	1280	2,8	-0,8	11	16	7	22	11x	0	-	12	13
Peru	2610	-0,6	2,2	15	13	13	7	-	487	1	6	16
Polônia	7110	-	4,3	15	<2	11	12	3	-	-	4	34
Portugal	16170	2,6	1,9	4	<2	16	16	3	-	-	-	-
Quênia	530	1,2	-0,2	11x	23	7	26	6	635	4	26	8
Quirguistão	440	-	-1,3	57	<2	11	20	10	258	13	-	11
Quiribati	1390	-5,3	1,4	3	-	-	-	-	17	18	-	22x
Reino Unido	37600	2,0	2,4	3	-	15	4	7	-	-	-	-
Rep. Centro-Africana	350	-1,3	-0,6	3	67x	-	-	-	105	9	8	12x
Rep. Dem. do Congo	120	-2,4	-5,2	447	-	0	0	18	1815	28	5x	0x
República Checa	10710	-	1,9	8	<2	17	10	5	-	-	-	10
República Dominicana	2370	2,0	3,8	11	3	10	13	4	87	0	7	6
Romênia	3830	0,9	1,6	67	<2	14	7	5	-	-	0	16
Ruanda	230	1,2	0,0	10	52	5x	26x	-	468	25	10	11
Samoa	2090	-0,1x	2,5	7	-	-	-	-	31	9	5	5x
San Marino	d	-	-	-	-	18	9	0	-	-	-	-
Santa Lúcia	4800	5,3x	0,4	2	-	-	-	-	-22	-3	2	7x
Santa Sé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Cristóvão e Névis	8210	6,3x	2,9	3	-	-	-	-	0	-	3	34x
São Tomé e Príncipe	390	-	0,5	34	-	-	-	-	33	55	28	31x
São Vicente e Granadinas	3590	3,3	1,7	3	-	12	16	-	10	2	3	7x
Seichelas	8290	2,9	1,5	2	-	6	10	4	10	1	8	8
Senegal	710	-0,3	1,2	4	22	3	14	7	1052	15	14	9x
Serra Leoa	220	-0,4	-1,4	21	57x	10x	13x	10x	360	32	8	10
Sérvia‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síria	1380	1,9	1,3	7	-	2	9	24	110	0	20	2
Somália	130x	-0,9	-	-	-	1x	2x	38x	191	-	25x	-
Sri Lanka	1160	3,0	3,7	9	6	6	10	18	519	3	10	7
Suazilândia	2280	2,1	0,2	12	8	8	20	8	117	6	6	2
Sudão	640	0,1	3,5	40	-	1	8	28	882	5	4	5
Suécia	41060	1,8	2,1	2	-	3	6	5	-	-	-	-
Suíça	54930	1,2	0,6	1	-	0	4	6	-	-	-	-
Suriname	2540	-2,2x	1,1	59	-	-	-	-	24	2	-	-
Tadjiquistão	330	-	-4,0	121	7	2	4	9	241	14	-	6
Tailândia	2750	4,8	2,7	3	<2	10	21	7	-2	0	14	10
Tanzânia	340	-	1,7	16	58	6x	8x	16x	1746	15	25	4
Territórios Palestinos	1110x	-	-6,0x	9x	-	-	-	-	1136	-	-	-
Timor Leste	750	-	-	-	-	-	-	-	153	30	-	-
Togo	350	-0,6	0,0	5	-	5x	20x	11x	61	3	8	0x
Tonga	2190	-	1,9	4	-	7x	13x	-	19	10	2	2x
Trinidad e Tobago	10440	0,5	4,3	5	12x	9	15	2	-1	0	18	4x

Países e territórios	RNB *per capita* (US$) 2005	Taxa média de crescimento do PIB *per capita* (%) 1970-1990	1990-2005	Taxa média anual de inflação (%) 1990-2005	% da população com renda inferior a US$1/dia 1994-2004*	% dos gastos do governo central (1994-2004*) com saúde	educação	defesa	Fluxo de entradas de AOD em milhões de US$ 2004	Fluxo de entradas de AOD como % do RNB dos países recebedores	Serviço da dívida como % de exportações de bens e serviços 1990	2004
Tunísia	2890	2,5	3,3	4	<2	5	20	5	328	1	22	13
Turcomenistão	1340x	-	-4,7x	329x	12	-	-	-	37	-	-	30x
Turquia	4710	1,9	1,6	61	3	3	10	8	257	0	27	28
Tuvalu	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-
Ucrânia	1520	-	-2,4	117	<2	4	6	4	-	-	-	10
Uganda	280	-	3,2	8	85	2x	15x	26x	1159	17	47	5
Uruguai	4360	0,9	0,8	21	<2	7	8	4	22	0	31	22
Uzbequistão	510	-	0,3	129	17	-	-	-	246	2	-	21x
Vanuatu	1600	-0,5x	-0,3	3	-	-	-	-	38	13	2	1x
Venezuela	4810	-1,6	-1,0	37	8	8	19	4	49	0	22	16
Vietnã	620	-	5,9	10	<2	4	14	-	1830	4	7x	3x
Zâmbia	490	-2,4	-0,3	37	76	13	14	4	1081	23	13	22x
Zimbábue	340	-0,4	-2,1	63	56	8	24	7	186	2	19	6x
MEMORANDO												
Sérvia e Montenegro (pré-cessão)	3280	-	5,2x	48x	-	-	-	-	1170	5	-	13x
RESUMOS DE INDICADORES												
África ao sul do Saara	764	-	1,1	36	46	-	-	-	22926	6	17	7
África Oriental e Meridional	1043	-	1,1	36	40	-	-	-	13111	5	14	7
África Ocidental e Central	491	-	1,0	34	54	-	-	-	9815	7	19	8
Oriente Médio e Norte da África	2627	2,4	2,2	11	4	5	14	17	11133	1	21	8
Ásia Meridional	691	2,1	3,8	7	32	2	4	14	6758	1	21	-
Leste da Ásia e Pacífico	2092	5,7	6,6	6	14	1	8	12	6565	0	16	7
América Latina e Caribe	4078	1,9	1,4	37	9	7	16	4	5627	0	20	24
ECO/CEI	3433	-	-	81	4	4	6	9	-	-	-	15
Países industrializados§	35410	2,3	1,9	2	-	16	4	12	-	-	-	-
Países em desenvolvimento§	1801	3,2	4,1	18	22	4	10	10	55058	1	19	13
Países menos desenvolvidos§	383	-	2,4	59	41	5	15	13	24910	11	12	7
Mundial	7002	2,5	2,3	8	21	13	6	12	57748	0	18	14

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão (ver item Memorando).

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

RNB *per capita* – Renda Nacional Bruta (RNB) é a soma do valor de contribuição de todos os produtores nacionais, acrescida de todos os impostos sobre produtos (menos subsídios) que não são incluídos na avaliação da produção, mais as receitas líquidas de rendas primárias (pagamento de empregados e rendas de propriedades) provenientes de fontes externas. A RNB *per capita* é a renda nacional bruta dividida pela população na metade do ano. A RNB *per capita* é convertida em dólares americanos pelo método do *World Bank Atlas*.

PIB *per capita* – Produto Interno Bruto (PIB) é a soma do valor da contribuição de todos os produtores do país, acrescido de todos os impostos sobre produtos (menos subsídios) que não são incluídos na avaliação da produção. O PIB *per capita* é o produto interno bruto dividido pela população na metade do ano. O crescimento é calculado a partir de dados do PIB a preços constantes, em moeda local.

% da população com renda inferior a US$1 por dia – Porcentagem da população vivendo com menos de US$1,08 por dia, a preços internacionais de 1993 (equivalentes a US$1 por dia em preços de 1985, ajustados para paridade de poder de compra). Como resultado de revisões nas taxas de câmbio de paridade de poder de compra, as taxas de pobreza para cada país não podem ser comparadas com as taxas de pobreza relatadas em edições anteriores.

AOD – Assistência Oficial ao Desenvolvimento, líquida.

Serviço da dívida – Soma dos pagamentos dos juros e do principal de dívidas públicas externas de longo prazo e publicamente reconhecidas.

FONTES PRINCIPAIS

RNB *per capita* – Banco Mundial.

PIB *per capita* – Banco Mundial.

Taxa de inflação – Banco Mundial.

% da população com renda inferior a US$1 por dia – Banco Mundial.

Gastos com saúde, educação e defesa – Fundo Monetário Internacional (FMI).

AOD – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE)

Serviço da dívida – Banco Mundial.

NOTAS

a: faixa de baixa renda ($875 ou menos).
b: faixa de média-baixa renda ($876 a $3.465).
c: faixa de média-alta renda ($3.466 a $10.725).
d: faixa de alta renda ($10.726 ou mais).

x Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão, ou que se referem a apenas uma parte de um país.
* Dados referentes ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado no título da coluna.
\- Dados não disponíveis.

TABELA 8. MULHERES

Países e territórios	Expectativa de vida: de mulheres como % da de homens 2005	Taxa de alfabetização de adultos: de mulheres como % da de homens 2000-2004*	Taxas de matrículas: de mulheres como % da de homens				Prevalência de anticoncepcionais (%) 1997-2005*	Cobertura de cuidados pré-natais (%) 1997-2005*	Partos assistidos por pessoal de saúde treinado (%) 1997-2005*	Taxa de mortalidade materna†		
			escola primária 2000-2005*		escola secundária 2000-2005*					1990-2005*	2000	
			bruta	líquida	bruta	líquida				relatada	ajustada	Risco de morte materna ao longo da vida, 1 em:
Afeganistão	101	30	44	-	20	-	10	16	14	1600	1900	6
África do Sul	103	96	96	101	108	112	60	92	92	150	230	120
Albânia	108	99	99	99	97	97	75	91	98	17	55	610
Alemanha	108	-	100	-	98	-	75x	-	-	8	8	8000
Andorra	-	-	98	97	104	101	-	-	-	-	-	-
Angola	107	65	86x	-	79	-	6	66	45	-	1700	7
Antígua e Barbuda	-	-	-	-	-	-	53	100	100	65	-	-
Arábia Saudita	106	79	96	92	89	94	32x	90x	91x	-	23	610
Argélia	104	75	92	97	108	105	57	81	96	120	140	190
Argentina	111	100	99	99	106	108	-	98	99	40	82	410
Armênia	110	99	104	103	103	102	53	93	98	22	55	1200
Austrália	106	-	100	100	95	101	-	100x	100	-	8	5800
Áustria	107	-	100	-	94	-	51x	100x	100x	-	4	16000
Azerbaijão	112	99	98	98	98	97	55	70	88	19	94	520
Bahamas	109	-	100	102	111	111	-	-	99	-	60	580
Bangladesh	103	-	104	103	110	113	58	49	13	320	380	59
Barbados	109	-	98	99	102	105	55	100	100	0	95	590
Barein	104	94	100	101	106	107	62x	97x	98x	46	28	1200
Bélgica	108	-	100	100	96	101	78x	-	-	-	10	5600
Belize	107	-	98	101	104	104	56	96	83	140	140	190
Benin	103	48	77	77	53	48	19	81	66	500	850	17
Bielo-Rússia	118	99	96	97	101	101	50x	100	100	17	35	1800
Bolívia	107	87	99	101	97	99	58	79	67	30	420	47
Bósnia-Herzegovina	108	95	-	-	-	-	48	99	100	8	31	1900
Botsuana	97	103	99	102	105	110	48	97	94	330	100	200
Brasil	112	101	94	-	110	107	77x	97	97	72	260	140
Brunei	106	95	100	-	105	-	-	100x	99	0	37	830
Bulgária	110	99	98	99	96	97	42	-	99	6	32	2400
Burquina Fasso	103	52	80	76	71	73	14	73	38	480	1000	12
Burundi	104	78	84	90	71	-	16	78	25	-	1000	12
Butão	104	-	-	-	-	-	31	51	37	260	420	37
Cabo Verde	109	-	96	99	110	112	53	99	89	76	150	160
Camarões	102	78	85	-	71	-	26	83	62	670	730	23
Camboja	114	75	92	96	69	73	24	38	32	440	450	36
Canadá	106	-	100	101	99	100x	75x	-	98	-	6	8700
Catar	107	100	99	99	97	98	43	-	99	10	140	170
Cazaquistão	119	99	99	99	98	99	66	91	99	42	210	190
Chade	105	32	65	68	30	31	3	39	14	1100	1100	11
Chile	108	100	95	-	101	-	56x	95x	100	17	31	1100
China	105	92	99	100	100	-	87	90	97	51	56	830
Chipre	107	96	99	100	103	103	-	-	-	0	47	890
Cingapura	105	92	-	-	-	-	62	-	100	6	30	1700
Colômbia	109	100	99	101	110	112	78	94	96	84	130	240
Comores	107	-	88	83	75	-	26	74	62	380	480	33
Congo	105	-	92	-	83	-	44	88	86	-	510	26
Coréia do Norte	110	-	-	-	-	-	62x	-	97	110	67	590
Coréia do Sul	110	-	99	99	100	101	81	-	100	20	20	2800
Costa do Marfim	103	64	79	81	56	58	15	88	68	600	690	25
Costa Rica	106	100	99	-	109	-	80	92	99	36	43	690
Croácia	110	98	99	99	102	102	-	-	100	8	8	6100
Cuba	105	100	95	98	101	101	73	100	100	37	33	1600
Dinamarca	106	-	100	100	104	103	-	-	-	10	5	9800
Djibuti	104	-	80	81	72	68	9	67	61	74	730	19
Dominica	-	-	99	101	99	103	50	100	100	67	-	-
Egito	107	71	95	97	93	95	59	70	74	84	84	310
El Salvador	109	-	97	100	102	104	67	86	92	170	150	180
Emirados Árabes Unidos	106	-	96	97	105	105	28x	97x	99x	3	54	500
Equador	108	98	100	101	100	102	73	84	75	80	130	210
Eritréia	107	-	80	84	58	65	8	70	28	1000	630	24
Eslováquia	111	-	98	-	101	-	74x	-	99	4	3	19800
Eslovênia	110	-	99	100	100	101	74x	98x	100	17	17	4100

	Expectativa de vida: de mulheres como % da de homens 2005	Taxa de alfabetização de adultos: de mulheres como % da de homens 2000-2004*	Taxas de matrículas: de mulheres como % da de homens				Prevalência de anticoncepcionais (%) 1997-2005*	Cobertura de cuidados pré-natais (%) 1997-2005*	Partos assistidos por pessoal de saúde treinado (%) 1997-2005*	Taxa de mortalidade materna†		
			escola primária 2000-2005*		escola secundária 2000-2005*					1990-2005* relatada	2000	
			bruta	líquida	bruta	líquida					ajustada	Risco de morte materna ao longo da vida, 1 em:
Espanha	110	-	98	99	106	104	81x	-	-	6	4	17400
Estados Unidos	107	-	98	96	101	102	76x	-	99	8	17	2500
Estônia	117	100	97	100	102	102	70x	-	100	8	63	1100
Etiópia	104	-	85	95	63	65	15	28	6	870	850	14
Federação Russa	122	99	100	101	100	-	-	-	99	32	67	1000
Fiji	107	-	98	99	107	106	44	-	99	38	75	360
Filipinas	106	100	98	102	110	120	49	88	60	170	200	120
Finlândia	109	-	99	100	105	100	-	100x	100	6	6	8200
França	109	-	99	100	101	102	75x	99x	99x	10	17	2700
Gabão	102	-	99	100	86	-	33	94	86	520	420	37
Gâmbia	105	-	106	105	84	84	18	91	55	730	540	31
Gana	102	76	97	100	85	90	25	92	47	210x	540	35
Geórgia	112	-	100	99	99	100	47	95	92	52	32	1700
Granada	-	-	96	100	109	109	54	99	100	1	-	-
Grécia	107	96	99	99	101	104	-	-	-	1	9	7100
Guatemala	111	84	92	96	90	91	43	84	41	150	240	74
Guiana	110	-	93	-	103	-	37	81	86	120	170	200
Guiné	101	42	82	84	50	50	7	82	56	530	740	18
Guiné Equatorial	102	86	91	85	58	60	-	86	65	-	880	16
Guiné-Bissau	106	-	67	70	57	55	8	62	35	910	1100	13
Haiti	103	-	-	-	-	-	28	79	24	520	680	29
Holanda	107	100	97	99	98	101	79x	-	100	7	16	3500
Honduras	106	100	100	102	126	-	62	83	56	110	110	190
Hungria	112	-	98	98	99	99	77x	-	100	7	16	4000
Iêmen	105	-	71	72	48	46	23	41	27	370	570	19
Ilhas Cook	-	-	98	99	103	109	44	-	98	6	-	-
Ilhas Marshall	-	-	94	99	104	107	34	-	95	-	-	-
Ilhas Salomão	102	-	97	99	79	86	11x	-	85	550x	130	120
Índia	105	66	93	95	80	-	47	60	43	540	540	48
Indonésia	106	93	98	98	100	100	57	92	72	310	230	150
Irã	105	83	110	99	94	95	74	77	90	37	76	370
Iraque	105	76	82	86	67	70	44	77	72	290	250	65
Irlanda	107	-	99	100	107	106	-	-	100	6	5	8300
Islândia	105	-	98	98	106	104	-	-	-	-	0	0
Israel	105	98	101	101	100	100	-	-	-	5	17	1800
Itália	108	99	99	100	98	101	60x	-	-	7	5	13900
Jamaica	105	116	100	101	102	104	69	98	97	110	87	380
Japão	109	-	101	100	101	101	56	-	100x	8	10	6000
Jordânia	104	89	101	102	101	103	56	99	100	41	41	450
Kuait	106	97	101	102	107	105	50x	95x	98x	5	5	6000
Laos	105	79	88	94	75	85	32	27	19	410	650	25
Lesoto	104	122	100	106	128	156	37	90	55	760	550	32
Letônia	116	100	97	-	99	-	48x	-	100	14	42	1800
Líbano	106	-	96	99	109	-	58	96	89x	100x	150	240
Libéria	104	-	72	78	73	55	10	85	51	580x	760	16
Líbia	107	-	99	-	106	-	45x	81x	94x	77	97	240
Liechtenstein	-	-	101	102	110	111	-	-	-	-	-	-
Lituânia	117	100	99	99	99	100	47x	-	100	3	13	4900
Luxemburgo	108	-	99	100	107	106	-	-	100	0	28	1700
Macedônia	107	96	100	100	98	98	-	81	99	21	23	2100
Madagascar	105	84	96	100	100x	100x	27	80	51	470	550	26
Malásia	106	92	99	100	114	114	55x	74	97	30	41	660
Malaui	98	72	102	105	81	85	33	92	56	980	1800	7
Maldivas	99	100	97	101	115	115	39	81	70	140	110	140
Mali	103	44	79	86	61	-	8	57	41	580	1200	10
Malta	106	103	99	100	94	106	-	-	98x	-	0	0
Marrocos	107	61	90	93	83	84	63	68	63	230	220	120
Maurício	110	92	100	101	99	101	76	-	98	22	24	1700
Mauritânia	106	72	98	99	82	81	8	64	57	750	1000	14
México	107	98	98	100	106	103	74	86x	83	63	83	370
Mianma	110	91	102	102	98	97	34	76	57	230	360	75

TABELA 8. MULHERES

	Expectativa de vida: de mulheres como % da de homens 2005	Taxa de alfabetização de adultos: de mulheres como % da de homens 2000-2004*	Taxas de matrículas: de mulheres como % da de homens				Prevalência de anticoncepcionais (%) 1997-2005*	Cobertura de cuidados pré-natais (%) 1997-2005*	Partos assistidos por pessoal de saúde treinado (%) 1997-2005*	Taxa de mortalidade materna†		
			escola primária 2000-2005*		escola secundária 2000-2005*					1990-2005*	2000	
			bruta	líquida	bruta	líquida				relatada	ajustada	Risco de morte materna ao longo da vida, 1 em:
Micronésia	102	-	-	-	-	-	45	-	88	120	-	-
Moçambique	102	-	83	89	69	80	17	85	48	410	1000	14
Moldova	111	99	99	100	104	104	68	98	100	22	36	1500
Mônaco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mongólia	106	100	101	100	113	114	69	94	97	93	110	300
Montenegro‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	100	95	102	107	115	134	44	91	76	270	300	54
Nauru	-	-	99	-	109	-	-	-	-	-	-	-
Nepal	101	56	92	88	86	-	38	28	11	540	740	24
Nicarágua	107	-	98	98	115	113	69	86	67	83	230	88
Níger	100	35	71	70	67	63	14	41	16	590	1600	7
Nigéria	101	-	85	89	82	83	13	58	35	-	800	18
Niue	-	-	119	99x	95	105x	-	-	100	-	-	-
Noruega	106	-	100	100	103	101	-	-	-	6	16	2900
Nova Zelândia	106	-	100	100	108	103	75x	95x	100x	15	7	6000
Omã	104	85	99	103	97	101	32	100	95	23	87	170
Palau	-	-	82	96	114	-	17	-	100	0x	-	-
Panamá	107	98	97	100	107	110	-	72	93	40	160	210
Papua Nova Guiné	102	81	88	-	79	-	26x	78x	41	370x	300	62
Paquistão	101	57	73	74	74	-	28	36	31	530	500	31
Paraguai	107	-	96	-	102	-	73	94	77	180	170	120
Peru	108	88	100	100	101	100	71	92	73	190	410	73
Polônia	111	-	100	101	101	103	49x	-	100	4	13	4600
Portugal	109	-	96	100	111	112	-	-	100	8	5	11100
Quênia	96	90	95	101	92	100	39	88	42	410	1000	19
Quirguistão	113	99	100	100	100	-	60	97	98	49	110	290
Quiribati	-	-	103	102x	122	117	21	88x	85	56	-	-
Reino Unido	106	-	100	100	103	104	84	-	99	7	13	3800
Rep. Centro-Africana	103	51	68	-	-	-	28	62	44	1100	1100	15
Rep. Dem. do Congo	105	67	90x	-	50	-	31	68	61	1300	990	13
República Checa	109	-	98	-	101	-	72	99x	100	4	9	7700
República Dominicana	111	100	95	102	125	120	70	99	99	180	150	200
Romênia	110	98	99	100	101	103	70	94	99	17	49	1300
Ruanda	107	85	102	104	93	-	17	94	39	1100	1400	10
Samoa	109	-	100	101	112	113	30x	-	100	-	130	150
San Marino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Lúcia	104	-	95	97	112	109	47	48	99	35	-	-
Santa Sé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Cristóvão e Névis	-	-	107	108	97	97	41	100	100	250	-	-
São Tomé e Príncipe	103	-	99	100	105	108	29	91	76	100	-	-
São Vicente e Granadinas	108	-	94	97	96	102	58	99	100	93	-	-
Seichelas	-	101	101	101	108	107	-	-	-	57	-	-
Senegal	105	57	95	94	73	72	12	79	58	430	690	22
Serra Leoa	107	51	72	-	100	-	4	68	42	1800	2000	6
Sérvia‡	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síria	105	86	95	95	94	93	48	71	77x	65	160	130
Somália	105	-	-	-	-	-	-	32	25	-	1100	10
Sri Lanka	107	97	99	99	101	-	70	100	96	43	92	430
Suazilândia	98	96	95	101	100	123	48	90	74	230	370	49
Sudão	105	73	88	83	94	-	7	60	87	550x	590	30
Suécia	106	-	100	99	104	103	-	-	-	5	2	29800
Suíça	107	-	99	100	92	93	82x	-	-	5	7	7900
Suriname	110	95	103	107	133	140	42	91	85	150	110	340
Tadjiquistão	109	99	95	95	84	85	34	71	71	37	100	250
Tailândia	111	96	95	-	103	-	79	92	99	24	44	900
Tanzânia	101	79	96	99	83x	-	26	78	43	580	1500	10
Territórios Palestinos	104	91	100	100	105	106	51	96	97	-	100	140
Timor Leste	104	-	-	-	-	-	10	61	18	-	660	30
Togo	107	55	84	85	50	47	26	85	61	480	570	26
Tonga	104	100	95	97x	109	123	33	-	95	-	-	-
Trinidad e Tobago	108	-	97	100	106	106	38	92	96	45	160	330

	Expectativa de vida: de mulheres como % da de homens 2005	Taxa de alfabetização de adultos: de mulheres como % da de homens 2000-2004*	Taxas de matrículas: de mulheres como % da de homens				Prevalência de anticoncepcionais (%) 1997-2005*	Cobertura de cuidados pré-natais (%) 1997-2005*	Partos assistidos por pessoal de saúde treinado (%) 1997-2005*	Taxa de mortalidade materna†		
			escola primária 2000-2005*		escola secundária 2000-2005*						2000	
			bruta	líquida	bruta	líquida				1990-2005* relatada	ajustada	Risco de morte materna ao longo da vida, 1 em:
Tunísia	106	78	96	101	108	105	66	92	90	69	120	320
Turcomenistão	115	99	-	-	-	-	62	98	97	14	31	790
Turquia	107	84	94	95	76	-	71	81	83	130x	70	480
Tuvalu	-	-	107	-	93	-	32	-	100	-	-	-
Ucrânia	120	99	100	100	98	101	68	-	100	13	35	2000
Uganda	102	75	99	-	78	86	20	92	39	510	880	13
Uruguai	110	-	98	-	116	-	84	94	100	26	27	1300
Uzbequistão	110	-	99	-	97	-	68	97	96	30	24	1300
Vanuatu	106	-	97	98	86	86	28	-	88	68	130	140
Venezuela	108	100	98	100	115	116	77	94	95	58	96	300
Vietnã	106	93	93	94	96	-	77	86	85	170	130	270
Zâmbia	97	79	96	100	79	78	34	93	43	730	750	19
Zimbábue	96	-	98	101	92	94	54	93	73	1100	1100	16
MEMORANDO												
Sérvia e Montenegro (pré-cessão)	107	95	100	100	101	-	58	-	92	7	11	4500
RESUMOS DE INDICADORES												
África ao sul do Saara	102	76	89	94	78	80	24	68	43		940	16
África Oriental e Meridional	102	85	94	97	85	88	30	71	39		980	15
África Ocidental e Central	102	63	84	87	70	77	18	66	45		900	16
Oriente Médio e Norte da África	105	77	93	93	90	92	53	70	76		220	100
Ásia Meridional	104	64	91	93	83	-	46	53	37		560	43
Leste da Ásia e Pacífico	106	92	99	100	100	102**	79	88	87		110	360
América Latina e Caribe	109	99	97	100	108	106	71	93	87		190	160
ECO/CEI	115	97	97	98	95	99	65	87	93		64	770
Países industrializados§	108	-	99	98	101	102	-	-	99		13	4000
Países em desenvolvimento§	106	85	94	96	92	98**	59	71	60		440	61
Países menos desenvolvidos§	104	71	88	94	83	88	29	59	35		890	17
Mundial	106	86	94	96	94	98**	60	71	63		400	74

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão (ver item Memorando).

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Expectativa de vida ao nascer – O número de anos que um recém-nascido viveria estando sujeito aos riscos de morte prevalentes para aquela faixa da população no momento de seu nascimento.

Taxa de alfabetização de adultos – Porcentagem de pessoas a partir de 15 anos de idade que sabem ler e escrever.

Taxas de matrículas: mulheres como % da dos homens – Taxa de matrículas (bruta ou líquida) de meninas dividida pela de meninos, como porcentagem.

Taxa bruta de matrículas – O número de crianças matriculadas na escola primária ou secundária, independentemente de idade, expresso como porcentagem do número total de crianças em idade escolar oficial para a escola primária ou secundária.

Taxa líquida de matrículas – O número de crianças matriculadas na escola primária ou secundária que pertencem ao grupo etário oficialmente correspondente à escola primária ou secundária, expresso como porcentagem do número total de crianças na idade oficial para a escola primária ou secundária.

Prevalência de anticoncepcionais – Porcentagem de mulheres entre 15 e 49 anos de idade que vivem maritalmente e que atualmente usam métodos contraceptivos.

Cuidados pré-natais – Porcentagem de mulheres entre 15 e 49 anos de idade atendidas pelo menos uma vez durante a gestação por pessoal de saúde treinado (médicos, enfermeiras ou parteiras).

Taxa de mortalidade materna – Número anual de mortes de mulheres causadas por complicações decorrentes de gravidez, por 100 mil partos de crianças nascidas vivas. Os números apresentados na coluna "relatada", fornecidos pelos países, não estão ajustados quanto a relatos insuficientes e erros de classificação.

Risco de morte materna ao longo da vida – O risco de morte ao longo da vida da mãe considera a probabilidade de engravidar e a probabilidade de morrer como conseqüência dessa gestação, acumulado ao longo dos anos férteis de uma mulher.

FONTES PRINCIPAIS

Expectativa de vida – Divisão de População das Nações Unidas.

Alfabetização de adultos – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Matrícula escolar – IUE e Unesco.

Prevalência de anticoncepcionais – Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS), Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (MICS), Divisão de População das Nações Unidas e UNICEF.

Cuidados pré-natais – DHS, MICS, Organização Mundial da Saúde (OMS) e UNICEF.

Partos assistidos por pessoal treinado – DHS, MICS, OMS e UNICEF.

Mortalidade materna – OMS e UNICEF.

Risco ao longo da vida – OMS e UNICEF.

† Os dados sobre mortalidade materna apresentados na coluna 'relatada' são fornecidos por autoridades nacionais. Periodicamente, UNICEF, OMS e Unfpa avaliam esses dados e fazem ajustes para explicar problemas documentados decorrentes de relatos insuficientes e erros de classificação de mortes maternas, e para desenvolver estimativas para países que não dispõem de dados. A coluna 'ajustada' para o ano 2000 reflete a mais recente dessas revisões.

NOTAS

- \- Dados não disponíveis.
- x Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão, ou que se referem a apenas uma parte de um país.
- * Dados referentes ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado no título da coluna.
- ** Exclui China.

TABELA 9. PROTEÇÃO À CRIANÇA

	Trabalho infantil (5-14 anos) 1999-2005*			Casamento infantil 1987-2005*			Registros de nascimento 1999-2005*			Mutilação/corte genital feminino 1997-2005*			
										mulheres[a] (15-49 anos)			filhas[b]
Países e territórios	**total**	**meninos**	**meninas**	**total**	**urbana**	**rural**	**total**	**urbana**	**rural**	**total**	**urbana**	**rural**	**total**
Afeganistão	31	28	34	43	-	-	6	12	4	-	-	-	-
África do Sul	-	-	-	8	5	12	-	-	-	-	-	-	-
Albânia	23	27	19	-	-	-	99	99	99	-	-	-	-
Angola	24	22	25	-	-	-	29	34	19	-	-	-	-
Argentina	-	-	-	-	-	-	91y	-	-	-	-	-	-
Armênia	-	-	-	19	12	31	97	100	94	-	-	-	-
Azerbaijão	11	11	11	-	-	-	97	98	96	-	-	-	-
Bangladesh	7	10	4	69	55	74	7	9	7	-	-	-	-
Barein	5	6	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benin	26y	23y	29y	37	25	45	70	78	66	17	13	20	6
Bolívia	22	22	22	26	22	37	82	83	79	-	-	-	-
Bósnia-Herzegovina	11	12	10	-	-	-	98	98	99	-	-	-	-
Botsuana	-	-	-	10	13	9	58	66	52	-	-	-	-
Brasil	6y	8y	4y	24	22	30	84y	-	-	-	-	-	-
Burquina Fasso	57x,y	-	-	52	22	62	-	-	-	77	75	77	32
Burundi	25	26	24	17y	36y	17y	75	71	75	-	-	-	-
Camarões	54	54	54	47	35	64	63	78	51	1	1	2	1
Camboja	-	-	-	25	19	26	22	30	21	-	-	-	-
Cazaquistão	-	-	-	14	12	17	-	-	-	-	-	-	-
Chade	53	55	52	72	65	73	9	36	3	45	47	44	21
Chile	-	-	-	-	-	-	95y	-	-	-	-	-	-
Colômbia	5	6	4	23	19	38	90	97	77	-	-	-	-
Comores	30	30	31	30	23	33	83	87	83	-	-	-	-
Coréia do Norte	-	-	-	-	-	-	99	99	99	-	-	-	-
Costa do Marfim	37	35	38	33	24	43	72	88	60	45	39	48	24
Costa Rica	50x,y	71x,y	29x,y	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cuba	-	-	-	-	-	-	100y	100y	100y	-	-	-	-
Djibuti	-	-	-	-	-	-	-	-	-	98	98	100	-
Egito	8y	9y	6y	17	-	-	-	-	-	96	92	98	28y
El Salvador	7y	-	-	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equador	6y	9y	4y	26y	21y	34y	-	-	-	-	-	-	-
Eritréia	-	-	-	47	31	60	-	-	-	89	86	91	63
Etiópia	43y	47y	37y	49	32	53	-	-	-	74	69	76	-
Filipinas	12	13	11	14	10	22	83	87	78	-	-	-	-
Gabão	-	-	-	34	30	49	89	90	87	-	-	-	-
Gâmbia	22	23	22	-	-	-	32	37	29	-	-	-	-
Gana	57y	57y	58y	28	18	39	67y	-	-	5	4	7	-
Geórgia	-	-	-	-	-	-	95	97	92	-	-	-	-
Guatemala	24y	-	-	34	25	44	-	-	-	-	-	-	-
Guiana	19	21	17	-	-	-	97	99	96	-	-	-	-
Guiné	26	27	25	65	46	75	67	88	56	96	94	96	-
Guiné Equatorial	30	29	30	-	-	-	32	43	24	-	-	-	-
Guiné-Bissau	55	55	55	-	-	-	42	32	47	-	-	-	-
Haiti	-	-	-	24	18	31	70	78	66	-	-	-	-
Honduras	7y	9y	4y	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iêmen	-	-	-	37	-	-	-	-	-	23	26	22	20
Índia	14	12	16	46	26	55	35	54	29	-	-	-	-
Indonésia	4y	5y	4y	24	15	33	55	69	43	-	-	-	-
Iraque	13	14	12	-	-	-	98	99	97	-	-	-	-
Jamaica	2	3	1	-	-	-	90y	-	-	-	-	-	-
Jordânia	-	-	-	11	11	12	-	-	-	-	-	-	-
Laos	25	24	26	-	-	-	59	71	56	-	-	-	-
Lesoto	23	25	21	23	13	26	26	39	24	-	-	-	-
Líbano	7	8	6	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Libéria	-	-	-	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madagascar	32	36	29	39	29	42	75	87	72	-	-	-	-
Malaui	37y	39y	35y	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maldivas	-	-	-	-	-	-	73	-	-	-	-	-	-
Mali	35	36	34	65	46	74	47y	84y	34y	92	90	93	73
Marrocos	11	13	9	16	12	21	85	92	80	-	-	-	-
Mauritânia	4	5	3	37	32	42	55	72	42	71	65	77	66
México	16y	15y	16y	28y	31y	21y	-	-	-	-	-	-	-
Mianma	-	-	-	-	-	-	65y	66y	64y	-	-	-	-
Moçambique	-	-	-	56	41	66	-	-	-	-	-	-	-
Moldova	33	32	33	-	-	-	98	98	98	-	-	-	-
Mongólia	35	35	36	-	-	-	98	98	97	-	-	-	-
Namíbia	-	-	-	10	9	10	71	82	64	-	-	-	-
Nepal	31	30	33	56	34	60	34	37	34	-	-	-	-
Nicarágua	15	18	11	43	36	55	81	90	73	-	-	-	-
Níger	67	70	65	77	46	86	46	85	40	5	2	5	4
Nigéria	39y	-	-	43	27	52	30	53	20	19	28	14	10
Paquistão	-	-	-	32	21	37	-	-	-	-	-	-	-
Paraguai	12y	16y	7y	24	18	32	-	-	-	-	-	-	-
Peru	-	-	-	17	13	30	93	93	92	-	-	-	-
Quênia	27	28	27	25	19	27	48y	64y	44y	32	21	36	21

	Trabalho infantil (5-14 anos) 1999-2005*			Casamento infantil 1987-2005*			Registros de nascimento 1999-2005*			Mutilação/corte genital feminino 1997-2005*			
										mulheres[a] (15-49 anos)			filhas[b]
	total	meninos	meninas	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total	urbana	rural	total
Quirguistão	-	-	-	21	19	22	-	-	-	-	-	-	-
Rep. Centro-Africana	57	56	59	57	54	59	73	88	63	36	29	41	-
Rep. Dem. do Congo	32	29	34	-	-	-	34	30	36	-	-	-	-
República Dominicana	10	12	7	41	37	51	75	82	66	-	-	-	-
Romênia	1y	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ruanda	35	36	35	20	21	19	65	61	66	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	15	16	14	-	-	-	70	73	67	-	-	-	-
Senegal	37	39	36	36	15	53	62	82	51	28	22	35	-
Serra Leoa	59	59	59	-	-	-	46	66	40	-	-	-	-
Síria	8y	10y	6y	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Somália	36	31	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sri Lanka	-	-	-	12y	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suazilândia	10	10	10	-	-	-	53	72	50	-	-	-	-
Sudão	14	15	13	27y	19y	34y	64	82	46	90	92	88	58
Suriname	-	-	-	-	-	-	95	94	94	-	-	-	-
Tadjiquistão	10	9	11	13	-	-	88	85	90	-	-	-	-
Tailândia	-	-	-	21y	13y	23y	-	-	-	-	-	-	-
Tanzânia	36	37	34	41	23	49	8	22	4	15	7	18	4
Territórios Palestinos	-	-	-	19	-	-	98	98	97	-	-	-	-
Timor Leste	4y	4y	4y	-	-	-	53y	-	-	-	-	-	-
Togo	63	64	62	31	17	41	82	93	78	-	-	-	-
Trinidad e Tobago	2	3	2	34y	37y	32y	95	-	-	-	-	-	-
Tunísia	-	-	10y	7y	14y	-	-	-	-	-	-	-	
Turcomenistão	-	-	-	9	12	7	-	-	-	-	-	-	-
Turquia	-	-	-	23	19	30	-	-	-	-	-	-	-
Ucrânia	7	8	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uganda	37	37	36	54	34	59	4	11	3	-	-	-	-
Uzbequistão	19	22	17	13	16	11	100	100	100	-	-	-	-
Venezuela	8	9	6	-	-	-	92	-	-	-	-	-	-
Vietnã	24	24	24	11	5	13	72	92	68	-	-	-	-
Zâmbia	11	10	11	42	32	49	10	16	6	1	1	1	-
Zimbábue	26y	-	-	29	21	36	42	56	35	-	-	-	-
RESUMOS DE INDICADORES													
África ao sul do Saara	37	38	37	40	25	48	40	54	32	36	29	40	16
África Oriental e Meridional	34	36	32	36	21	43	33	44	28	-	-	-	-
África Ocidental e Central	42	41	42	44	28	56	44	59	34	28	29	29	16
Oriente Médio e Norte da África	10	12	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ásia Meridional	14	12	15	48	28	55	32	47	25	-	-	-	-
Leste da Ásia e Pacífico	11**	11**	10**	20**	12**	25**	65**	77**	56**	-	-	-	-
América Latina e Caribe	9	10	8	25	24	31	89	92	78	-	-	-	-
ECO/CEI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Países industrializados[§]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Países em desenvolvimento[§]	17**	17**	18**	36**	23**	46**	46**	62**	34**	-	-	-	-
Países menos desenvolvidos[§]	29	30	28	51	35	57	32	44	28	-	-	-	-
Mundial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Trabalho infantil – Porcentagem de crianças entre 5 e 14 anos de idade envolvidas em atividades de trabalho infantil no momento da pesquisa. Considera-se que uma criança está envolvida em atividades de trabalho infantil nas seguintes situações: (a) crianças de 5 a 11 anos de idade que, na semana anterior à pesquisa, desempenharam atividade econômica por pelo menos uma hora, ou trabalho doméstico por pelo menos 28 horas; e (b) crianças de 12 a 14 anos de idade que, na semana anterior à pesquisa, desempenharam atividade econômica por pelo menos 14 horas, ou trabalho doméstico por pelo menos 28 horas.

Variáveis de *background* do trabalho infantil – Gênero; residência em área urbana ou rural; parcela da população 20% mais pobre ou 20% mais rica, elaborada a partir de bens familiares (ver descrição mais detalhada dos procedimentos de estimativas de riqueza familiar em www.childinfo.org); nível de educação da mãe, representando mães com algum ou nenhum nível de educação.

Registros de nascimento – Porcentagem de crianças menores de 5 anos de idade que já eram registradas no momento da pesquisa. O numerador deste indicador inclui crianças cujas certidões de nascimento foram verificadas pelo entrevistador, ou cuja mãe ou responsável afirmou que o nascimento foi registrado. Os dados de MICS referem-se a crianças vivas no momento da pesquisa.

Casamento infantil – Porcentagem de mulheres entre 20 e 24 anos de idade que estavam casadas ou viviam maritalmente antes de completar 18 anos de idade.

Mutilação/corte genital feminino – (a) Mulheres – a porcentagem de mulheres entre 15 e 49 anos de idade que sofreram mutilação/corte genital. (b) Filhas – a porcentagem de mulheres entre 15 e 49 anos de idade com pelo menos uma filha que sofreu mutilação/corte genital. Mutilação/corte genital feminino (M/CGF) envolve o corte ou a alteração da genitália feminina por razões sociais. Em geral, há três tipos reconhecidos de M/CGF: clitoridectomia, extirpação e infibulação. Clitoridectomia é a remoção do prepúcio, com ou sem extirpação total ou parcial do clitóris. A extirpação é a remoção do prepúcio e do clitóris, juntamente com a extirpação total ou parcial dos pequenos lábios. Infibulação é a forma mais radical, e consiste na remoção total ou parcial da genitália externa, seguida de sutura dos pequenos lábios com linha, espinhos ou outros materiais que estreitam a entrada vaginal. Ver análise mais detalhada sobre estes dados em www.measuredhs.com e em www.prb.org.

FONTES PRINCIPAIS

Trabalho infantil – Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos (MICS) e Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS).

Casamento infantil – MICS, DHS e outros levantamentos nacionais.

Registros de nascimento – MICS, DHS, outros levantamentos nacionais e sistemas de registros de pessoas naturais.

Mutilação/corte genital feminino – MICS, DHS e outros levantamentos nacionais.

NOTAS

- \- Dados não disponíveis.
- x Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão, ou que se referem a apenas uma parte de um país.
- y Dados que diferem da definição padrão ou que se referem a apenas uma parte de um país, mas são incluídos no cálculo de médias regionais e globais.
- * Dados referentes ao ano mais recente com dados disponíveis durante o período especificado no título da coluna.
- ** Exclui China.

Resumos de indicadores

As médias apresentadas ao final de cada tabela são calculadas utilizando-se dados dos países e territórios conforme os agrupamentos abaixo.

África ao sul do Saara

África do Sul; Angola; Benin; Botsuana; Burquina Fasso; Burundi; Cabo Verde; Camarões; Chade; Comores; Congo; Costa do Marfim; Eritréia; Etiópia; Gabão; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné-Bissau; Guiné Equatorial; Lesoto; Libéria; Madagascar; Malaui; Mali; Maurício; Mauritânia; Moçambique; Namíbia; Níger; Nigéria; Quênia; Rep. Centro-Africana; Rep. Dem. do Congo; Ruanda; São Tomé e Príncipe; Seichelas; Senegal; Serra Leoa; Somália; Suazilândia; Tanzânia; Togo; Uganda; Zâmbia; Zimbábue

Oriente Médio e Norte da África

Arábia Saudita; Argélia; Barein; Catar; Djibuti; Egito; Emirados Árabes Unidos; Iêmen; Irã; Iraque; Jordânia; Kuait; Líbano; Líbia; Marrocos; Omã; Síria; Sudão; Territórios Palestinos; Tunísia

Ásia Meridional

Afeganistão; Bangladesh; Butão; Índia; Maldivas; Nepal; Paquistão; Sri Lanka

Leste da Ásia e Pacífico

Brunei; Camboja; China; Cingapura; Coréia do Norte; Coréia do Sul; Fiji; Filipinas; Ilhas Cook; Ilhas Marshall; Ilhas Salomão; Indonésia; Laos; Malásia; Mianma; Micronésia; Mongólia; Nauru; Niue; Palau; Papua Nova Guiné; Quiribati; Samoa; Tailândia; Timor Leste; Tonga; Tuvalu; Vanuatu; Vietnã

América Latina e Caribe

Antígua e Barbuda; Argentina; Bahamas; Barbados; Belize; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Dominica; El Salvador; Equador; Granada; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Jamaica; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; Rep. Dominicana; Santa Lúcia; São Cristóvão e Névis; São Vicente e Granadinas; Suriname; Trinidad e Tobago; Uruguai; Venezuela

ECO/CEI

Albânia; Armênia; Azerbaijão; Bielo-Rússia; Bósnia-Herzegovina; Bulgária; Cazaquistão; Croácia; Federação Russa; Geórgia; Macedônia; Moldova; Montenegro; Quirguistão; Romênia; Sérvia; Tadjiquistão; Turcomenistão; Turquia; Ucrânia; Uzbequistão

Países/territórios industrializados

Alemanha; Andorra; Austrália; Áustria; Bélgica; Canadá; Chipre; Dinamarca; Eslováquia; Eslovênia; Espanha; Estados Unidos; Estônia; Finlândia; França; Grécia; Holanda; Hungria; Irlanda; Islândia; Israel; Itália; Japão; Letônia; Liechtenstein; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Mônaco; Noruega; Nova Zelândia; Polônia; Portugal; Reino Unido; República Checa; San Marino; Santa Sé; Suécia; Suíça

Países/territórios em desenvolvimento

Afeganistão; África do Sul; Angola; Antígua e Barbuda; Arábia Saudita; Argélia; Argentina; Armênia; Azerbaijão; Bahamas; Bangladesh; Barein; Barbados; Belize; Benin; Bolívia; Botsuana; Brasil; Brunei; Burquina Fasso; Burundi; Butão; Cabo Verde; Camarões; Camboja; Catar; Cazaquistão; Chade; Chile; China; Chipre; Cingapura; Colômbia; Comores; Congo; Coréia do Norte; Coréia do Sul; Costa do Marfim; Costa Rica; Cuba; Djibuti; Dominica; Egito; El Salvador; Emirados Árabes Unidos; Equador; Eritréia; Etiópia; Fiji; Filipinas; Gabão; Gâmbia; Gana; Geórgia; Granada; Guatemala; Guiana; Guiné; Guiné-Bissau; Guiné Equatorial; Haiti; Honduras; Iêmen; Ilhas Cook; Ilhas Marshall; Ilhas Salomão; Índia; Indonésia; Irã; Iraque; Israel; Jamaica; Jordânia; Kuait; Laos; Lesoto; Líbano; Libéria; Líbia; Madagascar; Malásia; Malaui; Maldivas; Mali; Marrocos; Maurício; Mauritânia; México; Mianma; Micronésia; Moçambique; Mongólia; Namíbia; Nauru; Nepal; Nicarágua; Níger; Nigéria; Niue; Omã; Palau; Panamá; Papua Nova Guiné; Paquistão; Paraguai; Peru; Quênia; Quirguistão; Quiribati; Rep. Centro-Africana; Rep. Dem. do Congo; Rep. Dominicana; Ruanda; Samoa; Santa Lúcia; São Cristóvão e Névis; São Tomé e Príncipe; São Vicente e Granadinas; Seichelas; Senegal; Serra Leoa; Síria; Somália; Sri Lanka; Suazilândia; Sudão; Suriname; Tadjiquistão; Tailândia; Tanzânia; Territórios Palestinos; Timor Leste; Togo; Tonga; Trinidad e Tobago; Tunísia; Turcomenistão; Turquia; Tuvalu; Uganda; Uruguai; Uzbequistão; Vanuatu; Venezuela; Vietnã; Zâmbia; Zimbábue

Países/territórios menos desenvolvidos

Afeganistão; Angola; Bangladesh; Benin; Burquina Fasso; Burundi; Butão; Cabo Verde; Camboja; Chade; Comores; Djibuti; Eritréia; Etiópia; Gâmbia; Guiné; Guiné-Bissau; Guiné Equatorial; Haiti; Iêmen; Ilhas Salomão; Laos; Lesoto; Libéria; Madagascar; Malaui; Maldivas; Mali; Mauritânia; Mianma; Moçambique; Nepal; Níger; Quiribati; Rep. Centro-Africana; Rep. Dem. do Congo; Ruanda; Samoa; São Tomé e Príncipe; Senegal; Serra Leoa; Somália; Sudão; Tanzânia; Timor Leste; Togo; Tuvalu; Uganda; Vanuatu; Zâmbia

Medindo o desenvolvimento humano

Uma introdução à Tabela 10

Para que o desenvolvimento seja medido por meio de uma avaliação abrangente e inclusiva, é preciso que exista uma forma de avaliação do progresso humano e econômico. Do ponto de vista do UNICEF, é necessário um método consensual para medir o nível de bem-estar da criança e sua taxa de mudança.

A taxa de mortalidade de menores de 5 anos (TMM5) é utilizada na Tabela 10 (página seguinte) como o principal indicador desse progresso.

A TMM5 apresenta várias vantagens. Em primeiro lugar, mede um resultado final do processo de desenvolvimento, e não um 'fator de contribuição', como nível de matrículas, disponibilidade de calorias per capita, ou o número de médicos por mil habitantes – que representam meios para determinado fim.

Em segundo lugar, sabe-se que a TMM5 representa o resultado de uma grande variedade de fatores de contribuição: saúde nutricional e conhecimento das mães sobre saúde; nível de imunização e uso da terapia de reidratação oral; disponibilidade de serviços de saúde para a mãe e para a criança (inclusive cuidados pré-natais); disponibilidade de renda e de alimentos na família; disponibilidade de água limpa e de saneamento básico; e segurança do meio ambiente da criança de maneira geral.

Em terceiro lugar, a TMM5 é menos suscetível à falácia da média do que, por exemplo, a Renda Nacional Bruta per capita (RNB). Isso ocorre porque a escala natural não permite que a probabilidade de uma criança rica sobreviver seja mil vezes maior do que a de uma criança pobre, ainda que a escala feita pelo homem lhe permita ter uma renda mil vezes maior. Em outras palavras, é muito mais difícil que uma TMM5 nacional seja afetada por uma minoria rica, e, portanto, esse indicador representa um quadro mais fiel, ainda que imperfeito, das condições de saúde da maioria das crianças (e da sociedade como um todo).

Por esses motivos, a TMM5 é escolhida pelo UNICEF como seu mais importante indicador isolado da situação da infância em um país.

A velocidade do progresso na redução da TMM5 pode ser medida pelo cálculo de sua taxa média de redução anual (TMRA). Ao contrário da comparação de mudanças absolutas, a TMRA reflete o fato de que só é possível aproximar-se dos limites da TMM5 pela superação de dificuldades, que vão-se tornando cada vez maiores. Por exemplo, à medida que são atingidos níveis mais baixos de mortalidade de menores de 5 anos, a mesma redução absoluta representa, obviamente, uma redução percentual maior. Assim sendo, a TMRA reflete uma taxa de progresso mais elevada para, por exemplo, uma redução de 10 pontos, se essa redução ocorrer em um nível mais baixo da mortalidade de menores de 5 anos. Uma queda de 10 pontos na TMM5, de 100 para 90, representa uma redução de 10%, enquanto que a mesma queda de 10 pontos, mas de 20 para 10, representa uma redução de 50%. Uma porcentagem negativa de redução indica um aumento na TMM5 ao longo do período especificado.

Portanto, quando utilizadas em conjunto com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a TMM5 e sua taxa de redução podem dar uma idéia dos progressos que estão sendo realizados por qualquer país, território ou região, e ao longo de qualquer período de tempo, em direção ao atendimento de algumas das necessidades humanas mais essenciais.

Como mostra a Tabela 10, não há uma relação fixa entre a taxa de redução anual da TMM5 e a taxa de crescimento anual do PIB *per capita*. Essas comparações contribuem para enfatizar a relação entre progresso econômico e o desenvolvimento humano.

Por fim, a tabela fornece a taxa total de fertilidade para cada país e cada território, e a taxa média de redução anual correspondente. É evidente que muitas das nações que conseguiram reduções significativas em suas TMM5s também alcançaram reduções significativas em suas taxas de fertilidade.

TABELA 10. TAXAS DE PROGRESSO

Países e territórios	Classificação por mortalidade de menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos			Taxa média de redução anual (%)[Θ]		Redução desde 1990 (%)[Θ]	Taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* (%)		Taxa total de fertilidade			Taxa média de redução anual(%)	
		1970	1990	2005	1970-1990	1990-2005		1970-1990	1990-2005	1970	1990	2005	1970-1990	1990-2005
Afeganistão	**3**	320	260	257	1,0	0,1	1	1,6x	-	7,7	8,0	7,3	-0,2	0,6
África do Sul	**61**	-	60	68	-	-0,8	-13	0,1	0,7	5,6	3,6	2,7	2,2	1,9
Albânia	**121**	109	45	18	4,4	6,1	60	-0,7x	5,2	4,9	2,9	2,2	2,6	1,8
Alemanha	**168**	26	9	5	5,3	3,9	44	2,2x	1,4	2,0	1,4	1,3	1,8	0,5
Andorra	**190**	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Angola	**2**	300	260	260	0,7	0,0	0	0,4x	1,4	7,3	7,2	6,6	0,1	0,6
Antígua e Barbuda	**140**	-	-	12	-	-	-	6,5x	1,7	-	-	-	-	-
Arábia Saudita	**100**	185	44	26	7,2	3,5	41	-1,5	-0,3	7,3	6,0	3,8	1,0	3,0
Argélia	**78**	220	69	39	5,8	3,8	43	1,6	1,1	7,4	4,7	2,4	2,3	4,5
Argentina	**121**	71	29	18	4,5	3,2	38	-0,7	1,1	3,1	3,0	2,3	0,2	1,8
Armênia	**92**	-	54	29	-	4,1	46	-	4,4	3,2	2,5	1,3	1,2	4,4
Austrália	**161**	20	10	6	3,5	3,4	40	1,6	2,5	2,7	1,9	1,7	1,8	0,7
Áustria	**168**	33	10	5	6,0	4,6	50	2,4	1,8	2,3	1,5	1,4	2,1	0,5
Azerbaijão	**50**	-	105	89	-	1,1	15	-	0,0	4,6	3,0	1,8	2,1	3,4
Bahamas	**129**	49	29	15	2,6	4,4	48	1,8	0,4x	3,6	2,6	2,2	1,6	1,1
Bangladesh	**57**	239	149	73	2,4	4,8	51	0,6	2,9	6,4	4,4	3,1	1,9	2,3
Barbados	**140**	54	17	12	5,8	2,3	29	1,8	1,5	3,1	1,7	1,5	3,0	0,8
Barein	**146**	82	19	11	7,3	3,6	42	-1,3x	2,3	6,5	3,7	2,4	2,8	2,9
Bélgica	**168**	29	10	5	5,3	4,6	50	2,2	1,7	2,1	1,6	1,7	1,4	-0,4
Belize	**125**	-	42	17	-	6,0	60	2,9	2,3	6,3	4,5	3,0	1,7	2,7
Benin	**21**	252	185	150	1,5	1,4	19	0,0	1,4	7,0	6,8	5,6	0,1	1,3
Bielo-Rússia	**140**	37	19	12	3,3	3,1	37	-	2,2	2,3	1,9	1,2	1,0	3,1
Bolívia	**64**	243	125	65	3,3	4,4	48	-1,1	1,3	6,6	4,9	3,7	1,5	1,9
Bósnia-Herzegovina	**129**	82	22	15	6,6	2,6	32	-	12,7x	2,9	1,7	1,3	2,7	1,8
Botsuana	**37**	142	58	120	4,5	-4,8	-107	8,3	3,8	6,9	4,5	3,0	2,1	2,7
Brasil	**86**	135	60	33	4,1	4,0	45	2,3	1,1	5,0	2,8	2,3	2,9	1,3
Brunei	**151**	78	11	9	9,8	1,3	18	-	-	5,7	3,2	2,4	2,9	1,9
Bulgária	**129**	32	18	15	2,9	1,2	17	3,4x	1,5	2,2	1,7	1,2	1,3	2,3
Burquina Fasso	**16**	295	210	191	1,7	0,6	9	1,4	1,3	7,6	7,3	6,5	0,2	0,8
Burundi	**17**	233	190	190	1,0	0,0	0	1,1	-2,8	6,8	6,8	6,8	0,0	0,0
Butão	**53**	267	166	75	2,4	5,3	55	6,4x	3,0	5,9	5,7	4,1	0,2	2,2
Cabo Verde	**85**	-	60	35	-	3,6	42	-	3,4	7,0	5,5	3,6	1,2	2,8
Camarões	**23**	215	139	149	2,2	-0,5	-7	3,4	0,6	6,2	5,9	4,4	0,2	2,0
Camboja	**25**	-	115	143	-	-1,5	-24	-	4,7x	5,9	5,6	3,9	0,3	2,4
Canadá	**161**	23	8	6	5,3	1,9	25	2,0	2,3	2,2	1,7	1,5	1,3	0,8
Catar	**108**	65	26	21	4,6	1,4	19	-	-	6,9	4,4	2,9	2,2	2,8
Cazaquistão	**57**	-	63	73	-	-1,0	-16	-	2,0	3,5	2,8	1,9	1,1	2,6
Chade	**8**	261	201	208	1,3	-0,2	-3	-0,9	1,7	6,6	6,7	6,7	-0,1	0,0
Chile	**150**	98	21	10	7,7	4,9	52	1,5	3,8	4,0	2,6	2,0	2,2	1,7
China	**96**	120	49	27	4,5	4,0	45	6,6	8,8	5,6	2,2	1,7	4,7	1,7
Chipre	**168**	33	12	5	5,1	5,8	58	6,1x	2,5x	2,6	2,4	1,6	0,4	2,7
Cingapura	**190**	27	9	3	5,5	7,3	67	5,7	3,6	3,0	1,8	1,3	2,6	2,2
Colômbia	**108**	105	35	21	5,5	3,4	40	2,0	0,6	5,6	3,1	2,5	3,0	1,4
Comores	**59**	215	120	71	2,9	3,5	41	0,1x	-0,5	7,1	6,1	4,6	0,8	1,9
Congo	**43**	160	110	108	1,9	0,1	2	3,1	-1,0	6,3	6,3	6,3	0,0	0,0
Coréia do Norte	**70**	70	55	55	1,2	0,0	0	-	-	4,3	2,4	2,0	2,9	1,2
Coréia do Sul	**168**	54	9	5	9,0	3,9	44	6,2	4,5	4,5	1,6	1,2	5,2	1,9
Costa do Marfim	**13**	239	157	195	2,1	-1,4	-24	-1,9	-0,5	7,4	6,6	4,8	0,6	2,1
Costa Rica	**140**	83	18	12	7,6	2,7	33	0,7	2,3	5,0	3,2	2,2	2,2	2,5
Croácia	**156**	42	12	7	6,3	3,6	42	-	2,5	2,0	1,7	1,3	0,8	1,8
Cuba	**156**	43	13	7	6,0	4,1	46	-	3,5x	4,0	1,7	1,6	4,3	0,4
Dinamarca	**168**	19	9	5	3,7	3,9	44	1,5	1,8	2,1	1,7	1,8	1,1	-0,4
Djibuti	**30**	-	175	133	-	1,8	24	-	-2,4	7,4	6,3	4,8	0,8	1,8
Dominica	**129**	-	17	15	-	0,8	12	4,7x	1,0	-	-	-	-	-
Egito	**86**	235	104	33	4,1	7,7	68	4,3	2,6	6,1	4,3	3,1	1,7	2,2
El Salvador	**96**	162	60	27	5,0	5,3	55	-1,8	1,6	6,4	3,7	2,8	2,7	1,9
Emirados Árabes Unidos	**151**	84	15	9	8,6	3,4	40	-4,8x	-1,0x	6,6	4,4	2,4	2,0	4,0
Equador	**102**	140	57	25	4,5	5,5	56	1,3	0,7	6,3	3,7	2,7	2,7	2,1
Eritréia	**52**	237	147	78	2,4	4,2	47	-	0,3	6,6	6,2	5,3	0,3	1,0
Eslováquia	**154**	29	14	8	3,6	3,7	43	-	2,8	2,5	2,0	1,2	1,1	3,4
Eslovênia	**182**	29	10	4	5,3	6,1	60	-	3,2	2,3	1,5	1,2	2,1	1,5
Espanha	**168**	34	9	5	6,6	3,9	44	1,9	2,3	2,9	1,3	1,3	4,0	0,0

	Classificação por mortalidade de menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos			Taxa média de redução anual (%)[Θ]		Redução desde 1990 (%)[Θ]	Taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* (%)		Taxa total de fertilidade			Taxa média de redução anual(%)	
		1970	1990	2005	1970-1990	1990-2005		1970-1990	1990-2005	1970	1990	2005	1970-1990	1990-2005
Estados Unidos	**156**	26	12	7	3,9	3,6	42	2,2	2,1	2,2	2,0	2,0	0,5	0,0
Estônia	**156**	26	16	7	2,4	5,5	56	1,5x	4,2	2,1	1,9	1,4	0,5	2,0
Etiópia	**19**	239	204	164	0,8	1,5	20	-	1,5	6,8	6,8	5,7	0,0	1,2
Federação Russa	**121**	36	27	18	1,4	2,7	33	-	-0,1	2,0	1,9	1,4	0,3	2,0
Fiji	**121**	65	22	18	5,4	1,3	18	0,6x	1,3x	4,5	3,4	2,8	1,4	1,3
Filipinas	**86**	90	62	33	1,9	4,2	47	0,8	1,5	6,3	4,4	3,0	1,8	2,6
Finlândia	**182**	16	7	4	4,1	3,7	43	2,9	2,6	1,9	1,7	1,7	0,6	0,0
França	**168**	24	9	5	4,9	3,9	44	2,2	1,7	2,5	1,8	1,9	1,6	-0,4
Gabão	**48**	-	92	91	-	0,1	1	0,0	-0,4	4,9	5,4	3,8	-0,5	2,3
Gâmbia	**27**	311	151	137	3,6	0,6	9	0,9	0,1	6,5	5,9	4,5	0,5	1,8
Gana	**42**	186	122	112	2,1	0,6	8	-2,1	2,0	6,7	5,8	4,1	0,7	2,3
Geórgia	**72**	-	47	45	-	0,3	4	3,2	0,2	2,6	2,1	1,4	1,1	2,7
Granada	**108**	-	37	21	-	3,8	43	-	2,1	-	-	-	-	-
Grécia	**168**	54	11	5	8,0	5,3	55	1,3	2,4	2,4	1,4	1,2	2,7	1,0
Guatemala	**73**	168	82	43	3,6	4,3	48	0,2	1,3	6,2	5,6	4,4	0,5	1,6
Guiana	**66**	-	88	63	-	2,2	28	-1,5	3,1	5,6	2,6	2,2	3,8	1,1
Guiné	**21**	345	240	150	1,8	3,1	38	-	1,2	6,8	6,5	5,7	0,2	0,9
Guiné Equatorial	**9**	-	170	205	-	-1,2	-21	-	16,6x	5,7	5,9	5,9	-0,2	0,0
Guiné-Bissau	**12**	-	253	200	-	1,6	21	-0,1	-2,6	6,8	7,1	7,1	-0,2	0,0
Haiti	**37**	221	150	120	1,9	1,5	20	-0,3	-2,0	5,8	5,4	3,8	0,4	2,3
Holanda	**168**	15	9	5	2,6	3,9	44	1,5	1,9	2,4	1,6	1,7	2,0	-0,4
Honduras	**76**	170	59	40	5,3	2,6	32	0,6	0,5	7,3	5,1	3,5	1,8	2,5
Hungria	**154**	39	17	8	4,2	5,0	53	2,9	3,1	2,0	1,8	1,3	0,5	2,2
Iêmen	**46**	303	139	102	3,9	2,1	27	-	2,0	8,5	8,0	5,9	0,3	2,0
Ilhas Cook	**113**	-	32	20	-	3,1	38	-	-	-	-	-	-	-
Ilhas Marshall	**69**	-	92	58	-	3,1	37	-	-2,3	-	-	-	-	-
Ilhas Salomão	**92**	97	38	29	4,7	1,8	24	3,4	-2,6	6,9	5,5	4,1	1,1	2,0
Índia	**54**	202	123	74	2,5	3,4	40	2,2	4,2	5,6	4,0	2,9	1,7	2,1
Indonésia	**83**	172	91	36	3,2	6,2	60	4,7	2,1	5,4	3,1	2,3	2,8	2,0
Irã	**83**	191	72	36	4,9	4,6	50	-3,5x	2,5	6,6	5,0	2,1	1,4	5,8
Iraque	**33**	127	50	125	4,7	-6,1	-150	-4,3x	-	7,2	5,9	4,5	1,0	1,8
Irlanda	**161**	27	10	6	5,0	3,4	40	2,8	6,2	3,9	2,1	2,0	3,1	0,3
Islândia	**190**	14	7	3	3,5	5,6	57	3,2	2,2	3,0	2,2	1,9	1,6	1,0
Israel	**161**	27	12	6	4,1	4,6	50	1,9	1,5	3,8	3,0	2,8	1,2	0,5
Itália	**182**	33	9	4	6,5	5,4	56	2,6	1,4	2,4	1,3	1,3	3,1	0,0
Jamaica	**113**	64	20	20	5,8	0,0	0	-1,3	0,2	5,5	2,9	2,4	3,2	1,3
Japão	**182**	21	6	4	6,3	2,7	33	3,0	0,9	2,1	1,6	1,3	1,4	1,4
Jordânia	**100**	107	40	26	4,9	2,9	35	2,5x	1,7	7,9	5,5	3,3	1,8	3,4
Kuait	**146**	59	16	11	6,5	2,5	31	-6,8x	0,6x	7,2	3,5	2,3	3,6	2,8
Laos	**51**	218	163	79	1,5	4,8	52	-	3,8	6,1	6,1	4,6	0,0	1,9
Lesoto	**31**	186	101	132	3,1	-1,8	-31	3,1	2,3	5,7	4,9	3,4	0,8	2,4
Letônia	**146**	26	18	11	1,8	3,3	39	3,4	3,6	1,9	1,9	1,3	0,0	2,5
Líbano	**90**	54	37	30	1,9	1,4	19	-	2,7	5,1	3,1	2,2	2,5	2,3
Libéria	**5**	263	235	235	0,6	0,0	0	-4,2	2,3	6,9	6,9	6,8	0,0	0,1
Líbia	**117**	160	41	19	6,8	5,1	54	-4,8x	-	7,6	4,8	2,9	2,3	3,4
Liechtenstein	**182**	-	10	4	-	6,1	60	-	-	-	-	-	-	-
Lituânia	**151**	28	13	9	3,8	2,5	31	-	1,9	2,3	2,0	1,3	0,7	2,9
Luxemburgo	**168**	26	10	5	4,8	4,6	50	2,7	3,6	2,1	1,6	1,7	1,4	-0,4
Macedônia	**125**	119	38	17	5,7	5,4	55	-	-0,1	3,2	1,9	1,5	2,6	1,6
Madagascar	**40**	180	168	119	0,3	2,3	29	-2,4	-0,7	6,8	6,2	5,1	0,5	1,3
Malásia	**140**	70	22	12	5,8	4,0	45	4,0	3,3	5,6	3,8	2,8	1,9	2,0
Malaui	**33**	341	221	125	2,2	3,8	43	-0,1	1,0	7,3	7,0	5,9	0,2	1,1
Maldivas	**74**	255	111	42	4,2	6,5	62	-	3,8x	7,0	6,4	4,0	0,4	3,1
Mali	**7**	400	250	218	2,4	0,9	13	-0,5	2,2	7,5	7,4	6,8	0,1	0,6
Malta	**161**	32	11	6	5,3	4,0	45	6,5	2,7	2,1	2,0	1,5	0,2	1,9
Marrocos	**76**	184	89	40	3,6	5,3	55	2,0	1,5	7,1	4,0	2,7	2,9	2,6
Maurício	**129**	86	23	15	6,6	2,8	35	5,1x	3,7	3,7	2,2	2,0	2,6	0,6
Mauritânia	**33**	250	133	125	3,2	0,4	6	-0,6	1,9	6,5	6,2	5,6	0,2	0,7
México	**96**	110	46	27	4,4	3,6	41	1,6	1,5	6,8	3,4	2,3	3,5	2,6
Mianma	**44**	179	130	105	1,6	1,4	19	1,5	6,6	5,9	4,0	2,2	1,9	4,0
Micronésia	**74**	-	58	42	-	2,2	28	-	-0,1	6,9	5,0	4,3	1,6	1,0
Moçambique	**24**	278	235	145	0,8	3,2	38	-1,0x	4,6	6,6	6,3	5,3	0,2	1,2

TABELA 10. TAXAS DE PROGRESSO

	Classificação por mortalidade de menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos			Taxa média de redução anual (%)[Θ]		Redução desde 1990 (%)[Θ]	Taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* (%)		Taxa total de fertilidade			Taxa média de redução anual(%)	
		1970	1990	2005	1970-1990	1990-2005		1970-1990	1990-2005	1970	1990	2005	1970-1990	1990-2005
Moldova	**128**	70	35	16	3,5	5,2	54	1,8x	-3,5	2,6	2,4	1,2	0,4	4,6
Mônaco	**168**	-	9	5	-	3,9	44	-	-	-	-	-	-	-
Mongólia	**71**	-	108	49	-	5,3	55	-	0,9	7,5	4,1	2,3	3,0	3,9
Montenegro[‡]	**-**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Namíbia	**67**	135	86	62	2,3	2,2	28	-2,3x	1,4	6,5	6,0	3,7	0,4	3,2
Nauru	**90**	-	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nepal	**54**	250	145	74	2,7	4,5	49	1,1	1,9	5,9	5,2	3,5	0,6	2,6
Nicarágua	**82**	165	68	37	4,4	4,1	46	-3,8	1,5	7,0	4,9	3,1	1,8	3,1
Níger	**4**	330	320	256	0,2	1,5	20	-2,2	-0,5	8,1	8,2	7,7	-0,1	0,4
Nigéria	**14**	265	230	194	0,7	1,1	16	-1,4	0,7	6,9	6,8	5,6	0,1	1,3
Niue	**-**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	**182**	15	9	4	2,6	5,4	56	3,4	2,6	2,5	1,9	1,8	1,4	0,4
Nova Zelândia	**161**	20	11	6	3,0	4,0	45	0,8	2,1	3,1	2,1	2,0	1,9	0,3
Omã	**140**	200	32	12	9,2	6,5	63	3,3	1,8x	7,2	6,6	3,4	0,4	4,4
Palau	**146**	-	21	11	-	4,3	48	-	-	-	-	-	-	-
Panamá	**103**	68	34	24	3,5	2,3	29	0,3	2,2	5,3	3,0	2,6	2,8	1,0
Papua Nova Guiné	**54**	158	94	74	2,6	1,6	21	-0,7	0,0	6,2	5,1	3,8	1,0	2,0
Paquistão	**47**	181	130	99	1,7	1,8	24	3,0	1,3	6,6	6,1	4,0	0,4	2,8
Paraguai	**106**	78	41	23	3,2	3,9	44	2,8	-0,8	6,0	4,7	3,7	1,2	1,6
Peru	**96**	174	78	27	4,0	7,1	65	-0,6	2,2	6,3	3,9	2,7	2,4	2,5
Polônia	**156**	36	18	7	3,5	6,3	61	-	4,3	2,2	2,0	1,2	0,5	3,4
Portugal	**168**	62	14	5	7,4	6,9	64	2,6	1,9	2,8	1,5	1,5	3,1	0,0
Quênia	**37**	156	97	120	2,4	-1,4	-24	1,2	-0,2	8,1	5,9	5,0	1,6	1,1
Quirguistão	**63**	130	80	67	2,4	1,2	16	-	-1,3	4,9	3,9	2,6	1,1	2,7
Quiribati	**64**	-	88	65	-	2,0	26	-5,3	1,4	-	-	-	-	-
Reino Unido	**161**	23	10	6	4,2	3,4	40	2,0	2,4	2,3	1,8	1,7	1,2	0,4
Rep, Centro-Africana	**15**	238	168	193	1,7	-0,9	-15	-1,3	-0,6	5,7	5,7	4,8	0,0	1,1
Rep, Dem, do Congo	**9**	245	205	205	0,9	0,0	0	-2,4	-5,2	6,4	6,7	6,7	-0,2	0,0
República Checa	**182**	24	13	4	3,1	7,9	69	-	1,9	2,0	1,8	1,2	0,5	2,7
República Dominicana	**89**	127	65	31	3,3	4,9	52	2,0	3,8	6,2	3,4	2,6	3,0	1,8
Romênia	**117**	57	31	19	3,0	3,3	39	0,9	1,6	2,9	1,9	1,3	2,1	2,5
Ruanda	**11**	209	173	203	0,9	-1,1	-17	1,2	0,0	8,2	7,6	5,5	0,4	2,2
Samoa	**92**	101	50	29	3,5	3,6	42	-0,1x	2,5	6,1	4,8	4,2	1,2	0,9
San Marino	**190**	-	14	3	-	10,3	79	-	-	-	-	-	-	-
Santa Lúcia	**137**	-	21	14	-	2,7	33	5,3x	0,4	6,1	3,5	2,2	2,8	3,1
Santa Sé	**-**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Cristóvão e Névis	**113**	-	36	20	-	3,9	44	6,3x	2,9	-	-	-	-	-
São Tomé e Príncipe	**41**	-	118	118	-	0,0	0	-	0,5	6,5	5,3	3,8	1,0	2,2
São Vicente e Granadinas	**113**	-	25	20	-	1,5	20	3,3	1,7	6,0	3,0	2,2	3,5	2,1
Seichelas	**139**	59	19	13	5,7	2,5	32	2,9	1,5	-	-	-	-	-
Senegal	**28**	279	148	136	3,2	0,6	8	-0,3	1,2	7,0	6,5	4,8	0,4	2,0
Serra Leoa	**1**	363	302	282	0,9	0,5	7	-0,4	-1,4	6,5	6,5	6,5	0,0	0,0
Sérvia[‡]	**-**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síria	**129**	123	39	15	5,7	6,4	62	1,9	1,3	7,6	5,3	3,3	1,8	3,2
Somália	**6**	-	225	225	-	0,0	0	-0,9	-	7,3	6,8	6,2	0,4	0,6
Sri Lanka	**137**	100	32	14	5,7	5,5	56	3,0	3,7	4,4	2,5	1,9	2,8	1,8
Suazilândia	**20**	196	110	160	2,9	-2,5	-45	2,1	0,2	6,9	5,7	3,7	1,0	2,9
Sudão	**49**	172	120	90	1,8	1,9	25	0,1	3,5	6,7	5,6	4,2	0,9	1,9
Suécia	**182**	15	7	4	3,8	3,7	43	1,8	2,1	2,0	2,0	1,7	0,0	1,1
Suíça	**168**	18	9	5	3,5	3,9	44	1,2	0,6	2,0	1,5	1,4	1,4	0,5
Suriname	**78**	-	48	39	-	1,4	19	-2,2x	1,1	5,7	2,7	2,5	3,7	0,5
Tadjiquistão	**59**	140	115	71	1,0	3,2	38	-	-4,0	6,9	5,2	3,6	1,4	2,5
Tailândia	**108**	102	37	21	5,1	3,8	43	4,8	2,7	5,5	2,2	1,9	4,6	1,0
Tanzânia	**36**	218	161	122	1,5	1,8	24	-	1,7	6,8	6,1	4,8	0,5	1,6
Territórios Palestinos	**106**	-	40	23	-	3,7	43	-	-6,0x	7,9	6,4	5,3	1,1	1,3
Timor Leste	**68**	-	177	61	-	7,1	66	-	-	6,3	4,9	7,8	1,3	-3,1
Togo	**26**	216	152	139	1,8	0,6	9	-0,6	0,0	7,0	6,4	5,1	0,4	1,5
Tonga	**103**	50	32	24	2,2	1,9	25	-	1,9	5,9	4,6	3,3	1,2	2,2
Trinidad e Tobago	**117**	57	33	19	2,7	3,7	42	0,5	4,3	3,5	2,5	1,6	1,7	3,0
Tunísia	**103**	201	52	24	6,8	5,2	54	2,5	3,3	6,6	3,6	1,9	3,0	4,3
Turcomenistão	**45**	-	97	104	-	-0,5	-7	-	-4,7x	6,3	4,3	2,6	1,9	3,4
Turquia	**92**	201	82	29	4,5	6,9	65	1,9	1,6	5,5	3,0	2,4	3,0	1,5

	Classificação por mortalidade de menores de 5 anos	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos			Taxa média de redução anual (%)Θ		Redução desde 1990 (%)Θ	Taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* (%)		Taxa total de fertilidade			Taxa médiade redução anual (%)	
		1970	1990	2005	1970-1990	1990-2005		1970-1990	1990-2005	1970	1990	2005	1970-1990	1990-2005
Tuvalu	**80**	-	54	38	-	2,3	30	-	-	-	-	-	-	-
Ucrânia	**125**	27	26	17	0,2	2,8	35	-	-2,4	2,1	1,8	1,1	0,8	3,3
Uganda	**28**	170	160	136	0,3	1,1	15	-	3,2	7,1	7,1	7,1	0,0	0,0
Uruguai	**129**	57	23	15	4,5	2,8	35	0,9	0,8	2,9	2,5	2,3	0,7	0,6
Uzbequistão	**61**	101	79	68	1,2	1,0	14	-	0,3	6,5	4,2	2,6	2,2	3,2
Vanuatu	**80**	155	62	38	4,6	3,3	39	-0,5x	-0,3	6,3	4,9	3,9	1,3	1,5
Venezuela	**108**	62	33	21	3,2	3,0	36	-1,6	-1,0	5,4	3,4	2,6	2,3	1,8
Vietnã	**117**	87	53	19	2,5	6,8	64	-	5,9	7,0	3,7	2,2	3,2	3,5
Zâmbia	**18**	181	180	182	0,0	-0,1	-1	-2,4	-0,3	7,7	6,5	5,4	0,8	1,2
Zimbábue	**31**	138	80	132	2,7	-3,3	-65	-0,4	-2,1	7,7	5,2	3,4	2,0	2,8

MEMORANDO

Sérvia e Montenegro (pré-cessão)	**129**	71	28	15	4.7	4.2	46	-	5,2x	2,4	2,1	1,.6	0,7	1,8

RESUMOS DE INDICADORES

África ao sul do Saara	244	188	169	1,3	0,7	10	-	1,1	6,8	6,3	5,4	0,4	1,0
África Oriental e Meridional	219	166	146	1,4	0,9	12	-	1,1	6,8	6,0	5,0	0,6	1,2
África Ocidental e Central	266	209	190	1,2	0,6	9	-	1,0	6,8	6,7	5,7	0,1	1,1
Oriente Médio e Norte da África	195	81	54	4,4	2,7	33	2,4	2,2	6,8	5,0	3,1	1,5	3,2
Ásia Meridional	206	129	84	2,3	2,9	35	2,1	3,8	5,8	4,3	3,1	1,5	2,2
Leste da Ásia e Pacífico	122	58	33	3,7	3,8	43	5,7	6,6	5,6	2,5	1,9	4,0	1,8
América Latina e Caribe	123	54	31	4,1	3,7	43	1,9	1,4	5,3	3,2	2,5	2,5	1,6
ECO/CEI	88	53	35	2,5	2,8	34	-	-	2,8	2,3	1,7	1,0	2,0
Países industrializados§	27	10	6	5,0	3,4	40	2,3	1,9	2,3	1,7	1,6	1,5	0,4
Países em desenvolvimento§	167	105	83	2,3	1,6	21	3,2	4,1	5,8	3,6	2,8	2,4	1,7
Países menos desenvolvidos§	245	182	153	1,5	1,2	16	-	2,4	6,7	5,9	4,9	0,6	1,2
Mundial	148	95	76	2,2	1,5	20	2,5	2,3	4,7	3,2	2,6	1,9	1,4

‡ Uma vez que a cessão de Montenegro pela União de Estados Sérvia e Montenegro ocorreu em junho de 2006, e sua subseqüente admissão na ONU ocorreu em 28 de junho de 2006, ainda não há dados desagregados disponíveis para Montenegro e Sérvia como Estados separados. Os dados agregados apresentados referem-se a Sérvia e Montenegro anteriormente à cessão (ver item Memorando).

§ Inclui territórios dentro de cada categoria de país ou grupo regional de países. Os países e territórios em cada categoria de país ou grupo regional de países são apresentados na página 136.

DEFINIÇÕES DE INDICADORES

Taxa de mortalidade de menores de 5 anos – Probabilidade de morte entre o nascimento e exatamente os 5 anos de idade por 1.000 nascidos vivos.

Redução desde 1990 (%) – Redução percentual da taxa de mortalidade de menores de 5 anos (TMM5) de 1990 a 2005. Em 2000, a Declaração do Milênio elaborada pelas Nações Unidas estabeleceu uma meta de redução de dois terços (67%) na TMM5, de 1990 a 2015. Este indicador fornece uma avaliação atualizada do progresso rumo a essa meta.

PIB *per capita* – Produto Interno Bruto (PIB) é a soma do valor da contribuição de todos os produtores do país, acrescido de todos os impostos sobre produtos (menos subsídios) que não são incluídos na avaliação da produção. O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela população na metade do ano. O crescimento é calculado a partir de dados do PIB a preços constantes, em moeda local.

Taxa total de fertilidade – Número de crianças que nasceriam por mulher, se esta vivesse até o fim de seus anos férteis, e tivesse filhos em cada idade, de acordo com as taxas de fertilidade prevalentes para cada faixa etária.

FONTES PRINCIPAIS

Mortalidade de menores de 5 anos – UNICEF, Divisão de População das Nações Unidas, Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.

PNB *per capita* – Banco Mundial.

Fertilidade– Divisão de População das Nações Unidas

NOTAS

- \- Dados não disponíveis.
- x Dados referentes a anos ou períodos que não os especificados no título da coluna, que diferem da definição padrão, ou que se referem a apenas uma parte de um país.
- Θ Um valor negativo indica um aumento na taxa de mortalidade de menores de 5 anos desde 1990.

ÍNDICE REMISSIVO

A Fair Chance, 70

ABC of Gender Responsive Education Policies: Guidelines for analysis and planning, 70

abuso sexual (*ver também* violência doméstica; violência), 5, 24, 47, 63, 77

Acordo de Paz de Darfur, 62

Actionaid International, 70

Afeganistão, 55, 57, 59, 61, 62, 79, 82

África ao sul do Saara, 4-5, 6, 11, 16, 18, 19, 20-28, 30-31, 33, 37, 39-40, 41-43, 55, 57, 70, 84

África do Sul, 6, 23, 24, 30, 31, 38, 44, 52, 53, 56, 60, 74, 78, 79, 80

África Ocidental e Central, 3, 14, 23, 26, 27

África Oriental e Meridional, 3, 14, 23, 27, 72

Agenda do Milênio, 2, 70

agricultura, 26, 37, 42

água, 9, 13, 33, 59, 60, 62

aids (*ver* HIV/aids)

Albânia, 6, 8, 47

Alemanha, 34, 40, 57, 79

alfabetização, 5, 9, 27, 84, 85

América Latina e Caribe, 3, 5, 6, 8, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 32, 37, 38, 39, 40, 41-42, 52, 55, 56, 74, 77

Angola, 33

Annan, Kofi A., vi

Antilhas, 57

Arábia Saudita, 6, 32, 55

Argentina, 6, 8, 52, 53, 55, 56, 78, 79

Armênia, 18, 19, 20, 21

Ásia (*ver também* Leste da Ásia e Pacífico; Ásia Meridional), 4, 5, 28, 37, 38

Ásia Meridional, 3, 4, 6, 8, 14, 16, 18, 19, 20-27, 33, 39-40, 55

atitudes discriminatórias, 6, 7, 8, 9, 21-22

aumento de poder/fortalecimento, 8, 15, 27, 42, 65-67, 74

Austrália, 23, 40, 46, 58, 59

avós (*ver também* maternidade), 5, 30-31, 41, 45

Bachelet, Michelle, 10, 57

baixo peso, 16, 23, 24-26

Banco Asiático de Desenvolvimento, 82

Banco Mundial, 72, 82

Bangladesh, 6, 8, 21, 23, 27, 28, 29, 33, 42, 55, 57, 75, 82

bebês e HIV, 5

Bélgica, 6, 40, 78, 79

Bolívia, 18, 19, 20, 66-67, 74, 79

Bósnia-Herzegovina, 6, 34, 61, 79

Botswana, 11, 40

Bougainville (Ilhas do Pacífico), 61

Brac, 33

Brasil, 8, 23, 27, 39, 40, 42, 44, 45, 74, 84

Bulgária, 6, 34, 40

Burquina Fasso, 11, 18, 19, 20, 21, 26, 30, 42, 79

Burundi, 57, 63, 64, 72, 79

Camarões, 11, 18, 19, 20, 26, 27, 30, 41-42

Camboja, 61, 75

Campanha Global para Educação (GCE), 70

Campanha para Educação da Mulher (CAMFED), 70

Campanha sobre crianças e aids: Unidos com as crianças e os adolescentes – Unidos vamos vencer a aids! 31

Canadá, 6, 23, 46, 62

Caribe (*ver* América Latina e Caribe)

Carta das Nações Unidas,1

casamento, na infância ou precoce, 4, 7, 22, 23, 35, 40, 59

Centros de Mães, 34

Child Protection: A handbook for parliamentarians, 76

Chile, 6, 10, 55, 57, 74

China, 4, 6, 8, 13, 24, 45, 55

ciclo de vida, discriminação de gênero ao longo do, 4-5

classificação por mortalidade de menores de 5 anos, 4, 15, 99, (tabela),99

Coalizão de Mulheres na Irlanda do Norte, 62

coleta de dados, 31, 67, 83-86, 99

Colômbia, 8, 18, 19, 20, 24, 40, 52, 56, 74, 78

Comissão sobre o *Status* da Mulher, 1

Departamento de Operações para Manutenção da Paz (DPKO), 63, 85

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), 62, 63, 74, 78

Programa de Desenvolvimento (Pnud), 8, 38, 41, 45, 63

Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), 30

Iniciativa para Educação de Meninas (Ungei), 70

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids (Unaids), 11, 76

Encontro de Cúpula do Milênio, 2, 15

Fundo de População (Unfpa), 86

Sessão Especial sobre Crianças, 10, 15, 76

comunidade, participação de mulheres na, 32-35, 80-81, 82

Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994), 46

conflito armado , 7, 10, 63, 76, 77

Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), vi, viii, 1, 2-3, 6,10, 15, 37, 47, 69, 81

Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), 1, 2-3, 6, 47, 76
Coréia do Sul, 6, 10, 38, 40, 55, 57
Costa do Marfim, 26, 27, 30
Costa Rica, 40, 52, 56, 78, 79
cotas, viii, 15, 50, 57, 59, 65, 66, 68, 69, 78, 79, 80
cuidados de saúde, 5, 14, 18, 21, 26-27, 29, 60, 75
cuidados infantis (*ver também* órfãos), 5, 16, 22, 33, 34, 36, 37, 41, 43, 44-45, 46, 48, 49, 50, 52, 56, 58, 82, 83, 84

Declaração do Milênio, 2, 73
Declaração e Plataforma para Ação de Pequim (1995), 57, 69
Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1
diferença de bens, 22, 40-41 (*ver também* diferença de salário)
diferença de idade, entre maridos e mulheres 22, 23
diferença de salário 13, 39
Dinamarca, 6, 40, 58
discriminação institucional, 7
duplo dividendo, 1, 9-10, 12, 69, 86

educação (tabela), 118-121 (*ver também* educação primária; educação secundária; educação superior), vi, vii, 2, 3, 4-5, 7, 8, 23-23, 27, 29, 30-31, 33, 34-34, 40, 41, 48-49, 60, 65, 69, 82, 70, 71-73, 75, 84
Educação para Todos, 72
educação primária (*ver também* educação), 4, 34, 42, 69, 72, 75
educação secundária (*ver também* educação), 3, 4, 29, 48,62, 70
educação superior, 54, 71, 84
efeito de substituição da mãe pela filha, 40
Egito, 6, 18, 19, 20, 21, 24, 27, 40, 48, 52, 55
El Salvador, 8, 40, 44, 61
emprego, 13, 33, 35, 37-49, 75, 85
Equador, 47, 74, 79
Eritréia, 18, 19, 20, 27, 40, 61
Escócia, 56
escolas (*ver* educação)
Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, 25
Espanha, 6, 57, 78
Estados Unidos, 6, 8, 23, 32, 44, 45, 53, 54, 58, 84
Etiópia 61, 72
Europa (*ver* Europa Central e Oriental e Comunidade dos Estados Independentes (ECO/CEI); Europa Ocidental)
Europa Central e Oriental e Comunidade dos Estados Independentes (ECO/CEI), 3, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 39, 40, 41, 77, 84
Europa Ocidental, 22, 32
exploração de crianças, 4, 5

famílias chefiadas por mulheres, 28-32
Federação Russa, 6, 34, 44, 45, 52
feticídio, 4, 7
Filipinas, 6, 18, 19, 20, 21, 24, 40, 47, 55, 57, 62, 79
Finlândia, 6, 40, 46, 57, 58, 78
Fórum para Mulheres Educadoras Africanas (FAWE), 34, 70
Fórum Parlamentar sobre Crianças, 76
França, 6, 40, 52

Gâmbia, 34-35
Gana, 11, 18, 19, 20, 26-27, 30, 48, 70, 72, 75
gênero
  e cooperação entre mulheres, 80-81
  igualdade, 2, 4-5, 6-7, 8, 9, 15, 65-66, 67, 69-71, 73-75, 86-87, 78-80, 83-86
  igualdade e educação, 70, 71-73
  igualdade e reforma legislativa,75-78
  igualdade e papel de homens e meninos, 81-83
  índice de paridade de atividade, 39
  orçamentos responsivos, 74
  versus sexo, 1
Geórgia, 34, 40
gravidez/gestação (*ver também* maternidade), 4, 5, 14, 26, 53, 69, 86
grupos de mulheres, 16, 32-35, 50, 58, 59, 61, 80-81, 82
Guatemala, 48, 61, 62, 82
guerra (*ver* conflito armado)

HelpAge International, 31
HIV/aids, vii, 9, 76, (tabela) 114-117
  pessoas que vivem com, 5
  crianças órfãs devido a, 30-31
  conhecimento sobre saúde sexual e reprodutiva e, 4, 5, 11, 84
  FGM/C e, 4
  Campanha Global sobre, 31
  avós e, 30-31
  Framework for the Protection, Care and Support of Orphans and Vulnerable
Holanda, 6, 40, 45, 52, 57, 78
homens, 29-32, 35, 56, 65, 81-83

igualdade (*ver também* igualdade de gênero), 1-16
imunização infantil, 60, 82
Índia, 4, 5, 6, 24, 26, 27, 38, 44, 48, 51, 55, 58, 59-60, 61, 65, 80, 81, 82, 84
indicadores básicos (tabela), 102-105
Indicadores Demográficos (tabela), 122-125
indicadores econômicos (tabela), 126-129

Indonésia, 6, 18, 19, 20, 21, 44, 45, 47, 55, 82
infanticídio, 4, 7
Iniciativa para Eliminação de Taxas Escolares (IETE), 72
iniciativas amigas da família, 45, 46
Instituto Internacional de Pesquisas de Políticas de Alimentação, 16, 25, 42
Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral, 79
investimento social, 73-75
Irã, 6, 8, 55
Iraque, 6, 55, 79
Irlanda do Norte, 54, 62
Irlanda, 6, 40, 54, 57
Israel, 23, 58
Itália, 6, 47, 79

Jain, Devaki, 64
Jamaica, 10, 57
Johnson-Sirleaf, Ellen, 57
Jordânia, 6, 18, 19, 20, 40, 47, 55

Kosovo, 61
Kuait, 75, 78

Leste da Ásia e Pacífico, 3, 4, 5, 6, 7, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 27, 39, 40, 41, 44, 55, 56, 60, 77, 84
Libéria, mulheres na política na, 57, 61, 63, 64

Malaui, 11, 18, 19, 20, 21, 30, 31, 72
Mali, 11, 18, 19, 20, 21
Marcha Global contra o Trabalho Infantil, 70
Marrocos, 6, 18, 19, 20, 32, 55, 59, 74
maternidade (ver também avós), 3-5, 30, 41, 45
mediadores, mulheres como (ver também resolução de conflitos), 63
meninas (ver também crianças; mulheres), 3, 4-5, 7, 13, 22, 23, 40, 41, 70
meninos, 2, 3, 4, 7, 8, 15, 24, 34, 36, 48, 49, 53, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 81, 82, 86
México, 6, 8, 24, 29, 37, 42, 44, 47, 55, 74
migração involuntária, 47
Mitchell, George, 62
mobilidade, 21, 27, 42
Moçambique, 11, 18, 19, 20, 30, 33, 57, 59, 72, 78, 79
Moldova, 6, 47
Morales, Evo, 67
mortalidade infantil, vi, 4, 15, 26
mortalidade materna, vi, vii, 5, 14, 83-84, 85, 86
mortalidade, materna, vi, vii, 5, 14, 83-84, 85, 86
movimentos comunitários e de fortalecimento, 68, 81
mulheres (tabela),130-133
mutilação/corte genital feminino (FGM/C), 4, 9, 76

Nações Unidas (ONU), 1, 2, 10, 15, 25, 61, 63, 64, 76, 77
Namíbia, 11, 30, 53
Nepal, 18, 19, 20, 21, 26, 41, 48, 79, 82
Nicaragua, 18, 20, 21, 42
Nigéria, 6, 11, 18, 19, 20, 21, 30, 42, 55
Norte da África (ver Oriente Médio e Norte da África)
Noruega, 40, 58, 62, 78, 79
Nova Zelândia, 40, 52, 53, 57
nutrição, vi, viii, 2, 17, 23, 24, 25, 26, 35, 40, 80, 81, (tabela) 106-109

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), 1, 2, 5, 6, 12, 13, 15, 56, 65, 69, 72, 73, 74, 75, 86
órfãos, 30-31, 62
Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 30
Organização Internacional do Trabalho, 47
Organização Mundial de Saúde (OMS), 5, 7, 14, 23, 24, 25, 86
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OECD/OCDE), 39, 44
Oriente Médio e Norte da África, 4, 8, 14, 18, 19, 20, 21, 23. 27. 28, 32, 39, 40. 43, 55. 76
Oxfam International, 37, 70

países industrializados, 5, 8, 23, 38, 40,
Paquistão, 6, 42, 55, 82
parcerias, vii, 68, 70, 76, 80, 86
partidos políticos, 50, 55, 58, 60, 66, 68, 79
Peru, 6, 18, 19, 20, 40, 41, 42, 55, 74
Pesquisa Mundial sobre Valores, 6, 8,
Pesquisa por Agrupamento de Indicadores Múltiplos, 3, 11, 14, 85
Pesquisas de Demografia e Saúde, 17-21, 26, 32-33, 86
pesquisas de opinião Gallup, sobre discriminação de gênero, 8
pessoas de idade, 5, 30-31, 38, 41, 54
pobreza (*ver também* renda), vii, viii, 2, 5, 9, 10,12, 13, 15, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 47, 49, 67, 75, 80
política, 8, 13, 15, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 78, 79
'Princípios de Paris' (princípios relacionados ao status e ao funcionamento de instituições nacionais para proteção e promoção dos direitos humanos), 25
processos de paz, 50-52, 61-64, 66-67, 80
Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids(Unaids), 11, 76
Projeto do Milênio, 73, 75

propriedade (*ver* diferença de bens)
proteção infantil (tabela), 134-135
Protocólo sobe os Direitos da Mulher na África (emenda à Carta da África sobre Direitos Humanos e das Pessoas), 75

Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), 46
Quênia, 11, 18, 19, 20, 23, 30, 31, 40, 42, 44, 45, 72
Quirguistão, 6, 57

recursos, para metas de igualdade de gênero, 73-75
redes sociais (*ver* grupos de mulheres)
refugiados, 47, 59, 62
Reino Unido, 6, 23, 32, 40, 44, 45, 46, 52, 56, 79
Relatório do Especialista Independente para o Estudo das Nações Unidas Sobre Violência contra Crianças, 25, 76
renda (*ver também* emprego; pobreza), 8, 22, 35, 39-40, 41, 84
República Checa, 6, 34, 40
República Democrática do Congo, 63, 72
Resolução 1325, 61, 66, 77
resolução de conflito (*ver também* conflito armado), 51-52, 61-65, 66-67, 80, 85
Romero, Casimira Rodríguez, 66-67
Ruanda, 11, 18, 19, 20, 31, 52, 53, 59, 61, 65, 74, 78, 79

salários (*ver* renda)
saúde (tabela), 107-111
saúde reprodutiva (*ver também* maternidade), 4, 5, 11, 59, 75
Secretaria Geral da Commonwealth, 57, 74
Serra Leoa, 61, 62
Sérvia, 6, 79
Somália, 63-64, 75
Sri Lanka, 47, 64, 82
Suazilândia, 31, 40
subnutrição, 14, 16, 24, 29
Sudão, 62, 79, 80
Suécia, 6, 40, 45, 46, 52, 56-58, 62, 78, 79, 83

Tadjiquistão, 59, 75
Tailândia, 40, 47, 54-55
Tanzânia, 6, 11, 18, 19, 20, 23, 30, 31, 41, 42, 55, 63, 64-65, 72, 75
taxa de progresso (tabela), 138-141
taxas escolares, 31, 34, 48, 68, 72
terras (*ver* diferença de bens)
The Framework for the Protection, Care and Support of Orphans and Vulnerable Children Living in a World with HIV and aids, 31
Timor Leste, 57, 61
tomada de decisões na família, 12-13,17-36, 42
TOSTAN, 76
trabalhadores domésticos, 24, 43, 47, 48, 66-67, 29, 40, 48
trabalhadores migrantes, 28, 46-47
trabalho doméstico, divisão do, 37-38
trabalho infantil, 48, 70, 72
trabalho informal, 43-44, 75, 84, 85
trabalho sexual comercial, 5, 13, 48, 76
tráfico, infantil, 5, 47, 48, 76, 85

Uganda, 8, 11, 30, 31, 55, 63, 75, 79, 82
União Européia, 44, 63
União Inter-Parlamentar (UIP), 54-55, 76, 79, 85
United Cities and Local Governments, 61, 85
Uzbequistão, 82

Veneman, Ann M., ix
Vietnã, 6, 44, 55, 76, 82
violência (ver também conflito armado; violência doméstica)
respostas dos governos à, 58
Relatório de Especialistas Independentes para o Estudo das Nações Unidas sobre Violência contra Crianças, 25, 76
pesquisa e dados sobre, 84
relatório mundial sobre violência e saúde, 23"
violência doméstica (*ver também* violência), 7, 23, 24-25, 75-77, 83
viúvas, 28, 30-31, 40

Women, Development and the United Nations, 64

Zâmbia, 11, 18, 20, 31, 70
Zimbábue, 18, 19, 20, 30, 70, 82

GLOSSÁRIO

Aids	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
Camfed (CEM)	Campanha para Educação de Mulheres
CDC	Convenção sobre os Direitos da Crianças
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CGE	Campanha Global para Educação
DHS	Pesquisas de Demografia e Saúde
DPKO	Departamento das Nações Unidas para Operações de Manutenção da Paz
ECO/CEI	Europa Central e Oriental/Comunidade dos Estados Independentes
Fawe (FMEA)	Fórum para Mulheres Educadoras Africanas
FFE (APE)	Alimentação para Educação
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
IETE	Iniciativa para a Eliminação de Taxas Escolares
M/CGF	Mutilação/corte genital feminino
MFG	Medida de Fortalecimento de Gênero

MICS	Pesquisas por Agrupamento de Indicadores Múltiplos
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos
ODMs	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UIP	União Inter-Parlamentar
Unaids	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unfpa	Fundo de População das Nações Unidas
Unge	Iniciativa das Nações Unidas para Educação de Meninas
Unifem	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

unicef

Escritórios do UNICEF

Unicef Headquarters
UNICEF House
3 United Nations Plaza
New York, NY 10017, USA

UNICEF Regional Office for Europe
Palais des Nations
CH – 1211 Geneva, 10 Switzerland

UNICEF Central and Eastern Europe, Commonwealth of Independent States Regional Office
Palais des Nations
CH – 1211 Geneva, 10 Switzerland

UNICEF Eastern and Southern Africa Regional Office
P.O. Box 44145-00100
Nairobi, Kenya

UNICEF West and Central Africa Regional Office
P.O. Box 29720 Yoff
Dakar, Senegal

UNICEF The Americas and Caribbean Regional Office
Avenida Morse
Ciudad del Saber Clayton
Edificio # 131
Apartado 0843-03045
Panama City, Panama

UNICEF East Asia and the Pacific Regional Office
P.O. Box 2-154
19 Phra Atit Road
Bangkok 10200, Thailand

UNICEF Middle East and North Africa Regional Office
P.O. Box 1551
Amman, 11821, Jordan

UNICEF South Asia Regional Office
P.O. Box 5815
Lekhnath Marg
Kathmandu, Nepal

Informações adicionais disponíveis no site www.unicef.org

Escritórios do UNICEF no Brasil

UNICEF - Brasília - Escritório da Representante do UNICEF no Brasil

SEPN 510, Bloco A - 2º andar
Brasília, DF
70750-521
Caixa Postal: 08584 - CEP 70312-970
Telefone: (61) 3035 1900
Fax: (61) 3349 0606
E-mail: brasilia@unicef.org

Representante do UNICEF no Brasil: Sra. Marie-Pierre Poirier

UNICEF - Belém
Av. Alcindo Cacela, 287, Bloco B
Prédio da Universidade da Amazônia
Umarizal
Belém, PA
66060-000
Telefone: (91) 3073 5700
Fax: (91) 3073 5709
E-mail: belem@unicef.org

UNICEF - Fortaleza
Secretaria de Planejamento
Centro Admin. do Estado, Ed. Seplan/1
Cambeba, Messejana
Fortaleza, CE
60839-900
Telefone: (85) 3306 5700
fax: (85) 3306 5709
e-mail: fortaleza@unicef.org

UNICEF - Manaus
Av. Darcy Vargas 77, Secretaria de Assistência Social
Bairro da Chapada
Manaus, AM - 69050-020
Telefone: (92) 3648 0655 ramal 241
E-mail: hgirade@unicef.org

UNICEF - Recife
Rua Henrique Dias, S/N - Ed. do IRH Térreo
Derby
Recife, PE
52010-100
Telefone: (81) 3059 5700
Fax: (81) 3059 5719
E-mail: recife@unicef.org

UNICEF - Rio de Janeiro
Avenida Rio Branco, 135 - 6º andar
Centro
Rio de Janeiro, RJ
20040-006
Telefone: (21) 3147 5700
Fax: (21) 3147 5711
E-mail: riodejaneiro@unicef.org

UNICEF - Salvador
Alameda Benevento, n.º 103, Edifício Empresarial 14 BIS - 5º andar
Pituba
Salvador, BA
41830-530
Telefone: (71) 3183 5700
Fax: (71) 3183 5710
E-mail: salvador@unicef.org

UNICEF - São Luís
Rua Santo Antônio, 246
Centro
São Luís, MA
65010-200
Telefone: (98) 4009 5700
Fax: (98) 4009 5708
E-mail: saoluis@unicef.org

UNICEF - São Paulo
Rua Pedro de Toledo, 1529
Vila Clementino
São Paulo, SP
04039-034
Telefone: (11) 5904 6677
Fax: (11) 5084 5577
E-mail: saopaulo@unicef.org

Fundo das Nações Unidas para a Infância
3 United Nations Plaza
New York, NY 10017, USA
pubdoc@unicef.org
www.unicef.org

US $20.00 UK £10.60 €15.75
ISBN-13: 978-92-806-3998-8
ISBN-10: 92-806-3998-6
Sales no.: E.07.XX.1

©The United Nations Children's Fund (UNICEF)
Dezembro 2006